

CENSO DO PODER JUDICIÁRIO

VIDE

Vetores Iniciais e Dados Estatísticos



Conselho Nacional de Justiça

Presidente	Ministro Joaquim Barbosa
Corregedor Nacional de Justiça	Ministro Francisco Falcão
Conselheiros	Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi Ana Maria Duarte Amarante Brito Deborah Ciocci Guilherme Calmon Nogueira da Gama Saulo José Casali Bahia Flavio Portinho Sirangelo Rubens Curado Silveira Luiza Cristina Fonseca Frischeisen Gilberto Valente Martins Gisela Gondin Ramos Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira Emmanoel Campelo de Souza Pereira Fabiano Augusto Martins Silveira
Secretário-Geral Adjunto	Marivaldo Dantas de Araújo
Diretor-Geral	Sérgio José Américo Pedreira



Poder
Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA | Departamento
de Pesquisas
Judiciárias

CENSO DO PODER JUDICIÁRIO

VIDE
Vetores Iniciais e Dados Estatísticos

Brasília, 2014



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva	Janaina Lima Penalva da Silva
Diretora de Projetos	Fernanda Paixão Araújo Pinto
Diretora Técnica	Thamara Duarte Cunha Medeiros
Pesquisadores	Daniel Vila-Nova Ganem Amiden Paula Ballesteros Santiago Varella
Estatísticos	Filipe Pereira Gabriela Moreira Igor Stemler Jaqueline Barbão
Apoio à Pesquisa	Pâmela Tieme Barbosa Aoyama Pedro Amorim Raquel Wanderley da Cunha Raquel da Veiga Araújo de Menezes Ricardo Marques

EXPEDIENTE

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Supervisão	Janaina Lima Penalva da Silva
Diagramação	Ricardo Marques
Revisão	Equipe do DPJ

B823c Brasil. Conselho Nacional de Justiça.

Censo do Poder Judiciário: VIDE: Vetores iniciais e dados estatísticos / Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2014.

212 p.

1. Poder Judiciário, censo 2. Magistrados, censo 3. Servidor público, censo I. Título

342.56:31(81)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO CENSO	9
3. MAGISTRADOS: QUEM SÃO E O QUE PENSAM	32
3.1. INFORMAÇÕES PESSOAIS	33
3.2. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS	52
3.2.1. Ingresso	52
3.2.2. Atividades correlatas	56
3.3. SAÚDE	59
3.4. O QUE PENSAM	66
3.4.1. Percentuais de respostas positivas	66
3.4.2. Opiniões segundo o tipo de cargo do magistrado	67
3.4.3. Opiniões segundo o período de ingresso do magistrado na carreira	74
3.4.4. Opiniões segundo o ramo de Justiça em que o magistrado trabalha	78
3.5. OPINIÕES DAS MAGISTRADAS SOBRE DESIGUALDADE DE GÊNERO	85
4 SERVIDORES: QUEM SÃO E O QUE PENSAM	109
4.1. INFORMAÇÕES PESSOAIS	110
4.1.1. Idade média, sexo, escolaridade e estado civil	110
4.1.2. Cor/raça	117
4.1.3. Deficiência	121
4.2. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS	127
4.2.1. Tipos de vínculos	127
4.2.2. Servidores efetivos	130
4.2.3. Servidores ocupantes de cargo em comissão ou funções comissionadas	141
4.2.4. Servidores sem vínculo	143
4.2.5. Servidores requisitados	146
4.2.6. Instância de lotação	148
4.2.7. Área de atuação	153
4.2.8. Saúde	158
4.3. O QUE PENSAM	167
4.3.1. Percentuais de respostas positivas dos servidores	167
4.3.2. Opinião dos servidores segundo área de atuação	168
4.3.3. Opinião dos servidores segundo instância de lotação	170
4.3.4. Opinião dos servidores segundo nível de escolaridade do cargo que ocupa	175
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	181
ANEXOS	182



1. INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mapeou, pela primeira vez, o perfil dos magistrados e servidores do Poder Judiciário brasileiro. O projeto fortalece o momento de autoconhecimento da Justiça brasileira, pois está inserido nas expressivas transformações institucionais inspiradas nos novos paradigmas de gestão da sociedade contemporânea. Sob essa ótica, e considerando a premissa de que não há gestão sem informação, os dados do Censo do Poder Judiciário são fundamentais para o aprimoramento e o planejamento das políticas judiciárias.

Para realizar a pesquisa, o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ elaborou dois questionários, um para magistrados e outro para servidores, ambos disponibilizados de forma eletrônica na página do CNJ na rede mundial de computadores, com avançada estratégia de divulgação. A pesquisa ocorreu ao longo do segundo semestre do ano de 2013.

O Censo dos servidores contou com a participação de 60% dos servidores da Justiça, o que significa afirmar que 170.746 servidores, do universo de 285.328, responderam a pesquisa. A adesão dos magistrados foi ainda mais significativa, pois 64% (10.796) dos 16.812 magistrados em atividade prestaram informações à consulta realizada pelo CNJ.

Para alcançar seu objetivo de traçar o perfil dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário, o Censo buscou conhecer quem são e o que pensam, identificar os níveis de satisfação com as políticas institucionais das instituições em que trabalham e sobre o próprio Conselho Nacional de Justiça, além de buscar, pela primeira vez, quais os níveis de motivação com a carreira, com a escolha profissional de trabalhar no Poder Judiciário.

Nesta direção, o Conselho Nacional de Justiça apresenta os resultados do Censo, deflagrando os Vetores Iniciais e Dados Estatísticos (VIDE) com o propósito de promover uma ambiência para sugestões e discussões no âmbito do Poder Judiciário, sobretudo com o intuito de suscitar a participação das mais de 400 pessoas envolvidas com a execução deste projeto em cada um dos 94 tribunais e conselhos. Espera-se, ainda, abrir mais um veio de debate público também com a academia e a sociedade.

Além desta introdução, a seção 2 aborda o histórico e os aspectos logísticos da realização do Censo. E dedica-se a explicitar os aspectos metodológicos da pesquisa, enfatizando os esclarecimentos necessários a correta leitura dos dados apresentados na sequência. A seção 3 compreende o perfil dos magistrados, com informações pessoais, profissionais e referentes à satisfação e motivação com a carreira. A seção 4 aborda o perfil do servidor e segue as mesmas linhas do terceiro, inclusive quanto às opiniões dos servidores do Poder Judiciário.

Dada a importância da pesquisa para a transparência e modernização do Poder Judiciário, outros estudos de caráter mais analíticos estão em elaboração com base nas informações constantes neste documento e serão apresentados futuramente.

1.1 Antecedentes institucionais do Censo do Poder Judiciário

O Censo do Poder Judiciário surgiu com o objetivo principal de subsidiar futura decisão do Pedido de Providências nº 0002248-46.2012.2.00.0000. O pedido envolve a fixação de políticas públicas para o preenchimento de cargos no Poder Judiciário, fixando percentuais para negros e indígenas, inclusive para os cargos de Juiz Substituto. O relator do processo iniciou diálogo com o Departamento de Pesquisas Judiciárias, a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), a Secretaria de Comunicação Social (SCS) e o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do CNJ, contando ainda com informações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em quatro reuniões realizadas entre junho e setembro de 2012 decidiu-se que, ante a inexistência de dados estatísticos ou informações sobre o tema, o grupo de envolvidos realizaria pesquisa que permitisse um mapeamento do Poder Judiciário Nacional - magistrados e servidores - sob o aspecto étnico e socioeconômico. Assim, o DPJ apresentou prévia de plano de ação para viabilizar a realização de um censo de magistrados e servidores. Além disso, o Grupo propôs a padronização dos registros funcionais no âmbito do CNJ, por meio de minuta de Resolução. O Plenário do CNJ deferiu a realização dos estudos propostos em outubro de 2012.

Ante o exposto, foram autuados dois Processos de Comissão: 0006755-50.2012.2.00.0000, da Comissão de Articulação Federativa e Parlamentar, e 0006940-88.2012.2.00.0000, da Comissão de Eficiência Operacional

e Gestão de Pessoas. Em que pese a padronização dos registros funcionais ser objetivo importante, em reunião realizada no dia 04/10/2012, e tendo em vista o prazo de 120 (cento e vinte) dias para realização do estudo, decidiu-se priorizar a realização do censo. No início do ano de 2013, o grupo de trabalho dedicado ao censo foi formalizado, por meio da Portaria nº 24, de 21/02/2013, que definiu o prazo de doze meses para a entrega do relatório final. Em dezembro de 2013 o plenário do CNJ aprovou a prorrogação do prazo de finalização do relatório final por mais seis meses.

Ao longo de todo o ano de 2013 foram realizadas reuniões, momentos em que se discutiram todas as ações necessárias à execução do Censo, coordenadas pelos Conselheiros integrantes das sobreditas Comissões e por juízes auxiliares da Presidência do CNJ. As reuniões do Grupo de Trabalho também contaram com a participação de membros externos, cabendo destaque aos dirigentes das duas principais Federações de Sindicatos dos servidores do Poder Judiciário, a saber, a Fenajufe e a Fenajud. Houve também reuniões com as três principais associações de Magistrados, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

1.1.1 O Planejamento do Censo Nacional do Poder Judiciário

O Censo foi planejado com bastante antecedência e contou com o trabalho direto de quase 400 pessoas no CNJ e em todos os tribunais brasileiros. A importância e o desafio logístico do projeto demandaram um planejamento fino, iniciado em maio de 2012. A relevância estratégica do projeto está ligada ao fato de, nos dias atuais, não haver como realizar boa gestão pública sem boas informações. E a gestão de pessoas é um desafio importantíssimo para todas as instituições. Portanto, o CNJ acredita que todos os tribunais e conselhos precisam de informações detalhadas e abrangentes sobre si próprios. Tanto é que houve tribunais que preferiram esperar o Censo do Poder Judiciário a realizar projetos próprios com o mesmo objetivo, como foi relatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN).

Algumas premissas regeram o planejamento do projeto. Todas elas estiveram relacionadas à ideia de que o respondente não deveria desistir do questionário, algo comum em pesquisas via internet. Por isso o CNJ se comprometeu publicamente a não apenas manter reservadas as informações que permitem a identificação dos servidores (CPF, nome e e-mail), como a apagá-las do banco de dados após o término do período do Censo. Ao resguardar a identidade dos respondentes, intenção publicamente declarada pelo CNJ em diversas ocasiões, além de ampliar a adesão, esperava-se que as respostas dadas seriam mais próximas da realidade de cada integrante do Poder Judiciário. Aliado a tal decisão estava a comunicação extensiva de que o sigilo estaria garantido.

Outra premissa importante foi a garantia de que o acesso ao questionário fosse simples, rápido e sem passos intermediários, como o cadastramento de *login* e senha, em geral enviados por e-mail. Assim, definiu-se o número do CPF como a chave que permitiria o acesso ao questionário do Censo. Aliado a tal decisão foram tomados os cuidados necessários para garantir a segurança do processo de transmissão destes dados, o que foi intermediado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ e seu sistema de tráfego seguro de dados, denominado E-CNJ.

Além do acesso facilitado, o questionário dos servidores deveria ser respondido rapidamente. Para seguir tal premissa, o questionário de servidores estabeleceu 39 perguntas. Algumas delas condicionavam a abertura de novas questões, com o aprofundamento em alguma característica relevante, podendo chegar a 58 questões. Além disso, o questionário foi estruturado em questões objetivas de múltipla escolha, além de questões abertas numéricas, procedimento muito comum em levantamentos de dados de grande escala¹. Já o questionário de magistrados contava com 59 perguntas, que também poderiam condicionar novas perguntas de aprofundamento, podendo alcançar 71 perguntas.

O grupo de trabalho responsável pelo censo tomou duas decisões que se mostraram estratégicas para os resultados do Censo do Poder Judiciário. A primeira foi o foco prioritário na comunicação social, com campanhas desenvolvidas pelo CNJ com bastante antecedência. Tais campanhas foram testadas, reformuladas e demonstraram grande capacidade de mobilização. Além das próprias peças de comunicação do Censo, ênfase foi dada no planejamento desta comunicação, com destaque para a diversificação de divulgação das mensagens, considerando as especificidades do público a ser atingido.

A segunda decisão foi a nomeação de equipes descentralizadas do Censo em todos os tribunais e conselhos espalhados pelo território nacional. O apoio dos juízes e servidores das comissões foi essencial, tanto prévia como no decorrer do período de abertura do questionário do censo. As Comissões do Censo, nomeadas por

¹ Mais detalhes sobre a concepção dos conteúdos dos questionários do Censo estão descritos em seção específica do presente anexo.

meio de portaria dos presidentes de cada tribunal/conselho, foram incluídas em listas de e-mail e plataformas de colaboração *online*, tendo trabalhado ativamente em todas as fases do Censo.

Ênfase deve ser dada às ações de replicação das comunicações desenvolvidas pelo CNJ, além de campanhas de mobilização criadas e executadas por algumas comissões e depois replicadas nas demais. Em destaque estão estratégias de concentração do preenchimento de questionários em dias específicos, aliados a farta comunicação, como os exemplos do “Dia D”, da “Semana do Censo” e das caravanas das comissões do censo nas serventias localizadas no interior. O envolvimento das cúpulas dos tribunais gerou resultados muito relevantes, cabendo destaque para a comunicação sobre os prazos do censo, a realização de eventos de lançamento em tribunais específicos, além daquele realizado no próprio CNJ.

1.1.2. Aspectos logísticos da realização do Censo

O Censo do Poder Judiciário é um projeto ambicioso. Para sua realização foi necessário contar com o pleno apoio e cooperação de todos os tribunais brasileiros. Isso significou estabelecer canais de comunicação eficientes com cada uma das unidades que compõem o Poder Judiciário brasileiro, algo que se aproximou de uma rede de colaboradores nomeados e responsáveis local e nacionalmente por sua execução.

Para a mobilização deste público, foi necessário contar com ferramentas de comunicação, como uma lista de e-mails atualizada constantemente, uma plataforma de educação à distância, com *chat* e fóruns de discussão acompanhados continuamente, além de um canal de comunicação via e-mail específico para o censo (censo@cnj.jus.br). Com base nos testes realizados, foram elaborados documentos com esclarecimentos para as dúvidas mais prováveis (“Frequently Asked Questions” - FAQ), que estiveram disponíveis no *site* do censo. Houve equipe disponível para o atendimento às dúvidas encaminhadas pelos respondentes e também pelas comissões do censo, com auxílio da ouvidoria do CNJ. Todas as dúvidas chegadas ao CNJ e suas respectivas respostas foram sistematizadas e distribuídas para que fosse possível diminuir o tempo de resposta às dúvidas, bem como identificar eventuais situações em que seria necessária alguma intervenção ou medida adicional.

Além disso, ao solicitar as informações úteis ao cadastro dos servidores e magistrados, foram requisitados também os endereços eletrônicos de todos os integrantes do Poder Judiciário, o que permitiu o acesso direto a todos os potenciais respondentes do censo. Conforme Sampieri, Collado & Lucio (2013), em pesquisas com questionários auto-administrados um dos requisitos para ampliar a taxa de respostas é o contato direto entre o responsável pela pesquisa e o público pesquisado.

Previamente ao lançamento oficial do censo, foram disponibilizados os questionários da pesquisa para que as comissões do censo pudessem se familiarizar e se tornassem capazes de tirar dúvidas por ventura apresentadas a elas pelos respondentes de seus tribunais/conselhos. O questionário também foi submetido à discussão com Federações de Servidores do Poder Judiciário, especificamente a Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (FENAJUD) e a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (FENAJUFE) em mais de uma ocasião, o que também foi importante para captar e validar conteúdos.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS DO CENSO

2.1. Por que um Censo do Poder Judiciário e não uma pesquisa amostral?

Realizar um censo e não uma pesquisa amostral de magistrados e servidores do Poder Judiciário mostrou-se a melhor opção para os objetivos expostos pelo Plenário do CNJ, especialmente devido à falta de informações sobre as características dos integrantes ativos nos diversos ramos e localidades. Para a construção de uma amostra estatisticamente representativa deste público, seria importante contar com informações mínimas sobre a população a ser pesquisada. Isso, porque é por meio de uma base prévia de informações que passa a ser possível saber quantos respondentes de determinado grupo etário, raça, escolaridade, localização, etc. serão necessários para a pesquisa, para que se reflita, sem ambiguidades, o universo real.

Hoje, o que se conhece é o número absoluto de magistrados e servidores em cada um dos tribunais pesquisados no “Justiça em Números”, sem detalhamentos retratando características pessoais ou funcionais. O “Justiça Aberta”, sistema de informações gerenciado pela Corregedoria Nacional de Justiça do CNJ possui informações mais detalhadas, muito embora seja frequente a identificação de falhas no preenchimento das informações pelos membros e servidores, redundando em dados nem sempre completos ou atualizados. Em casos parecidos, em que pouco se conhece sobre o universo a ser pesquisado, é comum adotar parâmetros genéricos, como as características

da população brasileira, para o desenho de amostras. O problema deste tipo de medida é a assunção de que as características dos integrantes do Poder Judiciário são próximas daquelas vistas para o conjunto da população, o que não pode ser considerado um parâmetro seguro para pesquisa com objetivos concretos de subsídio de políticas no âmbito deste Poder.

Tendo em vista as aplicações previstas para o Censo do Poder Judiciário, o mais indicado foi a pesquisa do total das pessoas que compõem o Poder Judiciário, sobretudo em vista do caráter estratégico das medidas que, com base nele, poderão ser adotadas. Tendo em vista a importância que o plenário atribuiu ao Censo do Poder Judiciário e às muito prováveis ações dele decorrentes, o modo mais adequado para a obtenção de informações mais seguras foi a realização de um censo dos integrantes do Poder Judiciário.

Apesar do custo mais elevado de um censo, a realização de uma amostragem complexa também incorreria em muito trabalho, sobretudo para a localização de pessoas aleatoriamente escolhidas. Caso a opção do CNJ fosse pela realização de pesquisa amostral, seria necessário que as pessoas escolhidas estivessem motivadas a responder ao censo, o que é muito difícil em pesquisas que utilizam questionários auto-administrados (sem a presença de um pesquisador). Isso, porque seria necessário escolher indivíduos específicos proporcionalmente à sua distribuição dentre as 94 unidades pesquisadas, cuidando também para que fossem incluídas na amostra pessoas localizadas nas diversas unidades de cada tribunal. Medidas complexas seriam necessárias para a operacionalização da amostra, o que inclui não apenas a adoção de regras de substituição dos indivíduos não encontrados ou impossibilitados de responder, o que tornaria a logística tão ou mais complexa quanto a planejada para a realização de um censo do Poder Judiciário.

Durante o projeto piloto da pesquisa² notou-se também que a realização de pesquisa que possibilitasse a ampla participação de todos seria, por si só, algo positivo no contexto atual do Poder Judiciário, pois notou-se uma verdadeira demanda por algo parecido nos discursos dos servidores entrevistados. Por tal motivo, a estratégia de comunicação e mobilização dos servidores e magistrados para o censo se valeu da ampla divulgação, com ações em nível nacional, com grande participação de todos os tribunais³.

Ao realizar um censo, todas as tentativas futuras de atualização do perfil socioeconômico dos integrantes do Poder Judiciário poderão valer-se de estratégias amostrais, o que diminuirá o nível de investimento necessário em projetos futuros parecidos, além de contribuir para o estudo de mudanças e alterações nos perfis dos servidores do Poder Judiciário no Brasil.

2.2. A representatividade do Censo Nacional do Poder Judiciário

O Censo do Poder Judiciário alcançou uma taxa de respostas de 64% do universo total de 16.812 magistrados ativos e de 60% de um total de 285.328 de servidores ativos. A data de referência da pesquisa é 26 de agosto de 2013, momento do início da pesquisa, quando foram cadastrados os CPFs recebidos dos diversos tribunais e conselhos, ação que permitia que todos os cadastrados acessassem o questionário do Censo. Os resultados são bastante alvissareiros, tanto em termos da experiência internacional, quanto ao se ter em mente que se tratou da primeira pesquisa com tais objetivos feita no âmbito do Poder Judiciário.

2.2.1. A representatividade segundo a experiência internacional na realização de pesquisas semelhantes

Na experiência internacional são comuns amplos levantamentos de dados de servidores públicos. Do material disponível para consulta nos Estados Unidos da América, foram encontrados exemplos de coleta de dados desta natureza. Nas edições mais recentes da “Pesquisa sobre os pontos de vista dos servidores públicos federais”⁴, repetida frequentemente desde 2002, cerca de 250 mil servidores responderam à pesquisa em 2010, o que significa uma taxa de respostas de cerca de 52%. Em 2013 a taxa de respostas decresceu, alcançando pouco mais de 48% de respostas.

O *Civil Service Survey* de 2010, realizado na Índia, alcançou taxa de respostas de 25%. Assim como no caso do Poder Judiciário brasileiro, a pesquisa indiana foi realizada pela primeira vez em 2010. No Reino Unido, a última das quatro edições do “Levantamento anual de informações de pessoal do serviço público civil”⁵, publicada em 2013, obteve taxa de respostas de 62% do público selecionado na amostra. O Reino Unido também realizou outras

² Mais detalhes acerca desta fase de planejamento da pesquisa estão descritos alhures.

³ As estratégias de comunicação e mobilização utilizadas no Censo estão descritas em seção específica.

⁴ *Federal Employee Viewpoint Survey*.

⁵ *UK Civil Service People Survey 2012*.

pesquisas parecidas, de menores proporções e públicos específicos, como no caso da “Pesquisa para servidores públicos seniores”⁶ enfocando públicos específicos, como os servidores de nível gerencial mais elevado, com o intuito de conhecer em maior profundidade as características da liderança no setor público. Neste caso, a taxa de respostas da pesquisa alcançou 67% do total de indivíduos inicialmente selecionados para compor a amostra.

No Canadá, a “Pesquisa dos servidores públicos”⁷ é conduzida desde 1999 a cada três anos. Na última edição disponível, o levantamento alcançou 66% do total de servidores públicos civis. Na Austrália, anualmente é publicado o “Relatório sobre os serviços do Estado”⁸, desde 1997. A pesquisa é amostral e conteve, na última edição disponível, de 2008, pouco mais de nove mil empregados. A maior taxa de respostas obtida pela pesquisa foi de 66%, exatamente no ano de 2008.

2.3. Características dos questionários

O Censo baseou-se em questionário individual auto-administrado via página da *web*. O acesso ao questionário se deu por meio do acesso ao endereço www.cnj.jus.br/censo. Todos os magistrados e servidores tinham acesso ao questionário, além de poderem obter informações adicionais sobre o projeto e conhecerem também as Comissões do Censo no seu tribunal. No *site* também havia material de comunicação, para a divulgação do censo nos tribunais, além de compilações das reportagens já publicadas, o que se mostrou produtivo.

Pelo que comenta a literatura especializada, em levantamentos de dados por questionários auto-administrados, “uma taxa de devolução de questionários preenchidos via correio ou de maneira eletrônica acima de 50% é muito favorável” (Sampieri, Collado & Lucio, 2013: 255). Para tentar ampliar tal taxa esperada de respostas, o que de fato ocorreu⁹, a equipe do censo cuidou para que se acompanhasse continuamente os casos dos tribunais que, no decorrer do período de preenchimento, apresentaram taxas menos expressivas de respostas¹⁰. Além disso, as estratégias de comunicação primaram por estabelecer vínculos pessoais com os respondentes, quer pelo conteúdo das campanhas de mobilização, quer pelo envio de mensagens eletrônicas periódicas a todos os servidores do Poder Judiciário. Por fim, conforme recomendam os principais manuais de metodologia de pesquisa, buscou-se comunicar a realização do censo extensamente antes do seu início.

A disponibilização do formulário se deu em sítio eletrônico especificamente criado para o Censo. Além de *link* específico, havia um destaque permanente no sítio principal do CNJ na internet, o que também foi incentivado a ser feito em todos os sítios e intranets dos tribunais participantes, o que de fato ocorreu. Outras estratégias de divulgação constarão em seção específica deste anexo.

2.3.1. O questionário dos servidores

O questionário da primeira etapa do Censo do Poder Judiciário coletou informações pessoais, funcionais, sobre a localização dos servidores e também registrou suas opiniões, o que abarcou avaliações da sua satisfação com o trabalho, com as políticas do tribunal, sua motivação e outros elementos da sua vida laboral.

Apesar do número restrito de questões, entre 39 e 58 questões, a primeira etapa do Censo do Poder Judiciário abarcou informações de grande importância, permitindo não apenas conhecer o perfil pessoal, profissional e as opiniões dos servidores, como também correlacioná-los entre si e com informações chave, como sua localização no território nacional, o ramo de justiça a que pertence e, até mesmo, o tribunal em que trabalha.

O questionário *online* foi antecedido por uma página contendo um texto com informações e instruções. Enfatizaram-se as principais premissas do censo, a saber, a rapidez do preenchimento do questionário, o sigilo dos dados nele registrados, sua utilidade prática para o CNJ e para cada tribunal/conselho, além de algumas instruções, como esclarecimentos sobre: a chave de acesso ser o número do CPF; o que fazer caso o CPF não tenha sido corretamente cadastrado previamente pelo CNJ; além de detalhes técnicos, como a necessidade de clicar o botão “finalizar” após o fim do preenchimento, conforme a reprodução a seguir:

⁶ *Senior Civil Service Survey*.

⁷ *Public Service Employee Survey (PSES)*.

⁸ *State of the Services Report*.

⁹ Mais detalhes sobre as taxas de retorno e o grau de representatividade dos dados obtidos pelo censo estão dispostos alhures neste anexo.

¹⁰ No site do censo do Poder Judiciário havia um relatório *online* com as taxas de respostas ao censo disponíveis por tribunal/conselho, atualizadas a cada minuto, o que serviu de estímulo aos participantes.

Prezado(a) Servidor(a),

O Censo é a primeira tentativa de conhecer o perfil dos servidores do Poder Judiciário brasileiro. Os resultados do Censo ajudarão o CNJ a melhorar as ações e políticas voltadas aos servidores. É imprescindível que cada um responda individualmente a este questionário. São apenas 5 minutos.

O Censo dos magistrados será lançado em breve.

Não haverá qualquer divulgação de dados individuais, mas apenas resultados agrupados em estatísticas. Está garantido o sigilo das informações.

O acesso ao questionário é possível pelo seu CPF. Caso seu CPF não esteja cadastrado, procure a Comissão do Censo do seu Tribunal/Conselho ou o setor de RH ou Gestão de Pessoas do seu Tribunal.

As comissões do censo foram formadas para apoiar o Censo em cada Tribunal/Conselho. Os contatos dos integrantes estão na página do censo www.cnj.jus.br/censo, na aba Comissões do Censo à direita do site.

O preenchimento só pode ser feito por você. Sua participação é fundamental para um Judiciário fortalecido!

Após o preenchimento do questionário clique no botão “Finalizar”.

As questões do questionário estão reproduzidas a seguir. Comentários sobre o conteúdo do questionário estão dispostos no decorrer do documento.

Bloco 1 - Você e o Poder Judiciário

Marque a resposta que melhor traduz sua opinião ou experiência profissional **ATUAL**.

Questões 1 a 22 não obrigatórias

Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não se aplica
1	Estou feliz com a minha escolha profissional de trabalhar no Poder Judiciário	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
2	Meu trabalho melhora o desempenho do meu tribunal/conselho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
3	O volume de trabalho atribuído a mim permite que minhas tarefas sejam concluídas durante a minha jornada regular de trabalho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
4	Meu tribunal/conselho investe na capacitação dos servidores	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
5	Há constante melhoria das rotinas de trabalho no âmbito do meu tribunal/conselho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
6	A adoção de metas pelo meu tribunal/conselho é positiva para o Poder Judiciário	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
7	A adoção de metas pelo meu tribunal/conselho é positiva para o cidadão	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
8	A adoção de metas pelo meu tribunal/conselho é positiva para os servidores	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
Avalie o quanto você <u>está satisfeito</u> em relação:		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não se aplica
9	Ao salário que recebe em relação ao trabalho que executa.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

10	Às possibilidades de crescimento em sua carreira dentro do tribunal/ conselho em que você trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
11	Às relações profissionais de seu cotidiano de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
12	Ao resultado do trabalho prestado aos cidadãos	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
13	Ao acesso a instrumentos e equipamentos adequados ao trabalho que você realiza (computadores, acesso à internet, livros, material de papelaria, etc.).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
14	Às condições físicas (higiene, iluminação, ventilação, ruído, temperatura, etc.) em seu local de trabalho (setor em que você trabalha).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
15	À preocupação que seu tribunal/conselho tem em relação à sua qualidade de vida/saúde no trabalho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Quanto a sua motivação em relação ao trabalho, avalie:

		Nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre	Não se aplica
16	Você acorda pela manhã disposto(a) e pensando nos trabalhos/projetos do dia em seu tribunal/conselho?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
17	Você se lembra de ter tido pelo menos uma ideia ou solução inovadora para melhorar seu trabalho recentemente?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
18	Você tem curiosidade em aprender cada vez mais a respeito de seu trabalho?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
19	Você sente orgulho de dizer para seus amigos o que faz e onde trabalha?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
20	Você se sente valorizado em seu local de trabalho?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
21	Seu potencial de trabalho é maior que seu trabalho exige	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
22	Quando você precisa de outras áreas do seu tribunal/conselho, você é atendido com atenção e presteza?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Comentários ao Bloco 1:

O primeiro bloco do questionário foi constituído de questões de opinião sobre a relação do servidor com o seu trabalho, englobando a satisfação com a carreira, o salário, as chances de ascensão, as relações profissionais (nível de integração e organicidade da instituição), as políticas de gestão do tribunal, o que envolve aspectos materiais, gestão de pessoas (capacitação, saúde, competências). Parte importante do conteúdo das questões do primeiro bloco foi extraída da vivência dos pesquisadores em fases de planejamento e teste do questionário. Algumas questões foram adaptadas de pesquisas anteriores, como a própria pesquisa de clima realizada em 2011 pelo Conselho Nacional de Justiça, além da consulta a outras fontes, como às referências sobre o tema na literatura especializada, além dos recursos disponibilizados pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública). Houve apresentação e consulta a entidades sindicais de servidores do Poder Judiciário, o que também possibilitou a compreensão mais ampla dos elementos de clima e satisfação do público de respondentes do censo.

Quanto ao formato das questões do primeiro bloco, além dos modelos e referências consultadas, diversificou-se as escalas de mensuração em três tipos, todas elas baseadas na metodologia de Likert. Cada uma das escalas contou com cinco opções de respostas auto excludentes (método em que apenas uma alternativa poderia ser marcada), sendo uma das opções dedicada a situações que poderiam não se aplicar à realidade do respondente. Além disso, nenhuma das perguntas do primeiro bloco do questionário foi obrigatória, o que permitiria aos respondentes, caso se julgassem pouco aptos ao oferecimento de respostas, deixar em branco a resposta.

O escalonamento proposto por Rensis Likert na década de 1930 alia a avaliação sobre atitudes favoráveis ou desfavoráveis em relação a afirmações dadas. Embora o método original conte tradicionalmente com cinco opções de resposta, duas para cada extremo (positivo ou negativo) e um ponto médio dedicado a captar a indecisão, indiferença ou a neutralidade, atualmente não há consenso na literatura acerca do número “correto” de itens a comporem tal tipo de escala. Conforme Maxim (1999: 224), o que é consenso neste tipo de construção é a necessidade de que as categorias construídas alcancem bons níveis de compreensão a depender do grau de informação sobre o tema que o público respondente possui. Portanto, há autores que defendem que escalas com três ou quatro itens alcançaram níveis de validade tão grandes quanto escalas de Likert mais tradicionais, com cinco ou sete opções de respostas. Conforme Maxim “muitos pesquisadores concluíram que o número ótimo de itens é mesmo uma questão empírica, relacionada ao conteúdo da escala e ao contexto da sua aplicação” (idem, 224).

A principal diferença entre escalas com mais ou menos itens diz respeito à presença ou não do ponto médio, indicando indiferença ou neutralidade. Como já afirmado, a composição de escalas do tipo Likert depende das situações da pesquisa, do público incluído, etc. Portanto, não é raro encontrar defesas técnicas da supressão da opção neutra. Conforme Sampieri, Collado & Lucio:

Algumas vezes eliminamos a opção ou categoria intermediária ou neutra para comprometer o sujeito ou força-lo para que se pronuncie de maneira favorável ou desfavorável. Também segundo Hodge e Gillespie (2003) alguns participantes graduam sua intensidade em um contínuo que vai do ‘concordo extremamente’ a ‘neutro’ e até o ‘discordo extremamente’, enquanto outros entendem essa categoria central como um ‘não sei’ ou ‘não é o caso’. Esses indivíduos vêem o ponto neutro como uma extensão da dimensão de conteúdo, considerando-o uma opção de resposta quando não têm informação suficiente. (2013: 268).

Com base no apurado na literatura, decidiu-se pela supressão da opção “nem concordo, nem discordo” por vários motivos. Primeiro, porque seria importante que os três tipos de questões utilizadas no primeiro bloco contivessem escalas de mensuração com mesmo número de pontos, facilitando a comparação entre seus conteúdos. Segundo, porque a supressão do ponto médio da escala de Likert, elemento de grande preferência em pesquisas de atitudes, veio acompanhada da possibilidade de não resposta à pergunta. Isso significa que a indecisão pôde redundar em uma ausência de respostas. Terceiro, porque questionários auto aplicados possuem, comprovadamente, maiores taxas de desistência, sobretudo se possuem perguntas sobre opiniões. Isso, porque os conteúdos quase nunca são fáticos, mas atitudinais, o que exige reflexões nem sempre previamente feitas pelos respondentes. Uma atitude parecida com a desistência é a marcação da ausência de opinião, o que pode ser considerado algo próximo do próprio ponto médio da escala de Likert.

Além da escala de Likert tradicional, referindo-se à concordância e/ou discordância dos respondentes em relação a algumas afirmações, o primeiro bloco de questões do questionário de servidores utilizou perguntas com adaptações desta escala para captar a frequência com que determinadas situações ocorriam, conforme outras pesquisas consultadas. Outra adaptação importante foi a utilização de escalas para captação do nível de satisfação e de insatisfação dos servidores em relação a temas de importância para o seu trabalho nos tribunais/conselhos do Poder Judiciário. Em todos os casos, as perguntas tiveram seu conteúdo revisado e muito cuidado na ponderação das distâncias entre os itens.

Bloco 2 - Informações sobre o tribunal/conselho

23) Atualmente em qual tribunal/conselho você exerce suas atividades?

Escolha apenas uma opção

Tribunais Superiores

- 01 - () Supremo Tribunal Federal
- 02 - () Superior Tribunal de Justiça
- 03 - () Superior Tribunal Militar
- 04 - () Tribunal Superior do Trabalho
- 05 - () Tribunal Superior Eleitoral

Conselhos Superiores

- 06 - () Conselho Nacional de Justiça
- 07 - () Conselho da Justiça Federal
- 08 - () Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

- 09 - () TJ do Acre
- 10 - () TJ de Alagoas
- 11 - () TJ do Amapá
- 12 - () TJ do Amazonas
- 13 - () TJ da Bahia
- 14 - () TJ do Ceará
- 15 - () TJ do Distrito Federal e dos Territórios
- 16 - () TJ do Espírito Santo
- 17 - () TJ de Goiás
- 18 - () TJ do Maranhão
- 19 - () TJ do Mato Grosso

- 20 - () TJ do Mato Grosso do Sul
- 21 - () TJ de Minas Gerais
- 22 - () TJ do Pará
- 23 - () TJ da Paraíba
- 24 - () TJ do Paraná
- 25 - () TJ de Pernambuco
- 26 - () TJ do Piauí
- 27 - () TJ do Rio de Janeiro
- 28 - () TJ do Rio Grande do Norte
- 29 - () TJ do Rio Grande do Sul
- 30 - () TJ de Rondônia
- 31 - () TJ de Roraima
- 32 - () TJ de Santa Catarina
- 33 - () TJ de São Paulo
- 34 - () TJ do Sergipe
- 35 - () TJ de Tocantins

Justiça Federal

- 36 - () TRF da 1ª Região
- 37 - () TRF da 2ª Região
- 38 - () TRF da 3ª Região
- 39 - () TRF da 4ª Região
- 40 - () TRF da 5ª Região

Justiça Eleitoral

- 41 - () TRE do Acre
- 42 - () TRE de Alagoas
- 43 - () TRE do Amapá
- 44 - () TRE do Amazonas
- 45 - () TRE da Bahia
- 46 - () TRE do Ceará
- 47 - () TRE do Distrito Federal
- 48 - () TRE do Espírito Santo
- 49 - () TRE de Goiás
- 50 - () TRE do Maranhão
- 51 - () TRE do Mato Grosso
- 52 - () TRE do Mato Grosso do Sul
- 53 - () TRE de Minas Gerais
- 54 - () TRE do Pará
- 55 - () TRE da Paraíba
- 56 - () TRE do Paraná
- 57 - () TRE de Pernambuco

- 58 - () TRE do Piauí
- 59 - () TRE do Rio de Janeiro
- 60 - () TRE do Rio Grande do Norte
- 61 - () TRE do Rio Grande do Sul
- 62 - () TRE de Rondônia
- 63 - () TRE de Roraima
- 64 - () TRE de Santa Catarina
- 65 - () TRE de São Paulo
- 66 - () TRE de Sergipe
- 67 - () TRE de Tocantins

Justiça do Trabalho

- 68 - () TRT da 1ª Região
- 69 - () TRT da 2ª Região
- 70 - () TRT da 3ª Região
- 71 - () TRT da 4ª Região
- 72 - () TRT da 5ª Região
- 73 - () TRT da 6ª Região
- 74 - () TRT da 7ª Região
- 75 - () TRT da 8ª Região
- 76 - () TRT da 9ª Região
- 77 - () TRT da 10ª Região
- 78 - () TRT da 11ª Região
- 79 - () TRT da 12ª Região
- 80 - () TRT da 13ª Região
- 81 - () TRT da 14ª Região
- 82 - () TRT da 15ª Região
- 83 - () TRT da 16ª Região
- 84 - () TRT da 17ª Região
- 85 - () TRT da 18ª Região
- 86 - () TRT da 19ª Região
- 87 - () TRT da 20ª Região
- 88 - () TRT da 21ª Região
- 89 - () TRT da 22ª Região
- 90 - () TRT da 23ª Região
- 91 - () TRT da 24ª Região

Justiça Militar Estadual

- 93 - () TJM de Minas Gerais
- 94 - () TJM do Rio Grande do Sul
- 95 - () TJM de São Paulo

24) Atualmente, em qual ÁREA do tribunal/conselho você trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Área Administrativa
- 3 - () Área Judiciária

25) Atualmente, em qual INSTÂNCIA do tribunal/conselho você trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () 1ª instância (inclui Juizados Especiais e Turmas Recursais)
- 3 - () 2ª instância
- 5 - () Instância única (tribunais superiores e conselhos)

26) Em qual unidade da Federação você trabalha?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|--------------------|------------------------------|
| 11 - () Rondônia | 24 - () Rio Grande do Norte |
| 12 - () Acre | 25 - () Paraíba |
| 13 - () Amazonas | 26 - () Pernambuco |
| 14 - () Roraima | 27 - () Alagoas |
| 15 - () Pará | 28 - () Sergipe |
| 16 - () Amapá | 29 - () Bahia |
| 17 - () Tocantins | 31 - () Minas Gerais |
| 21 - () Maranhão | 32 - () Espírito Santo |
| 22 - () Piauí | 33 - () Rio de Janeiro |
| 23 - () Ceará | 35 - () São Paulo |

- 41 - () Paraná
- 42 - () Santa Catarina
- 43 - () Rio Grande do Sul
- 50 - () Mato Grosso do Sul
- 51 - () Mato Grosso
- 52 - () Goiás
- 53 - () Distrito Federal

27) Em qual município você trabalha?

Escolha apenas uma opção

No questionário eletrônico, os códigos dos municípios serão carregados a depender da UF escolhida na questão anterior.

Comentários ao Bloco 2:

O segundo bloco do questionário foi constituído de questões de localização dos servidores, seja no território brasileiro, seja nas unidades que compõem o Poder Judiciário. Todas as questões utilizaram escalas de múltipla escolha com resposta única. Dada a diversidade de tipos de unidade e entendimentos divergentes acerca do que venha a ser grau de jurisdição, por exemplo, dos conselhos ou tribunais superiores, nas questões 24 e 25 do questionário foram adotadas tipologias bastante simples, para evitar ambiguidades no entendimento dos respondentes. Quanto à questão 24, houve manifestações de descontentamento de alguns respondentes, pois há áreas dos tribunais e conselhos que habitam a fronteira destas duas categorias, como a área de informática, de atendimento especializado à população, como nos casos dos assistentes sociais e psicólogos.

Bloco 3 - Informações pessoais

28) Data de nascimento:

Dia ___ / Mês ___ / Ano ___

29) Sexo:

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Feminino
- 3 - () Masculino

30) Estado civil:

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Casado(a) ou em união estável
- 2 - () Casado(a) ou em união estável **com pessoa do mesmo sexo**
- 3 - () Separado(a) judicialmente
- 4 - () Divorciado(a)
- 5 - () Viúvo(a)
- 6 - () Solteiro(a)

31) Cor ou raça:

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Branca
- 4 - () Preta
- 6 - () Amarela *(é aquela de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana, etc.)*
- 8 - () Parda
- 0 - () Indígena

32) Você é deficiente?

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Sim
- 4 - () Não **(SIGA PARA A QUESTÃO 33)**

32a) Qual é o tipo da sua deficiência?

É possível marcar várias opções

- 0 - () Física/motora
- 2 - () Auditiva
- 4 - () Visual
- 6 - () Mental

33) Você é:

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Brasileiro Nato
3 - () Brasileiro Naturalizado **(AQUELE QUE POSSUI CERTIFICADO DE NATURALIZAÇÃO)**
5 - () Português equiparado

34) Onde você nasceu?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 00 - () Outro país | 27 - () Alagoas |
| 11 - () Rondônia | 28 - () Sergipe |
| 12 - () Acre | 29 - () Bahia |
| 13 - () Amazonas | 31 - () Minas Gerais |
| 14 - () Roraima | 32 - () Espírito Santo |
| 15 - () Pará | 33 - () Rio de Janeiro |
| 16 - () Amapá | 35 - () São Paulo |
| 17 - () Tocantins | 41 - () Paraná |
| 21 - () Maranhão | 42 - () Santa Catarina |
| 22 - () Piauí | 43 - () Rio Grande do Sul |
| 23 - () Ceará | 50 - () Mato Grosso do Sul |
| 24 - () Rio Grande do Norte | 51 - () Mato Grosso |
| 25 - () Paraíba | 52 - () Goiás |
| 26 - () Pernambuco | 53 - () Distrito Federal |

35) Qual é seu nível de escolaridade?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () **Fundamental (ou 1º grau)** incompleto
2 - () **Fundamental (ou 1º grau)** completo **(SIGA PARA A QUESTÃO 36)**
3 - () **Médio (ou 2º grau)** incompleto
4 - () **Médio (ou 2º grau)** completo
5 - () **Superior de graduação** incompleto
6 - () **Superior de graduação** completo
7 - () **Pós-graduação** lato sensu ou especialização de nível superior (mínimo de 360 horas) completa
8 - () **Mestrado** completo
9 - () **Doutorado** completo

35a) Você completou mais de um curso superior de graduação?

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Sim
4 - () Não **(SIGA PARA A QUESTÃO 35c)**

35b) Qual destes cursos superiores em nível de graduação você concluiu primeiro?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|--|---|
| 01 - () Administração /Gestão Empresarial / Gestão Pública | 14 - () Engenharias |
| 02 - () Agronomia /Ciências Agrárias | 15 - () Estatística /Matemática |
| 03 - () Análise de sistemas / Informática/Ciência da Computação /Tecnologia da informação/Gestão de sistemas de informação/ Engenharia da computação | 16 - () Farmácia |
| 04 - () Arquitetura / Urbanismo | 17 - () Fisioterapia |
| 05 - () Arquivologia | 18 - () Geografia /Geologia |
| 06 - () Biblioteconomia /Ciência da Informação | 19 - () História |
| 07 - () Biologia | 20 - () Medicina |
| 08 - () Ciências Sociais / Sociologia/ Antropologia/ Ciência Política | 21 - () Nutrição |
| 09 - () Comunicação /Jornalismo/Publicidade /Relações Públicas /Desenho Industrial | 22 - () Odontologia |
| 10 - () Contabilidade /Ciências Contábeis / Ciências Atuariais | 23 - () Pedagogia |
| 11 - () Direito | 24 - () Psicologia |
| 12 - () Economia | 25 - () Serviço Social |
| 13 - () Enfermagem | 26 - () Letras |
| 99 - () Outro . Especifique: _____ | 27 - () Curso superior em carreiras militares |

35c) Qual destes cursos superiores em nível de graduação você concluiu (ou concluiu por último)?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () **Administração**/Gestão Empresarial / Gestão Pública

- 02 - () **Agronomia** /Ciências Agrárias
- 03 - () **Análise de sistemas** / Informática/Ciência da Computação /Tecnologia da informação/Gestão de sistemas de informação/ Engenharia da computação
- 04 - () **Arquitetura** / Urbanismo
- 05 - () **Arquivologia**
- 06 - () **Biblioteconomia**/Ciência da Informação
- 07 - () **Biologia**
- 08 - () **Ciências Sociais** / Sociologia/ Antropologia/ Ciência Política
- 09 - () **Comunicação** /Jornalismo/Publicidade /Relações Públicas /Desenho Industrial
- 10 - () **Contabilidade** /Ciências Contábeis / Ciências Atuariais
- 11 - () **Direito**
- 12 - () **Economia**
- 13 - () **Enfermagem**
- 14 - () **Engenharias**
- 15 - () **Estatística**/Matemática
- 16 - () **Farmácia**
- 17 - () **Fisioterapia**
- 18 - () **Geografia**/Geologia
- 19 - () **História**
- 20 - () **Medicina**
- 21 - () **Nutrição**
- 22 - () **Odontologia**
- 23 - () **Pedagogia**
- 24 - () **Psicologia**
- 25 - () **Serviço Social**
- 26 - () **Letras**
- 27 - () **Curso superior em carreiras militares**
- 99 - () **Outro**. Especifique: _____

36) Em média, quantas horas por dia você trabalha em seu tribunal/conselho?

Ignore os minutos.

Considere os horários conforme alguma licença ou regime especial de redução de jornada.

__ __ horas

Comentários ao Bloco 3:

O terceiro bloco de questões reuniu todas as informações pessoais, alternando entre questões abertas numéricas (horas de trabalho diário) ou que captam datas (de nascimento, por exemplo). A pergunta 30, sobre o estado civil, surgiu de uma adaptação do modelo encontrado no Censo do Demográfico de 2010, capitaneado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Naquela pesquisa captam-se três elementos: i) a relação de convivência, ou seja, se o respondente vive com cônjuge do mesmo sexo ou de sexo diferente; ii) qual é a natureza da união, ou seja, se é um casamento civil e religioso, se é só religioso, se é só civil ou se é uma união consensual; e iii) qual é o estado civil do respondente, englobando as categorias “casado”, “solteiro”, “divorciado”, “desquitado ou separado judicialmente” e “viúvo”. Para um questionário de proporções reduzidas, como é o caso do Censo do Poder Judiciário, adaptou-se a pergunta de modo a englobar a relação de convivência juntamente com o estado civil, independentemente da natureza da união.

A pergunta 31, sobre cor/raça também foi derivada das pesquisas tradicionalmente feitas pelo IBGE, com alto grau de consenso na literatura sobre o tema (Osorio, 2003). Em consulta específica àquele instituto, obteve-se, inclusive, a orientação de incluir instruções específicas para a categoria amarelo, já que em testes recentes com a tipologia de cores e raça do IBGE constatou-se a possibilidade de o amarelo ser confundido, em algumas regiões, com a categoria “parda”.

Dada a possibilidade de um servidor apresentar mais de uma deficiência, a questão 32a apresentou uma escala de múltipla escolha com resposta múltipla, também denominada lista de verificação, pois são possíveis pessoas com mais de uma deficiência.

As informações educacionais dos servidores foram captadas com riqueza de detalhes, tendo em vista sua importância como parâmetro de análise para informações funcionais, como a ocupação de cargos em comissão, grau de investimento dos tribunais e conselhos na qualificação dos servidores, etc. As questões com tal objetivo captam não apenas o nível de escolaridade, mas quais os cursos superiores concluídos, inclusive para os casos de duplas graduações.

Bloco 4 - Informações Funcionais

37) Você é:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Servidor **efetivo** do Poder Judiciário - cargo de nível **FUNDAMENTAL**
- 02 - () Servidor **efetivo** do Poder Judiciário - cargo de nível **MÉDIO**
- 03 - () Servidor **efetivo** do Poder Judiciário - cargo de nível **SUPERIOR**
- 04 - () **Servidor sem vínculo** efetivo com a administração pública, ocupante

(SIGA PARA A QUESTÃO 37b)

de cargo em comissão
05 - () Servidor ou empregado público de outros **Poderes**, **cedido** ao Poder Judiciário.

(SIGA PARA A QUESTÃO 38)

37a) Qual das opções a seguir mais se aproxima de sua instituição pública de origem?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Ministério Público da União
- 02 - () Ministério Público Estadual
- 03 - () Poder Executivo Federal
- 04 - () Poder Executivo Estadual
- 05 - () Poder Executivo Municipal
- 06 - () Poder Legislativo Federal
- 07 - () Poder Legislativo Estadual
- 08 - () Poder **Legislativo** Municipal
- 09 - () Conselho Profissional
- 10 - () Empresa Pública
- 11 - () Sociedade de Economia Mista
- 12 - () Autarquia
- 13 - () Fundação
- 99 - () Outra: _____

(SIGA PARA A
QUESTÃO 38)

37b) Qual foi o ano do ingresso em seu cargo efetivo atual?

Ano _ _ _ _

37c) O tribunal/conselho em que você trabalha é seu tribunal/conselho de origem?

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 37e)
- 4 - () Não

37d) Qual é seu tribunal/conselho de origem?

Escolha apenas uma opção

Tribunais Superiores

- 01 - () Supremo Tribunal Federal
- 02 - () Superior Tribunal de Justiça
- 03 - () Superior Tribunal Militar
- 04 - () Tribunal Superior do Trabalho
- 05 - () Tribunal Superior Eleitoral

Conselhos Superiores

- 06 - () Conselho Nacional de Justiça
- 07 - () Conselho da Justiça Federal
- 08 - () Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

- 09 - () TJ do Acre
- 10 - () TJ de Alagoas
- 11 - () TJ do Amapá
- 12 - () TJ do Amazonas
- 13 - () TJ da Bahia
- 14 - () TJ do Ceará
- 15 - () TJ do Distrito Federal e dos Territórios
- 16 - () TJ do Espírito Santo
- 17 - () TJ de Goiás
- 18 - () TJ do Maranhão
- 19 - () TJ do Mato Grosso
- 20 - () TJ do Mato Grosso do Sul
- 21 - () TJ de Minas Gerais
- 22 - () TJ do Pará
- 23 - () TJ da Paraíba
- 24 - () TJ do Paraná
- 25 - () TJ de Pernambuco
- 26 - () TJ do Piauí
- 27 - () TJ do Rio de Janeiro
- 28 - () TJ do Rio Grande do Norte
- 29 - () TJ do Rio Grande do Sul
- 30 - () TJ de Rondônia

31 - () TJ de Roraima

- 32 - () TJ de Santa Catarina
- 33 - () TJ de São Paulo
- 34 - () TJ do Sergipe
- 35 - () TJ de Tocantins

Justiça Federal

- 36 - () TRF da 1ª Região
- 37 - () TRF da 2ª Região
- 38 - () TRF da 3ª Região
- 39 - () TRF da 4ª Região
- 40 - () TRF da 5ª Região

Justiça Eleitoral

- 41 - () TRE do Acre
- 42 - () TRE de Alagoas
- 43 - () TRE do Amapá
- 44 - () TRE do Amazonas
- 45 - () TRE da Bahia
- 46 - () TRE do Ceará
- 47 - () TRE do Distrito Federal
- 48 - () TRE do Espírito Santo
- 49 - () TRE de Goiás
- 50 - () TRE do Maranhão
- 51 - () TRE do Mato Grosso
- 52 - () TRE do Mato Grosso do Sul
- 53 - () TRE de Minas Gerais
- 54 - () TRE do Pará
- 55 - () TRE da Paraíba
- 56 - () TRE do Paraná
- 57 - () TRE de Pernambuco
- 58 - () TRE do Piauí
- 59 - () TRE do Rio de Janeiro
- 60 - () TRE do Rio Grande do Norte
- 61 - () TRE do Rio Grande do Sul

62 - () TRE de Rondônia

63 - () TRE de Roraima

64 - () TRE de Santa Catarina

65 - () TRE de São Paulo

66 - () TRE de Sergipe

67 - () TRE de Tocantins

Justiça do Trabalho

68 - () TRT da 1ª Região

69 - () TRT da 2ª Região

70 - () TRT da 3ª Região

71 - () TRT da 4ª Região

72 - () TRT da 5ª Região

73 - () TRT da 6ª Região

74 - () TRT da 7ª Região

75 - () TRT da 8ª Região

76 - () TRT da 9ª Região

77 - () TRT da 10ª Região

78 - () TRT da 11ª Região

79 - () TRT da 12ª Região

80 - () TRT da 13ª Região

81 - () TRT da 14ª Região

82 - () TRT da 15ª Região

83 - () TRT da 16ª Região

84 - () TRT da 17ª Região

85 - () TRT da 18ª Região

86 - () TRT da 19ª Região

87 - () TRT da 20ª Região

88 - () TRT da 21ª Região

89 - () TRT da 22ª Região

90 - () TRT da 23ª Região

91 - () TRT da 24ª Região

Justiça Militar Estadual

93 - () TJM de Minas Gerais

94 - () TJM do Rio Grande do Sul

95 - () TJM de São Paulo

37e) Você ingressou **NO PODER JUDICIÁRIO** por :

Escolha apenas uma opção

1 - () Concurso Público

3 - () Efetivação a partir da Constituição Federal de 1988 **(SIGA PARA A QUESTÃO 38)**

37f) Qual foi o nível de escolaridade exigido no concurso público para o cargo efetivo que você ocupa atualmente?

Escolha apenas uma opção

01 - () Nível **fundamental**

02 - () Nível **médio ou** Curso **técnico** equivalente ao nível médio

03 - () Nível superior em **qualquer área de formação**

04 - () Nível superior em **Direito**

05 - () Nível superior em **Administração**

06 - () Nível superior em **Economia**

07 - () Nível superior em **Psicologia**

08 - () Nível superior em **Comunicação**

09 - () Nível superior em **Estatística**

10 - () Nível superior em **Contabilidade**

11 - () Nível superior em **Engenharias**

12 - () Nível superior em **Serviço Social**

13 - () Nível superior em **Pedagogia**

14 - () Nível superior em **Ciências Sociais**

15 - () Nível superior em **Medicina** / Odontologia / Enfermagem

16 - () Nível superior em **Biblioteconomia**/Ciência da Informação/ Arquivologia

17 - () Nível superior em **Análise de sistemas** / Informática / Ciência da Computação / Tecnologia da informação / Gestão de sistemas de informação / Engenharia da computação

99 - () **Outros** cursos superiores específicos

37g) No concurso para o cargo que você ocupa atualmente, você foi aprovado para as vagas destinadas às pessoas com deficiência?

Escolha apenas uma opção

1 - () Sim

3 - () Não

37h) Já ocupou outro cargo efetivo anteriormente?

Escolha apenas uma opção

1 - () Sim

3 - () Não **(SIGA PARA A QUESTÃO 38)**

37i) Qual o ano de ingresso neste cargo efetivo anterior?

Questão não obrigatória

Ano ___ ___ ___

37j) Qual das opções a seguir mais se aproxima do tipo de instituição pública em que você exerceu este cargo efetivo referido na questão anterior?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Poder Judiciário Federal
- 02 - () Poder Judiciário Estadual
- 03 - () Ministério Público Estadual
- 04 - () Ministério Público da União
- 05 - () Poder Executivo Federal
- 06 - () Poder Executivo Estadual
- 07 - () Poder Executivo Municipal
- 08 - () Poder Legislativo Federal
- 09 - () Poder Legislativo Estadual
- 10 - () Poder Legislativo Municipal
- 11 - () Conselho Profissional
- 12 - () Empresa Pública
- 13 - () Sociedade de Economia Mista
- 14 - () Autarquia
- 15 - () Fundação
- 99 - () Outra: _____

38) Atualmente, você ocupa algum cargo em comissão ou função de confiança no tribunal/conselho em que trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
- 3 - () Não **(SIGA PARA A QUESTÃO 39)**

38a) Qual foi o ano da nomeação/designação para o cargo em comissão ou para a função de confiança que você ocupa atualmente?

Ano ____ ____ ____ ____

38b) Antes deste cargo em comissão ou função de confiança que você ocupa atualmente, ocupou outros cargos em comissão ou funções de confiança no tribunal/conselho em que trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
- 3 - () Não **(SIGA PARA A QUESTÃO 39)**

38c) Por quantos anos você ocupou cargo(s) em comissão ou função(ões) de confiança, no tribunal/conselho em que você trabalha atualmente (tempo total de ocupação)?

Considere apenas o período prévio à ocupação do cargo em comissão ou função de confiança atual.

Caso tenha havido intervalos na ocupação de cargos ou funções desta natureza, considere o somatório do tempo em que ocupou o(s) referido(s) cargo(s) ou função(ões), excluindo os intervalos.

____ ____ anos

39) No último ano, você esteve de licença remunerada por motivo de doença ou acidente?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
- 3 - () Não **(ENCERRE O QUESTIONÁRIO)**

39a) Esta doença ou acidente que ocasionou a licença foi relacionada a seu trabalho?

Escolha apenas uma opção. Questão não obrigatória.

Caso tenha sido afastado mais de uma vez, considere apenas o último afastamento.

- 1 - () Sim
- 3 - () Não

39b) Por quantos dias esteve afastado em razão desta doença ou acidente?

Questão não obrigatória

____ ____ ____ dias

Comentários ao Bloco 4:

O quarto e último bloco do questionário é, sem dúvida, o mais complexo. Entre os principais desafios estiveram: a necessidade de abarcar detalhes funcionais dos servidores federais e estaduais em um mesmo questionário; captar distintos tipos de servidores públicos e meios de ingresso nos tribunais; eventuais movimentações entre tribunais e ramos de justiça; características dos próprios concursos públicos para ingresso em suas carreiras. Tudo

isso demandou testes e consultas a áreas especializadas dos vários tribunais envolvidos. Há detalhes da história funcional prévia ao ingresso nos tribunais, além de pergunta exclusiva para captar casos de afastamento do trabalho por motivos de adoecimento e sua relação com o trabalho desempenhado no tribunal.

Um aspecto relevante de ser enfatizado é a forma de apresentação de algumas categorias nos gráficos expostos nos capítulos seguintes. Quando os gráficos se referirem a servidores sem vínculo, devem ser entendidos aqueles trabalhadores não efetivos ocupantes de cargos em comissão. Entretanto, quando o gráfico fizer referência apenas a ocupantes de cargos comissionados ou funções comissionadas, significa que não há distinção do tipo de vínculo com a administração pública, ou seja, estão considerados os servidores com e sem vínculo, diferenciando-se apenas os que ocupam e os que não ocupam cargos em comissão ou funções de confiança no tribunal em que trabalha.

2.3.2. O questionário dos magistrados

Como as opções metodológicas dos questionários são similares, o conteúdo já expresso serve também ao questionário dos magistrados. A maior homogeneidade das características profissionais dos magistrados levou a que sua caracterização por meio do questionário pudesse ser feita com número menor de questões, comparativamente ao instrumento que pautou a coleta dos dados de servidores. Por este motivo, o questionário de magistrados conteve número maior de questões para coleta de opiniões (Bloco 1) em relação às demais, além de aprofundar-se nas características das magistradas, sobretudo com vistas a coletar percepções acerca da discriminação e desigualdades de gênero por ventura existentes no ingresso, movimentação e também nas relações entre magistratura e outros profissionais do sistema de Justiça, além dos jurisdicionados.

Instruções:

Prezado(a) Magistrado(a),

O Censo é uma pesquisa que visa conhecer o perfil dos magistrados. As informações fornecerão subsídios para a formulação de políticas públicas direcionadas à carreira da magistratura.

Para acessar o questionário, informe o seu CPF. Caso seu CPF não esteja cadastrado, por favor, encaminhe um e-mail para censo@cnj.jus.br ou procure a Comissão do Censo do tribunal/conselho em que atua.

Não haverá qualquer divulgação de dados individuais, apenas de resultados agrupados em estatísticas. O sigilo das informações é um compromisso ético do CNJ.

O tempo médio de preenchimento é curto, estimado em apenas 10 minutos.

Após o preenchimento do questionário, clique no botão “Finalizar”. Em seguida, haverá uma mensagem de confirmação. Caso não apareça qualquer mensagem, por favor, contate-nos.

A contribuição de todos é muito importante para o sucesso do estudo.

Assim como no caso dos servidores, o questionário online foi precedido por uma página contendo um texto com informações e instruções, todas vinculadas às já mencionadas premissas do censo.

Bloco 1 - Atuação no Poder Judiciário

Marque a resposta que melhor traduz sua opinião ou experiência profissional **ATUAL**.

Todas as questões são obrigatórias

Avalie o quanto você <u>concorda</u> com as afirmações seguintes		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não se aplica / Prefiro não responder
1	Estou satisfeito com a minha escolha profissional de ser magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

2	O volume de trabalho atribuído a mim permite que as minhas tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
3	Os cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo tribunal/ conselho em que atuo contribuem para meu trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
4	A adoção de metas de produtividade é positiva para o Poder Judiciário.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
5	A adoção de metas de produtividade é positiva para o cidadão.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
6	A adoção de metas de produtividade é positiva para os magistrados.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
7	O sistema constitucional de promoção, com a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento, é o mais adequado para a carreira do magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
8	Um sistema de promoção baseado apenas no critério de antiguidade seria o mais adequado para a carreira do magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
9	Um sistema de promoção baseado apenas no critério de merecimento seria o mais adequado para a carreira do magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
10	O CNJ contribui para a melhoria da gestão e modernização do Poder Judiciário.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
11	As deliberações do CNJ contribuem para a melhoria do meu trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Avalie o quanto você está satisfeito em relação:

		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Não se aplica / Prefiro não responder
12	Ao salário que recebe considerando o trabalho que executa.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
13	À carreira da magistratura.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
14	Às relações profissionais cotidianas com outros magistrados.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
15	Às relações profissionais cotidianas com os servidores do seu local de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
16	Às relações profissionais com a alta administração do tribunal/conselho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
17	Ao resultado do trabalho prestado aos cidadãos.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
18	Aos instrumentos e equipamentos utilizados no trabalho (computadores, acesso à internet, material de expediente, etc.).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
19	Às condições de trabalho e às instalações físicas (higiene, iluminação, ventilação, ruído, temperatura, acessibilidade e mobilidade etc.).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
20	À atuação do tribunal/conselho em que trabalha em relação a sua qualidade de vida/saúde no trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
21	À atuação do tribunal/conselho em que trabalha em relação a sua segurança pessoal.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
22	À atuação do tribunal/conselho em que trabalha em relação à segurança no seu local de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
23	À atuação do CNJ para a melhoria da prestação jurisdicional.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
24	Ao sistema de processo eletrônico adotado no tribunal em que trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
25	Ao número de servidores da unidade judiciária em que trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
26	À qualificação dos servidores da unidade judiciária em que trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Avalie a **frequência** das seguintes situações:

		Nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre	Não se aplica / Prefiro não responder
27	Recebo sugestões de aprimoramento das rotinas de trabalho do tribunal/conselho em que atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
28	Participo da gestão orçamentária do tribunal/conselho em que atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
29	Participo das decisões relativas à gestão de pessoas do tribunal/conselho em que atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
30	Participo do planejamento estratégico do tribunal/conselho no qual atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
31	Recebo orientações do tribunal/conselho no qual atuo quanto ao cumprimento das deliberações do CNJ.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
Quanto a sua motivação pessoal em relação ao trabalho, avalie:						
		Nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre	Não se aplica / Prefiro não responder
32	Você implementa novas ideias ou soluções para melhorar a gestão da sua unidade judiciária?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
33	Você tem tempo e disposição para aprimorar seus conhecimentos a respeito dos temas com os quais trabalha?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
34	Sente-se valorizado pelo exercício da magistratura?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Comentários ao Bloco 1:

O Bloco 1 contemplou seis temas principais, todos eles captados com perguntas com as mesmas características metodológicas já descritas para o questionário de servidores. Um dos temas principais disse respeito às opiniões sobre a carreira da magistratura, que enfatizou a satisfação em geral, mas também conteúdos específicos, como o salário, a valorização, o resultado do trabalho. Houve também três perguntas acerca do sistema de promoção atual e também dedicadas a avaliar dois cenários possíveis de alteração deste sistema.

Outro tema focado no primeiro bloco do questionário indagou aos magistrados sobre o seu grau de participação no planejamento estratégico, da gestão orçamentária, da gestão de pessoas, além de avaliarem as rotinas de gestão dos tribunais, tanto para saber se os magistrados recebem sugestões de aprimoramento, quanto para conhecer em que medida eles implementam novas ideias úteis à melhora da gestão da unidade judiciária da qual é responsável.

Além da participação do magistrado nas políticas mais amplas dos tribunais e conselhos aos quais estão vinculados, houve um conjunto de perguntas sobre o volume de trabalho, as metas processuais e a gestão processual. Além de uma avaliação sobre a positividade das metas de produtividade para o Poder Judiciário, os cidadãos e para si próprios, à semelhança do que foi feito para os servidores, avaliou-se a disposição para o auto aperfeiçoamento dos juízes e também em que medida avaliam se o volume de trabalho distribuído a cada um deles permite que concluam suas tarefas dentro da jornada de trabalho regular.

Um aspecto de grande relevância foi a coleta da opinião dos magistrados sobre as pessoas com as quais lidam direta ou indiretamente no âmbito dos tribunais ou conselhos. Houve indagações acerca da satisfação com o quantitativo e a qualificação dos servidores da unidade judiciária em que trabalham, opiniões sobre sua relação com os demais juízes, além de pergunta sobre a relação de cada um dos juízes com a alta administração do tribunal a que estão vinculados.

Houve, ainda, perguntas destinadas a avaliar a opinião dos magistrados sobre as políticas desenvolvidas pelos tribunais e conselhos voltadas ao aperfeiçoamento dos magistrados, às suas condições de trabalho, à qualidade de vida e à saúde no ambiente do trabalho, além de perguntas sobre a satisfação com as ações voltadas à segurança pessoal do magistrado e também à preocupação com a segurança dos locais em que os magistrados exercem suas

atividades.

Por fim, buscou-se captar o grau de satisfação dos magistrados em relação às ações e políticas do Conselho Nacional de Justiça para a melhora da prestação jurisdicional e para o trabalho cotidiano dos magistrados, além de indagar especificamente se o CNJ contribuiu para a melhoria da gestão e modernização do Poder Judiciário. Por fim, ainda neste tema, houve a intenção de avaliar em que medida os tribunais cumprem as deliberações do CNJ, além de aferir o grau de satisfação dos magistrados com os sistemas de processo eletrônico adotados nos tribunais e conselhos.

Bloco 2 - Informações Funcionais

35) Atualmente, você é:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Juiz Substituto (cargo inicial da carreira)
- 02 - () Juiz Titular
- 03 - () Juiz Eleitoral da classe dos advogados
- 04 - () Juiz Substituto de 2º grau
- 05 - () Desembargador
- 06 - () Ministro de Tribunal Superior/Supremo Tribunal Federal
- 07 - () Conselheiro do CNJ

36) Você acumula atribuições na Justiça Eleitoral?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica

[\(SIGA PARA A QUESTÃO 37\)](#)

36a) Em qual grau de jurisdição?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () 1º Grau
- 02 - () 2º Grau
- 03 - () Tribunal Superior Eleitoral

37) No concurso para a magistratura, você foi aprovado para as vagas destinadas às pessoas com deficiência?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica

38) Realizou curso de formação quando do ingresso na carreira de Magistrado?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica

39) Qual foi o ano do seu ingresso na magistratura?

Ano _ _ _ _

40) Já ocupou outro cargo público anteriormente?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não [\(SIGA PARA A QUESTÃO 41\)](#)

40a) Qual é o tipo de instituição pública em que exerceu o cargo público imediatamente anterior ao atual?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Poder Judiciário Federal
- 02 - () Poder Judiciário Estadual
- 03 - () Ministério Público Estadual
- 04 - () Ministério Público da União
- 05 - () Defensoria Pública da União
- 06 - () Defensoria Pública Estadual
- 07 - () Poder Executivo Federal

- 09 - () Poder Executivo Estadual
- 10 - () Poder Executivo Municipal
- 11 - () Poder Legislativo Federal
- 12 - () Poder Legislativo Estadual
- 13 - () Poder Legislativo Municipal
- 14 - () Conselho Profissional
- 15 - () Empresa Pública
- 16 - () Sociedade de Economia Mista
- 17 - () Autarquia
- 18 - () Forças armadas
- 99 - () Outra: _____

41) Já foi convocado para substituição no 2º Grau do seu Tribunal ou do Tribunal Superior do seu ramo de Justiça?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica à minha carreira atual

42) Quantas horas em média você trabalha no seu tribunal/conselho, por dia?

Ignore os minutos.

__ __ horas

Bloco 3 - Informações sobre o Tribunal/Conselho

43) Em qual Unidade da Federação você atua?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 11 - () Rondônia | 28 - () Sergipe |
| 12 - () Acre | 29 - () Bahia |
| 13 - () Amazonas | 31 - () Minas Gerais |
| 14 - () Roraima | 32 - () Espírito Santo |
| 15 - () Pará | 33 - () Rio de Janeiro |
| 16 - () Amapá | 35 - () São Paulo |
| 17 - () Tocantins | |
| 21 - () Maranhão | 41 - () Paraná |
| 22 - () Piauí | 42 - () Santa Catarina |
| 23 - () Ceará | 43 - () Rio Grande do Sul |
| 24 - () Rio Grande do Norte | 50 - () Mato Grosso do Sul |
| 25 - () Paraíba | 51 - () Mato Grosso |
| 26 - () Pernambuco | 52 - () Goiás |
| 27 - () Alagoas | 53 - () Distrito Federal |

44) Em qual município você atua?

Escolha apenas uma opção

Os códigos dos municípios serão carregados a depender da UF escolhida na questão anterior.

45) Em que tribunal/conselho você, atualmente, exerce a magistratura?

Em caso de acúmulo de jurisdição eleitoral, informe apenas o tribunal a que está originariamente vinculado.

Escolha apenas uma opção

Tribunais Superiores

- 01 - () Supremo Tribunal Federal
- 02 - () Superior Tribunal de Justiça
- 03 - () Superior Tribunal Militar
- 04 - () Tribunal Superior do Trabalho
- 05 - () Tribunal Superior Eleitoral
- 06 - () Conselho Nacional de Justiça
- 07 - () Conselho da Justiça Federal
- 08 - () Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

- 09 - () TJ do Acre

- 10 - () TJ de Alagoas
- 11 - () TJ do Amapá
- 12 - () TJ do Amazonas
- 13 - () TJ da Bahia
- 14 - () TJ do Ceará
- 15 - () TJ do Distrito Federal e dos Territórios
- 16 - () TJ do Espírito Santo
- 17 - () TJ de Goiás
- 18 - () TJ do Maranhão
- 19 - () TJ do Mato Grosso
- 20 - () TJ do Mato Grosso do Sul
- 21 - () TJ de Minas Gerais

- 22 - () TJ do Pará
 23 - () TJ da Paraíba
 24 - () TJ do Paraná
 25 - () TJ de Pernambuco
 26 - () TJ do Piauí
 27 - () TJ do Rio de Janeiro
 28 - () TJ do Rio Grande do Norte
 29 - () TJ do Rio Grande do Sul
 30 - () TJ de Rondônia
 31 - () TJ de Roraima
 32 - () TJ de Santa Catarina
 33 - () TJ de São Paulo
 34 - () TJ do Sergipe
 35 - () TJ de Tocantins
- Justiça Federal**
- 36 - () TRF da 1ª Região
 37 - () TRF da 2ª Região
 38 - () TRF da 3ª Região
 39 - () TRF da 4ª Região
 40 - () TRF da 5ª Região
- Justiça do Trabalho**
- 41 - () TRT da 1ª Região
 42 - () TRT da 2ª Região
 43 - () TRT da 3ª Região
 44 - () TRT da 4ª Região
 45 - () TRT da 5ª Região
 46 - () TRT da 6ª Região
 47 - () TRT da 7ª Região
 48 - () TRT da 8ª Região
 49 - () TRT da 9ª Região
 50 - () TRT da 10ª Região
 51 - () TRT da 11ª Região
 52 - () TRT da 12ª Região
 53 - () TRT da 13ª Região
 54 - () TRT da 14ª Região
 55 - () TRT da 15ª Região
 56 - () TRT da 16ª Região
 57 - () TRT da 17ª Região
 58 - () TRT da 18ª Região

- 59 - () TRT da 19ª Região
 60 - () TRT da 20ª Região
 61 - () TRT da 21ª Região
 62 - () TRT da 22ª Região
 63 - () TRT da 23ª Região
 64 - () TRT da 24ª Região

Justiça Militar Estadual

- 65 - () TJME de Minas Gerais
 66 - () TJME do Rio Grande do Sul
 67 - () TJME de São Paulo

Justiça Eleitoral

- 68 - () TRE do Acre
 69 - () TRE de Alagoas
 70 - () TRE do Amapá
 71 - () TRE do Amazonas
 72 - () TRE da Bahia
 73 - () TRE do Ceará
 74 - () TRE do Distrito Federal
 75 - () TRE do Espírito Santo
 76 - () TRE de Goiás
 77 - () TRE do Maranhão
 78 - () TRE do Mato Grosso
 79 - () TRE do Mato Grosso do Sul
 80 - () TRE de Minas Gerais
 81 - () TRE do Pará
 82 - () TRE da Paraíba
 83 - () TRE do Paraná
 84 - () TRE de Pernambuco
 85 - () TRE do Piauí
 86 - () TRE do Rio de Janeiro
 87 - () TRE do Rio Grande do Norte
 88 - () TRE do Rio Grande do Sul
 89 - () TRE de Rondônia
 90 - () TRE de Roraima
 91 - () TRE de Santa Catarina
 92 - () TRE de São Paulo
 93 - () TRE de Sergipe
 94 - () TRE de Tocantins

Bloco 4 - Informações Pessoais

46) Data de nascimento:

Dia ___ / Mês ___ / Ano ___

47) Sexo:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Feminino
 02 - () Masculino **(SIGA PARA A QUESTÃO 48)**

Questões de 47a a 47f não são obrigatórias

47a) No exercício da magistratura, já vivenciou alguma reação negativa por parte dos jurisdicionados por ser mulher?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
 02 - () Não

47b) No exercício da magistratura, já vivenciou alguma reação negativa por parte de outros profissionais do sistema de justiça por ser mulher?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
 02 - () Não

47c) Em comparação a seus colegas juízes (homens), o que você percebe quanto às dificuldades no exercício da magistratura?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Enfrento as mesmas dificuldades que meus colegas juízes
- 02 - () Enfrento menos dificuldades que meus colegas juízes
- 03 - () Enfrento mais dificuldades que meus colegas juízes

47d) Em comparação a seus colegas juízes (homens), em que medida sua vida pessoal é afetada pelo exercício da magistratura?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () É afetada na mesma medida que a de meus colegas juízes
- 02 - () É afetada em maior medida que a de meus colegas juízes
- 03 - () É afetada em menor medida que a de meus colegas juízes

47e) Avalie o quanto você concorda com a seguinte afirmação: “Os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”.

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Discordo totalmente
- 02 - () Discordo
- 03 - () Concordo
- 04 - () Concordo totalmente
- 05 - () Não se aplica / Prefiro não responder

47f) De modo geral, em comparação a seus colegas juízes (homens), o que você percebe quanto às dificuldades nos processos de remoção e promoção?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Enfrento as mesmas dificuldades que meus colegas juízes
- 02 - () Enfrento menos dificuldades que meus colegas juízes
- 03 - () Enfrento mais dificuldades que meus colegas juízes

48) Estado civil:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Casado(a) ou em união estável com pessoa de outro sexo
- 02 - () Casado(a) ou em união estável com pessoa de mesmo sexo
- 03 - () Separado(a) judicialmente
- 04 - () Divorciado(a)
- 05 - () Viúvo(a)
- 06 - () Solteiro(a)

49) Quantos filhos possui?

Digite zero caso não possua

__ __ filho(s)

50) Qual sua cor ou raça?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Branca
- 02 - () Preta
- 03 - () Amarela *(é aquela de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.)*
- 04 - () Parda
- 05 - () Indígena

51) Você é deficiente?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não *(SIGA PARA A QUESTÃO 52)*

51a) Qual é o tipo da sua deficiência?

É possível marcar várias opções

- 01 - () Física/Motora
- 02 - () Auditiva
- 03 - () Visual
- 04 - () Mental

52) Você é:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Brasileiro Nato
- 02 - () Brasileiro Naturalizado

03 - () Português Equiparado

53) Onde você nasceu?

Escolha apenas uma opção

- 00 - () Outro país
- 11 - () Rondônia
- 12 - () Acre
- 13 - () Amazonas
- 14 - () Roraima
- 15 - () Pará
- 16 - () Amapá
- 17 - () Tocantins
- 21 - () Maranhão
- 22 - () Piauí
- 23 - () Ceará
- 24 - () Rio Grande do Norte
- 25 - () Paraíba

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Instituição Pública
- 02 - () Instituição Privada

55) Além da graduação em Direito, você possui outro curso superior de graduação completo?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não **(SIGA PARA A QUESTÃO 56)**

55a) Além do curso superior em Direito, quais destes cursos superiores de graduação você concluiu?

- 01 - () **Administração**/Gestão Empresarial / Gestão Pública
 - 02 - () **Agronomia** /Ciências Agrárias
 - 03 - () **Análise de sistemas** / Informática/Ciência da Computação /Tecnologia da informação/Gestão de sistemas de informação/ Engenharia da computação
 - 04 - () **Arquitetura** / Urbanismo
 - 05 - () **Arquivologia**
 - 06 - () **Biblioteconomia**/Ciência da Informação
 - 07 - () **Biologia**
 - 08 - () **Ciências Sociais** / Sociologia/ Antropologia/ Ciência Política
 - 09 - () **Comunicação** /Jornalismo/Publicidade /Relações Públicas /Desenho Industrial
 - 10 - () **Contabilidade** /Ciências Contábeis / Ciências Atuariais
 - 11 - () **Economia**
 - 12 - () **Enfermagem**
 - 13 - () **Engenharias**
 - 14 - () **Estatística**/Matemática
 - 15 - () **Farmácia**
 - 16 - () **Fisioterapia**
 - 17 - () **Geografia**/Geologia
 - 18 - () **História**
 - 19 - () **Medicina**
 - 20 - () **Nutrição**
 - 21 - () **Odontologia**
 - 22 - () **Pedagogia**
 - 23 - () **Psicologia**
 - 24 - () **Serviço Social**
 - 25 - () **Letras**
 - 26 - () **Curso superior em carreiras militares**
- 99 - () **Outro**. Especifique: _____

56) Qual seu nível de escolaridade?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Curso Superior de graduação ou equivalente
- 02 - () **Pós-graduação** lato sensu ou especialização de nível superior (mínimo de 360 horas) completa
- 03 - () **Mestrado** completo
- 04 - () **Doutorado** completo
- 05 - () **Pós-doutorado** completo

57) Exerce atividade docente?

Escolha apenas uma opção

- 02 - () Sim
- 04 - () Não

58) Está associado a alguma entidade representativa de magistrados?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim

26 - () Pernambuco

27 - () Alagoas

28 - () Sergipe

29 - () Bahia

31 - () Minas Gerais

32 - () Espírito Santo

33 - () Rio de Janeiro

35 - () São Paulo

41 - () Paraná

42 - () Santa Catarina

43 - () Rio Grande do Sul

50 - () Mato Grosso do Sul

51 - () Mato Grosso

52 - () Goiás

53 - () Distrito Federal

54) O curso de Direito foi concluído em:

02 - () Não

59) Prestou algum concurso público para outras carreiras nos últimos dois anos?

Escolha apenas uma opção

01 - () Sim

02 - () Não

60) No último ano esteve de licença remunerada por motivo de doença ou acidente (excluídas as licenças para tratamento de pessoa da família)?

Escolha apenas uma opção

01 - () Sim

02 - () Não **(ENCERRE O QUESTIONÁRIO)**

60a) Esta doença ou acidente que ocasionou a licença está (ou esteve) relacionada a seu trabalho?

Caso tenha sido afastado mais de uma vez, considere apenas o último afastamento.

Escolha apenas uma opção

01 - () Sim

02 - () Não

2.4. Estratégias de teste dos questionários

As metodologias de levantamento de dados via questionário, denominadas *surveys* ou pesquisas de levantamento, são as mais indicadas para coletar informações de muitas unidades, sejam pessoas, sejam instituições. Como o custo operacional deste tipo de investigação é, em geral, alto, são comuns fases prévias de teste dos instrumentos de pesquisa (questionários, roteiros de entrevista, etc.). Portanto, embora os questionários do censo dos magistrados e dos servidores tenham sido fartamente discutidos, interna e externamente ao CNJ, foi imprescindível a realização de testes. Tal necessidade é ampliada quando o questionário é do tipo autoaplicável, pois não há interação direta e pessoal entre pesquisador e respondentes. Nos casos em que tal interação existe, eventuais imperfeições do instrumento podem ser sentidas no decorrer da aplicação, com possibilidade de correção, por exemplo, de entendimentos imprecisos de conceitos presentes nas questões.

Na fase de testes é importante simular o processo completo de aplicação da pesquisa e posteriormente avaliá-lo, tanto pela observação das respostas, quanto por meio de entrevistas conduzidas junto aos respondentes, logo após a aplicação do questionário. Um ponto relevante de ser registrado durante tal teste é o tempo gasto para a resposta à pesquisa. Conhecida a média de tempo gasto para o preenchimento do questionário, informa-se nas instruções do questionário esse tempo médio como forma de estímulo ao seu preenchimento.

Durante os testes do Censo do Poder Judiciário, além do questionário em sua versão eletrônica, foi necessário dispor de uma versão em papel, plenamente compatível com a versão eletrônica, funcionando como um plano de contingência para as localidades com dificuldades de acesso à internet, com problemas na disponibilização de computadores a todos os magistrados e servidores, além de eventuais incompatibilidades entre o sistema de questionários (à época ainda em teste) e os navegadores e sistemas operacionais utilizados pelos tribunais.

Após uma primeira rodada de testes entre os servidores e membros atuantes no próprio CNJ, foram realizados ajustes, passando-se a outra fase. Dada a realidade de grande diversidade do Poder Judiciário, foi realizado um piloto do Censo nas serventias dos tribunais de justiça, trabalhistas, nos cartórios eleitorais e nas seções judiciárias da Justiça Federal em Aracajú, Lagarto, ambas em Sergipe (de 12/6/2013 a 14/06/2013) e em Florianópolis, Santa Catarina (19/6/2013 a 21/06/2013).

Além de testar os conteúdos do questionário, sua compreensão pelos respondentes, bem como sua suficiência em relação à diversidade de situações funcionais e pessoais dos servidores dos distintos ramos de Justiça, também foi muito importante verificar se a transmissão das respostas obtidas exclusivamente via internet seria adequada, com vistas a pautar a escolha sobre a forma de administração do questionário do censo. A própria acessibilidade das regiões mais remotas à internet, sua qualidade e a adequação do sistema de questionários do censo a tais realidades foram objetos de avaliação no projeto piloto. Até a realização do piloto, ainda se cogitava o envio de arquivos eletrônicos por outras vias além do próprio sistema (baseado na internet), seja também eletrônica (como via e-mail), seja a emissão via correios de arquivos eletrônicos copiados em mídias físicas (CD's, DVD's), assim como, é claro, a tradicional postagem dos eventuais questionários em papel.

Mesmo que fossem conhecidos os eventuais e muito prováveis riscos atrelados à transmissão de dados por outras

vias que não o sistema de questionários do CNJ, não era sabido se todas as serventias de todos os tribunais do país teriam condições de acessar e encaminhar o questionário respondido via internet. Por tais motivos, o piloto buscou abarcar realidades distintas tanto em termos do tipo de instituição pesquisada (cartório eleitoral, vara do trabalho, vara cível, etc.), quanto da sua localização, se na capital ou no interior dos estados em que foram realizados os testes.

Nos projetos piloto realizados em Sergipe e Santa Catarina foram identificadas incompatibilidades entre os navegadores utilizados e o sistema de questionários (formulário *web*) do CNJ. Muito embora nas visitas às serventias incluídas no piloto não tenham surgido dificuldades de acesso à internet, houve problemas com o acesso ao site do censo em algumas unidades visitadas. Concluiu-se que tais problemas seriam plenamente remediáveis até a data de lançamento do censo, o que levou à decisão de que não seriam necessárias vias alternativas ao formulário *web*.

Em decorrência do projeto piloto, o CNJ efetivou melhorias de desempenho no sistema do censo, assim como procurou diminuir suas incompatibilidades com determinados navegadores. Além disso, planejou-se para ampliar a disponibilidade de rede/internet do CNJ no período de execução do censo. Dadas tais melhorias, e devido ao caráter ainda restrito do projeto piloto, o Grupo de Trabalho do Censo decidiu pela realização de testes adicionais do sistema de questionários, desta vez em todas as unidades da Federação. Para tanto, em 18/07/2013, solicitou-se às comissões do censo em cada tribunal/conselho a indicação de quatro servidores ou magistrados, localizados em pelo menos duas cidades distintas, que já apresentaram dificuldades no acesso à internet ou nas quais se conhecesse a realidade de desatualização dos equipamentos de informática.

O teste, feito durante todo o dia 8/8/2013, contou com 84 respostas comentando sobre incompatibilidades entre o formulário *web* do censo e o navegador *Internet Explorer*, incompatibilidades entre alguns navegadores com *plug-in* do Banco do Brasil instalado (*software* necessário aos correntistas para acessarem o *home banking*). Houve também um erro “*javascript*” na primeira tentativa, não se repetindo em novas tentativas do mesmo usuário. Frente a tais problemas, a equipe do CNJ compilou orientações a serem repassadas aos respondentes ao longo do período de preenchimento do censo. Dentre elas, destaca-se a orientação para a troca de navegadores, para a realização de mais de uma tentativa de preenchimento, e para a desinstalação temporária do sobredito *plug-in*. Além disso, tal teste trouxe bons retornos sobre formas mais eficientes de informar sobre a finalização do questionário, sobre a própria velocidade de acesso ao formulário, que apresentou bom desempenho até mesmo por conexões de internet utilizando linha discada.

2.5. Estratégias de análise das informações

As informações a seguir apresentadas estão dispostas em formato de gráficos, quase sempre apresentando o percentual das respostas registradas pelo CNJ em suas bases de dados. Além de percentuais, há gráficos que representam médias de idade, médias de horas de trabalho e também os números absolutos de magistrados e servidores. Além dessas formas mais tradicionais de representação dos números do censo, nas perguntas do primeiro bloco de questões, além dos percentuais, também foram adotadas formas alternativas de apresentação dos resultados. Além da exposição do percentual de respondentes “totalmente satisfeitos”; “satisfeitos”; “insatisfeitos”; e, “totalmente insatisfeitos”, conforme sugerido pelos principais manuais de pesquisa¹¹, utilizou-se a escala de Likert também como uma mensuração ordinal.

Isso significa que nas escalas de Likert presentes no primeiro bloco de questões dos questionários de magistrados e de servidores, foram atribuídos números equidistantes às quatro opções de respostas, variando de -2 a 2 a depender da resposta dada por cada respondente. Para a representação gráfica deste esquema de análise, calculou-se a média dos números atribuídos a cada resposta, principalmente nos casos em que as opiniões são observadas para distintos grupos de magistrados e servidores. Para auxiliar no entendimento destes gráficos, o eixo com estes dados está apresentado com cores, em tom de azul para o extremo positivo da escala e vermelho para o extremo negativo. Como se tratam de médias, quando os resultados aproximam-se do zero, significa que houve equilíbrio entre as respostas positivas e negativas.

Uma vantagem iniludível desta forma de representação gráfica é a ponderação das respostas extremadas. Isso significa que alguém que respondeu “discordo totalmente” ou “totalmente insatisfeito” terá tais respostas ponderadas com o dobro dos pontos (-2) em relação àquele que respondeu apenas “discordo” ou “insatisfeito” (-1). O mesmo ocorre para as escalas positivas. Outra forma de representação muito comum deste tipo de escala é a soma do número de respostas positivas, como forma de simplificação das respostas em menos categorias. Embora tal modo de análise também esteja presente nas representações a seguir apresentadas, acabam por não explicitar as intensidades das opiniões.

¹¹ Para aprofundamento, por favor, veja Sampieri, Collado e Lucio, 2013, páginas 266 a 274.

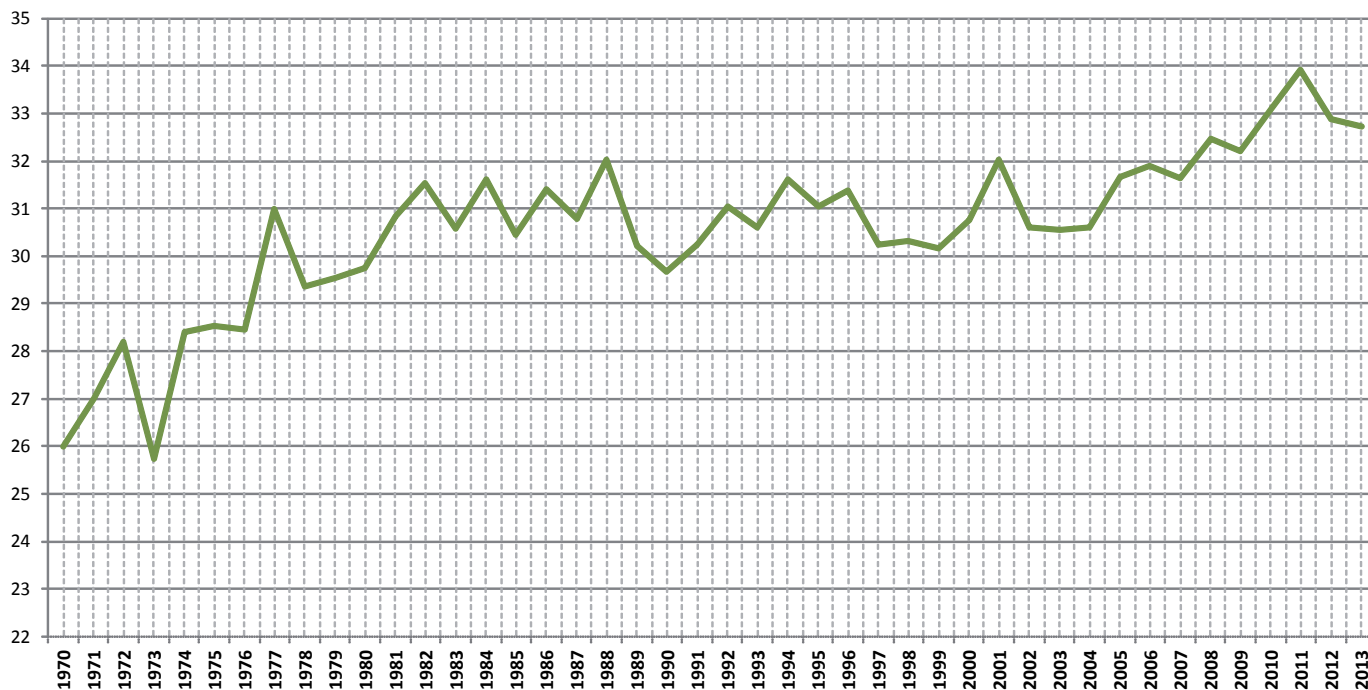
3. Magistrados:

**Quem são e
o que pensam**

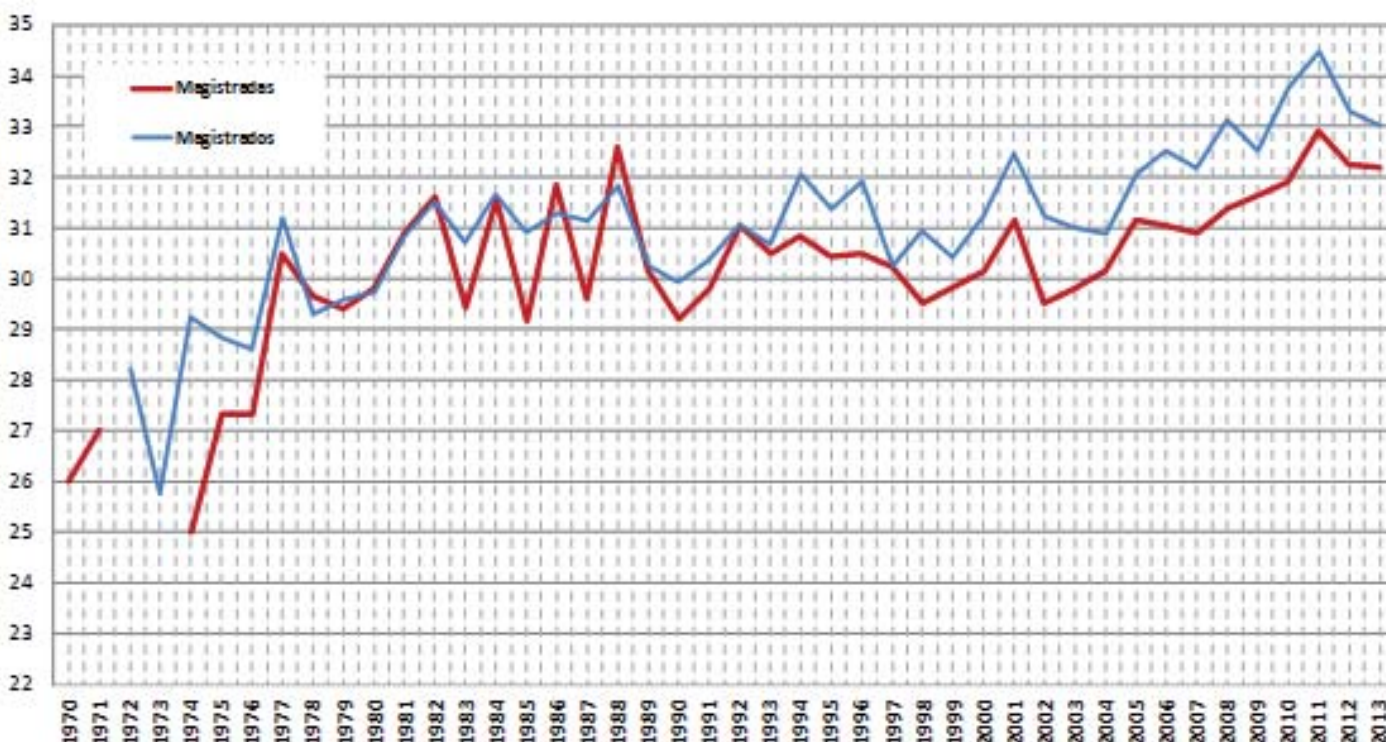
3.1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

3.1.1. IDADE MÉDIA

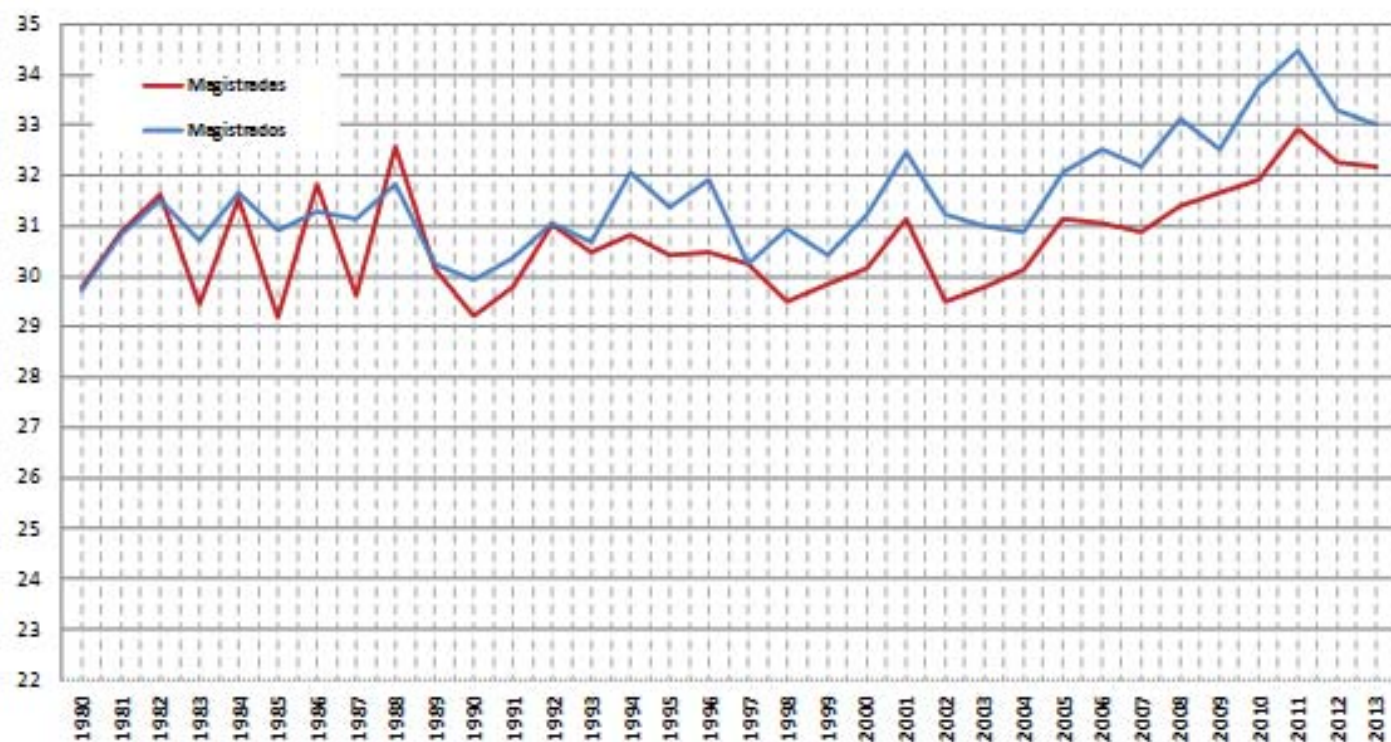
3.1.1.1. Idade média dos magistrados no ano de ingresso, por ano de ingresso. Brasil, 2013.



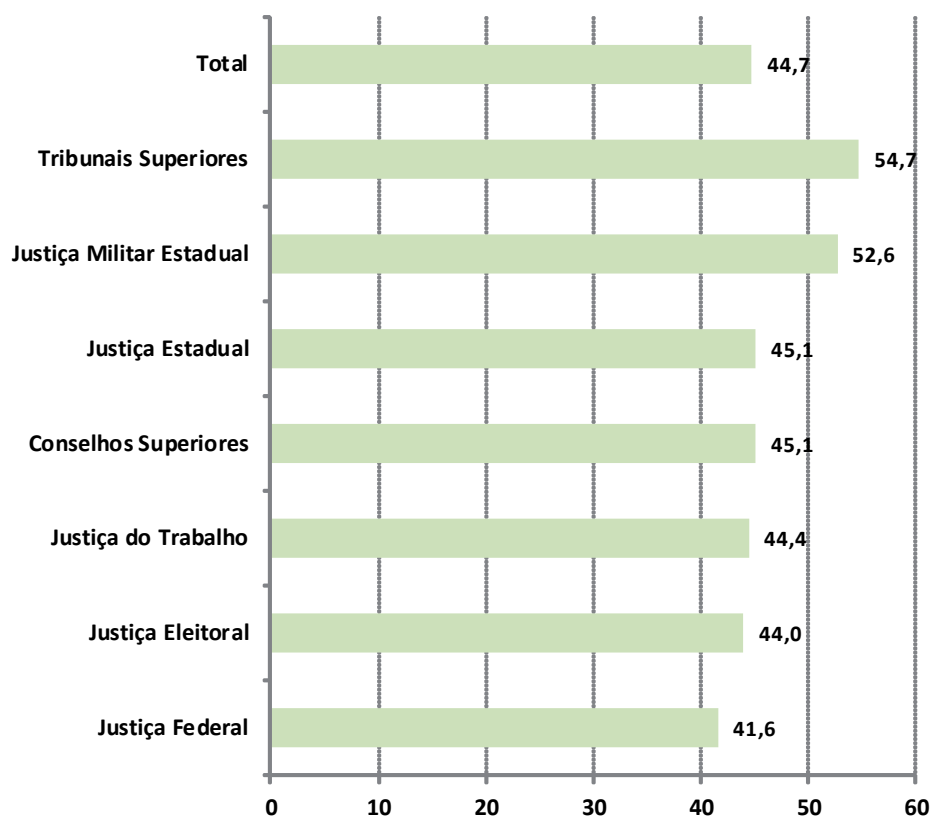
3.1.1.2. Idade média dos magistrados no ano de ingresso, segundo sexo, por ano de ingresso. Brasil, 2013.



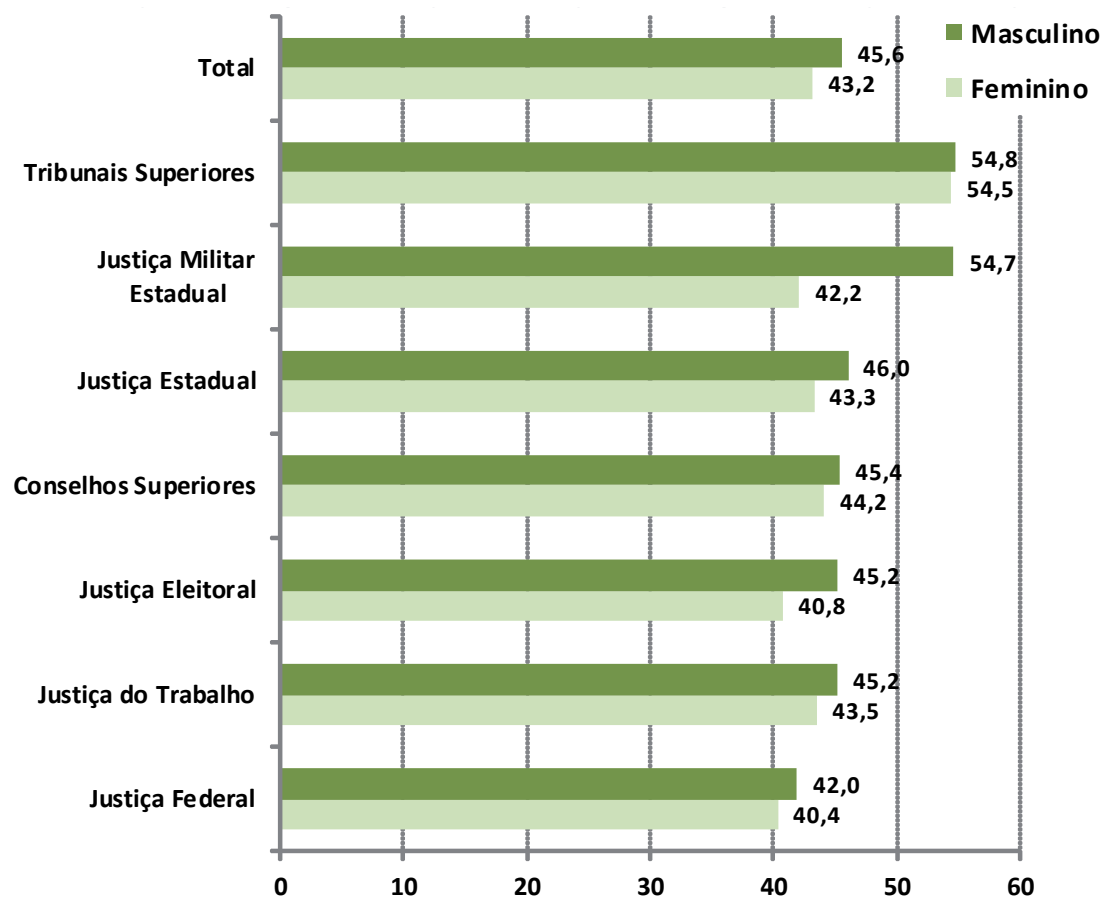
3.1.1.3. Idade média dos magistrados no ano de ingresso, segundo sexo, por ano de ingresso. Brasil.2013.



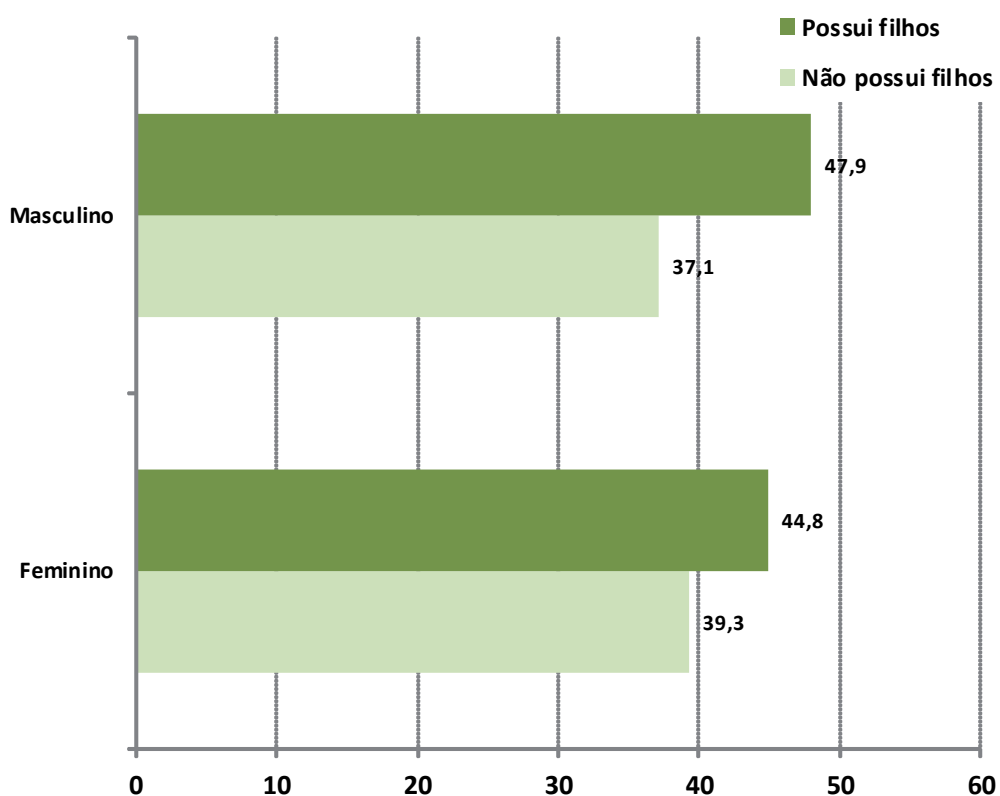
3.1.1.4. Idade média dos magistrados segundo ramos de Justiça. Brasil, 2013.



3.1.1.5. Idade média dos magistrados segundo sexo, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.

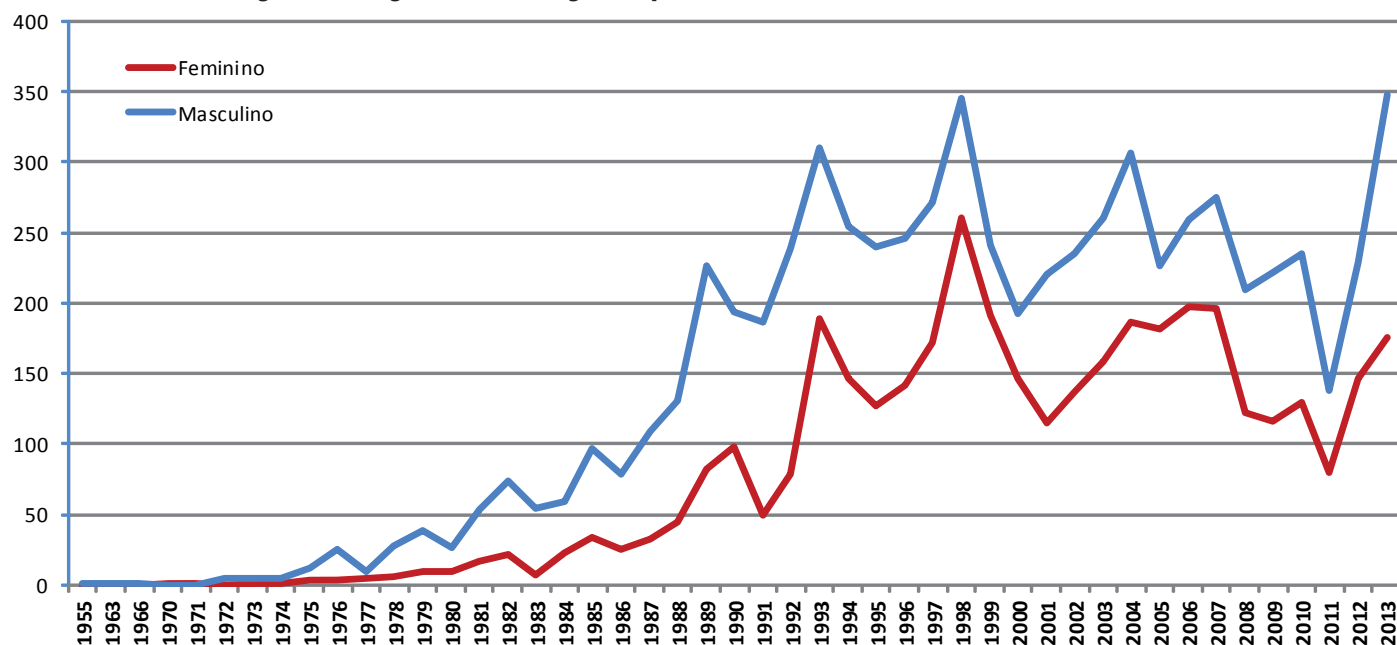


3.1.1.6. Idade média dos magistrados segundo sexo e se possuem ou não filhos. Brasil, 2013.

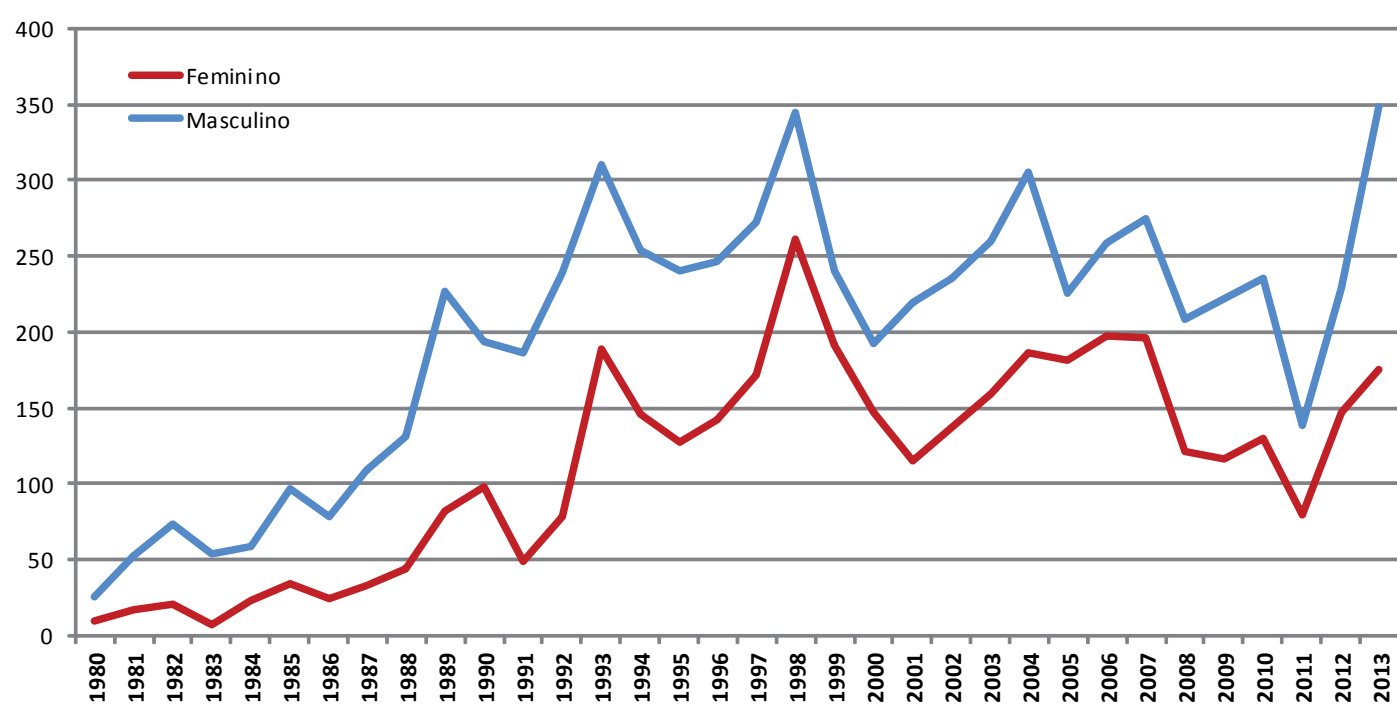


3.1.2. SEXO

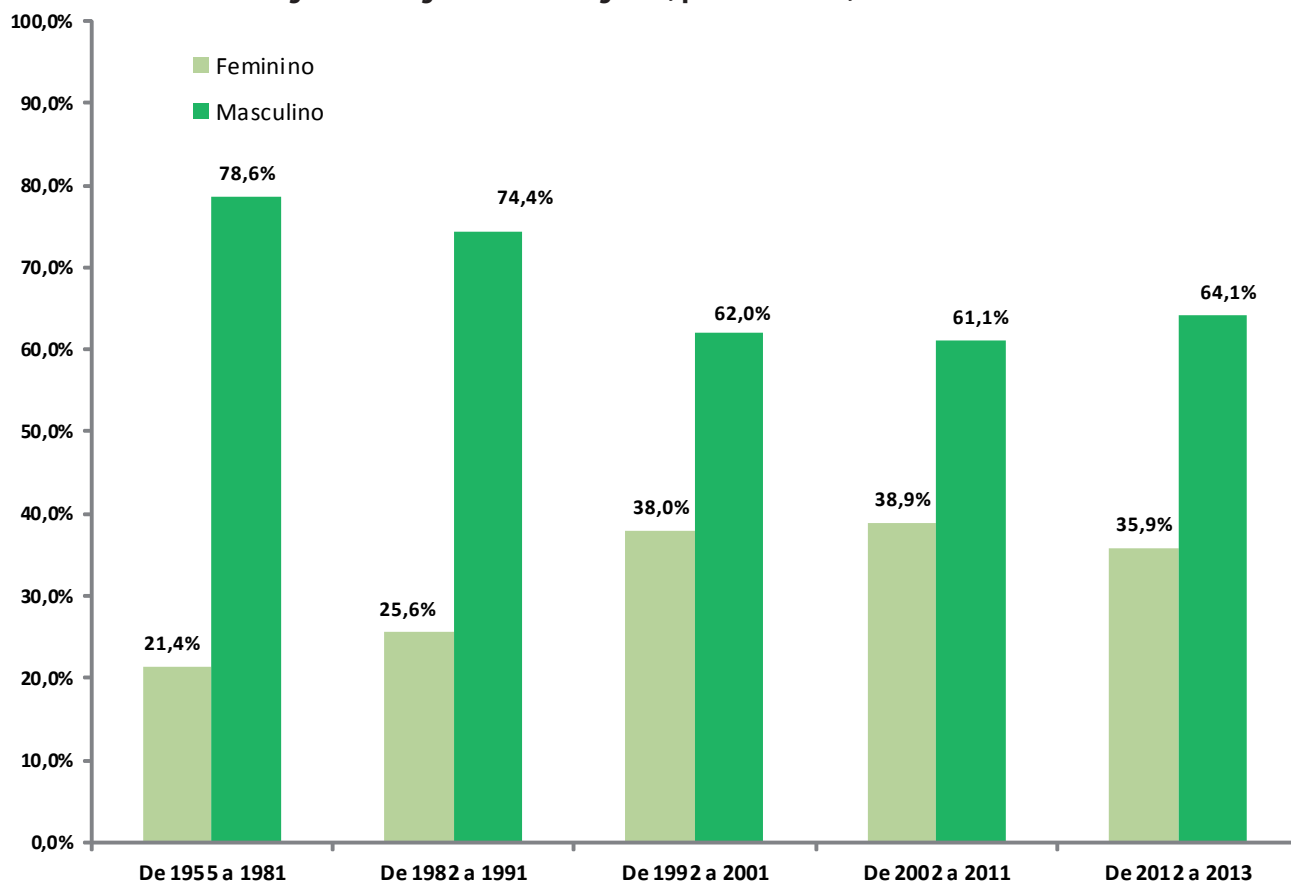
3.1.2.1. Número de magistrados segundo ano de ingresso, por sexo. Brasil, 2013.



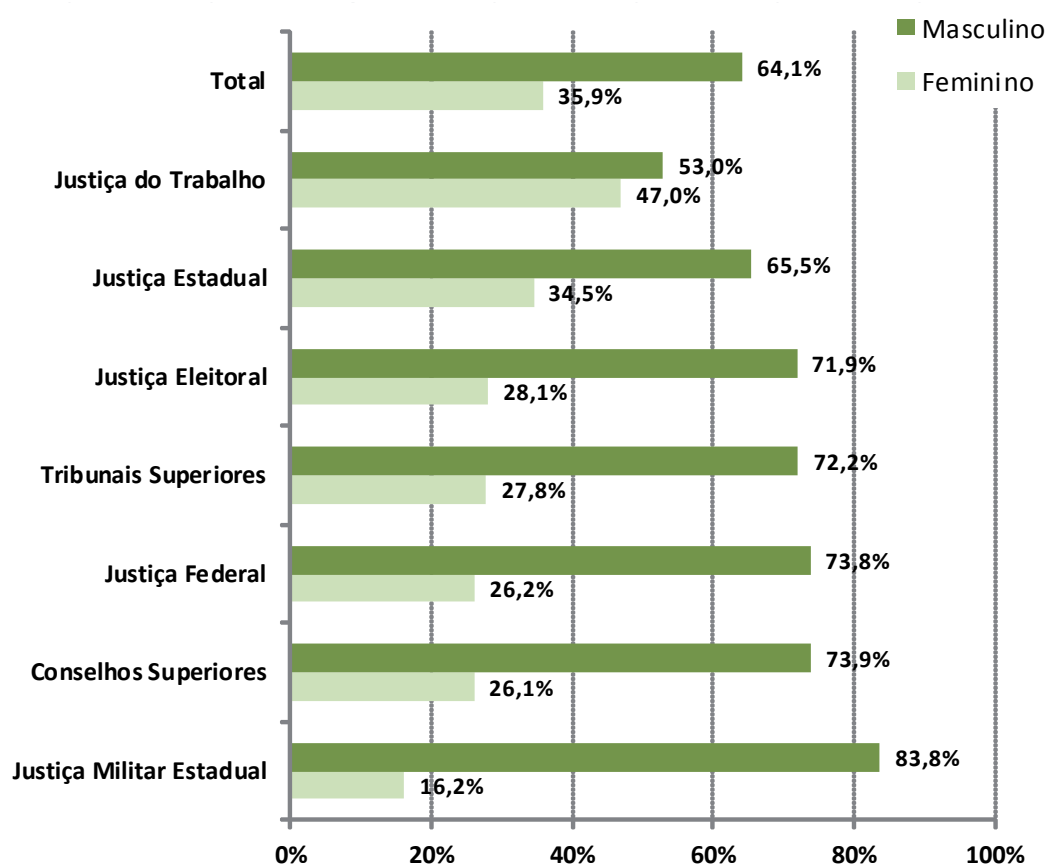
3.1.2.2. Número de magistrados segundo ano de ingresso, por sexo. Brasil, 2013.



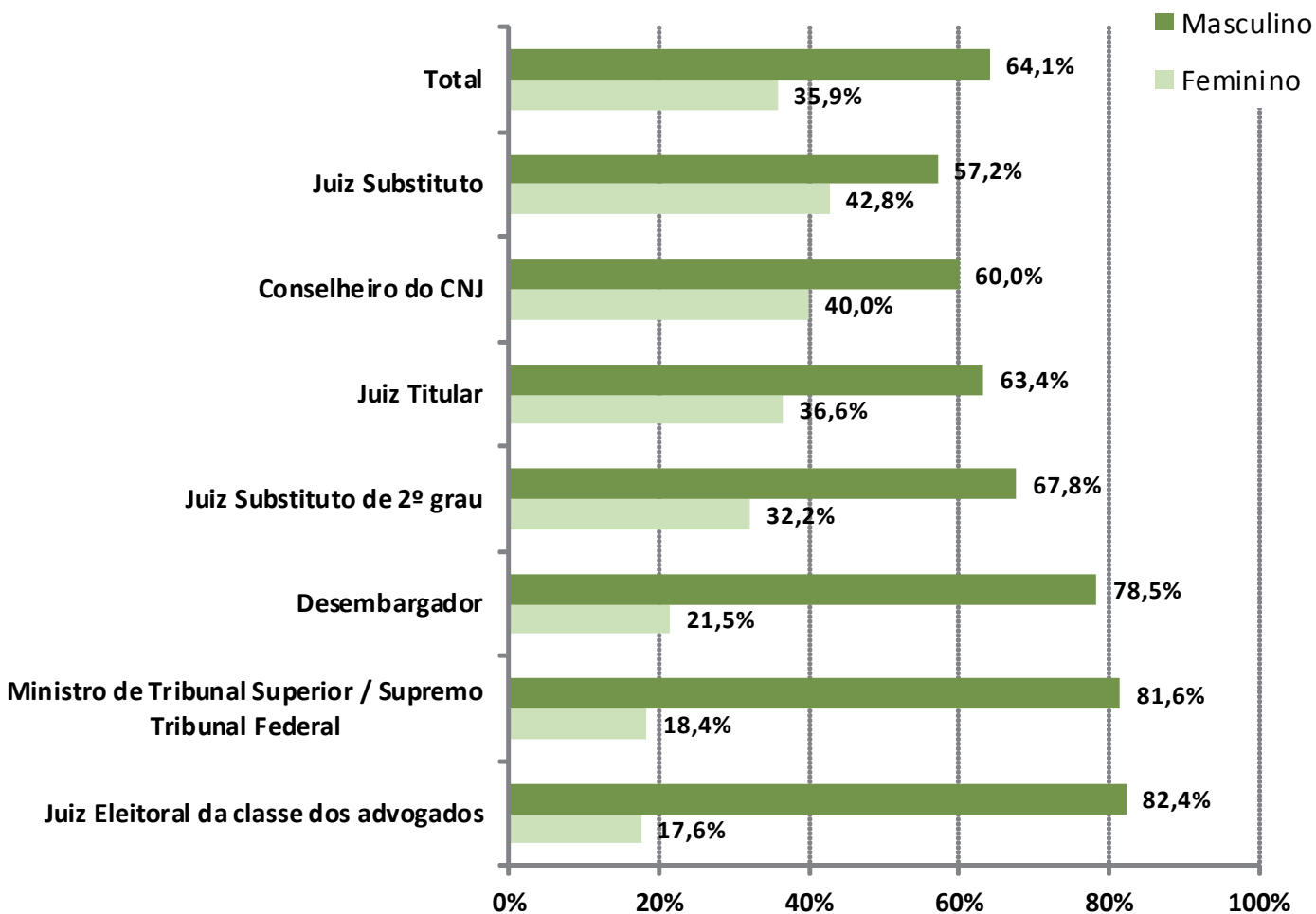
3.1.2.3. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por sexo. Brasil, 2013.



3.1.2.4. Percentual de magistrados segundo ramos de Justiça, por sexo. Brasil, 2013.

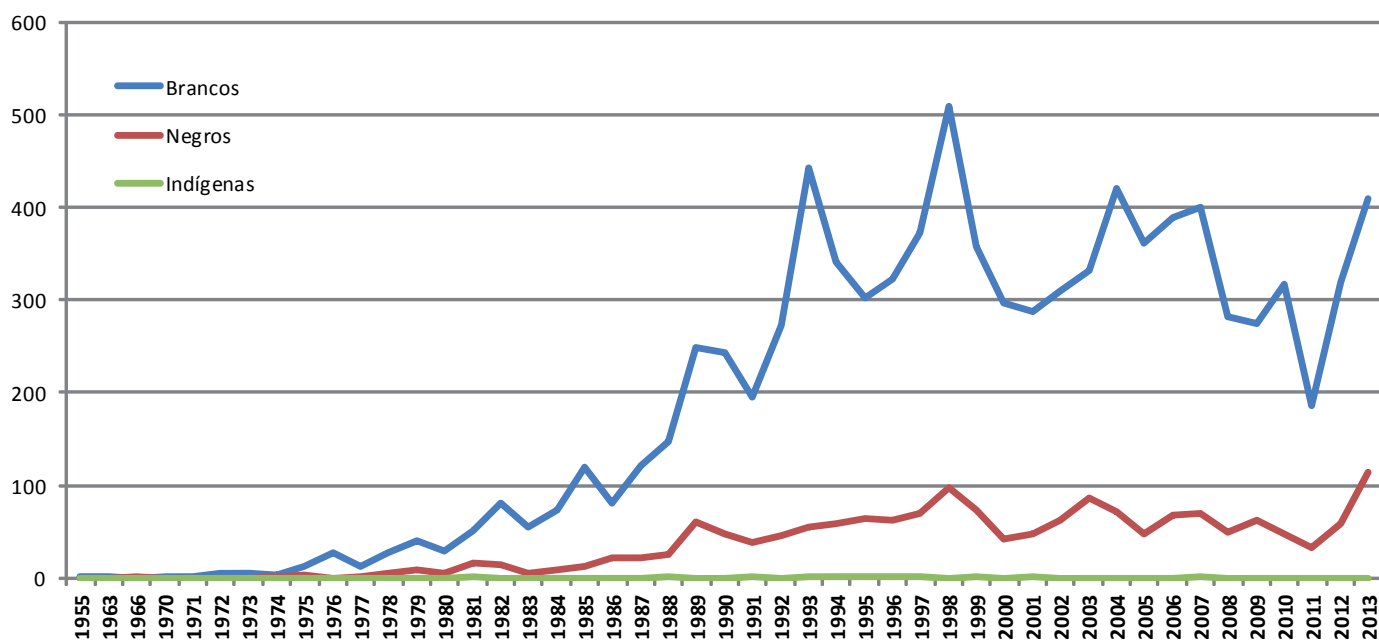


3.1.2.5. Percentual de magistrados segundo tipo de carreira, por sexo. Brasil, 2013.



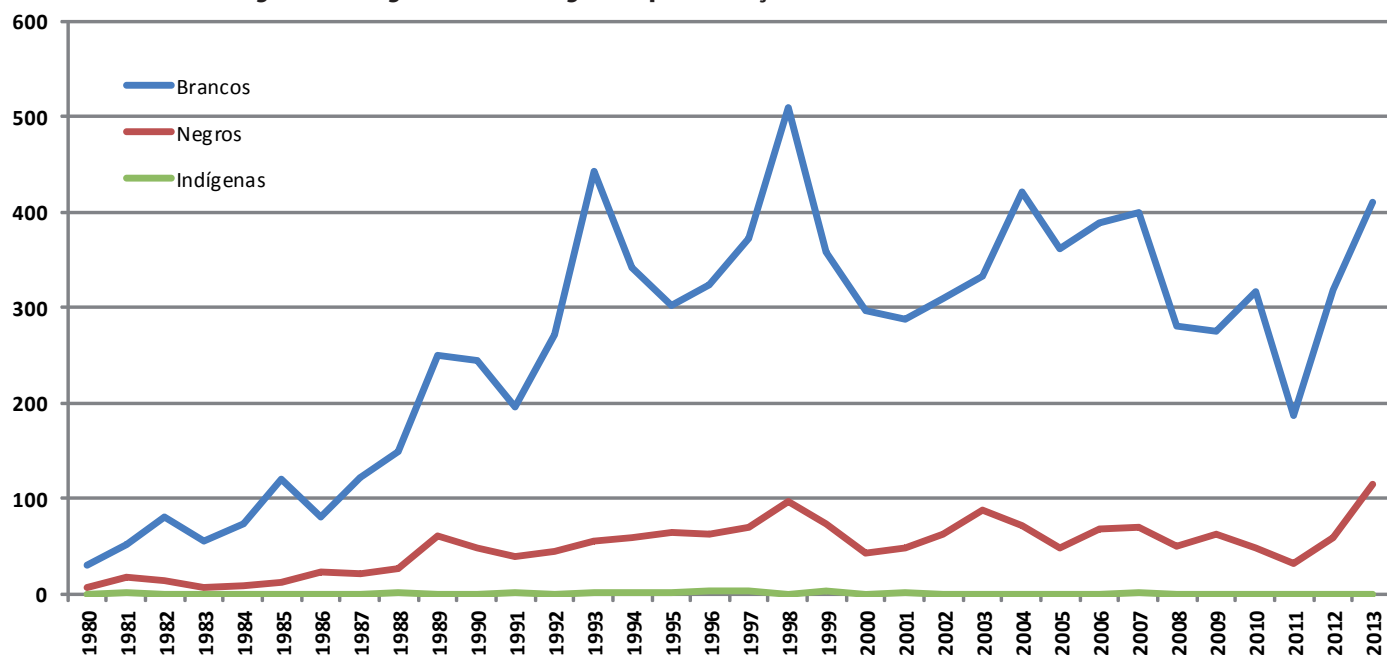
3.1.3. COR/RAÇA

3.1.3.1. Número de magistrados segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013¹².

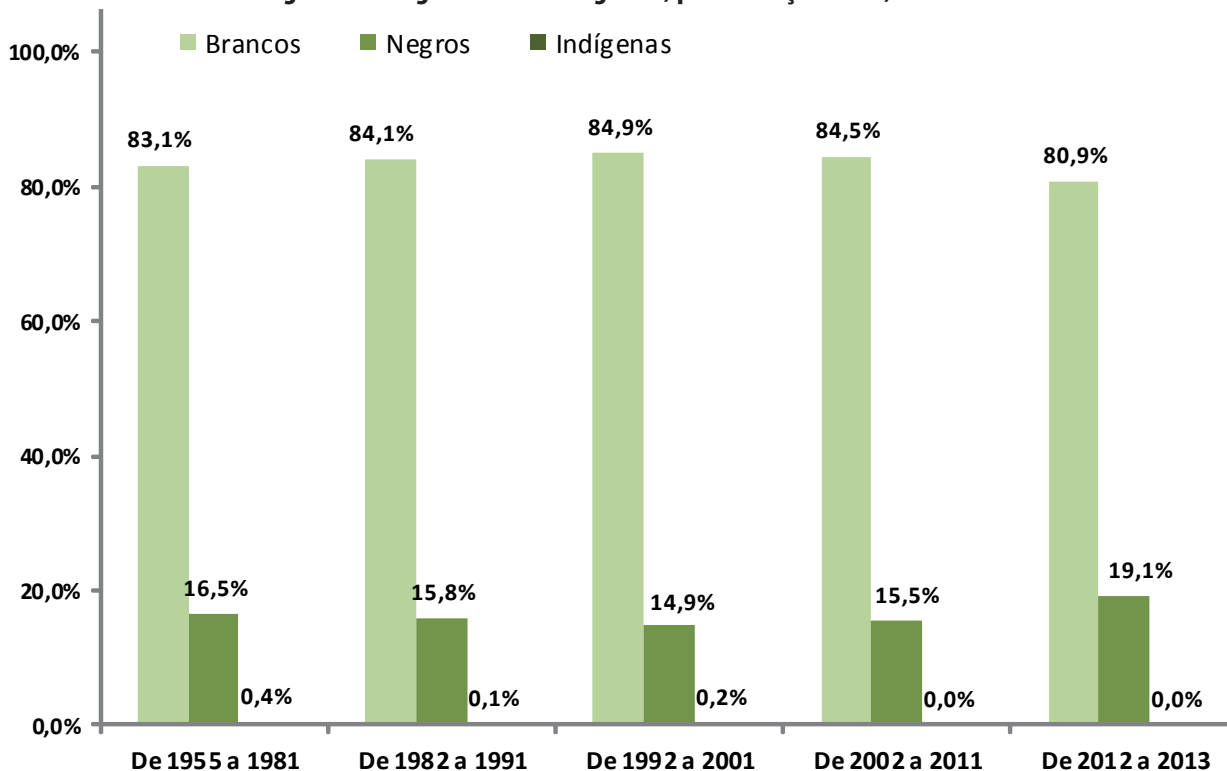


¹² Nos gráficos 3.1.3.1, 3.1.3.2, 3.1.3.3 e 3.1.3.6 desta seção, a categoria “brancos” engloba os servidores que se declararam “brancos” e os que se declararam “amarelos”; e a categoria “negros” engloba os servidores autodeclarados “pretos” e “pardos”.

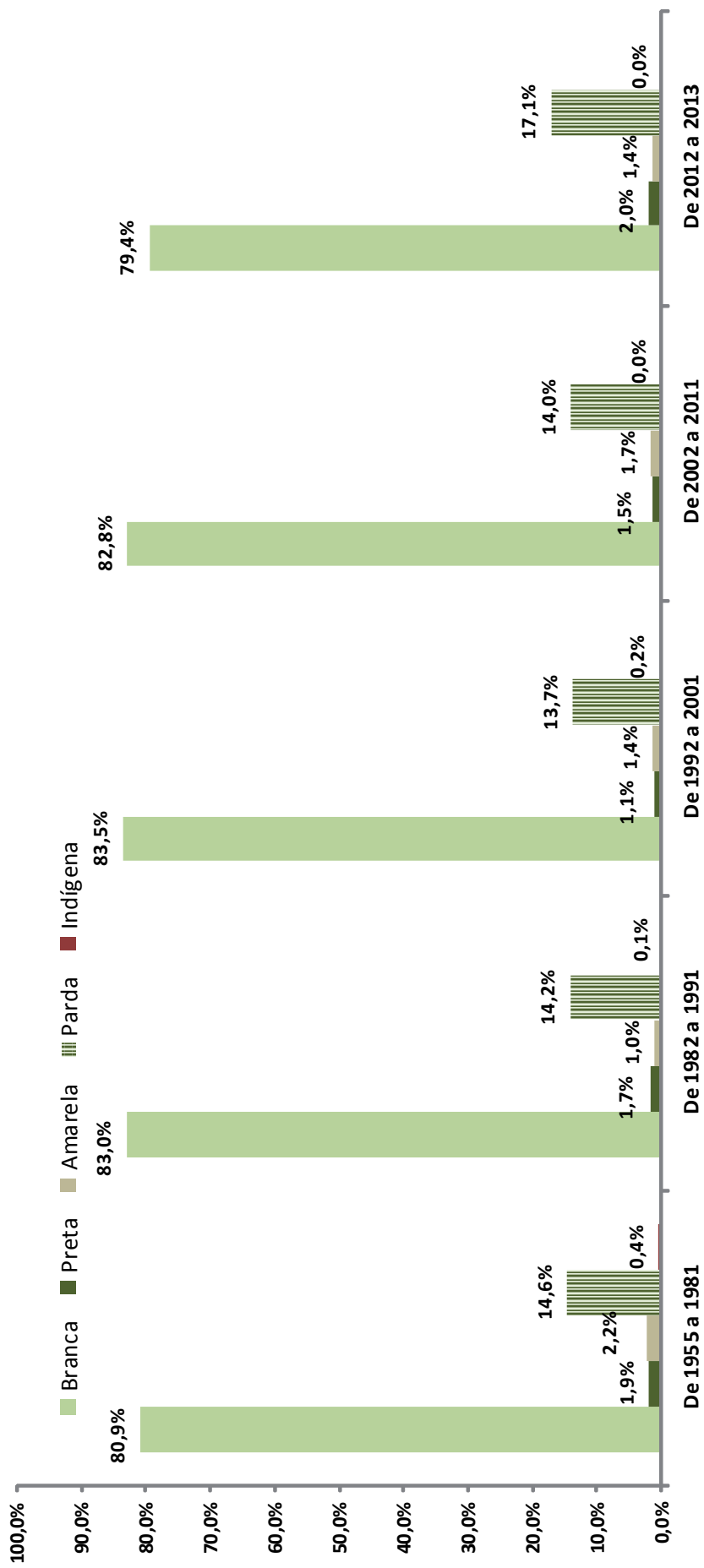
3.1.3.2. Número de magistrados segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013.



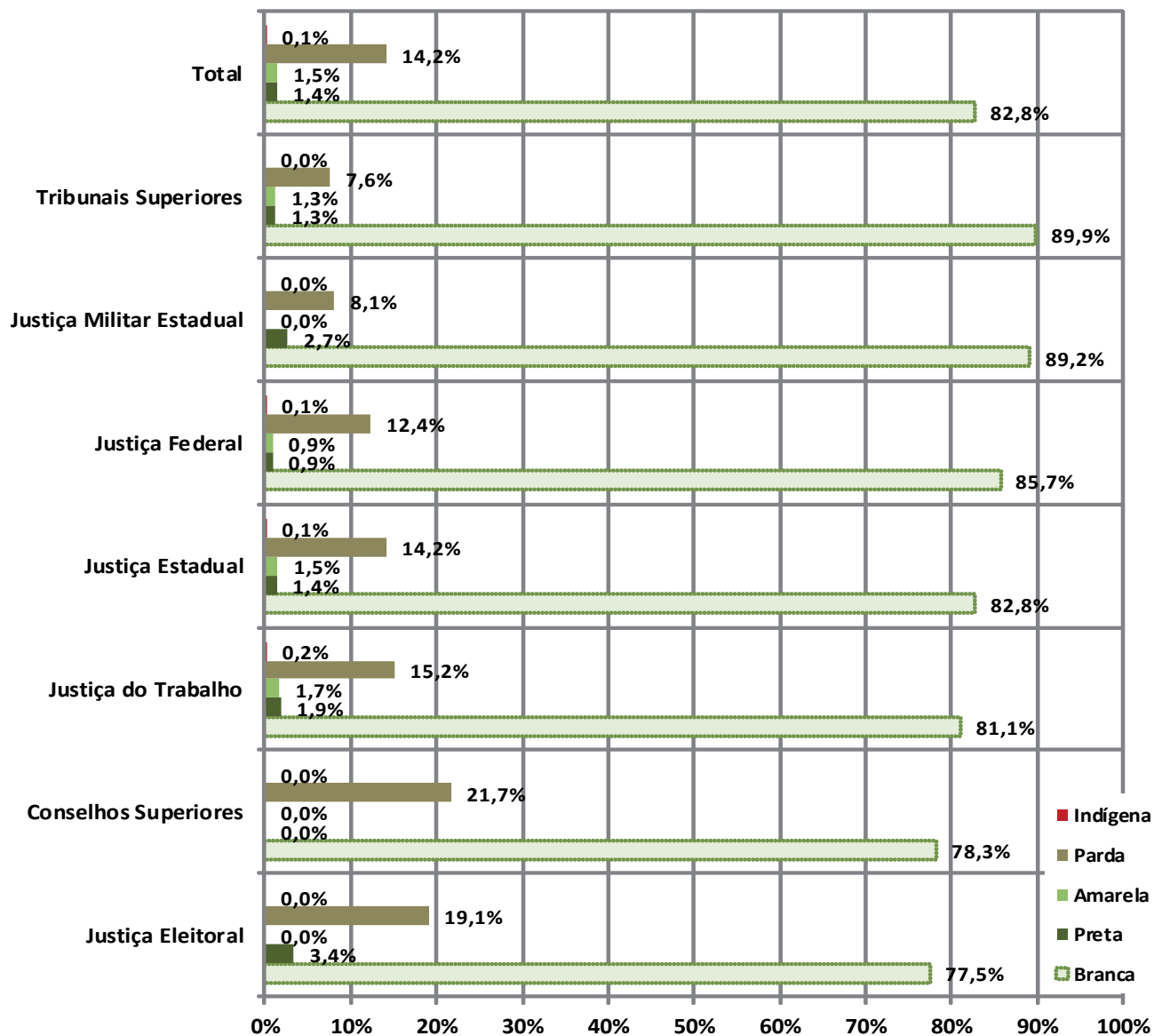
3.1.3.3. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013.



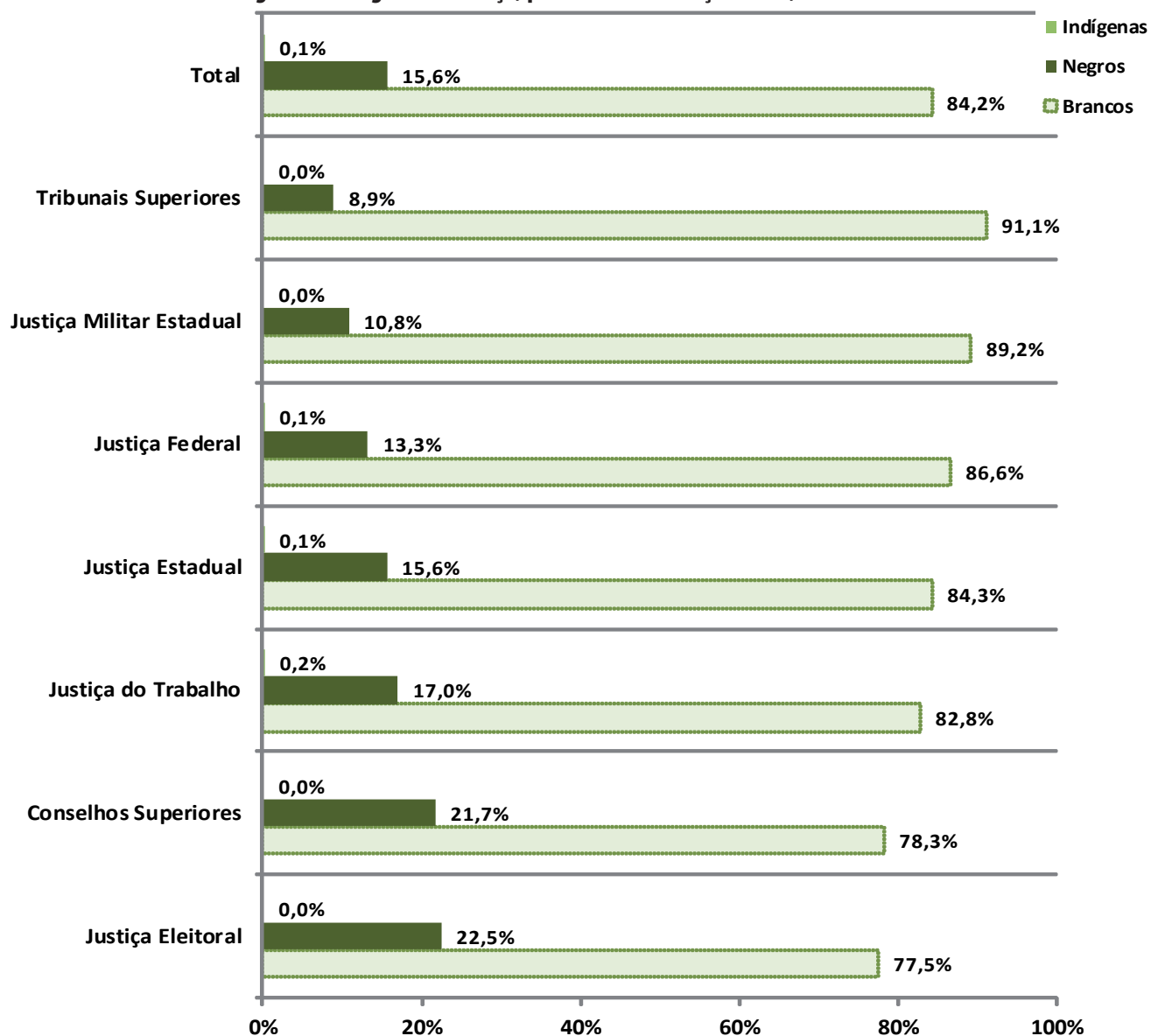
3.1.3.4. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013.



3.1.3.5. Percentual de magistrados segundo ramos de Justiça, por cor/raça. Brasil, 2013.

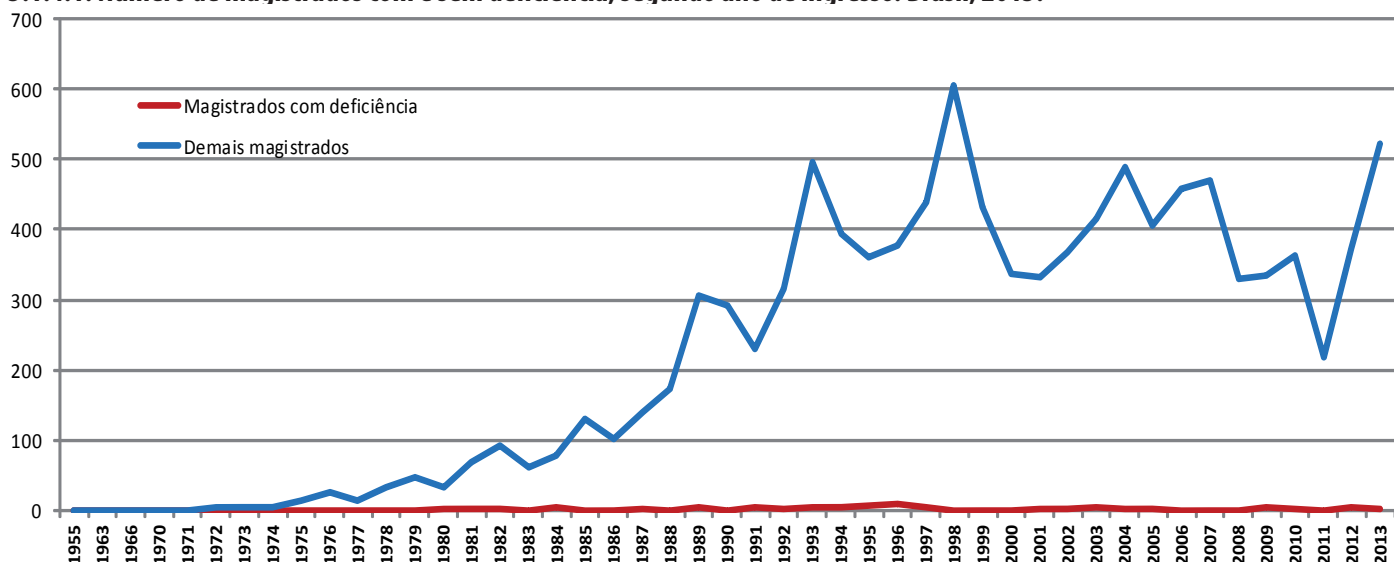


3.1.3.6. Percentual de magistrados segundo cor/raça, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.

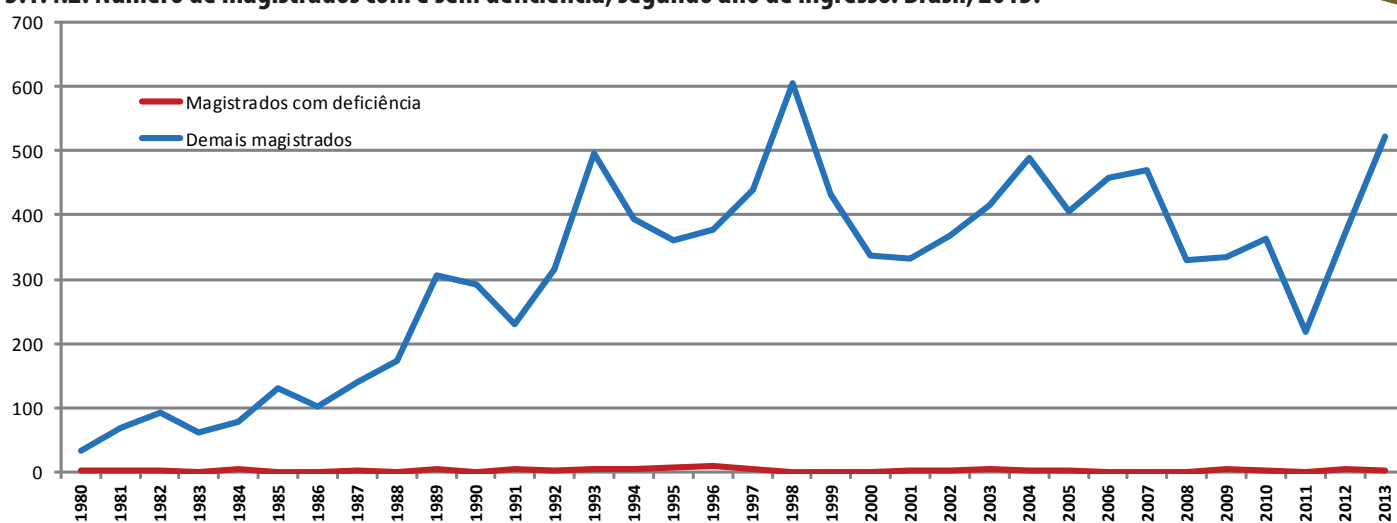


3.1.4. DEFICIÊNCIA

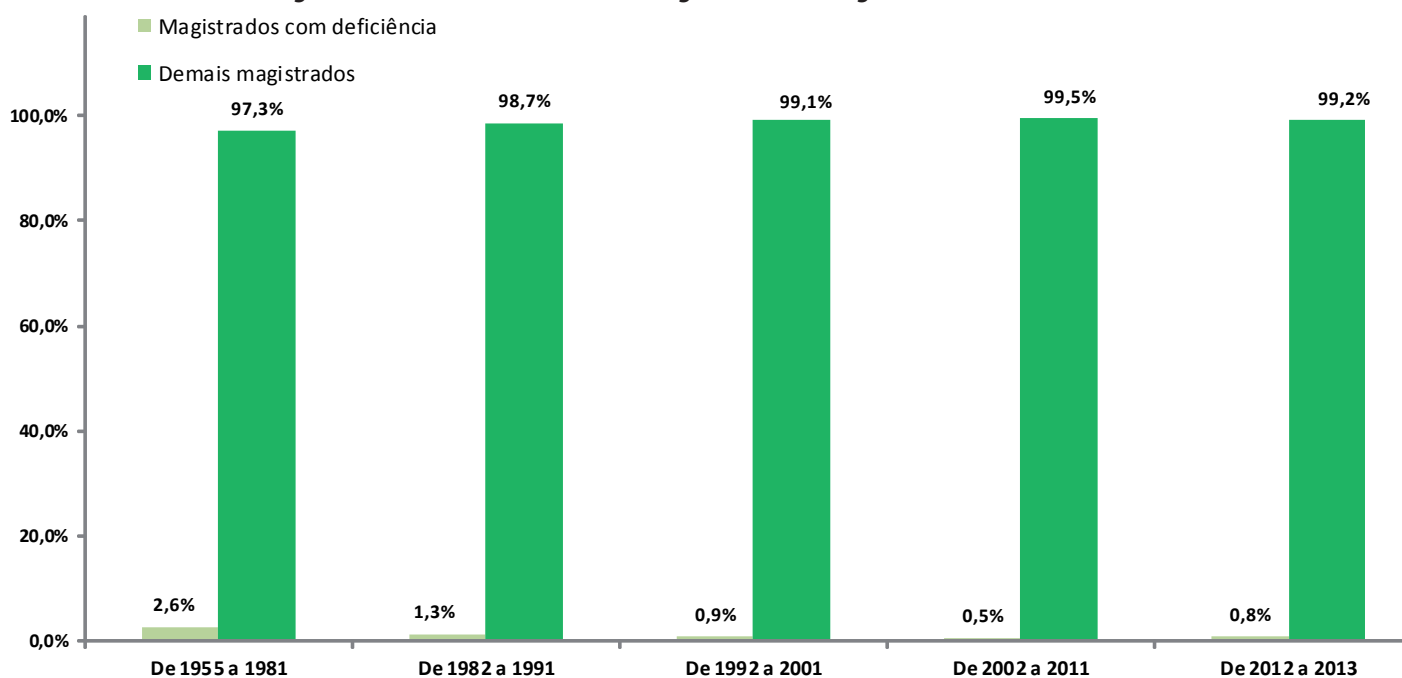
3.1.4.1. Número de magistrados com e sem deficiência, segundo ano de ingresso. Brasil, 2013.



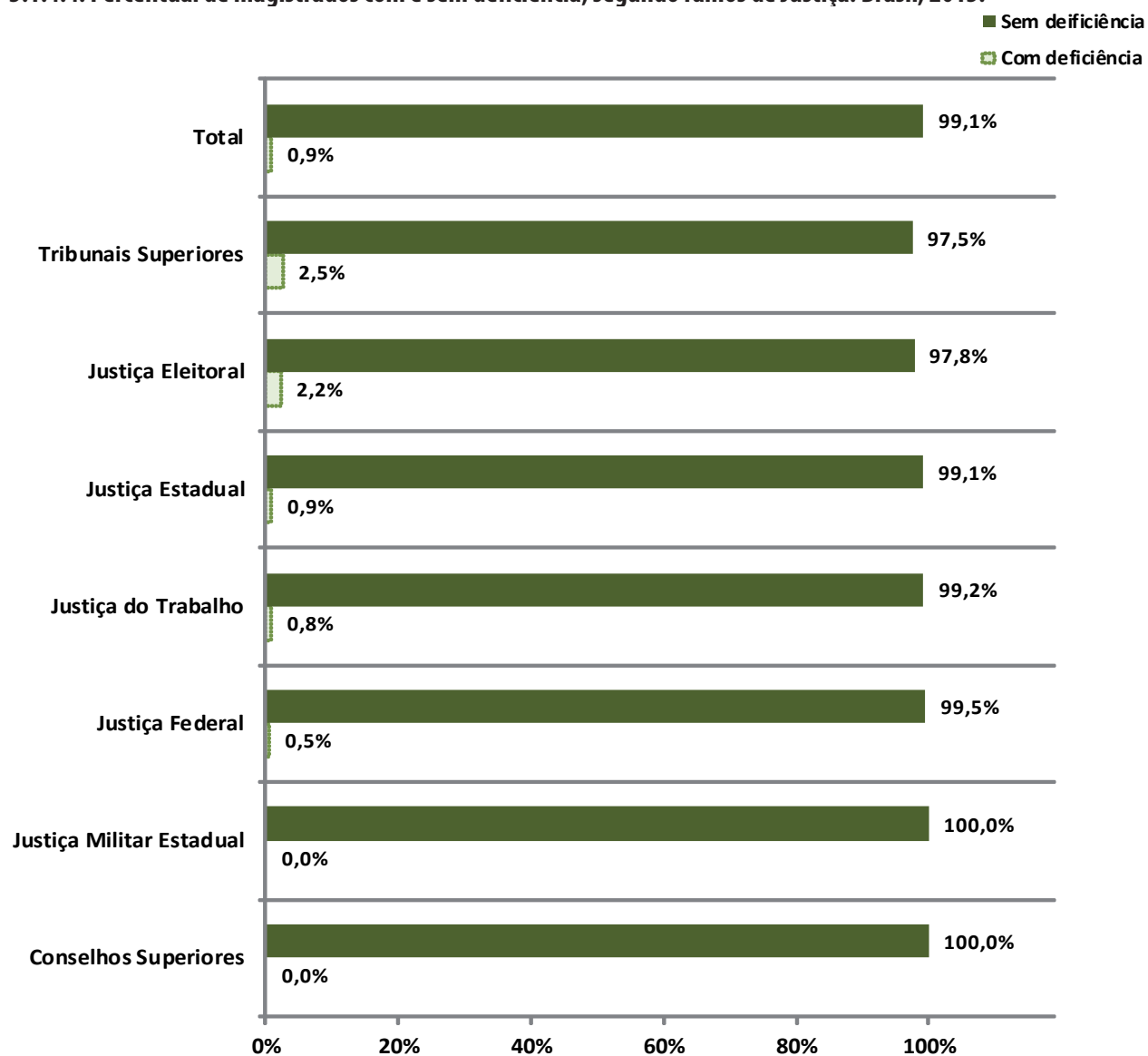
3.1.4.2. Número de magistrados com e sem deficiência, segundo ano de ingresso. Brasil, 2013.



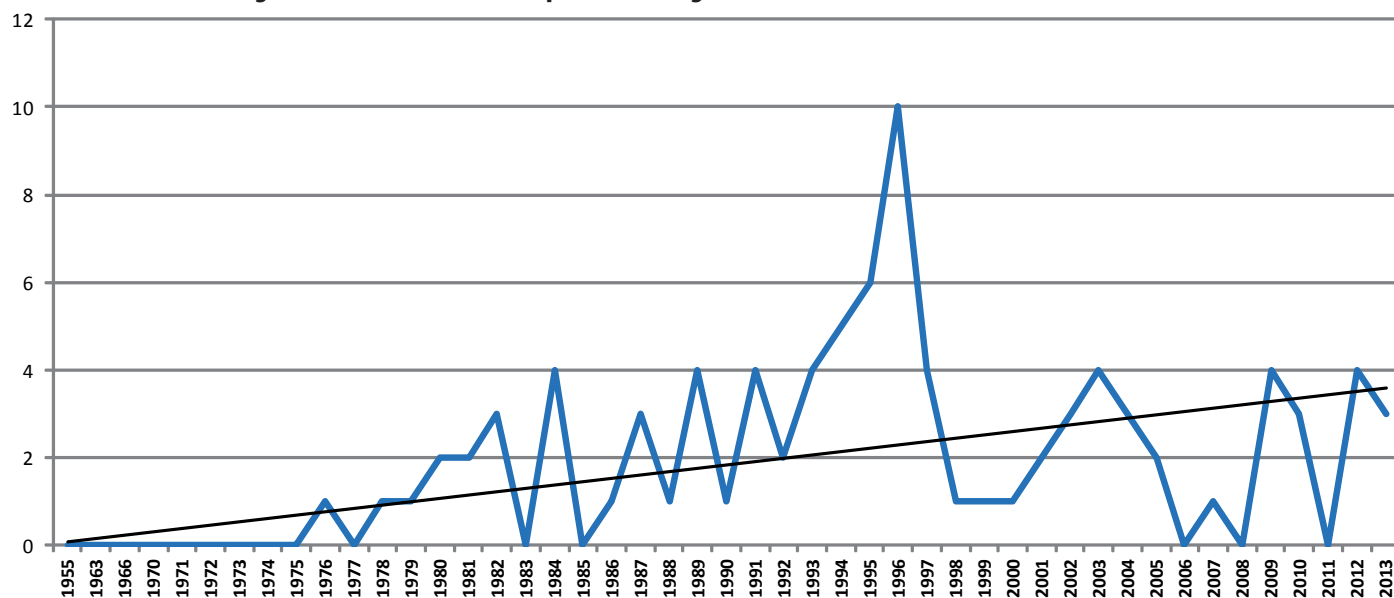
3.1.4.3. Percentual de magistrados com e sem deficiência, segundo ano de ingresso. Brasil, 2013.



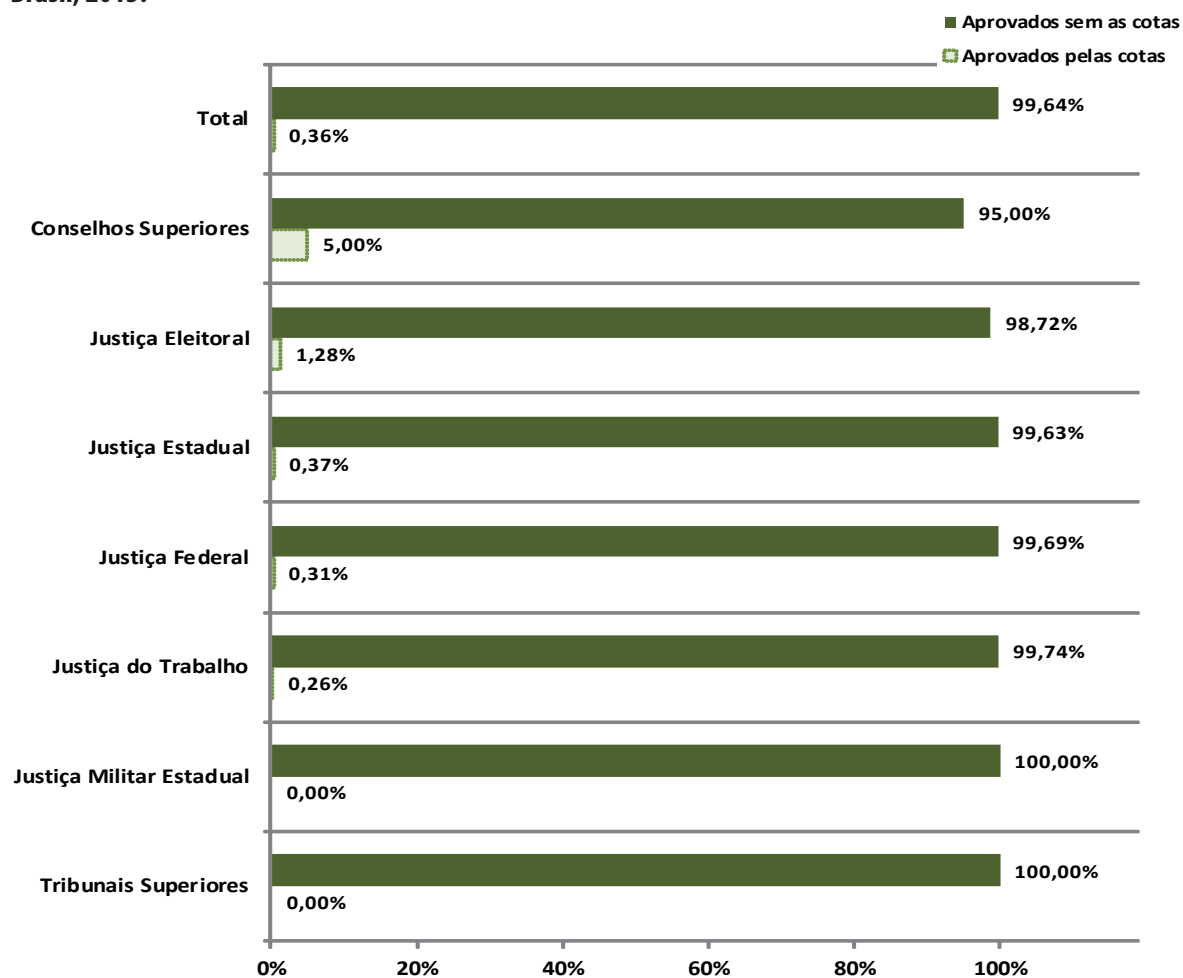
3.1.4.4. Percentual de magistrados com e sem deficiência, segundo ramos de Justiça. Brasil, 2013.



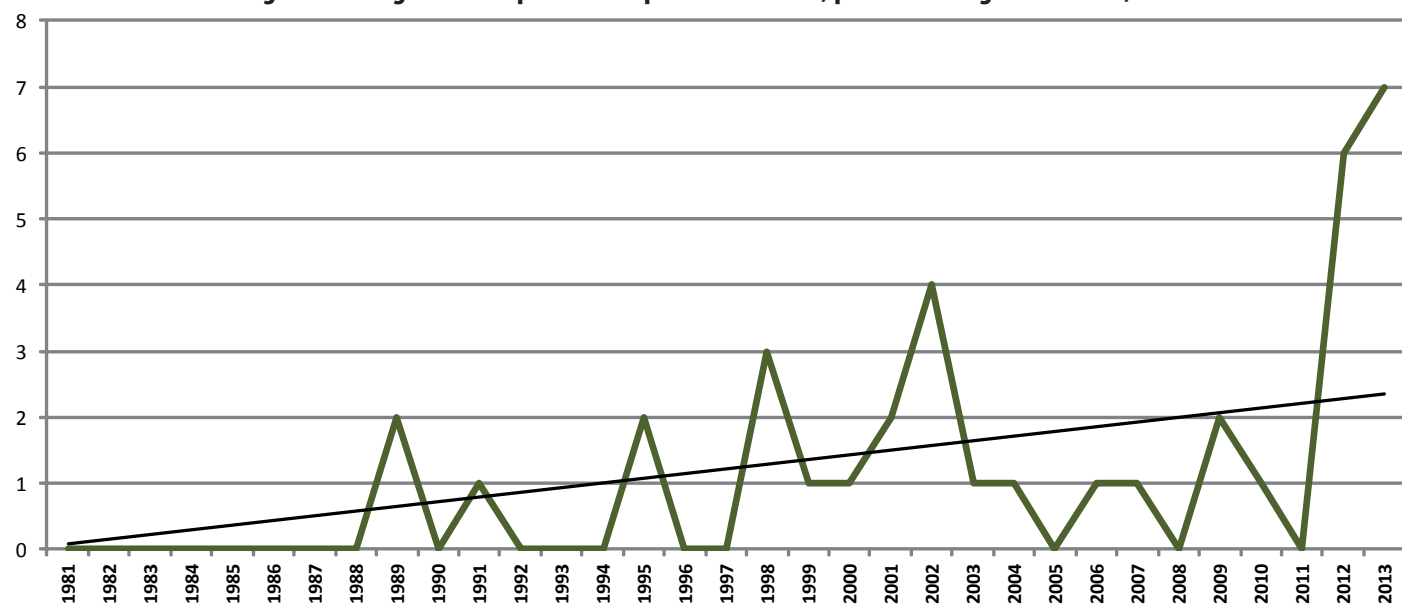
3.1.4.5. Número de magistrados com deficiência, por ano de ingresso. Brasil, 2013.



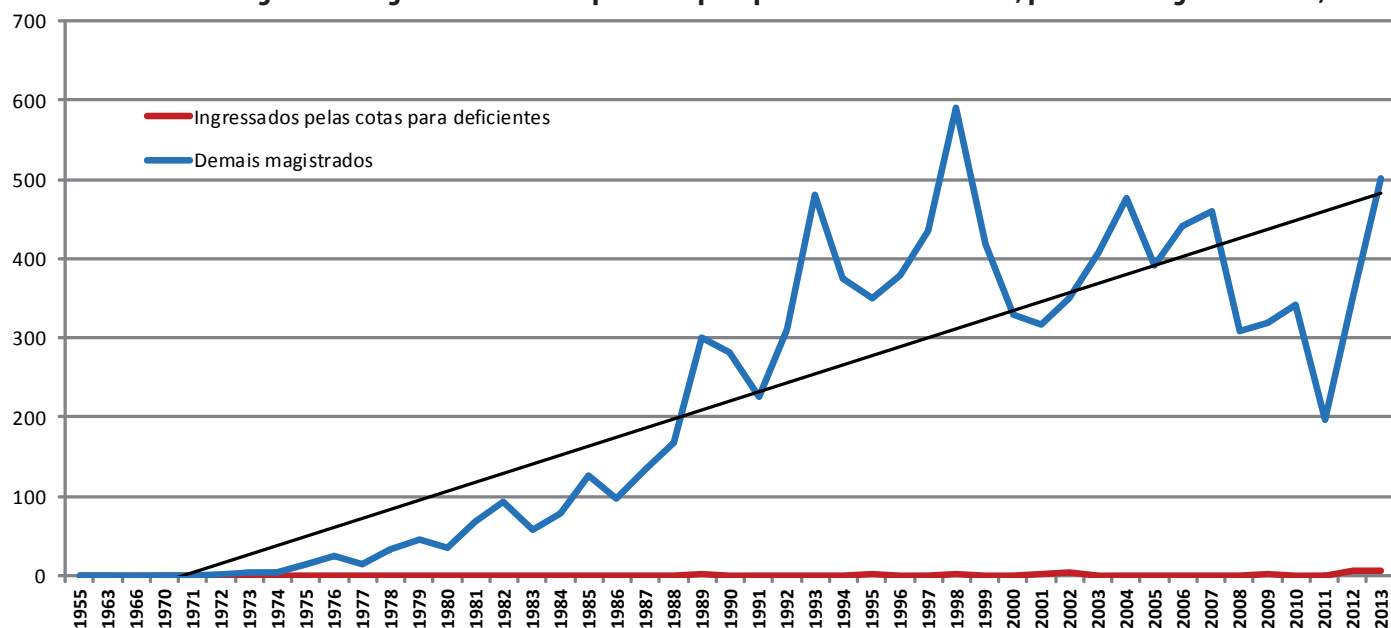
3.1.4.6. Percentual de magistrados segundo aprovação ou não por cotas para pessoas com deficiência, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



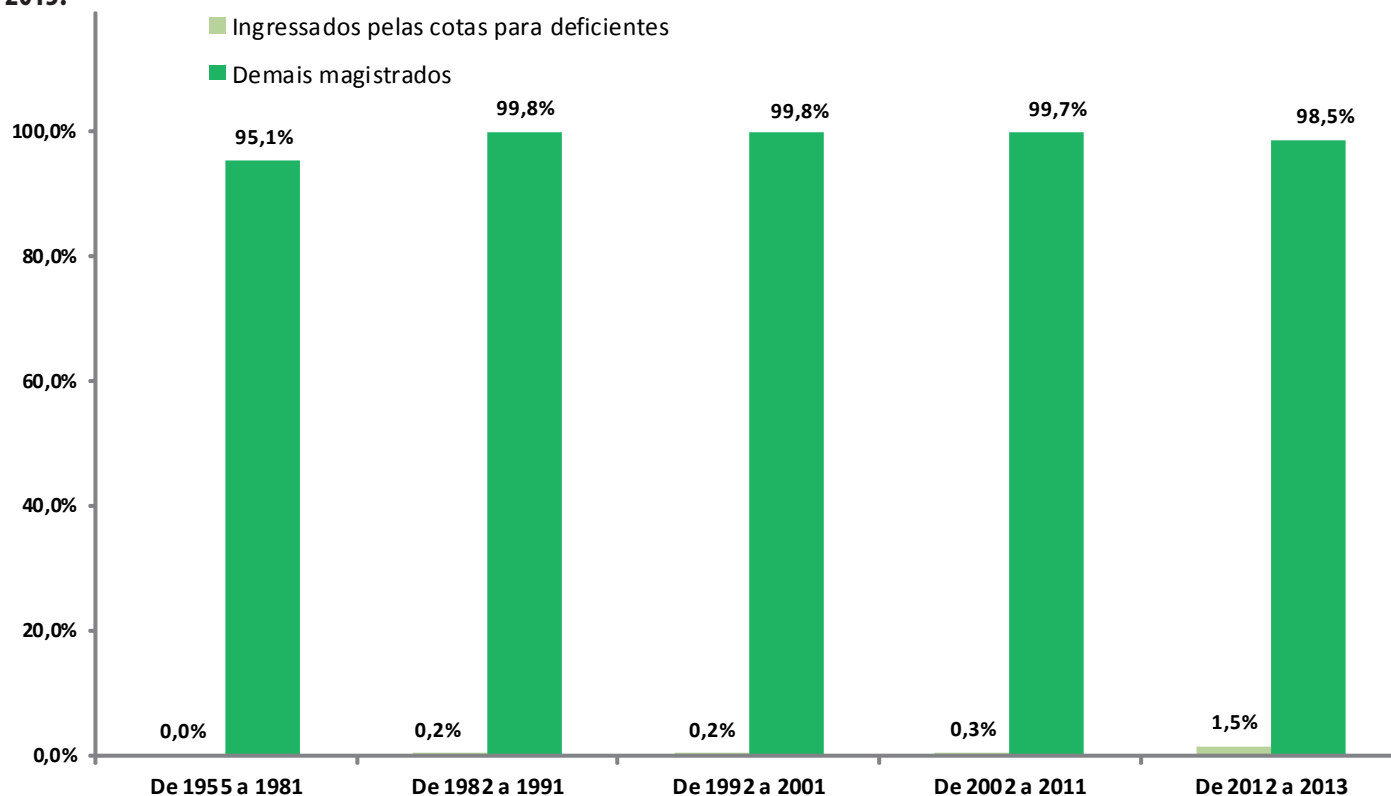
3.1.4.7. Número de magistrados ingressantes pelas cotas para deficientes, por ano de ingresso. Brasil, 2013.



3.1.4.8. Número de magistrados ingressantes ou não por cotas para pessoas com deficiência, por ano de ingresso. Brasil, 2013.

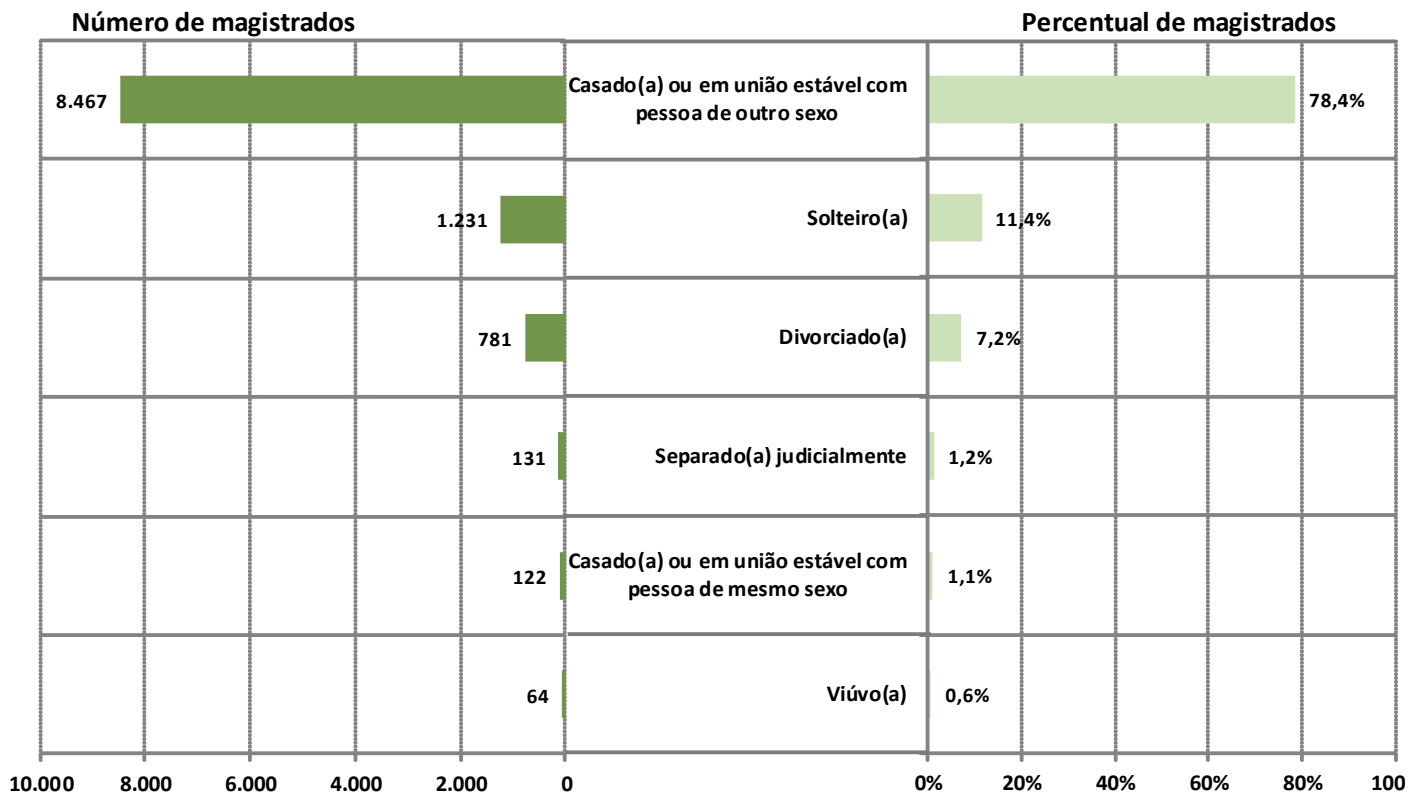


3.1.4.9. Percentual de magistrados ingressantes ou não por cotas para pessoas com deficiência, por ano de ingresso. Brasil, 2013.

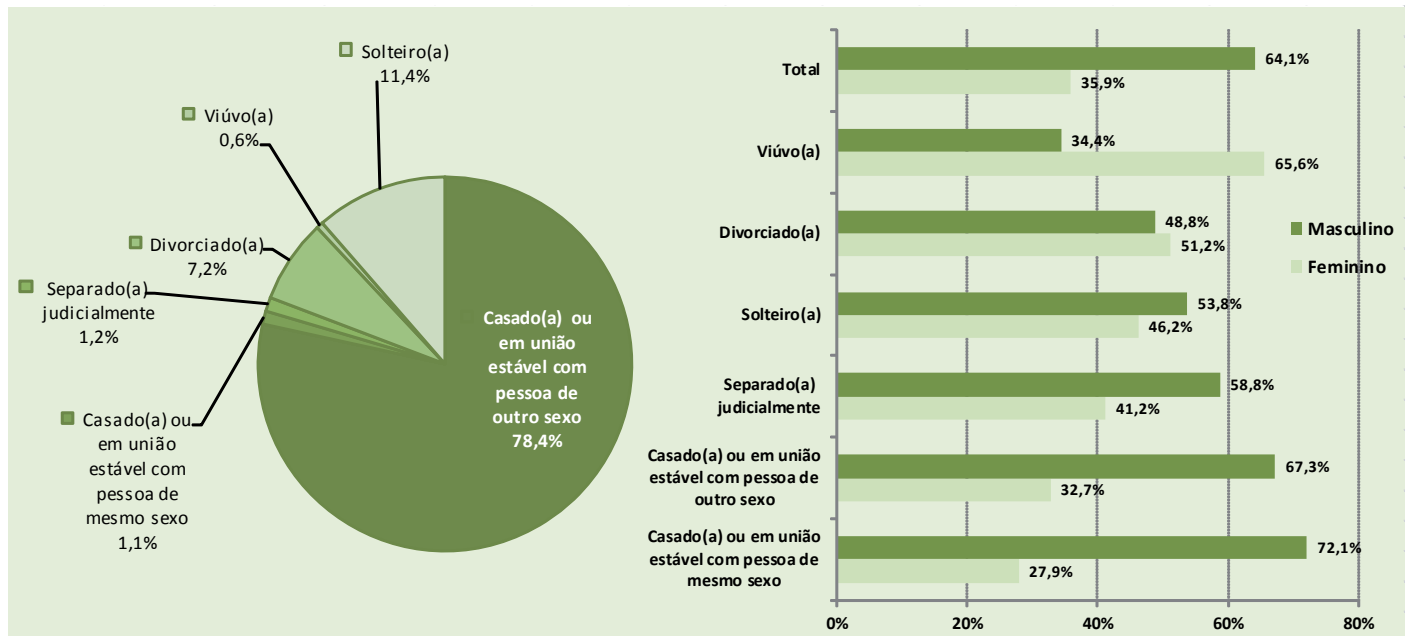


3.1.5. ESTADO CIVIL E QUANTIDADE DE FILHOS

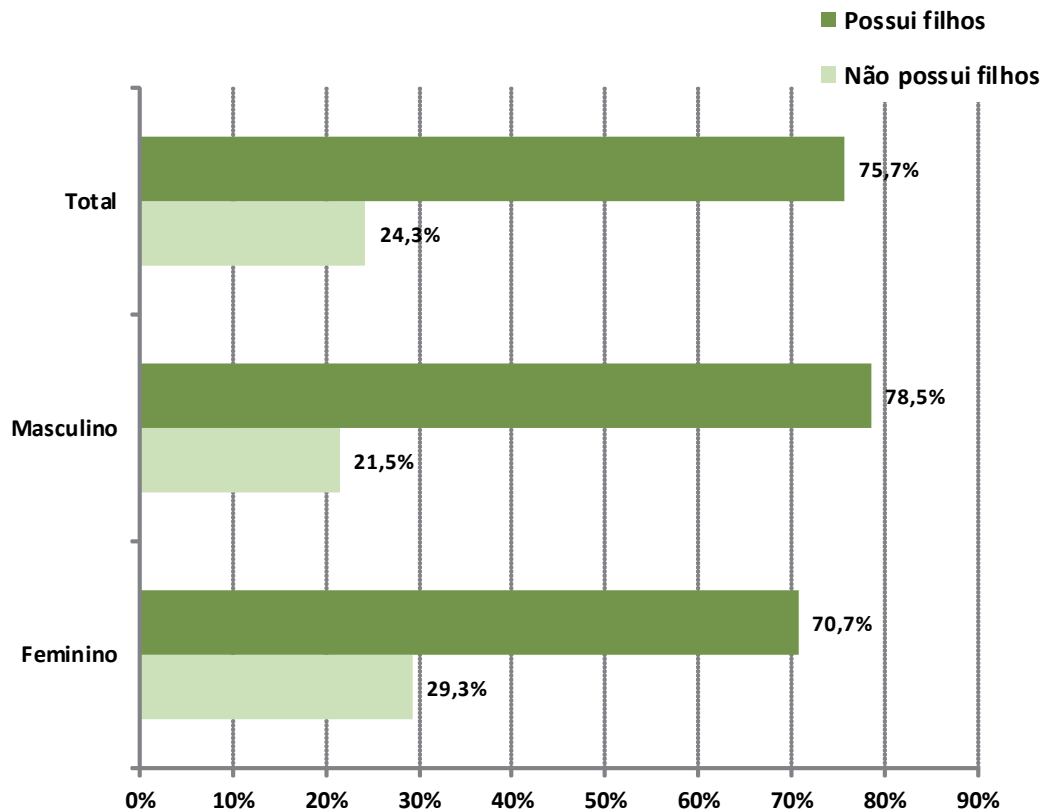
3.1.5.1. Número e percentual de magistrados segundo estado civil. Brasil, 2013.



3.1.5.2. Percentual de magistrados segundo estado civil e percentual de magistrados segundo sexo e estado civil. Brasil, 2013.

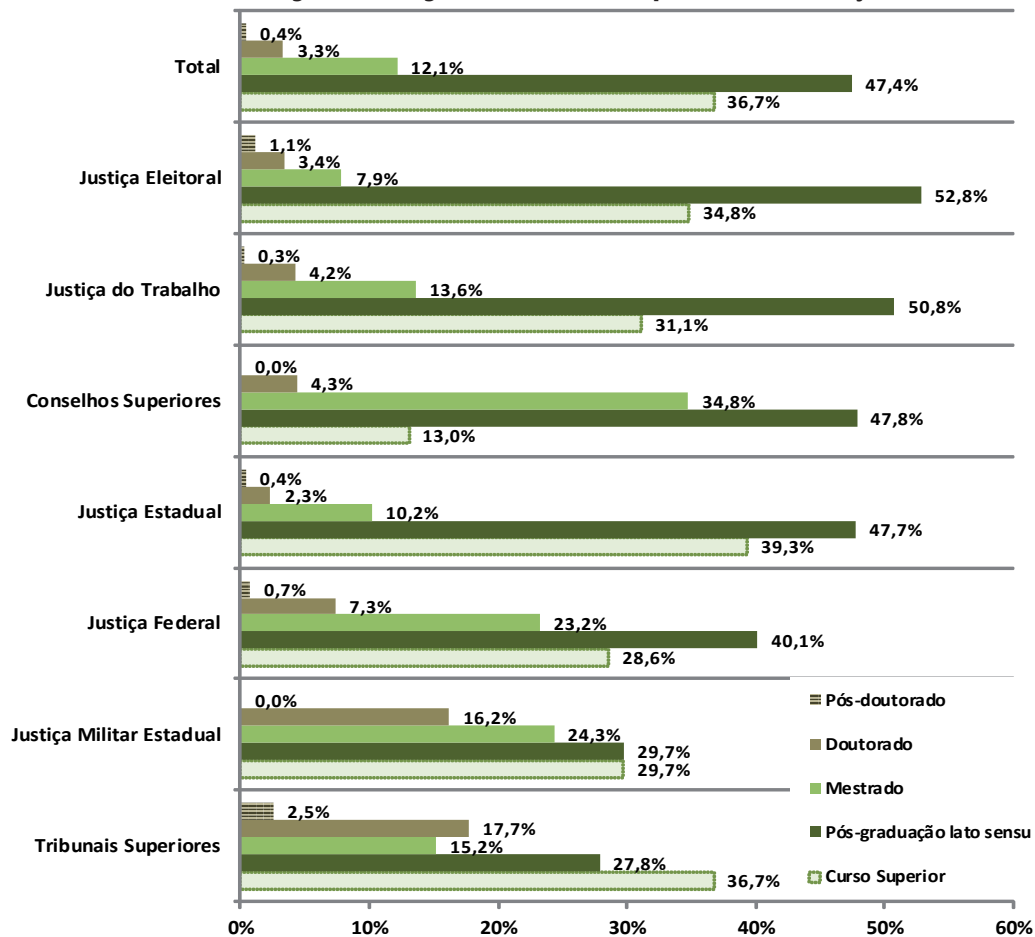


3.1.5.3. Percentual de magistrados que possuem e não possuem filhos, segundo sexo. Brasil, 2013.

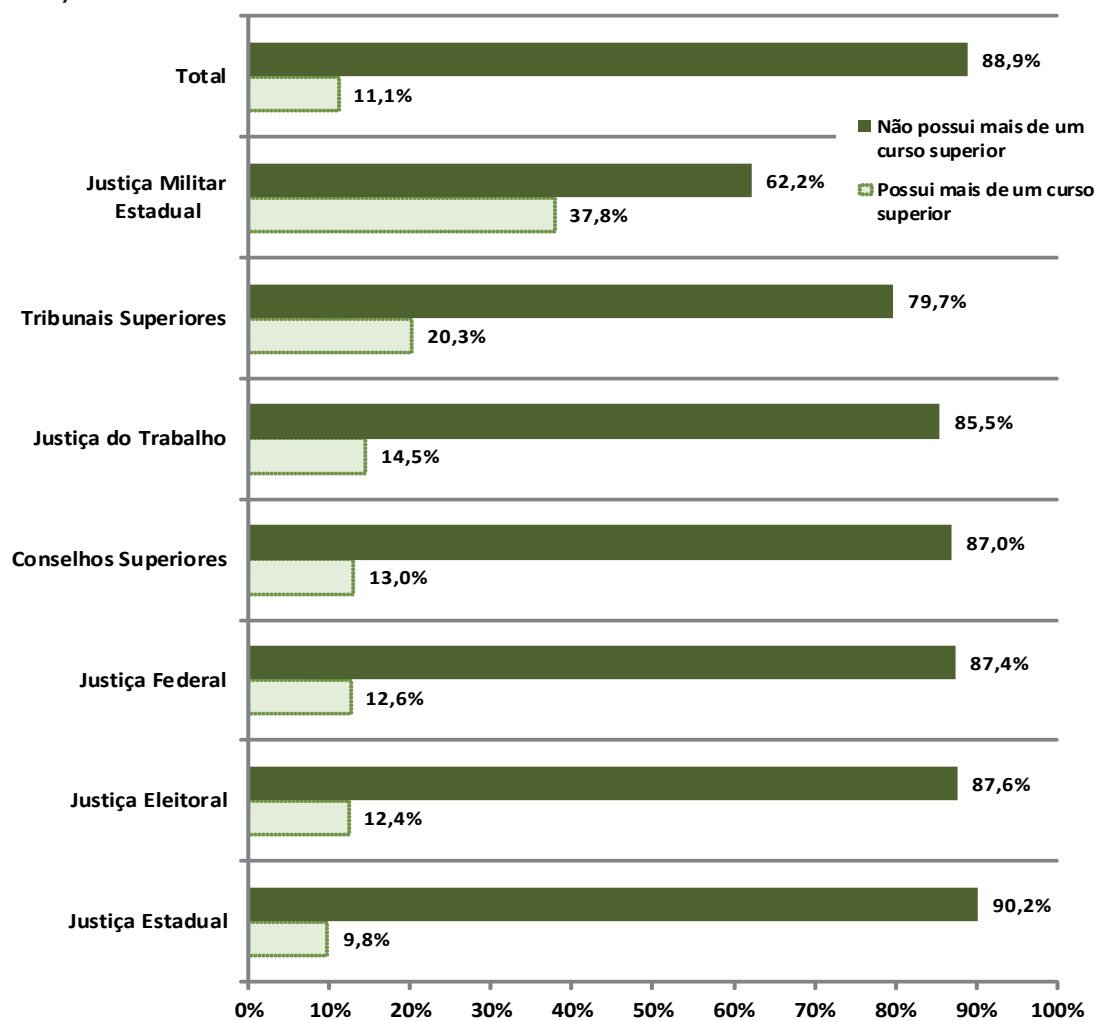


3.1.6. ESCOLARIDADE

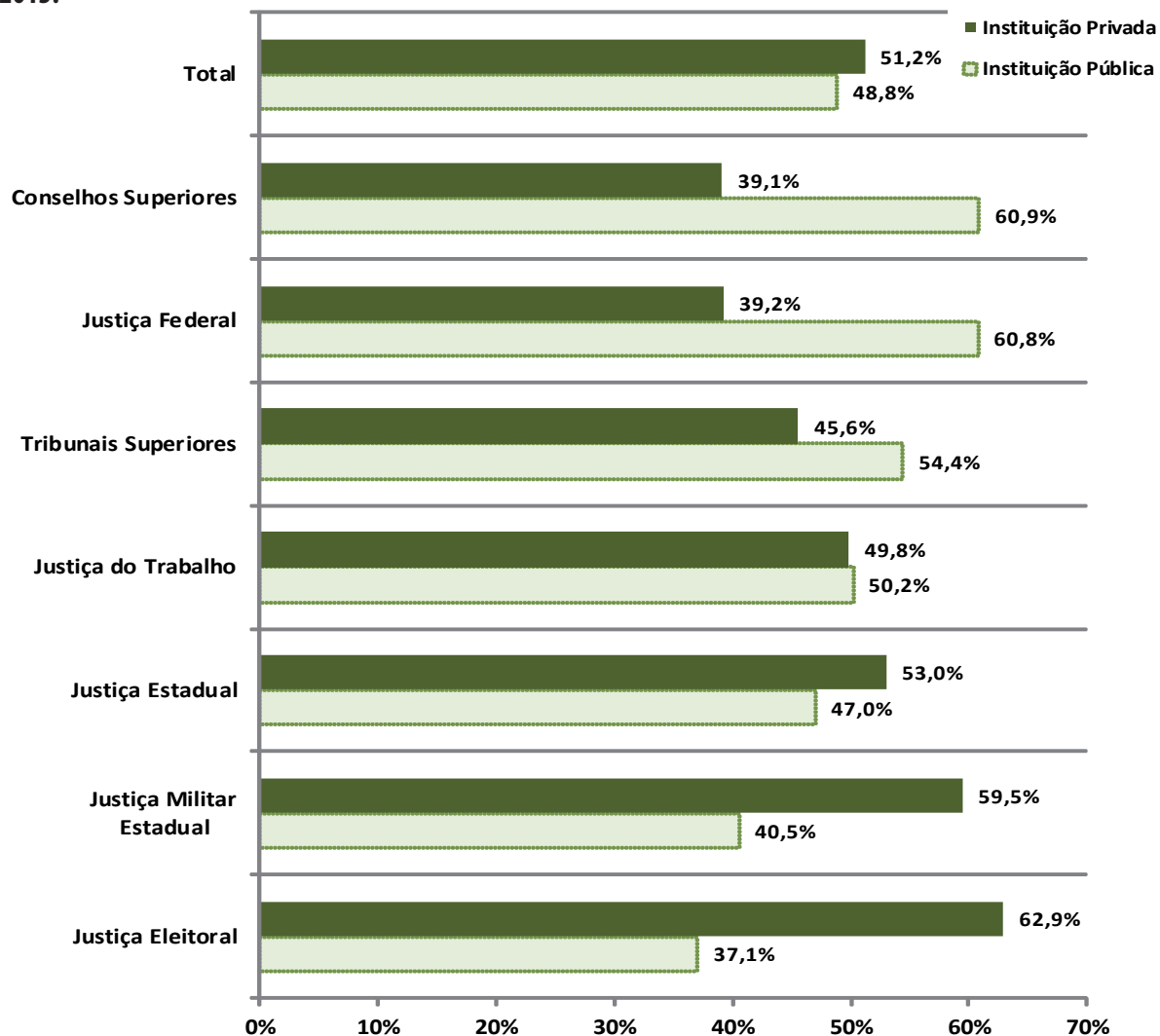
3.1.6.1. Percentual de magistrados segundo escolaridade, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



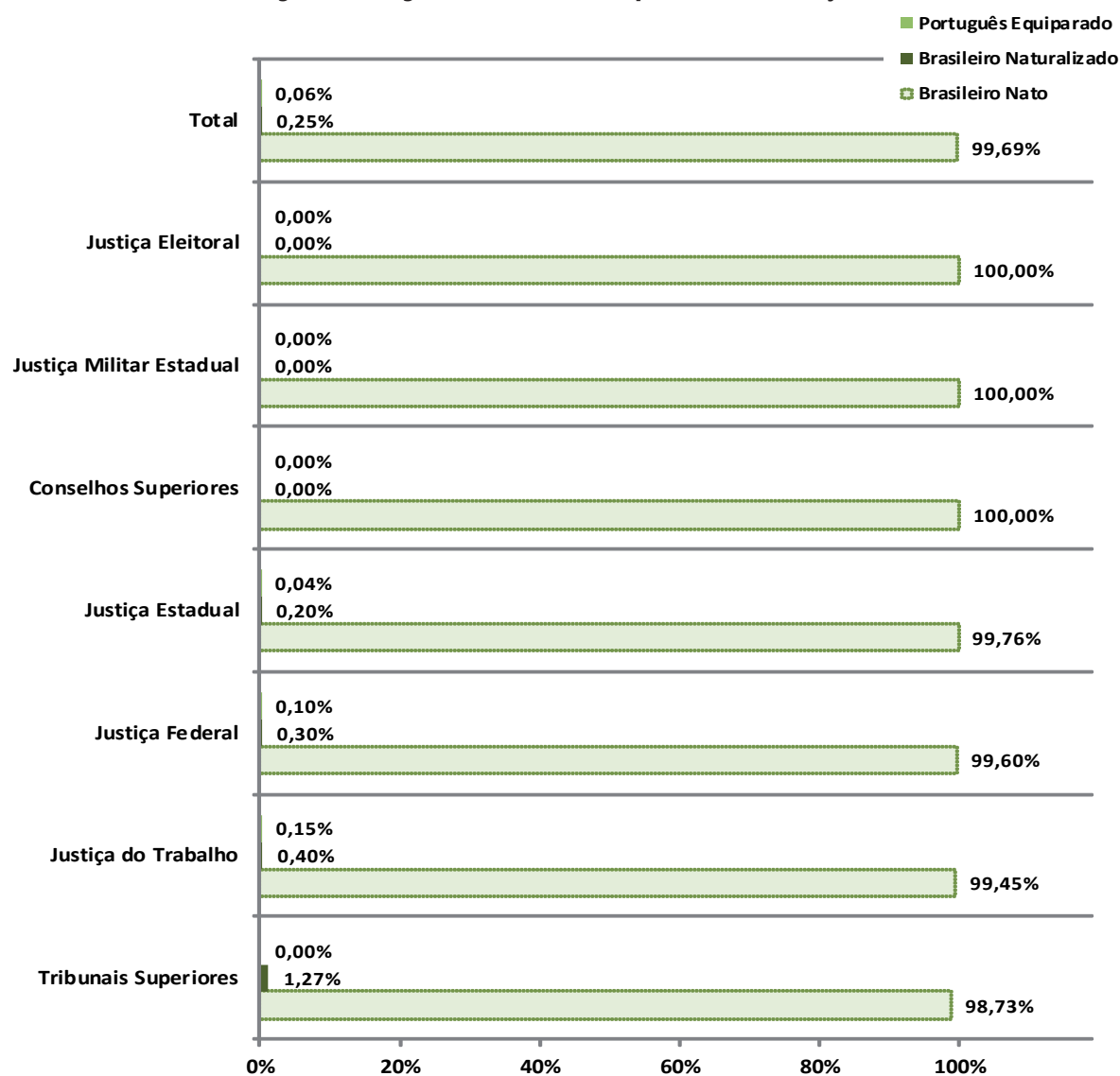
3.1.6.2. Percentual de magistrados que fizeram ou não mais de um curso superior de graduação, segundo ramos de Justiça. Brasil, 2013.



3.1.6.3. Percentual de magistrados segundo tipo de instituição em que concluiu o curso de direito, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



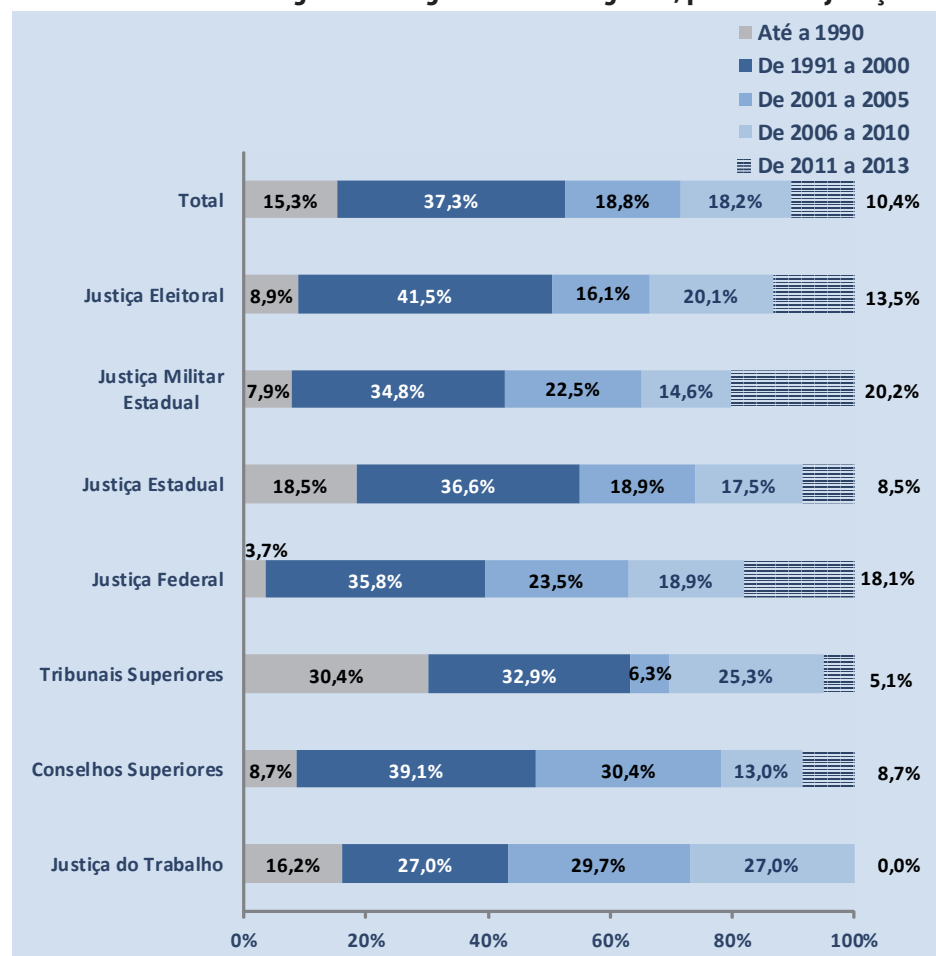
3.1.6.4. Percentual de magistrados segundo nacionalidade, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



3.2. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

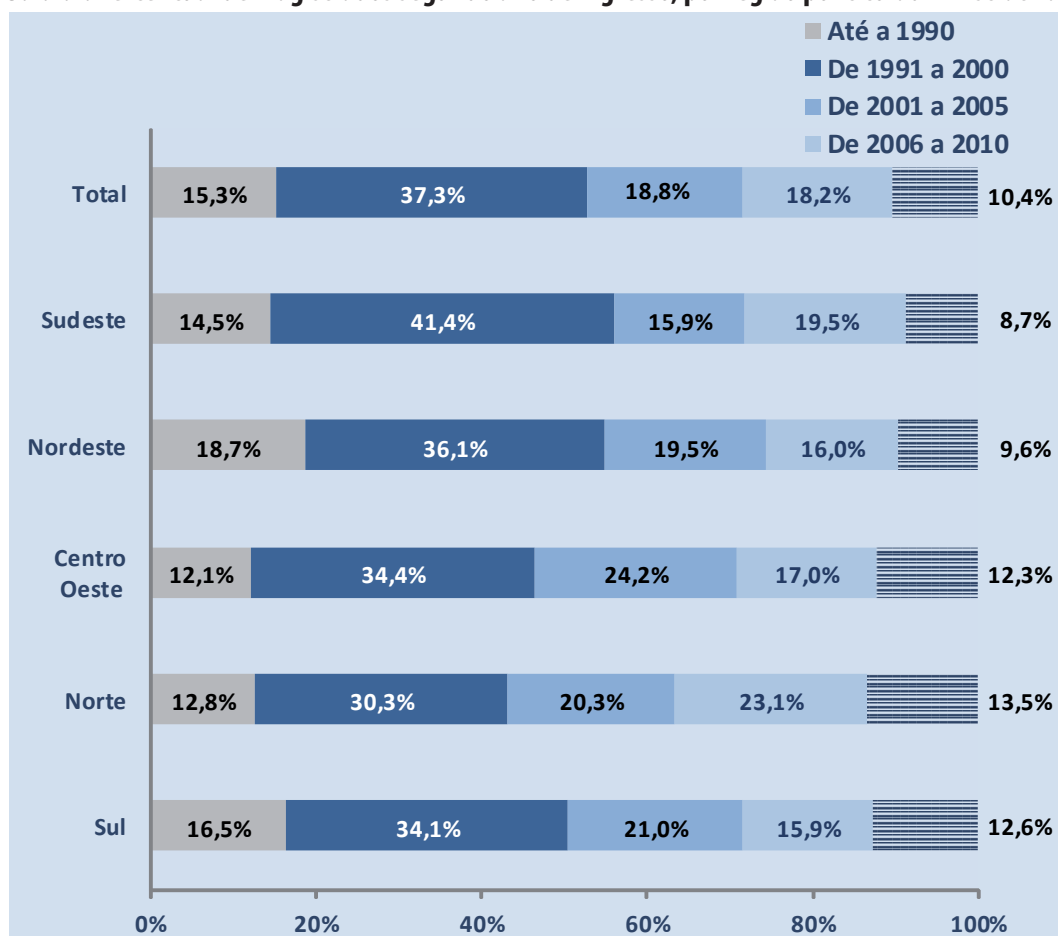
3.2.1. INGRESSO

3.2.1.1. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por ramo de justiça do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.



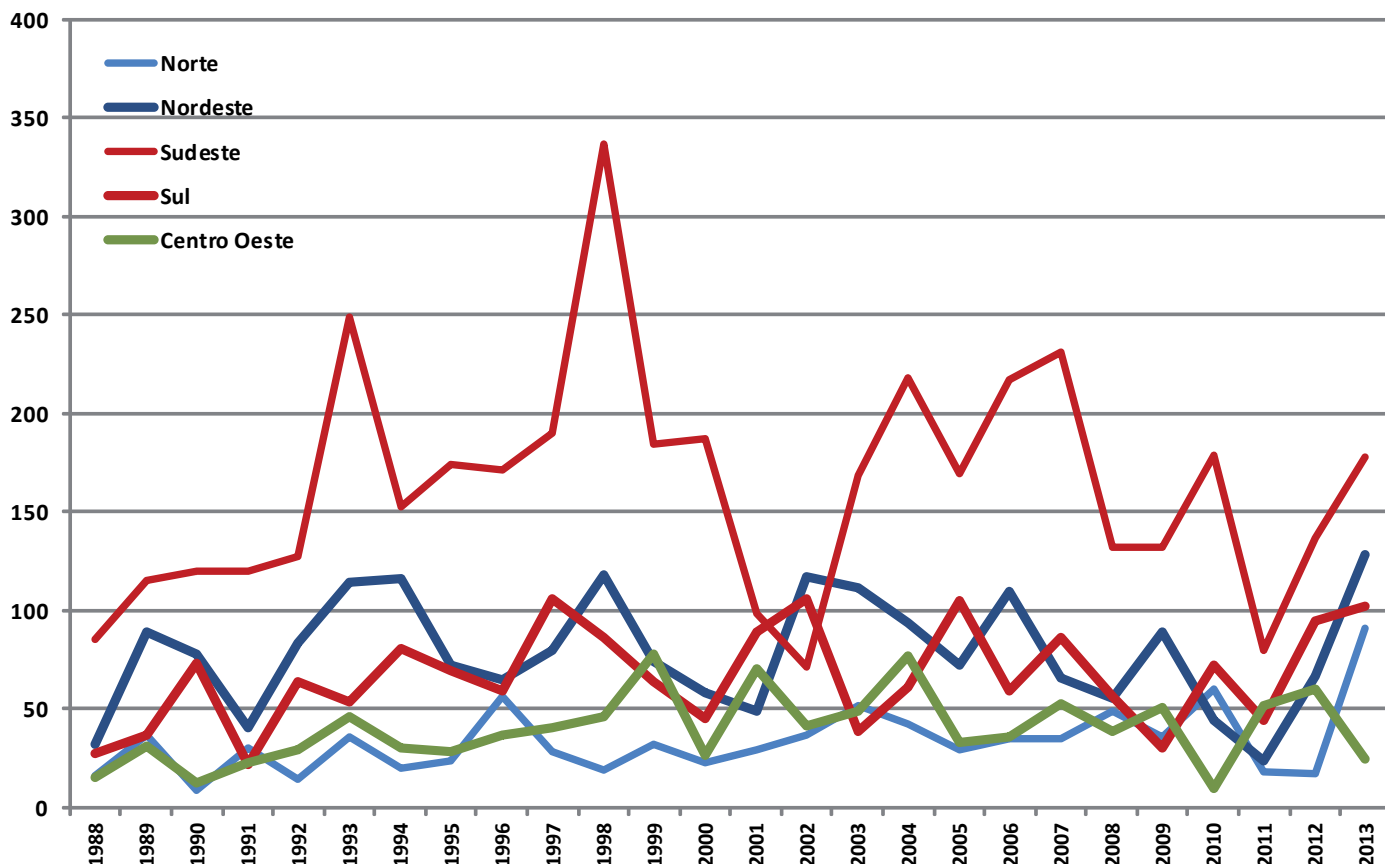
Ramos de Justiça	Absoluto	Percentual
Justiça Militar Estadual	89	0,8%
Conselhos Superiores	23	0,2%
Tribunais Superiores	79	0,7%
Justiça Eleitoral	1.985	18,4%
Justiça Federal	993	9,2%
Justiça do Trabalho	37	0,3%
Justiça Estadual	7.583	70,3%
Total	10.789	100,0%

3.2.1.2. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso, por região político-administrativa em que trabalha. Brasil, 2013.

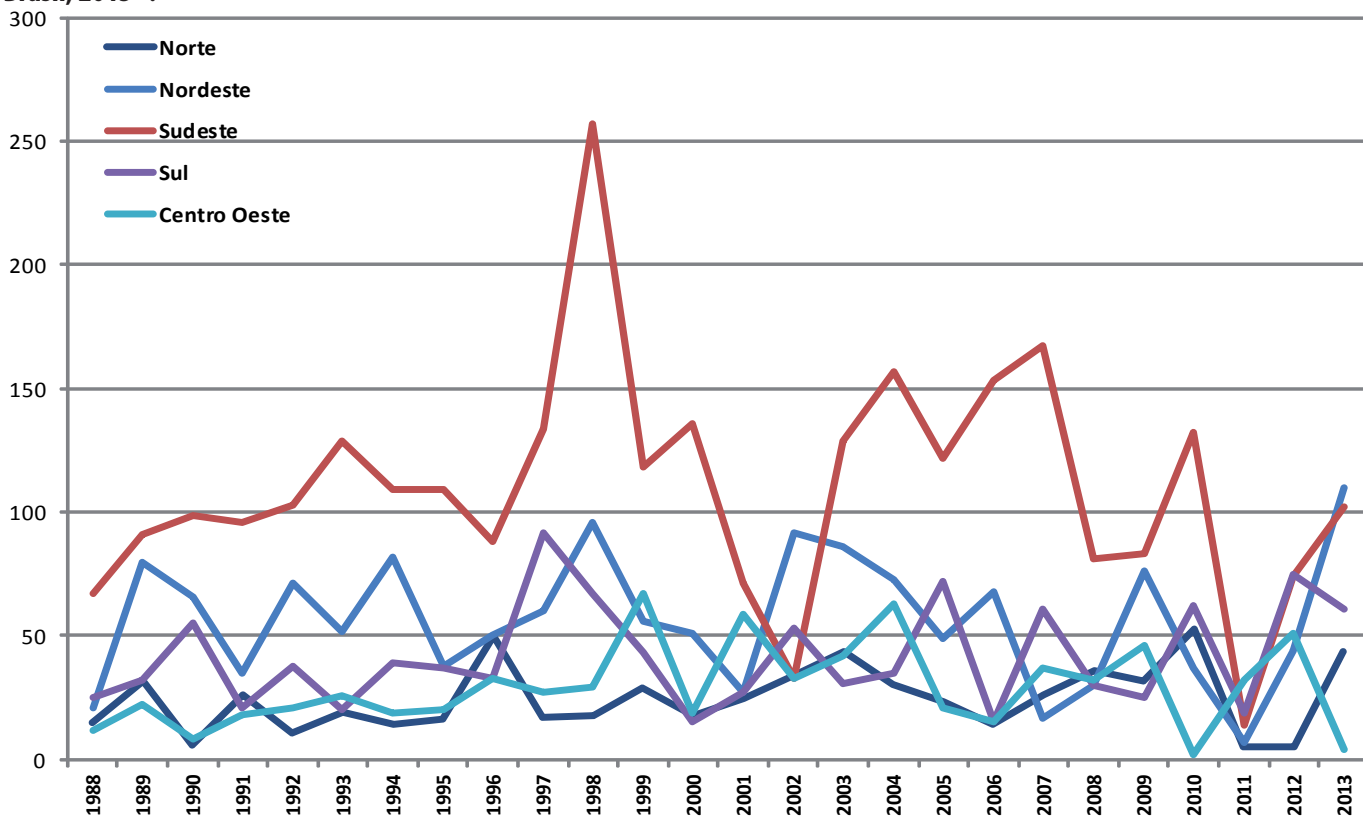


Dados de referência:	Regiões	Absoluto	Percentual
	Norte	931	8,6%
Nordeste	2.270	21,0%	
Sudeste	4.566	42,3%	
Sul	1.908	17,7%	
Centro Oeste	1.114	10,3%	
Total	10.789	100,0%	

3.2.1.3. Número de magistrados segundo ano de ingresso, por região político-administrativa do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.

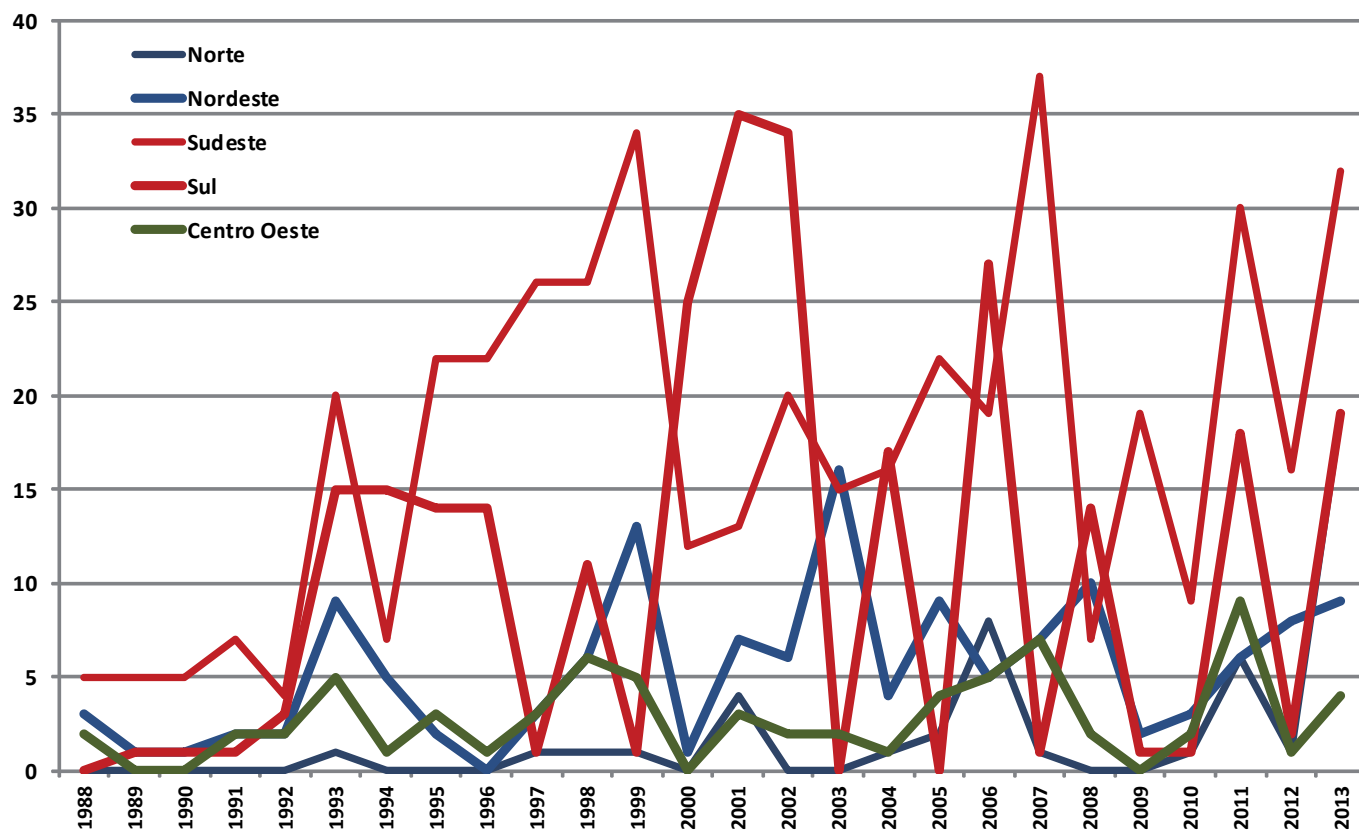


3.2.1.4. Percentual de magistrados da Justiça Estadual segundo ano de ingresso, por região do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013¹³.

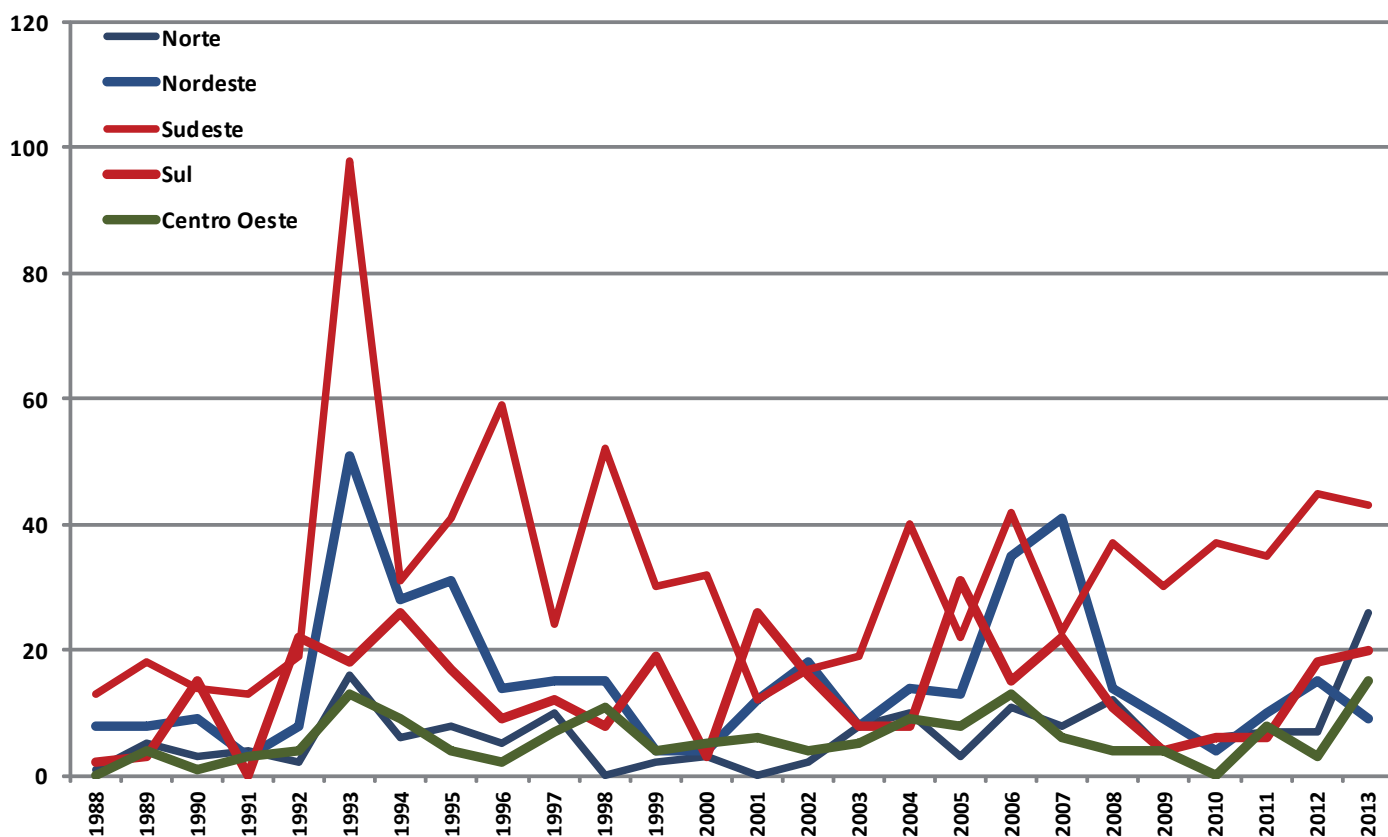


¹³ Não foram produzidos gráficos semelhantes a este para ramos de justiça sem representação nacional, caso dos Tribunais e Conselhos Superiores, Justiça Militar Estadual e Justiça Eleitoral, pois apenas os magistrados da classe dos advogados foram considerados.

3.2.1.5. Percentual de magistrados da Justiça Federal segundo ano de ingresso, por região do tribunal. Brasil, 2013.

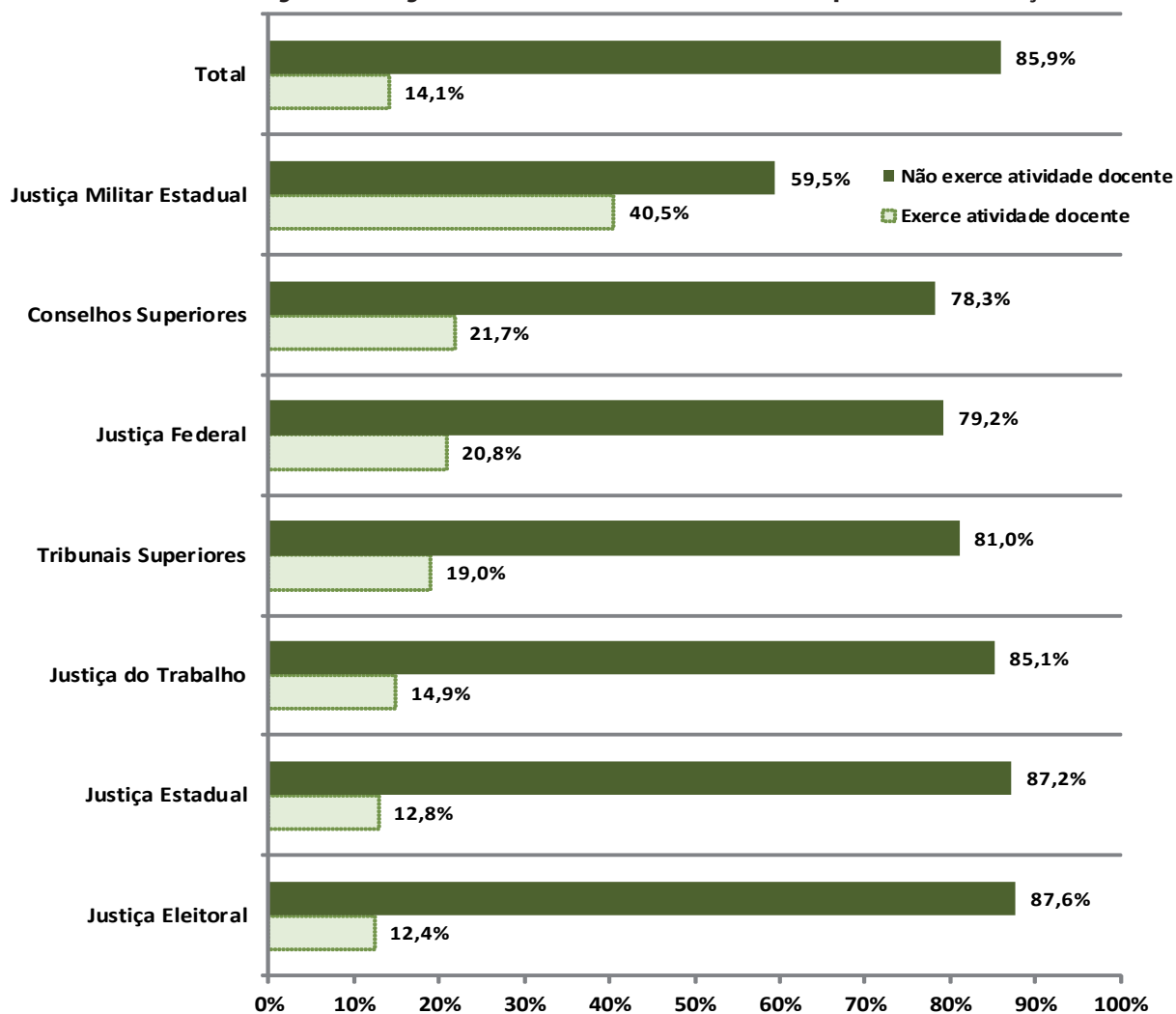


3.2.1.6. Percentual de magistrados da Justiça do Trabalho segundo ano de ingresso, por região do tribunal. Brasil, 2013.

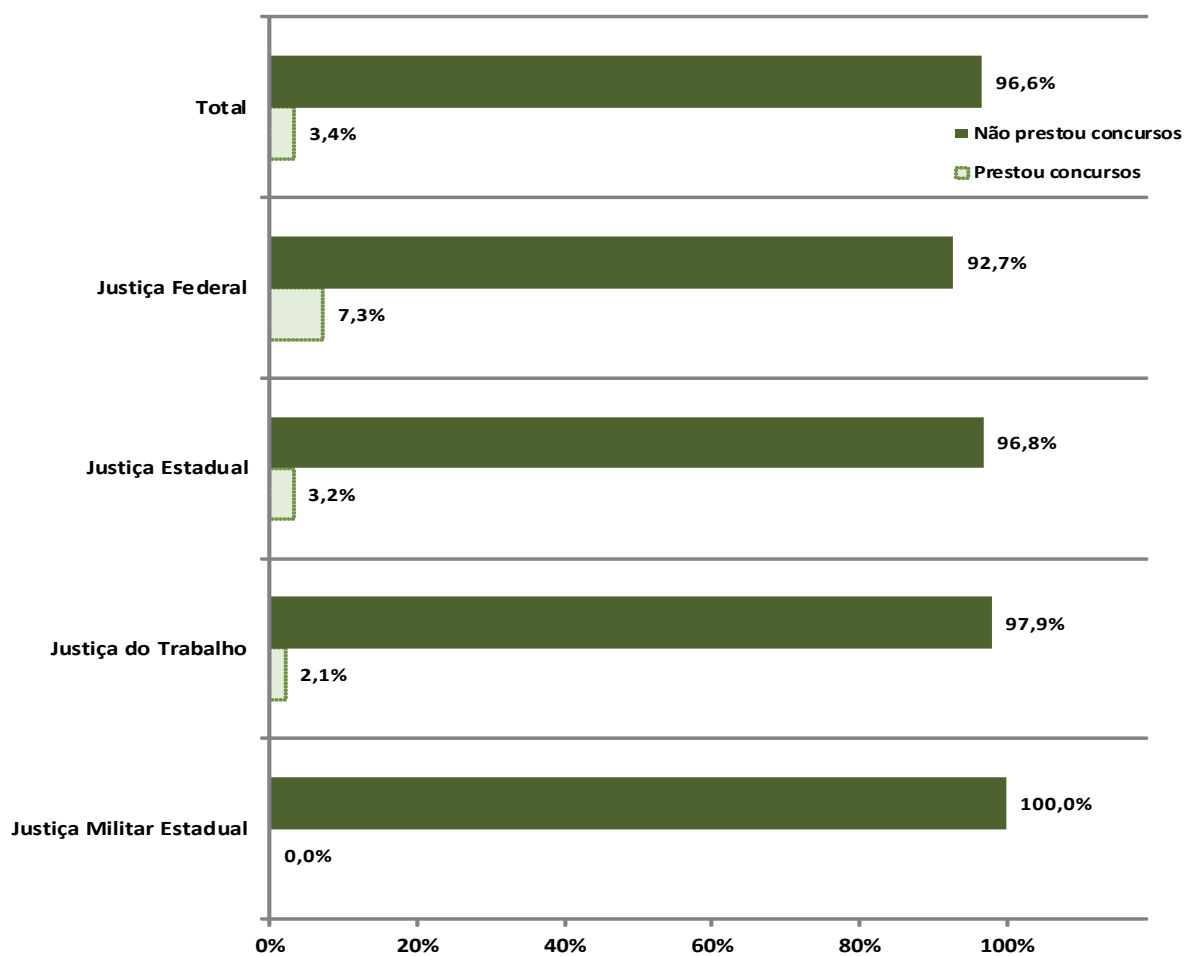


3.2.2. ATIVIDADES CORRELATAS

3.2.2.1. Percentual de magistrados segundo o exercício de atividade docente, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.

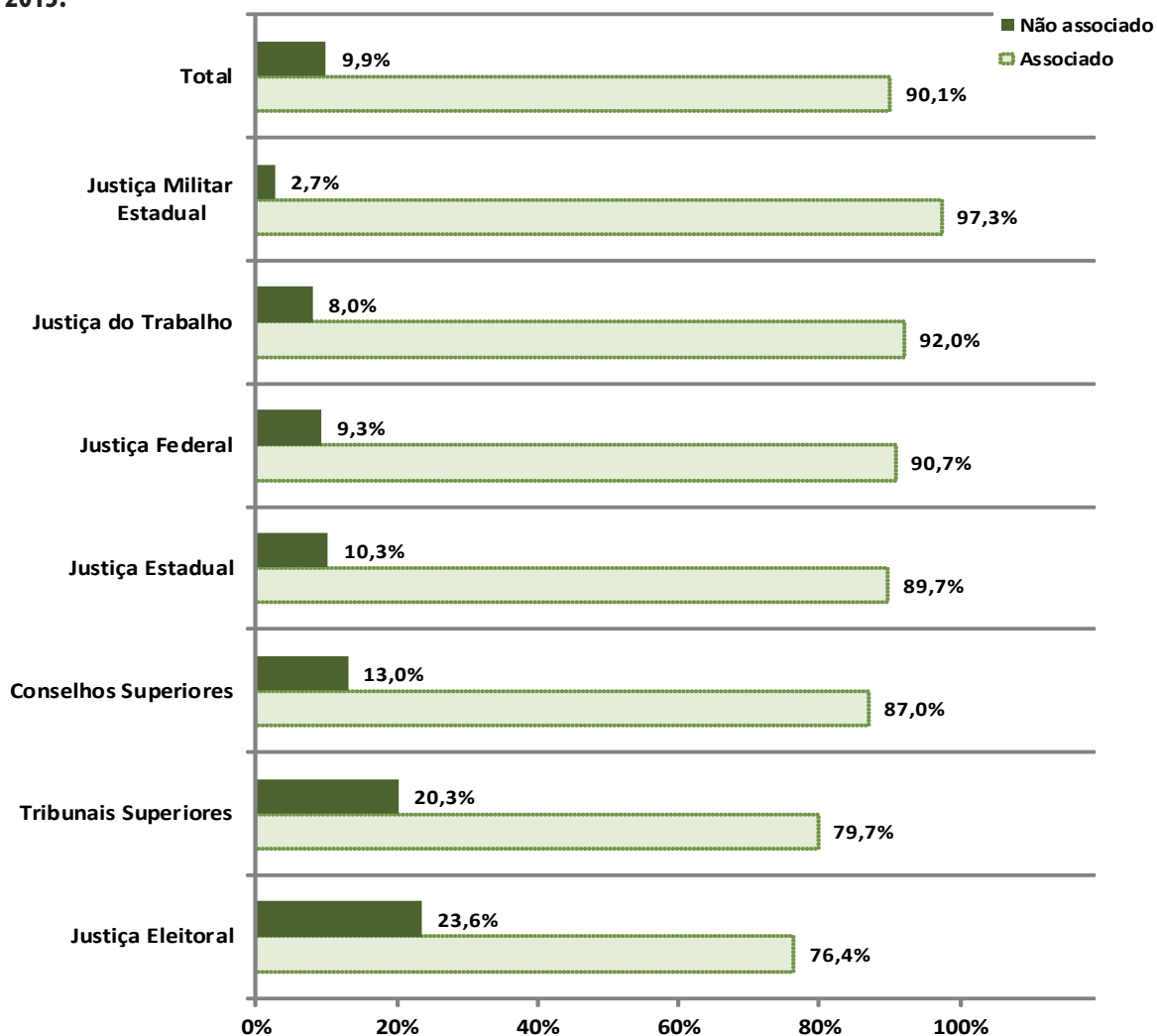


3.2.2.2. Percentual de magistrados na carreira atual há pelo menos dois anos, segundo a realização de concursos para outras carreiras nos últimos dois anos. Brasil, 2013¹⁴.



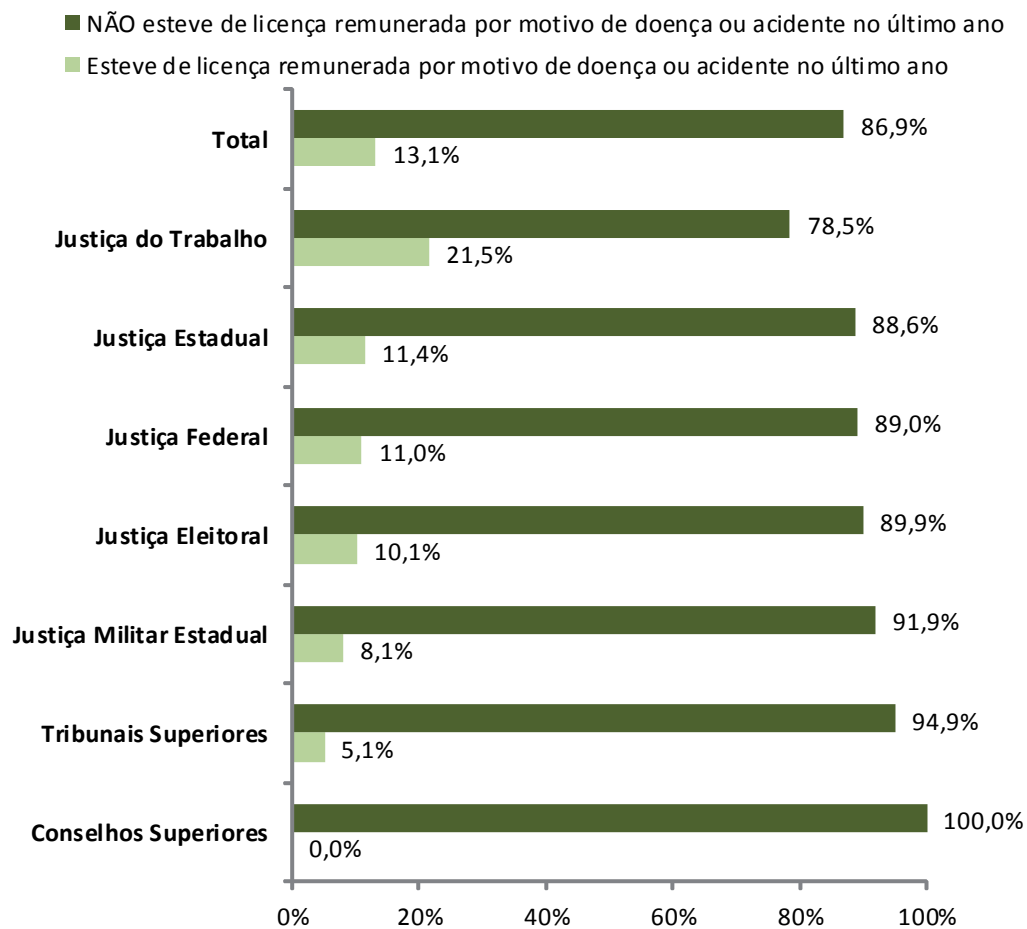
¹⁴ Gráfico referente apenas aos magistrados que ingressaram na carreira atual até 2010. Foram omitidos os Tribunais Superiores, os Conselhos Superiores e a Justiça Eleitoral.

3.2.2.3. Percentual de magistrados segundo associação a entidade representativa de magistrados, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.

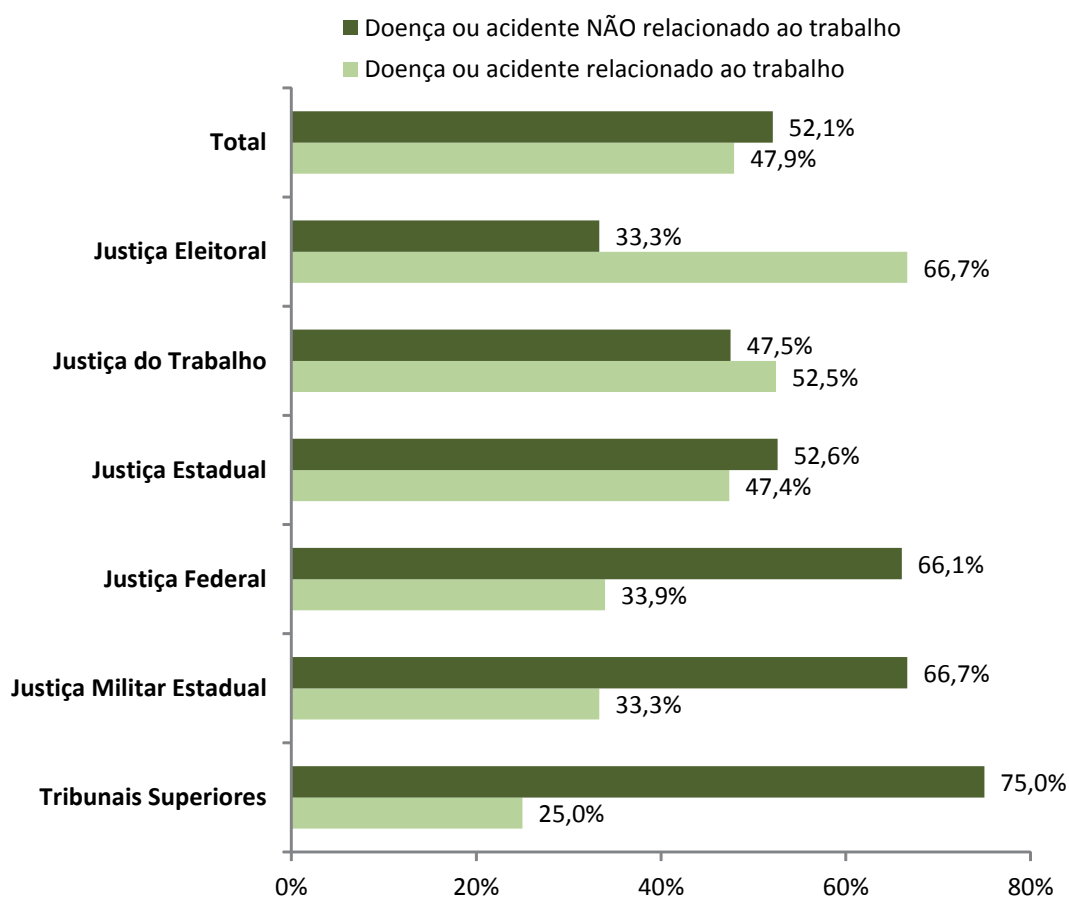


3.3. SAÚDE

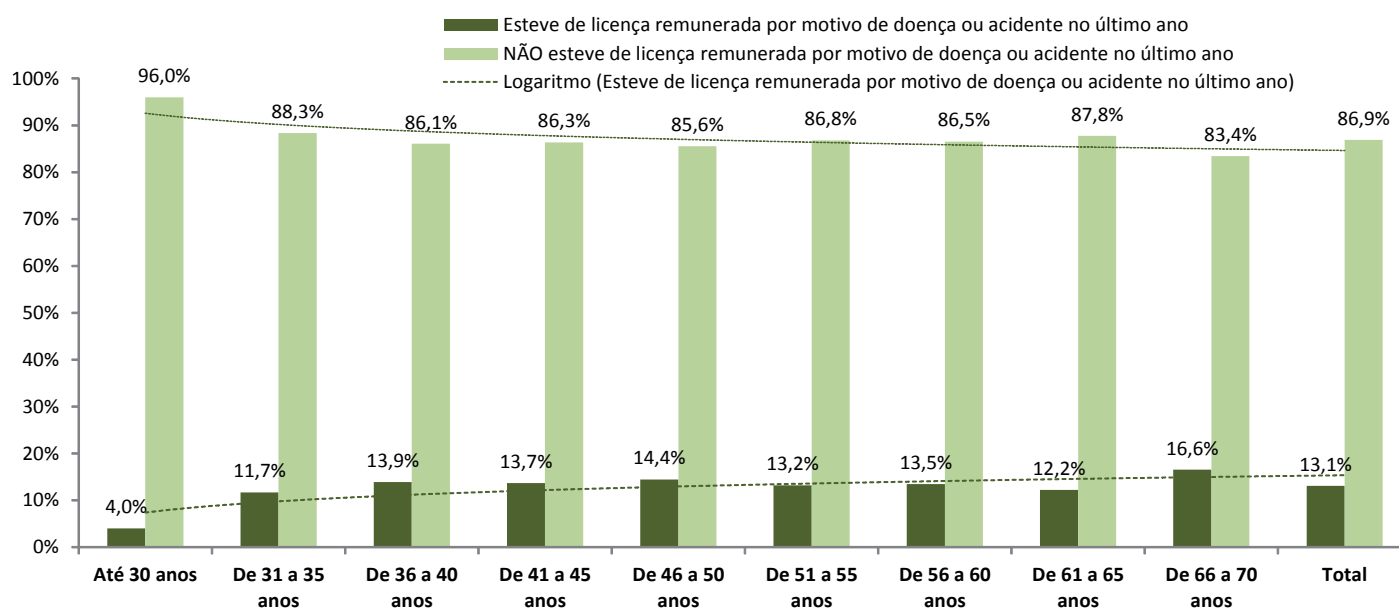
3.3.1. Percentual de magistrados segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por ramos de justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



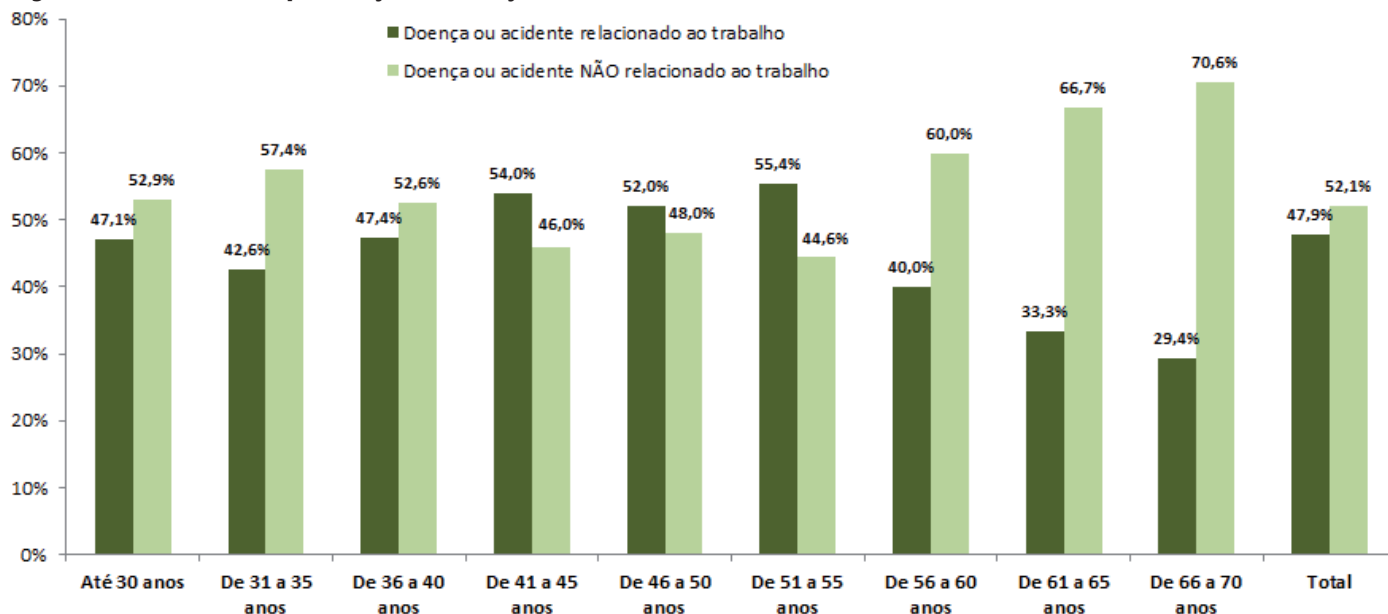
3.3.2. Percentual de magistrados que gozaram de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo ramos de justiça em que trabalham, por relação da doença com o trabalho. Brasil, 2013.



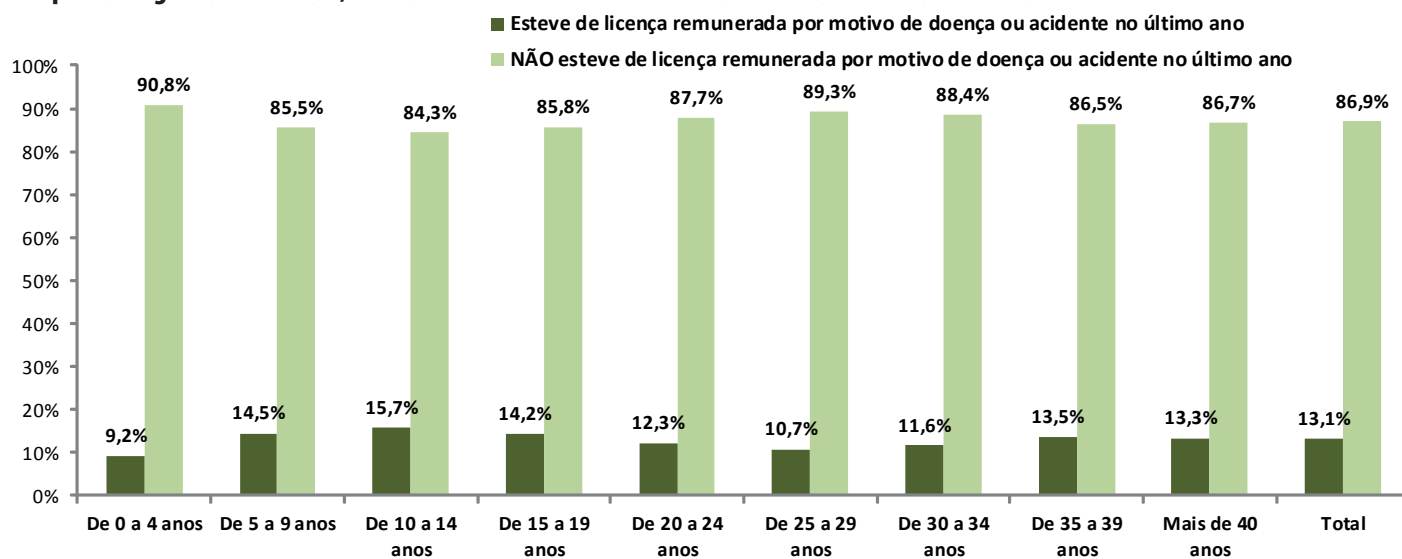
3.3.3. Percentual de magistrados segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por faixas de idade. Brasil, 2013.



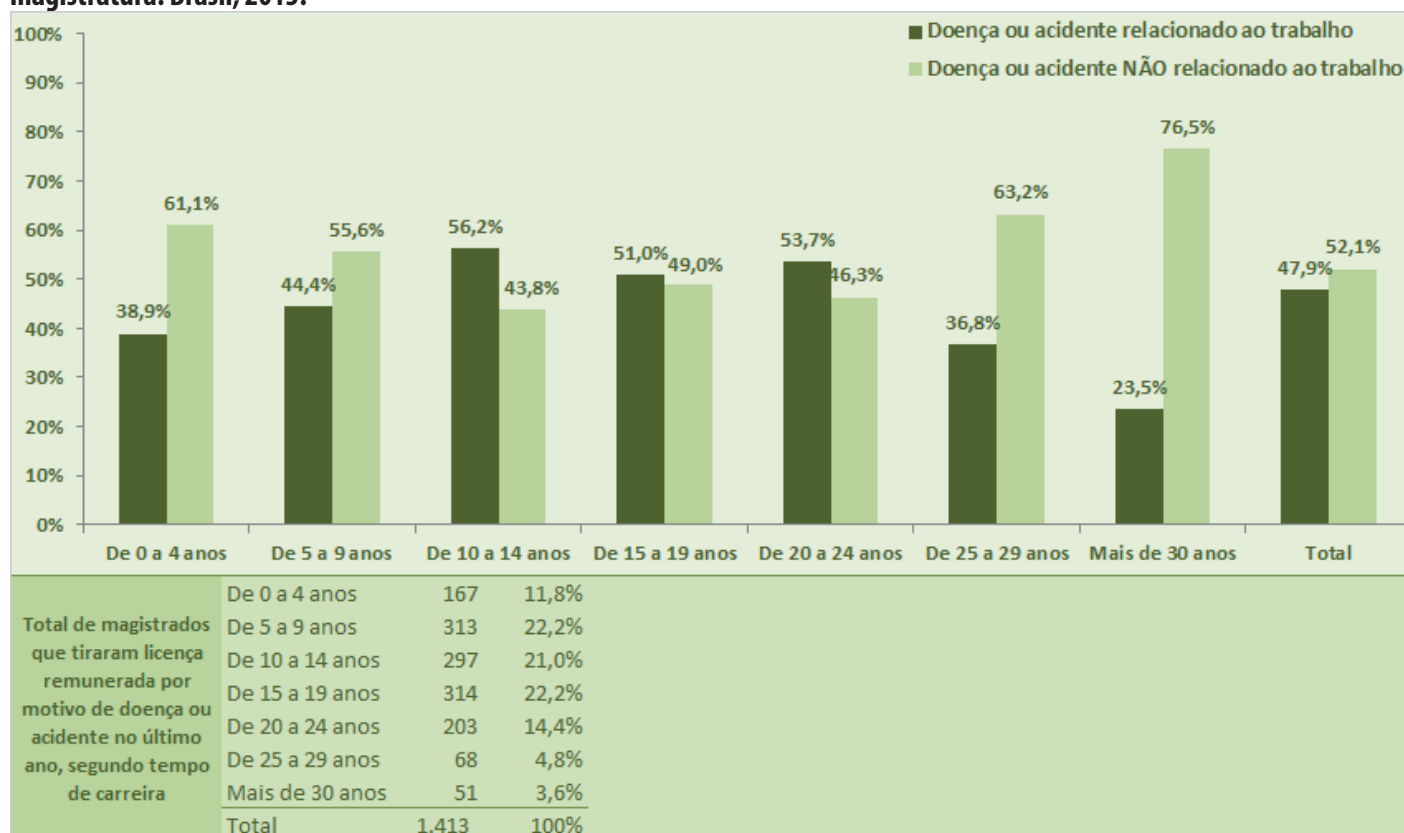
3.3.4. Percentual de magistrados que gozaram de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo faixas de idade, por relação da doença com o trabalho. Brasil, 2013.



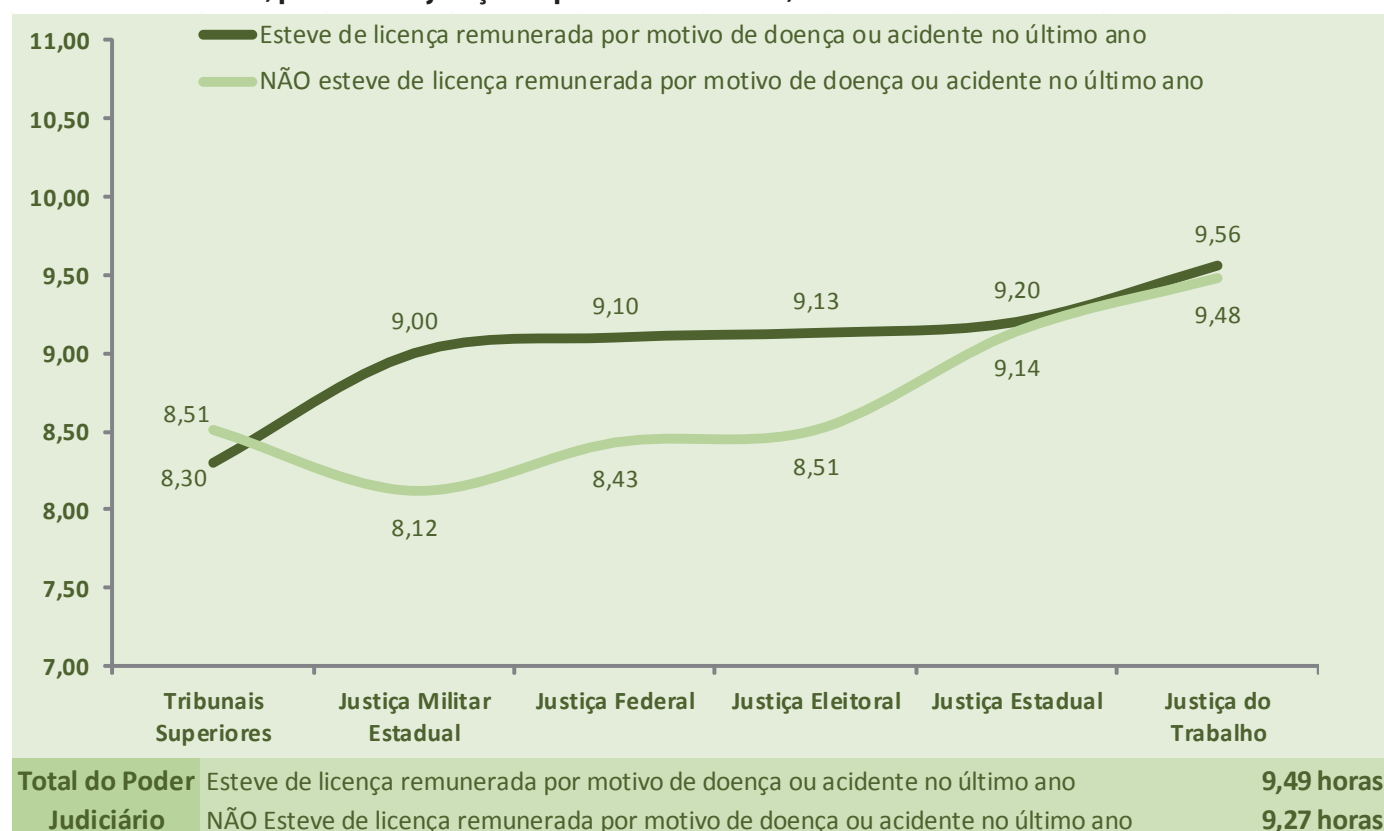
3.3.5. Percentual de magistrados segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por tempo de magistratura. Brasil, 2013.



3.3.6. Percentual de magistrados segundo relação da doença ou acidente ocorrido no último ano com o trabalho, por tempo de magistratura. Brasil, 2013.



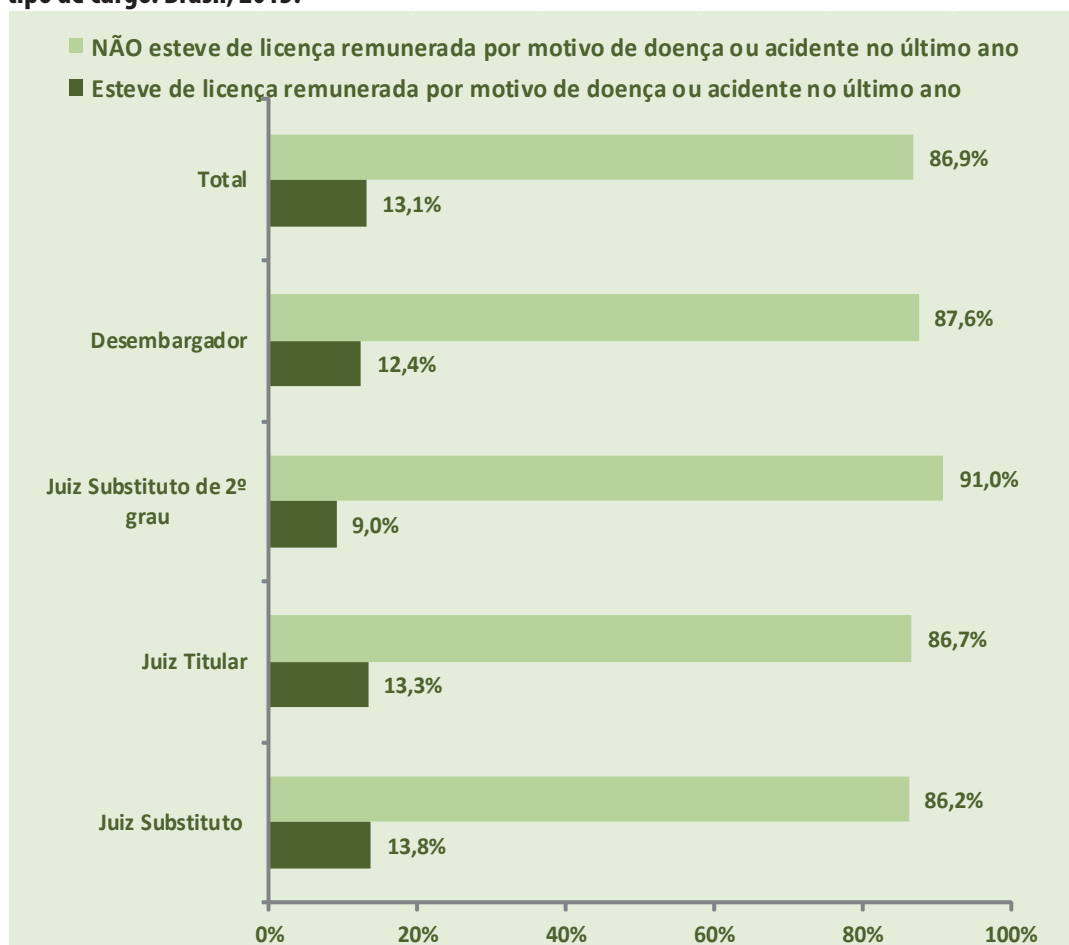
3.3.7. Jornada de trabalho média (em horas) de magistrados segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por ramos de justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



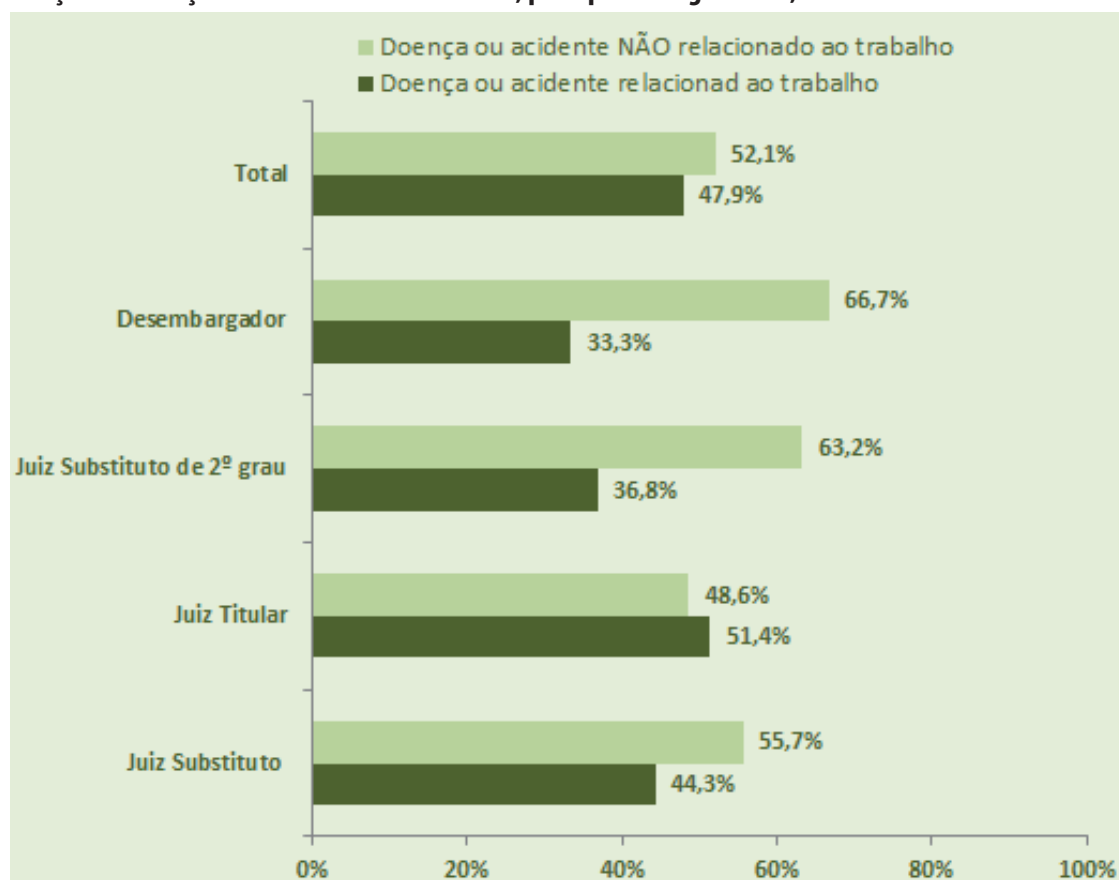
3.3.8. Jornada de trabalho média (em horas) de magistrados que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença com o trabalho, por ramos de justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



3.3.9. Percentual de magistrados segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por tipo de cargo. Brasil, 2013.



3.3.10. Percentual de magistrados que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença ou acidente com o trabalho, por tipo de cargo. Brasil, 2013.



3.4. O QUE PENSAM

3.4.1. PERCENTUAIS DE RESPOSTAS POSITIVAS

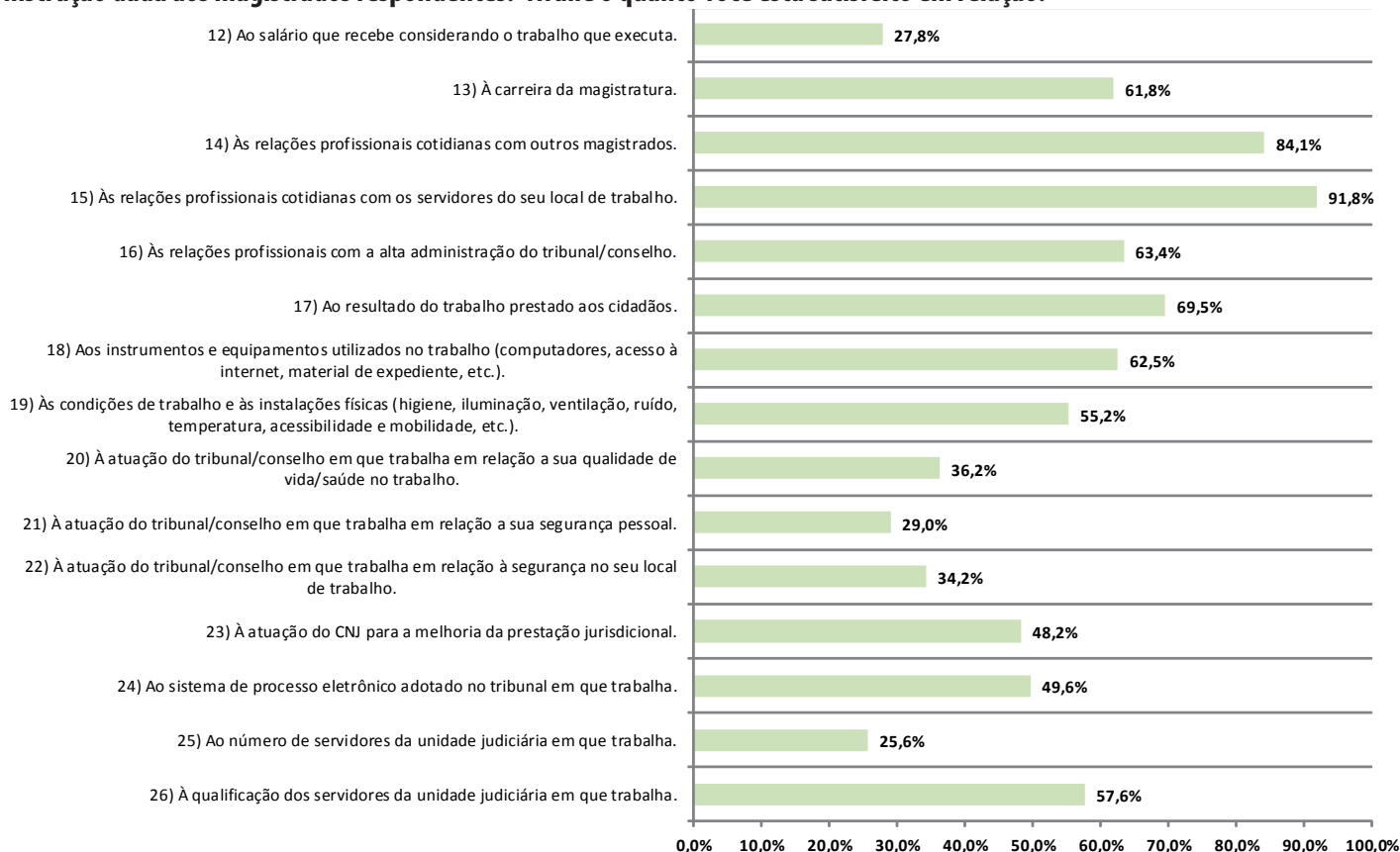
3.4.1.1. Percentual de respostas positivas dos magistrados. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



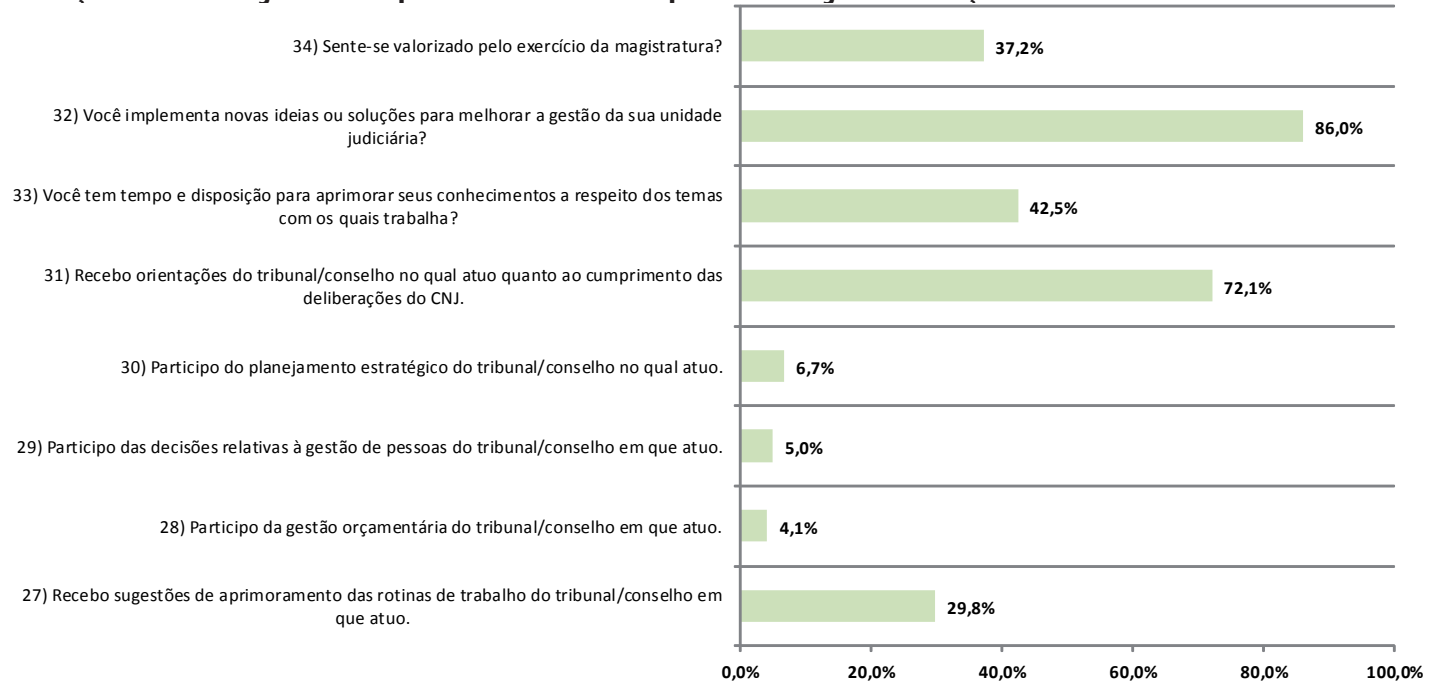
3.4.1.2. Percentual de respostas positivas dos magistrados.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



3.4.1.3. Percentual de respostas positivas dos magistrados . Brasil, 2013.

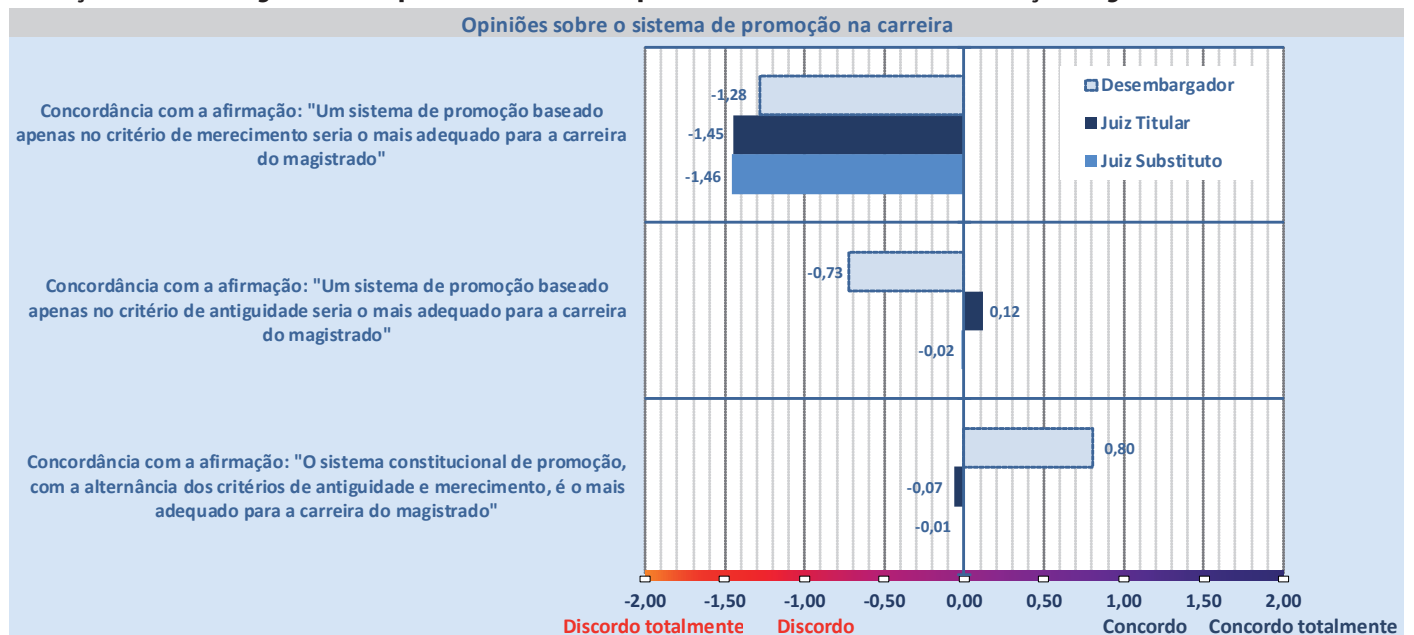
Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie a frequência das seguintes situações:"



3.4.2. OPINIÕES SEGUNDO O TIPO DE CARGO DO MAGISTRADO

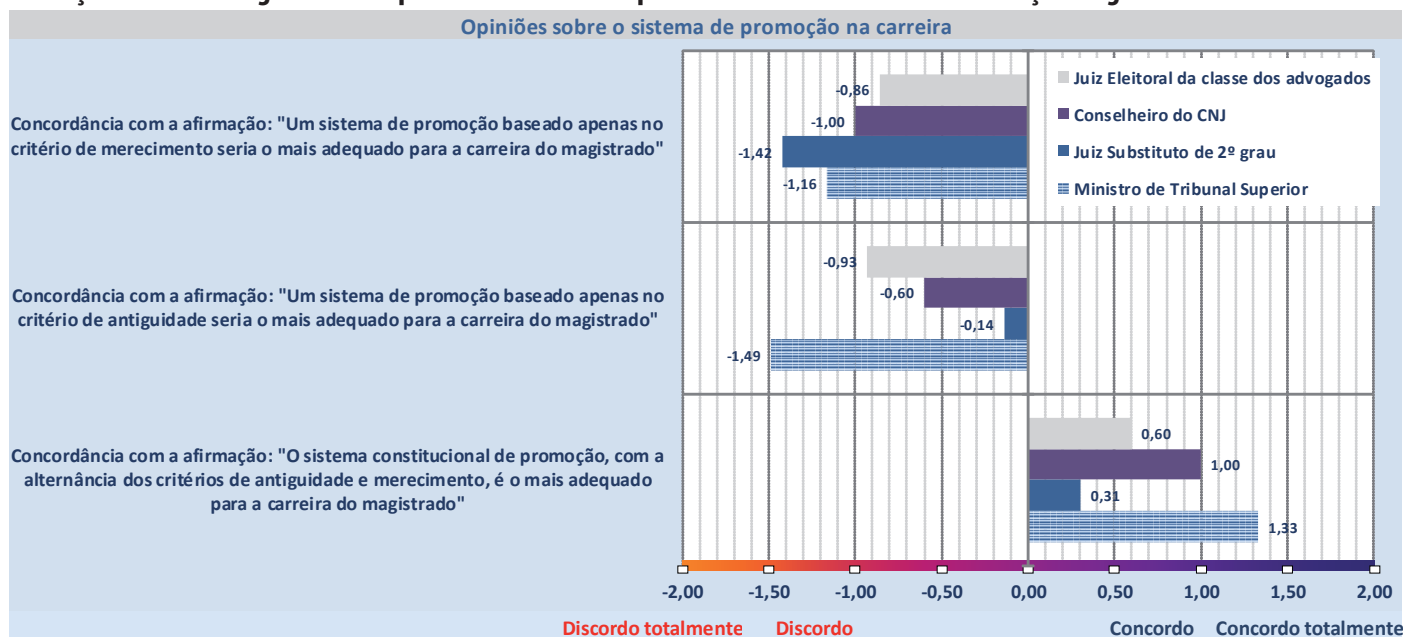
3.4.2.1. Opiniões do magistrado sobre o sistema de promoção na carreira. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



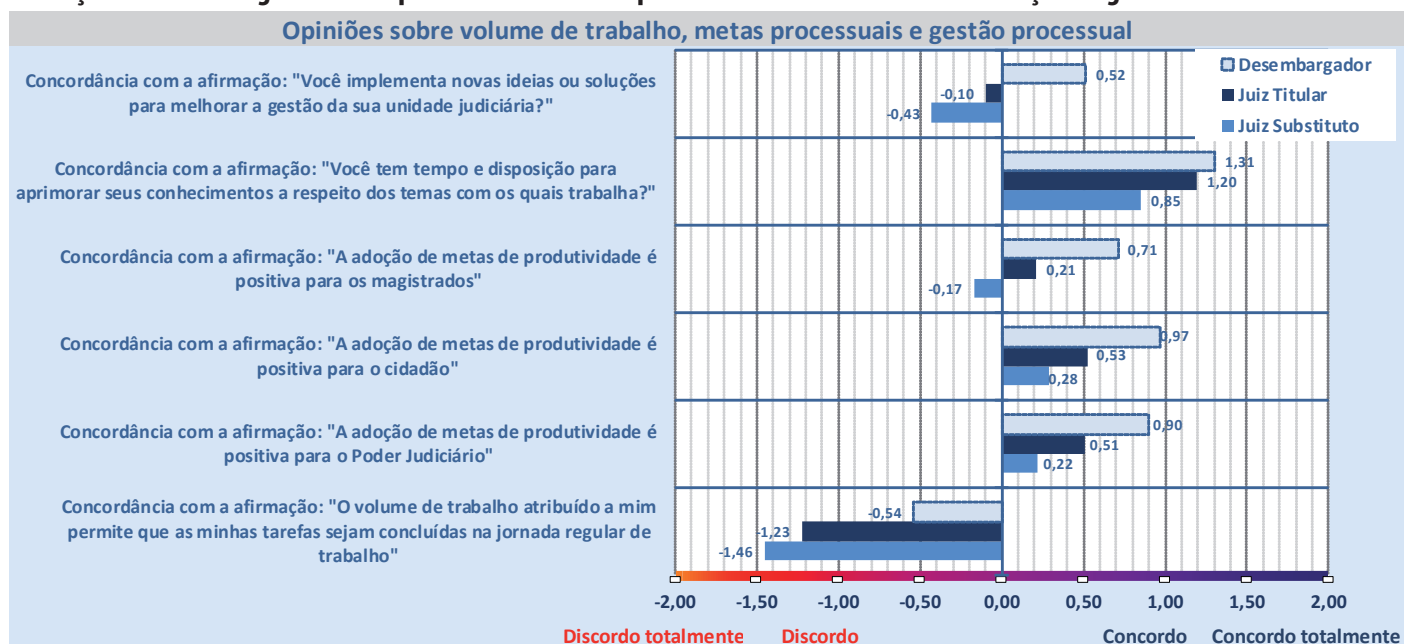
3.4.2.2. Opiniões do magistrado sobre o sistema de promoção na carreira. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



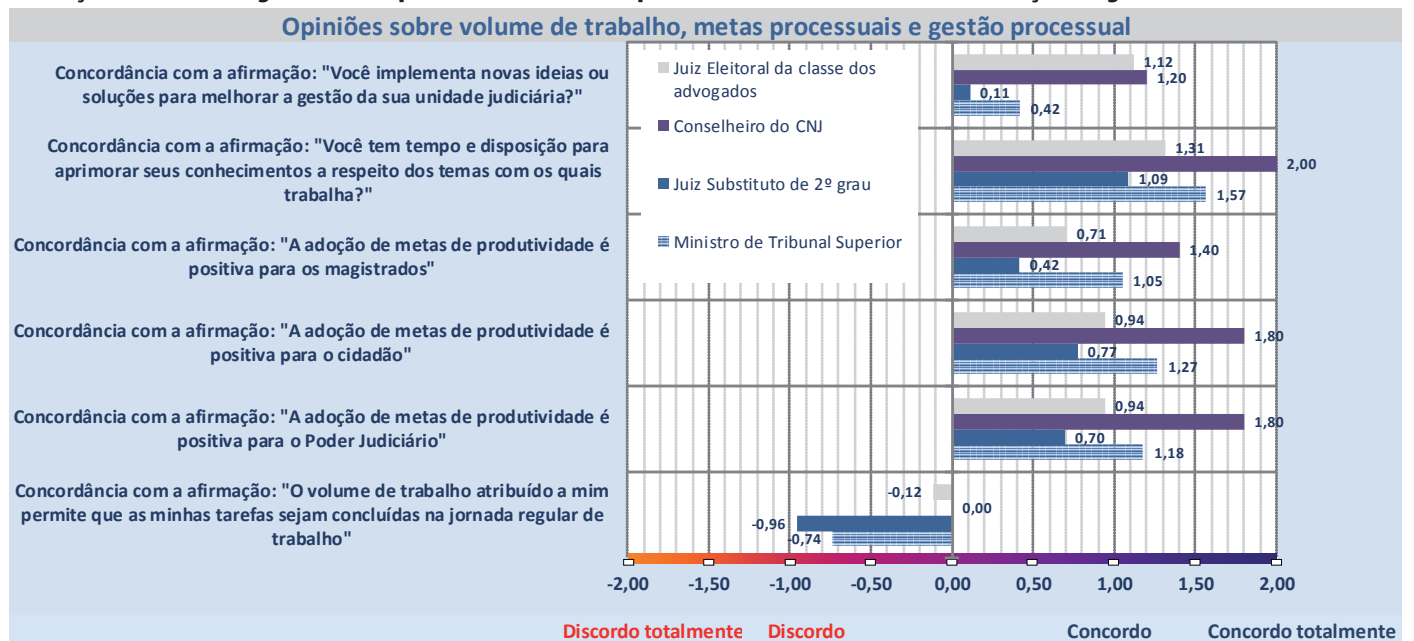
3.4.2.3. Opiniões do magistrado sobre volume de trabalho, metas processuais e gestão processual. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



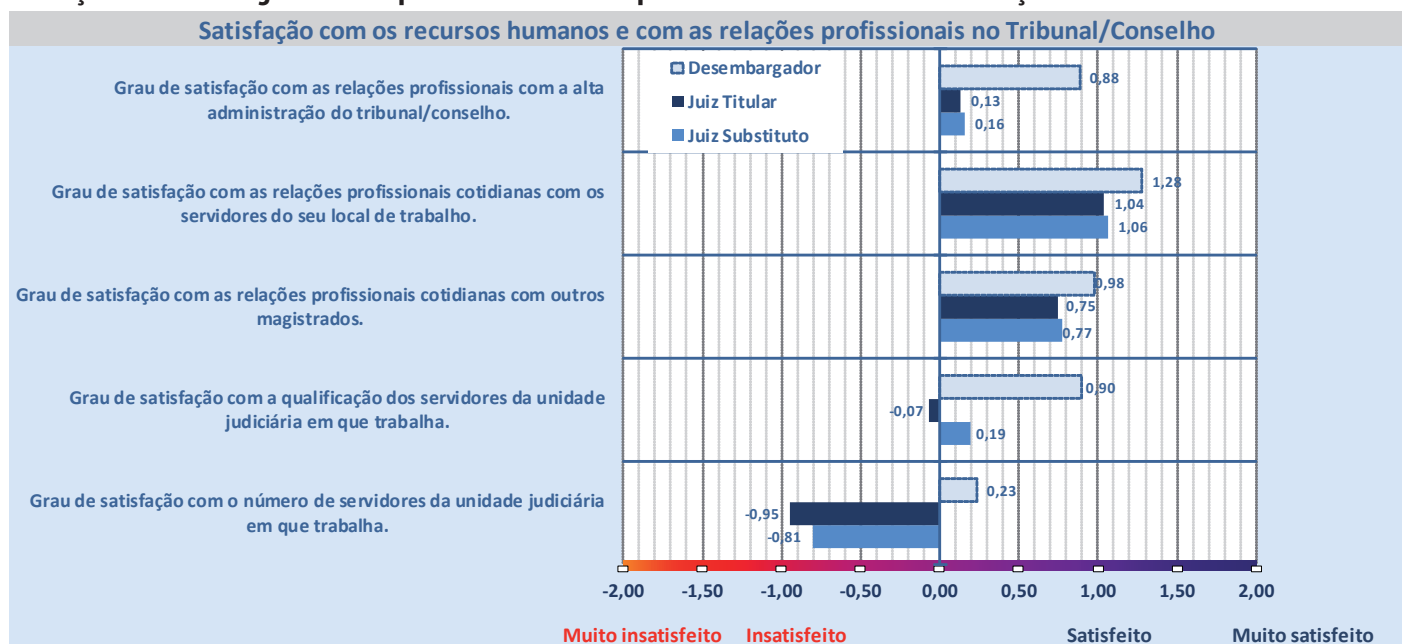
3.4.2.4. Opiniões do magistrado sobre volume de trabalho, metas processuais e gestão processual. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"

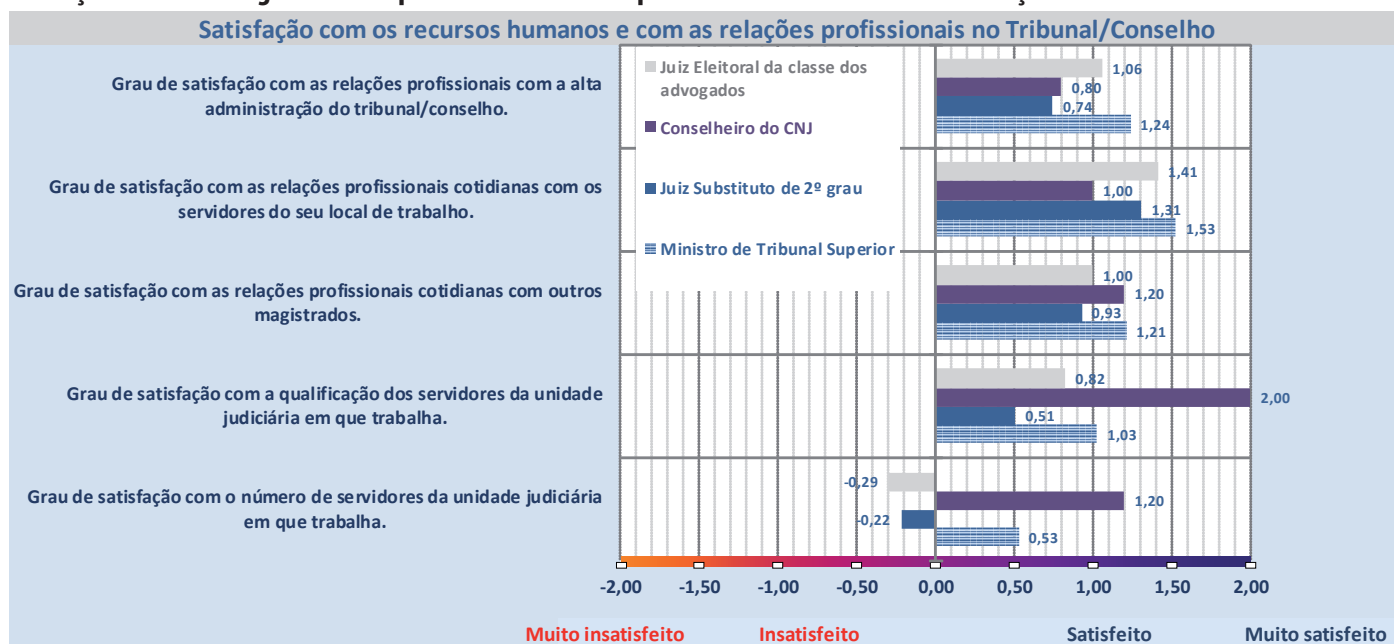


3.4.2.5. Satisfação do magistrado com os recursos humanos e com as relações profissionais no Tribunal/Conselho. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"

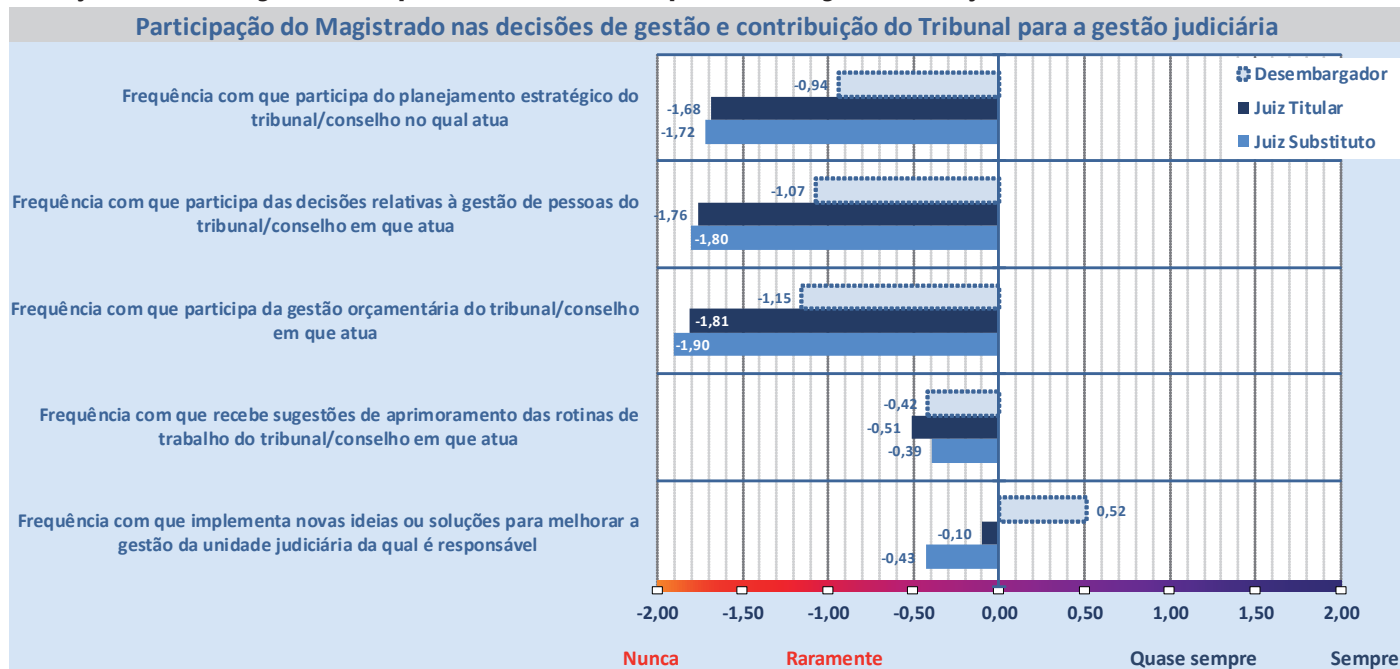


3.4.2.6. Satisfação do magistrado com os recursos humanos e com as relações profissionais no Tribunal/Conselho. Brasil, 2013.
Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



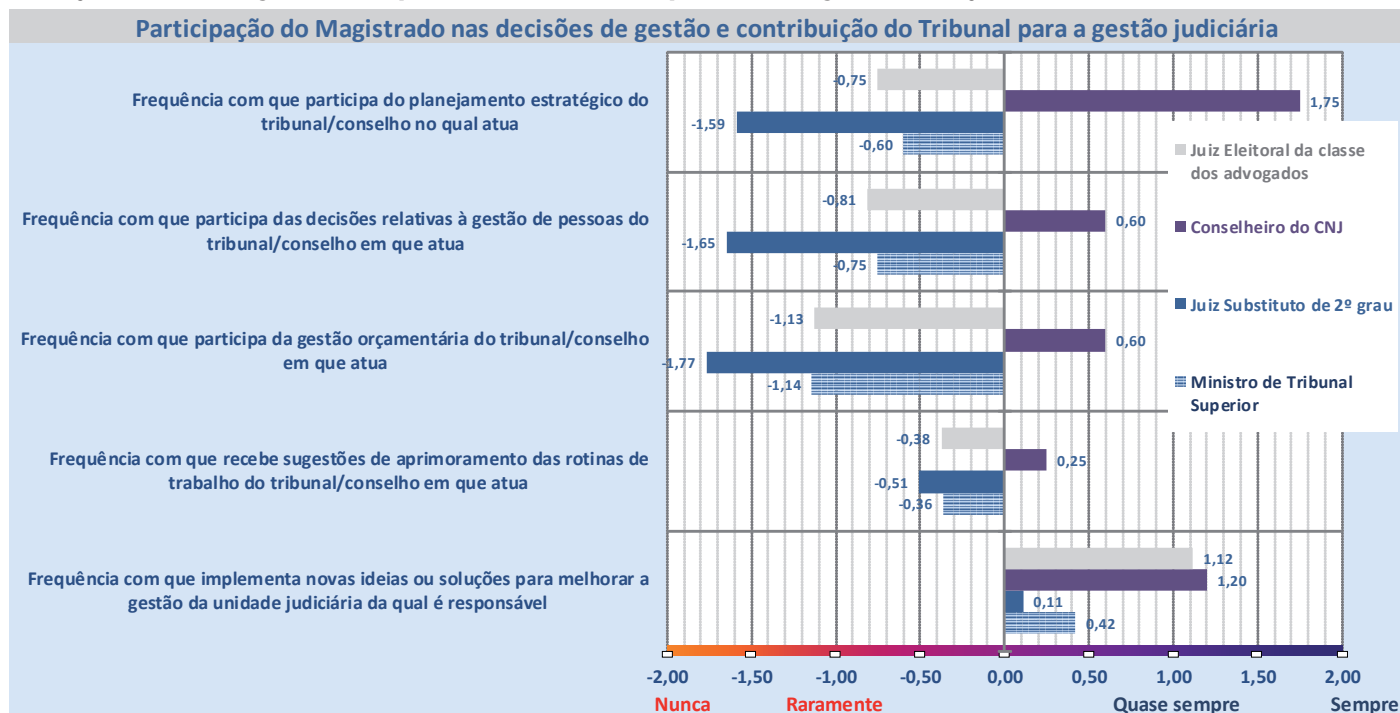
3.4.2.7. Opinião do magistrado sobre a sua participação nas decisões de gestão e contribuição do Tribunal/Conselho para a gestão judiciária. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie a frequência das seguintes situações:"



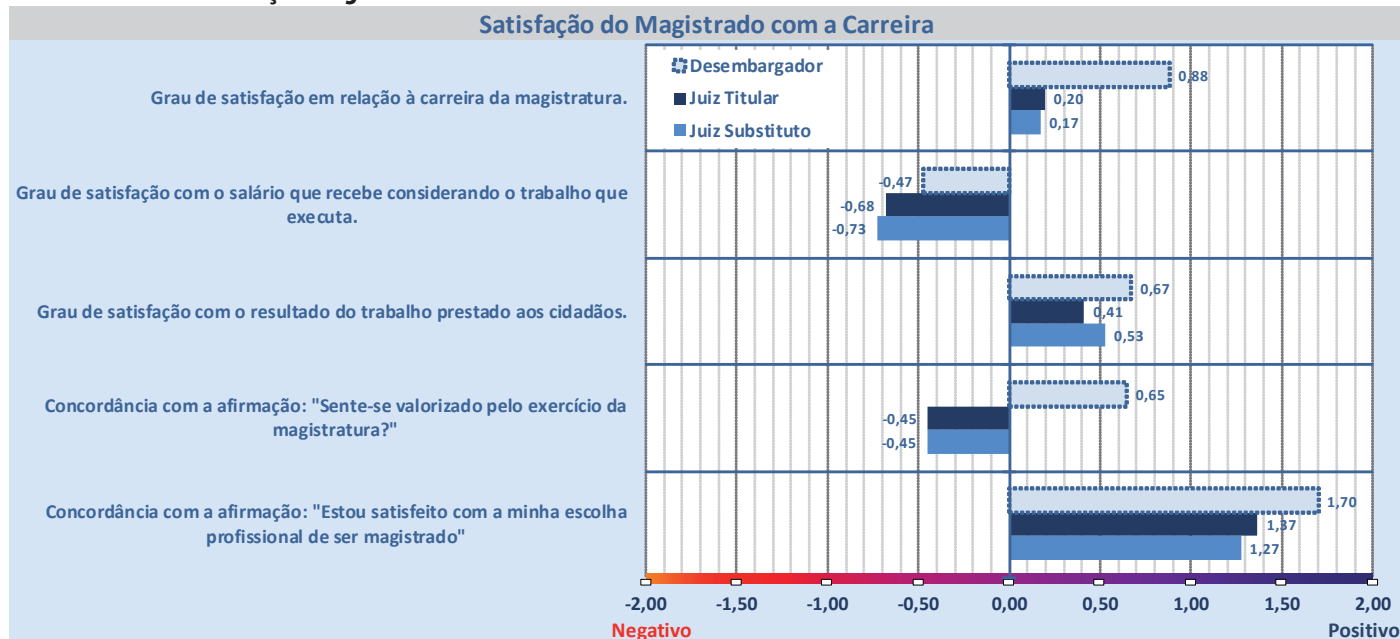
3.4.2.8 Opinião do magistrado sobre a sua participação nas decisões de gestão e contribuição do Tribunal/Conselho para a gestão judiciária. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie a frequência das seguintes situações:"



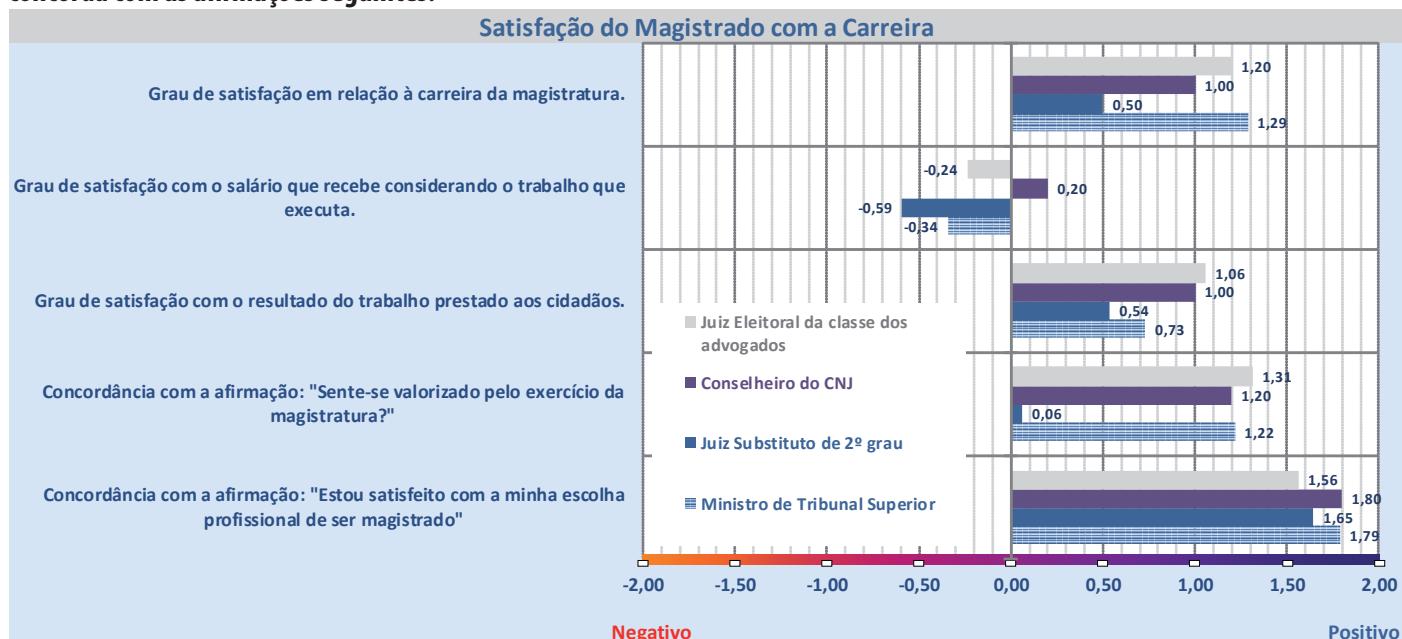
3.4.2.9. Satisfação e concordância do magistrado com a Carreira. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



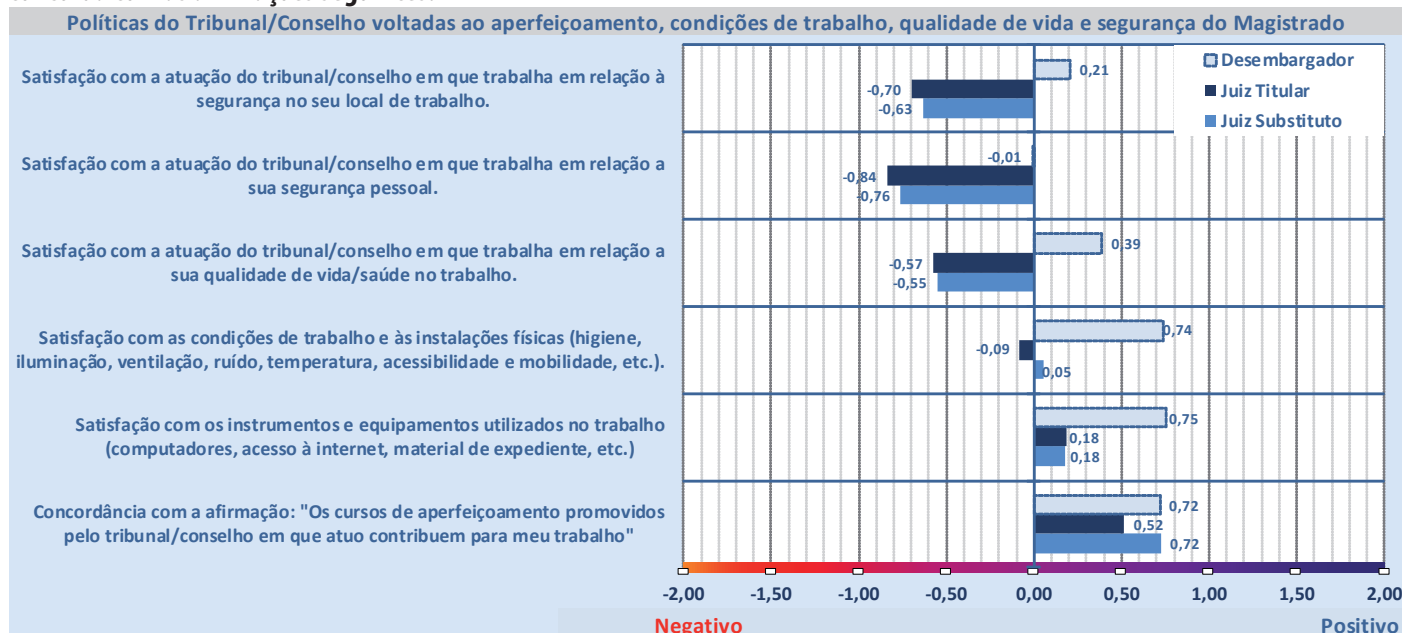
3.4.2.10. Satisfação e concordância do magistrado com a Carreira. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



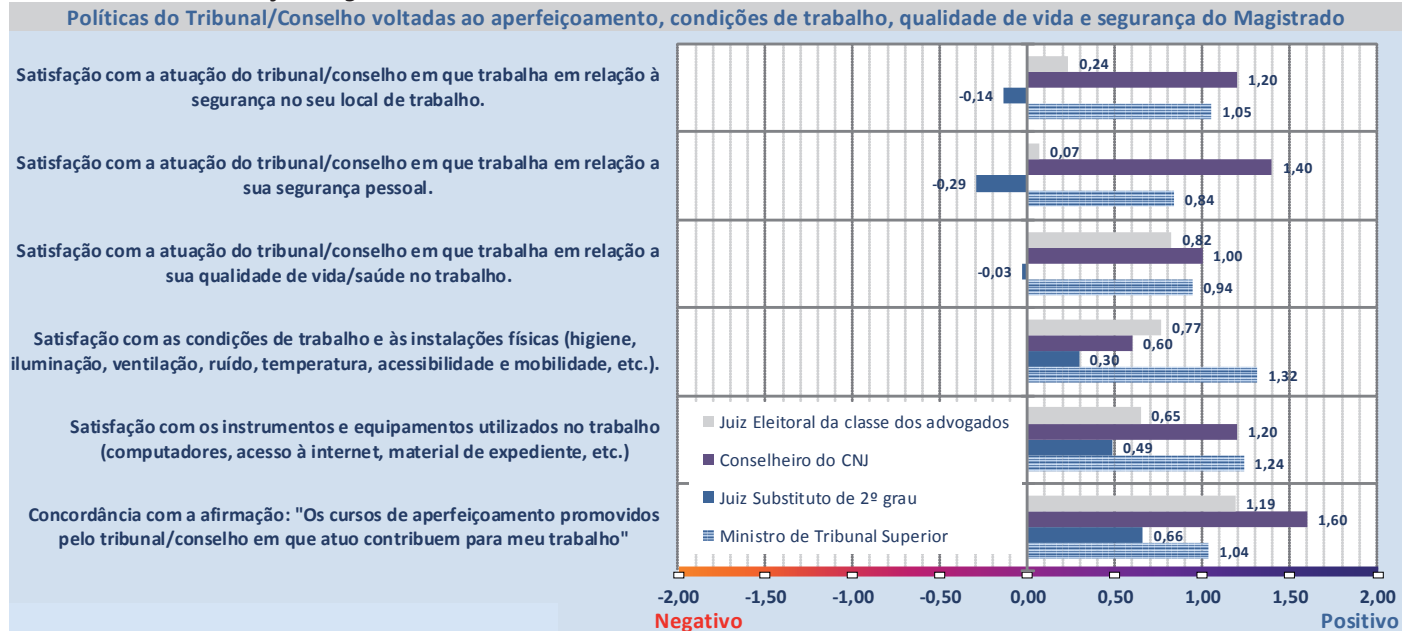
3.4.2.11. Satisfação e concordância do magistrado com as Políticas do Tribunal ou Conselho voltadas ao aperfeiçoamento, condições de trabalho, qualidade de vida e segurança. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



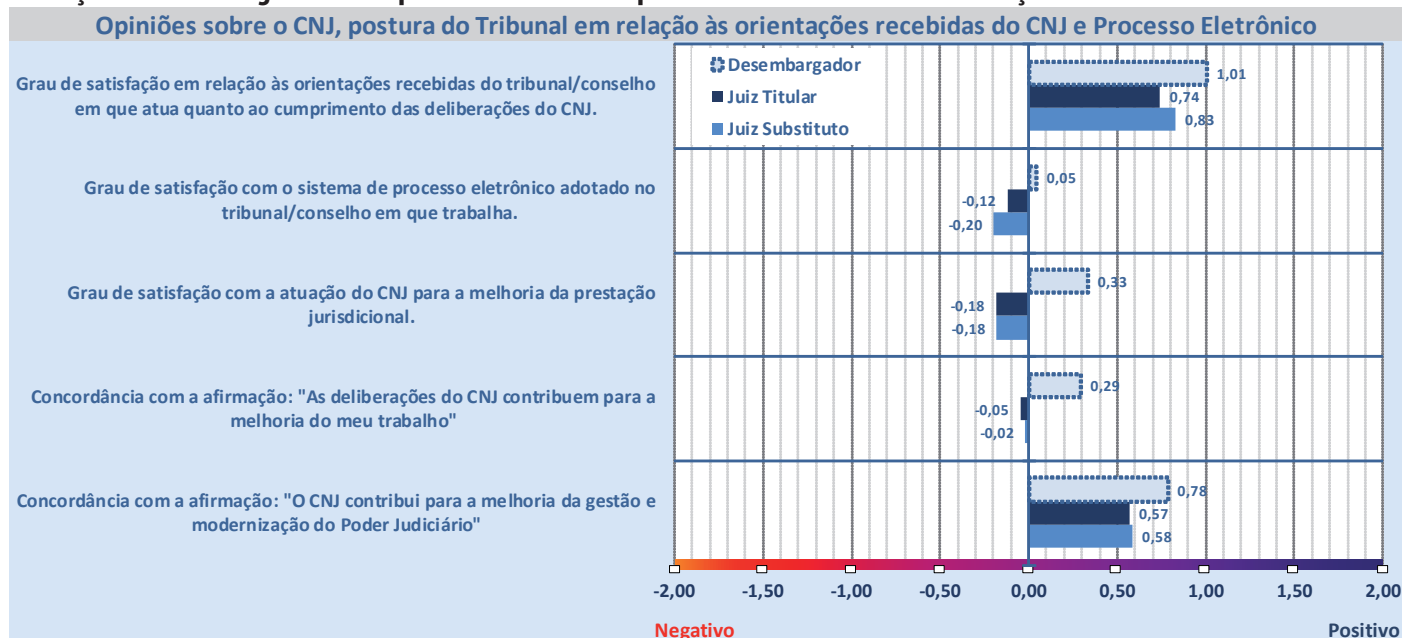
3.4.2.12. Satisfação e concordância do magistrado com as políticas do Tribunal ou Conselho voltadas ao aperfeiçoamento, condições de trabalho, qualidade de vida e segurança. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



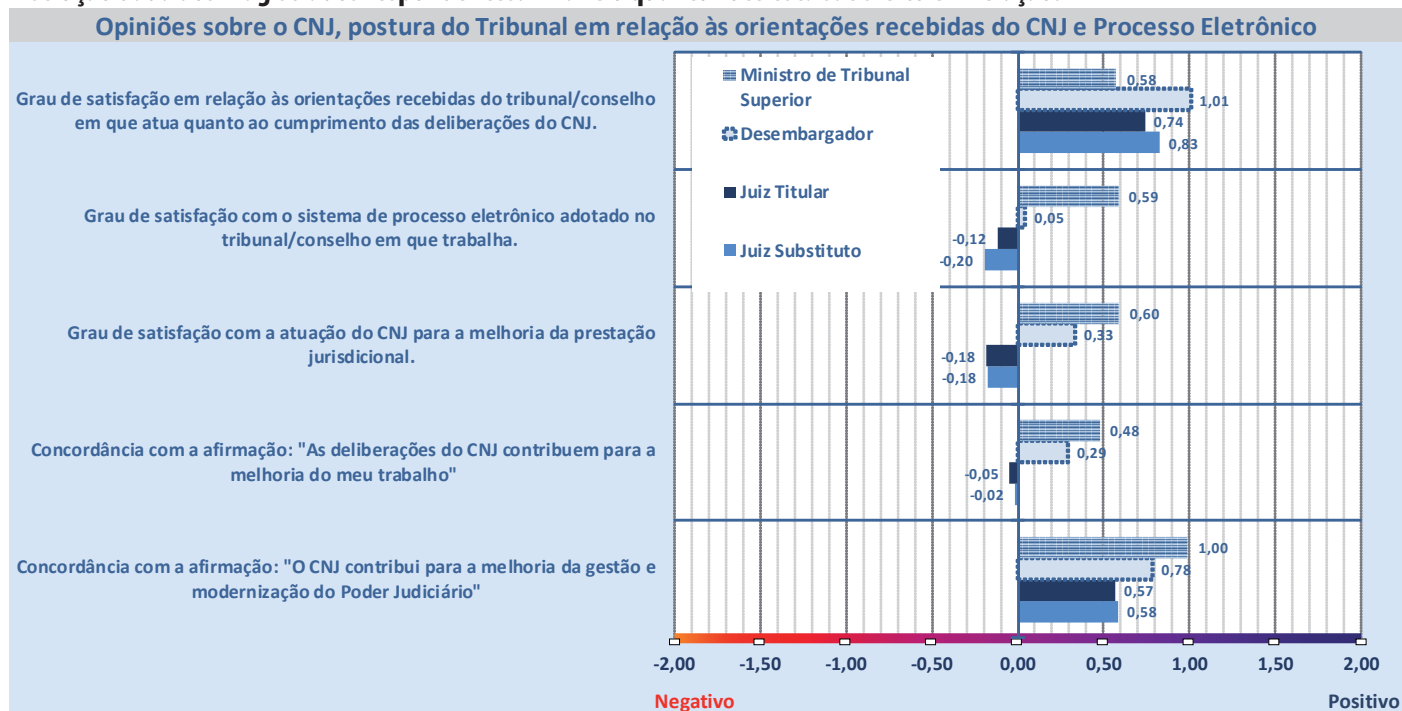
3.4.2.13. Satisfação e concordância do magistrado: opiniões sobre o CNJ, a postura do Tribunal em relação às orientações recebidas do CNJ e Processo Eletrônico. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



3.4.2.14. Satisfação e concordância do magistrado¹⁵: opiniões sobre o CNJ, a postura do Tribunal em relação às orientações recebidas do CNJ e Processo Eletrônico. Brasil, 2013.

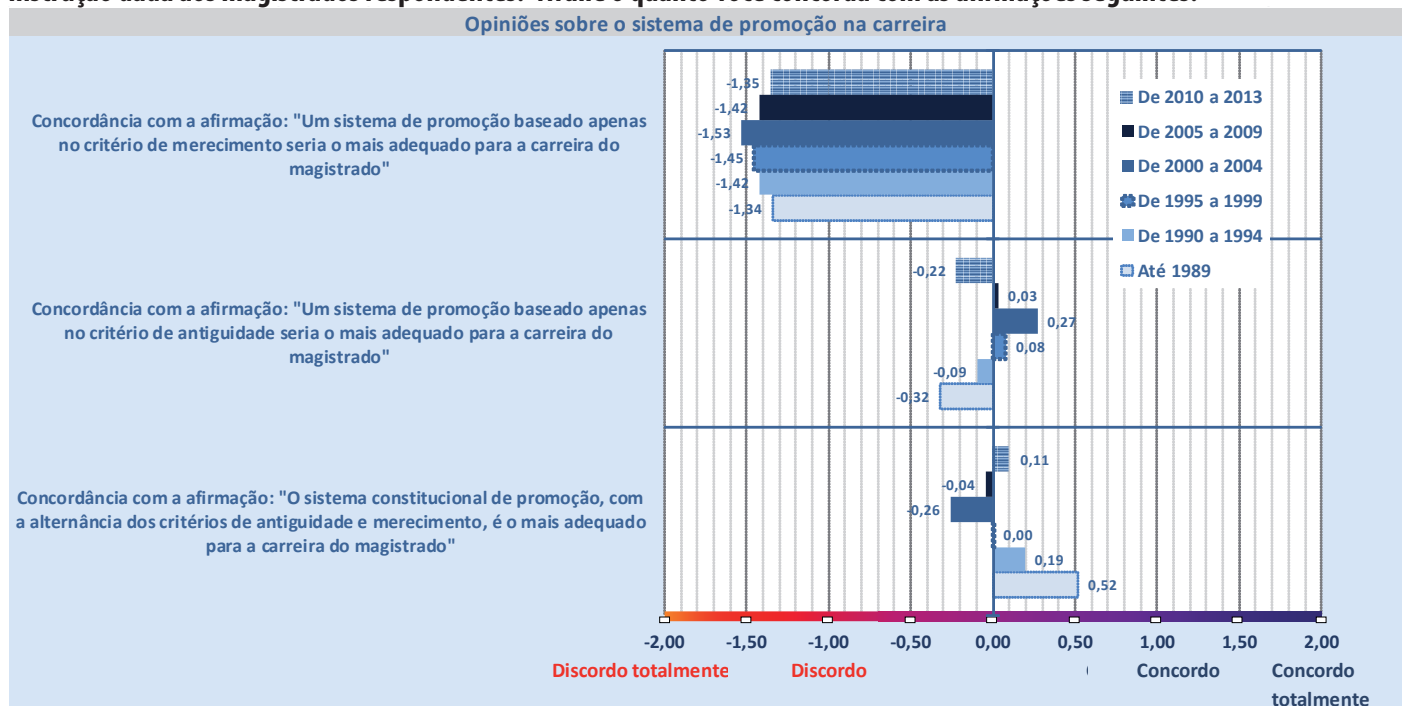
Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



3.4.3. OPINIÕES SEGUNDO O PERÍODO DE INGRESSO DO MAGISTRADO NA CARREIRA

3.4.3.1. Opiniões do magistrado sobre o sistema de promoção na carreira. Brasil, 2013.

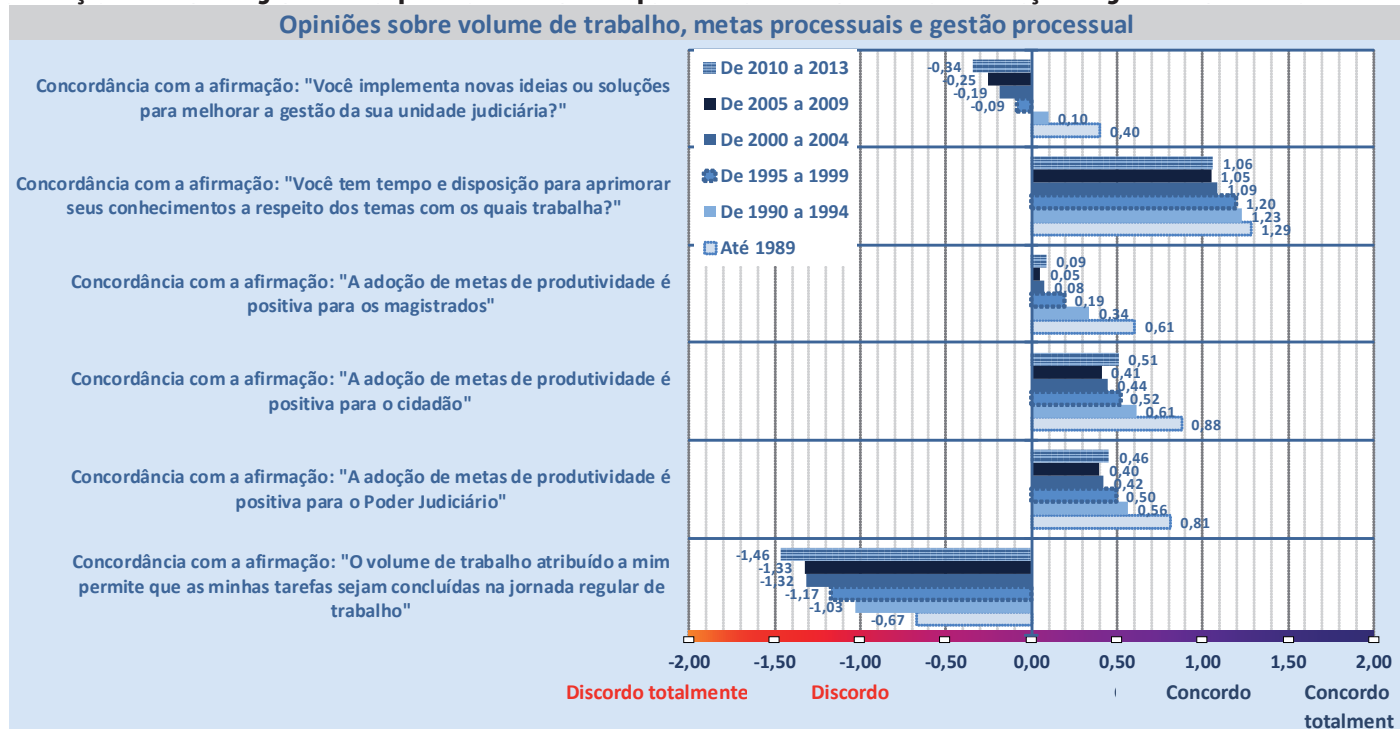
Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



¹⁵ O CNJ está ausente desta série de gráficos, pois as perguntas dizem respeito à relação do Tribunal com o CNJ.

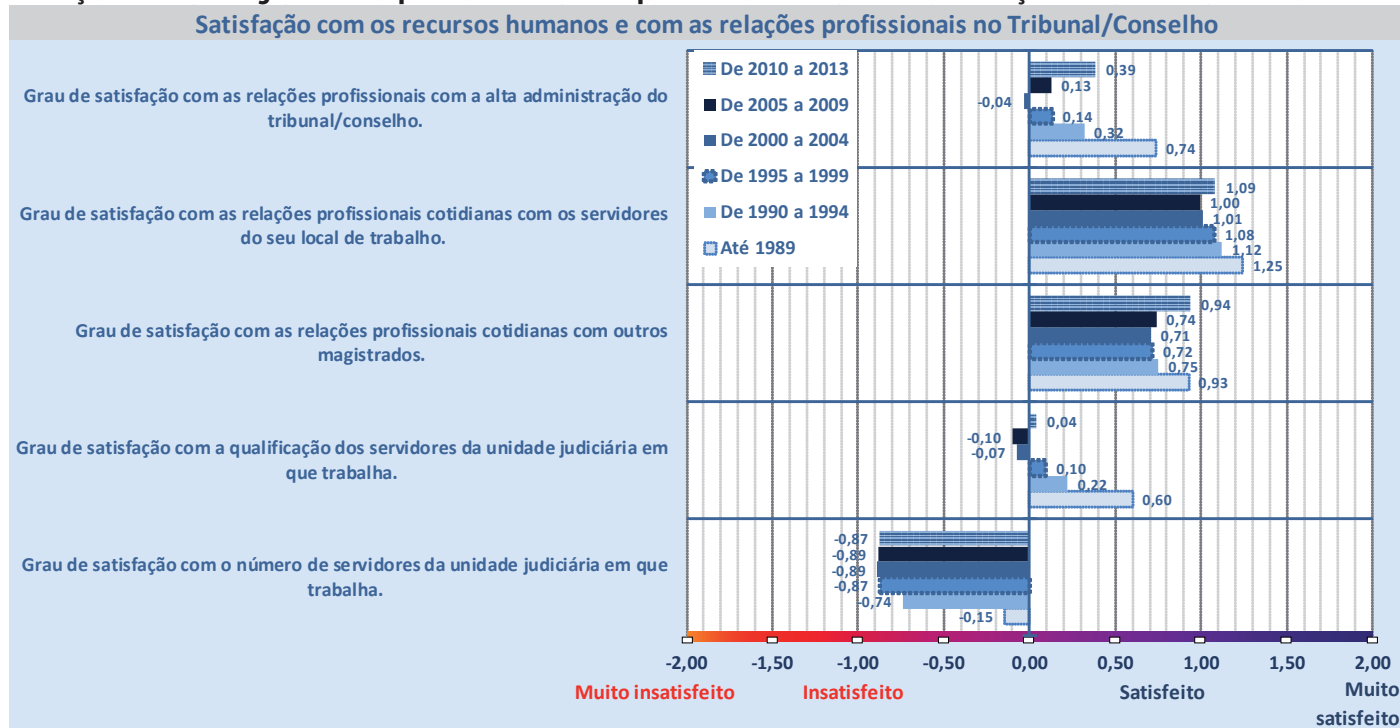
3.4.3.2 Opiniões do magistrado sobre o volume de trabalho, metas processuais e gestão processual. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



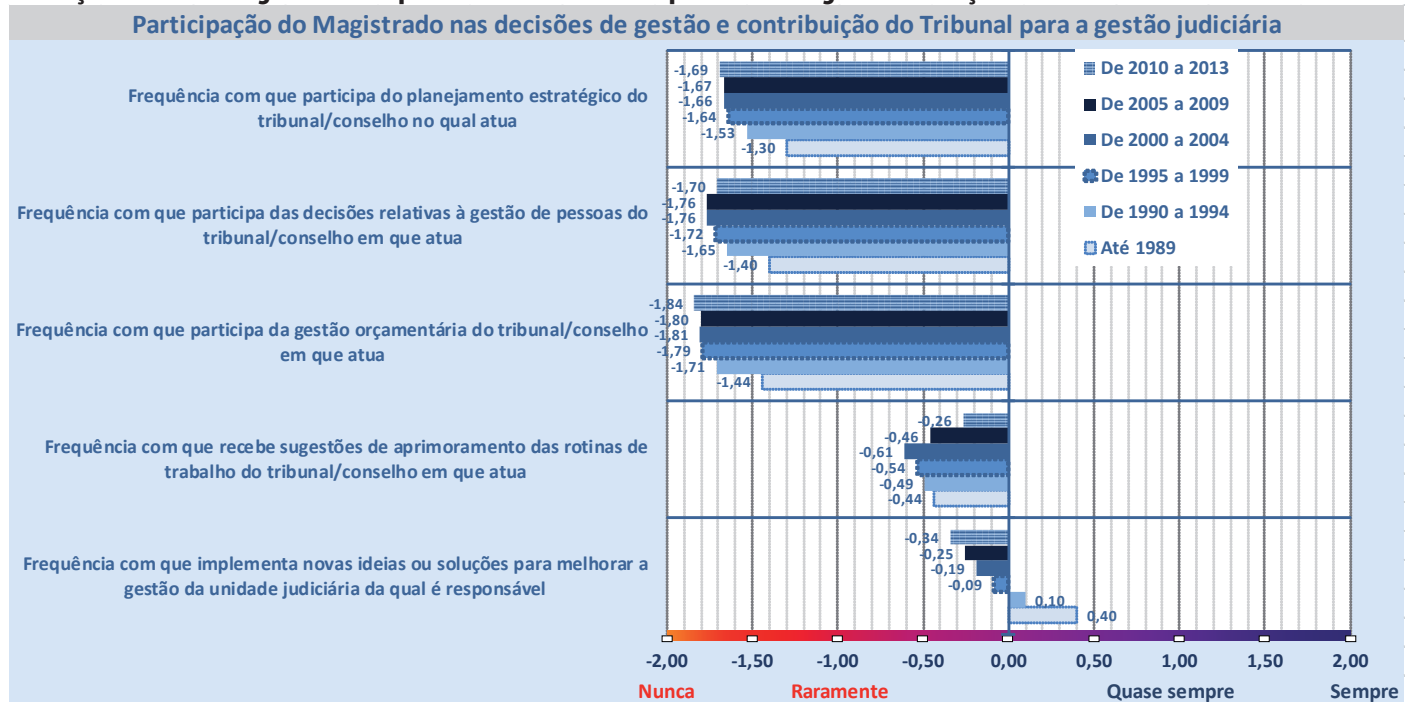
3.4.3.3 Satisfação do magistrado com os recursos humanos e com as relações profissionais no Tribunal/Conselho. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



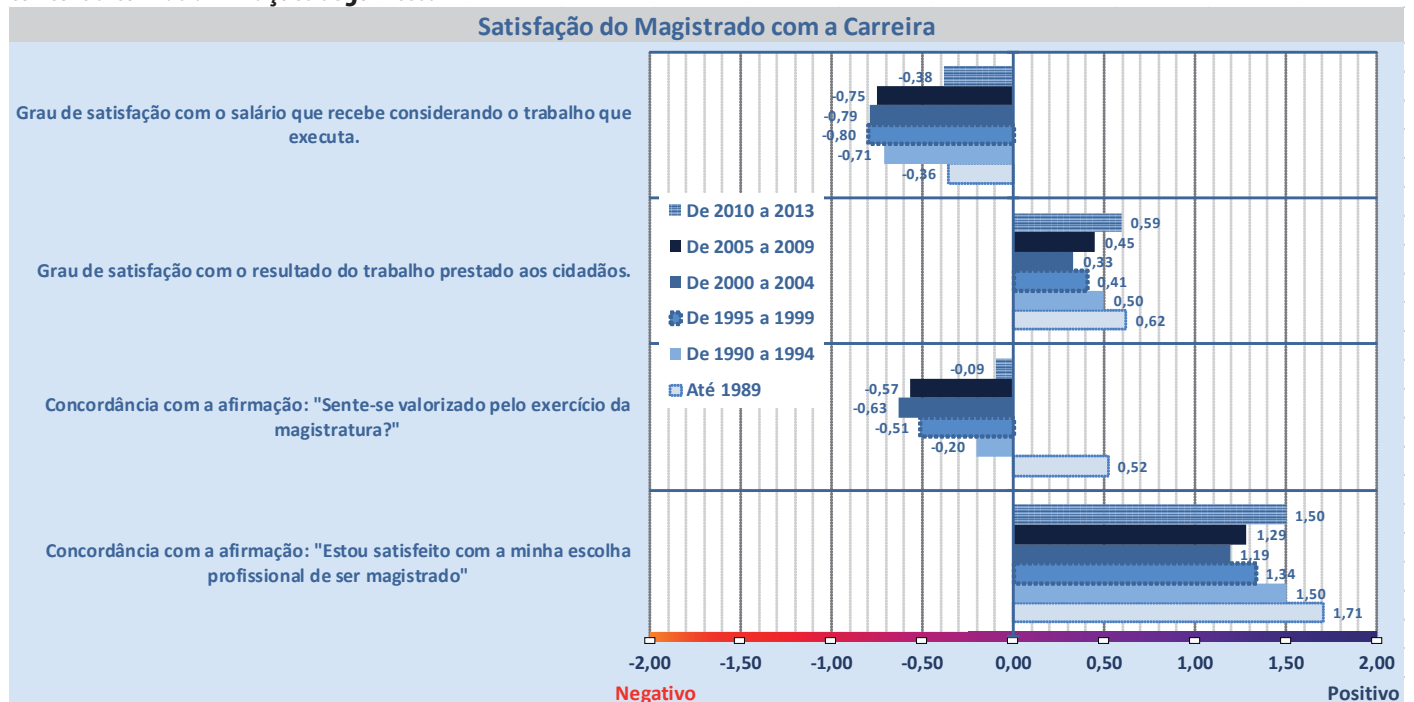
3.4.3.4. Opinião do magistrado sobre a sua participação nas decisões de gestão e contribuição do Tribunal/Conselho para a gestão judiciária. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie a frequência das seguintes situações:"



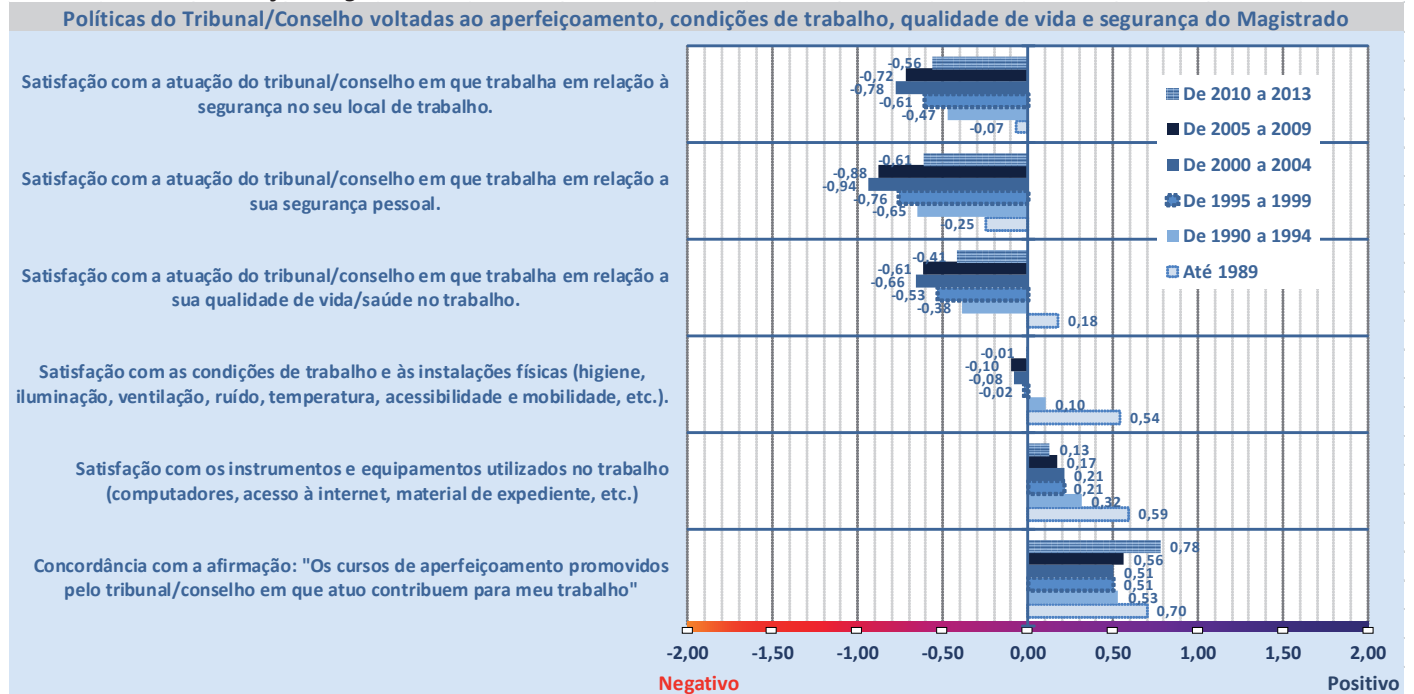
3.4.3.5. Satisfação e concordância do magistrado com a carreira. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



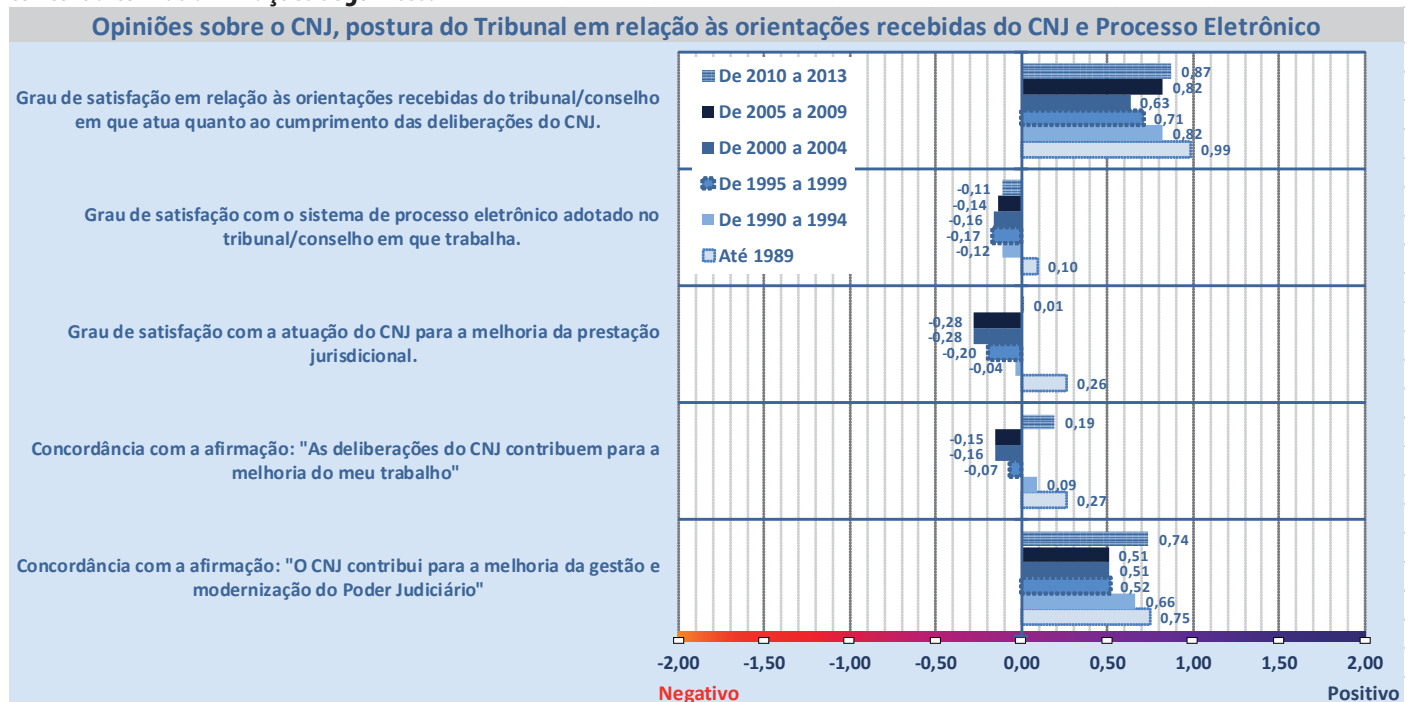
3.4.3.6. Satisfação e concordância do magistrado com as políticas do Tribunal ou Conselho voltadas ao aperfeiçoamento, condições de trabalho, qualidade de vida e segurança. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



3.4.3.7. Satisfação e concordância do magistrado: opiniões sobre o CNJ, a postura do Tribunal em relação às orientações recebidas do CNJ e Processo Eletrônico. Brasil, 2013.

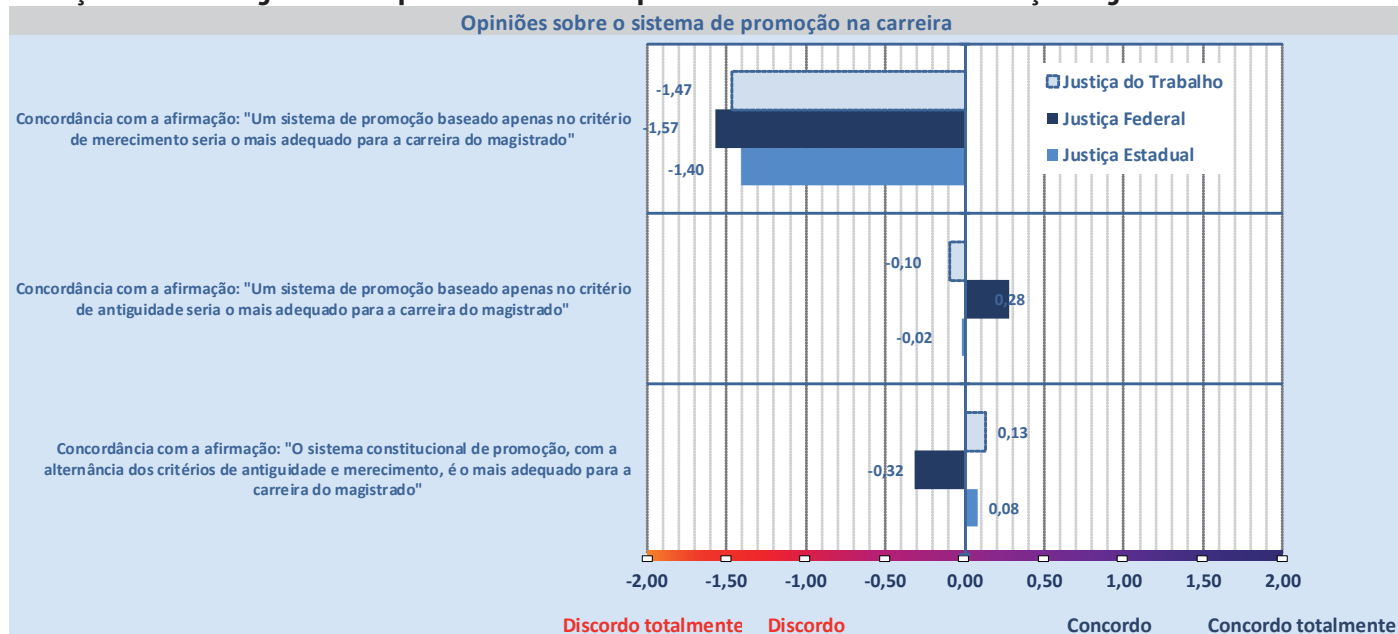
Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



3.4.4. OPINIÕES SEGUNDO O RAMO DE JUSTIÇA EM QUE O MAGISTRADO TRABALHA

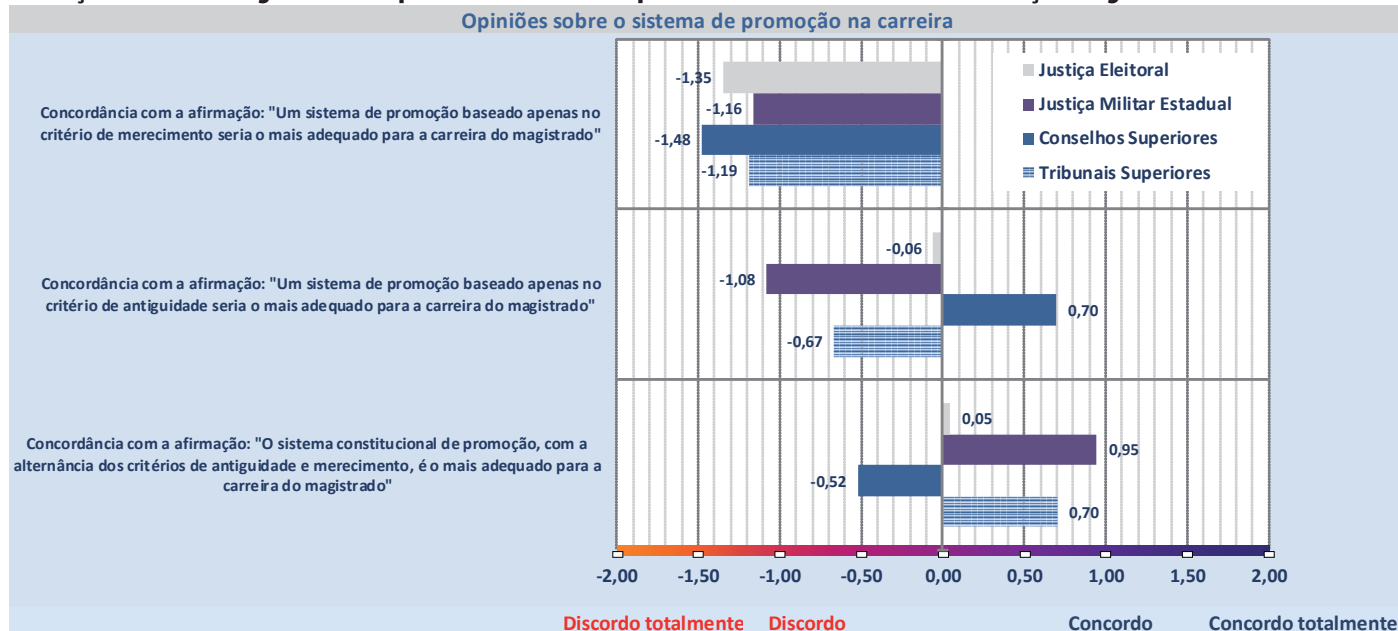
3.4.4.1. Opiniões sobre o sistema de promoção na carreira. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



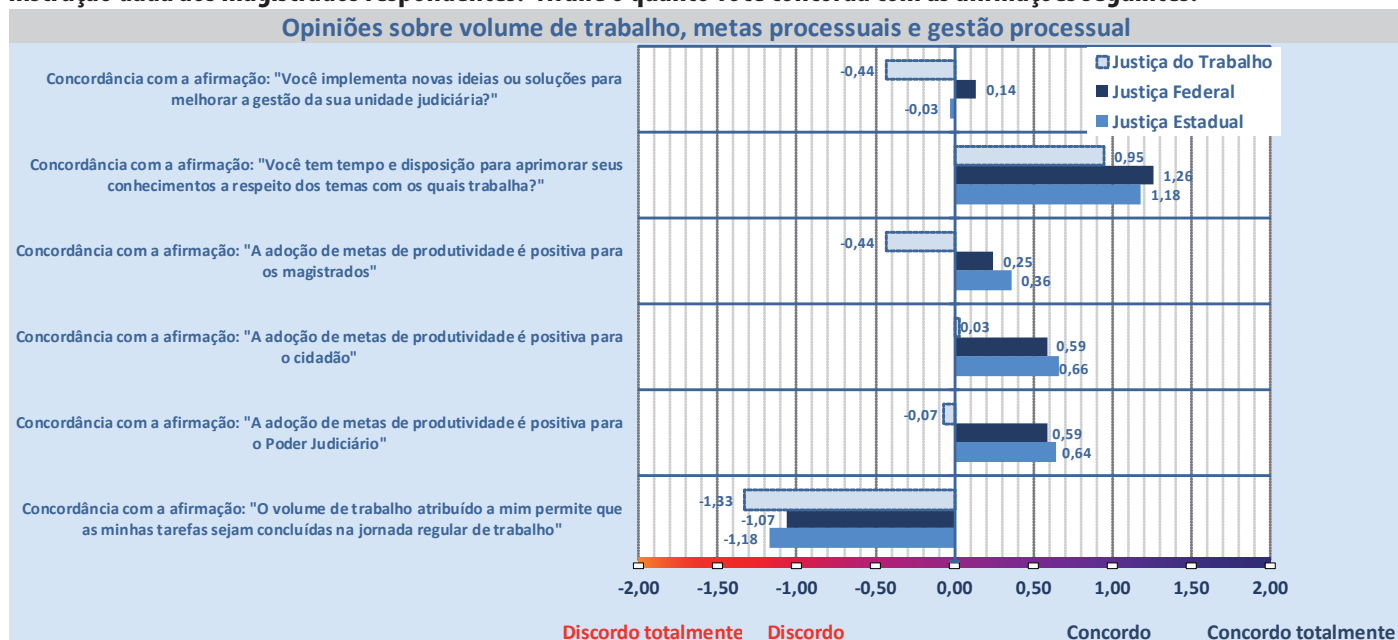
3.4.4.2. Opiniões sobre o sistema de promoção na carreira. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



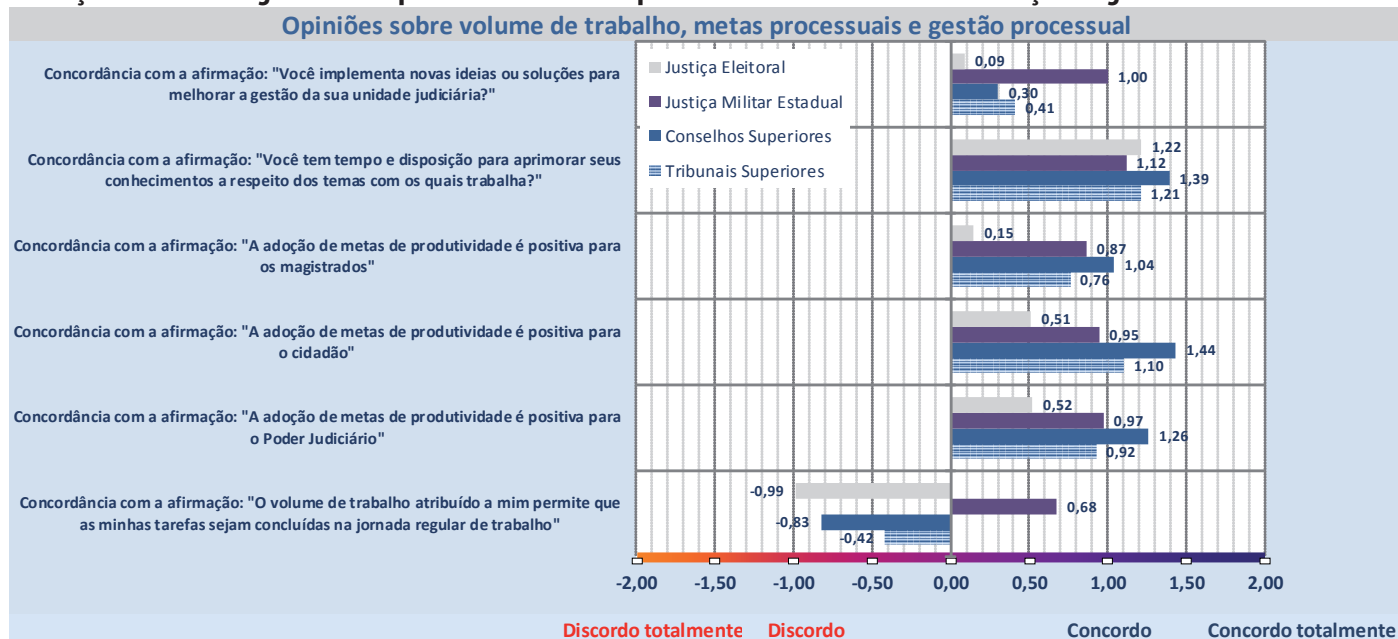
3.4.4.3. Opiniões sobre o volume de trabalho, metas processuais e gestão processual. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



3.4.4.4. Opiniões sobre o volume de trabalho, metas processuais e gestão processual. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



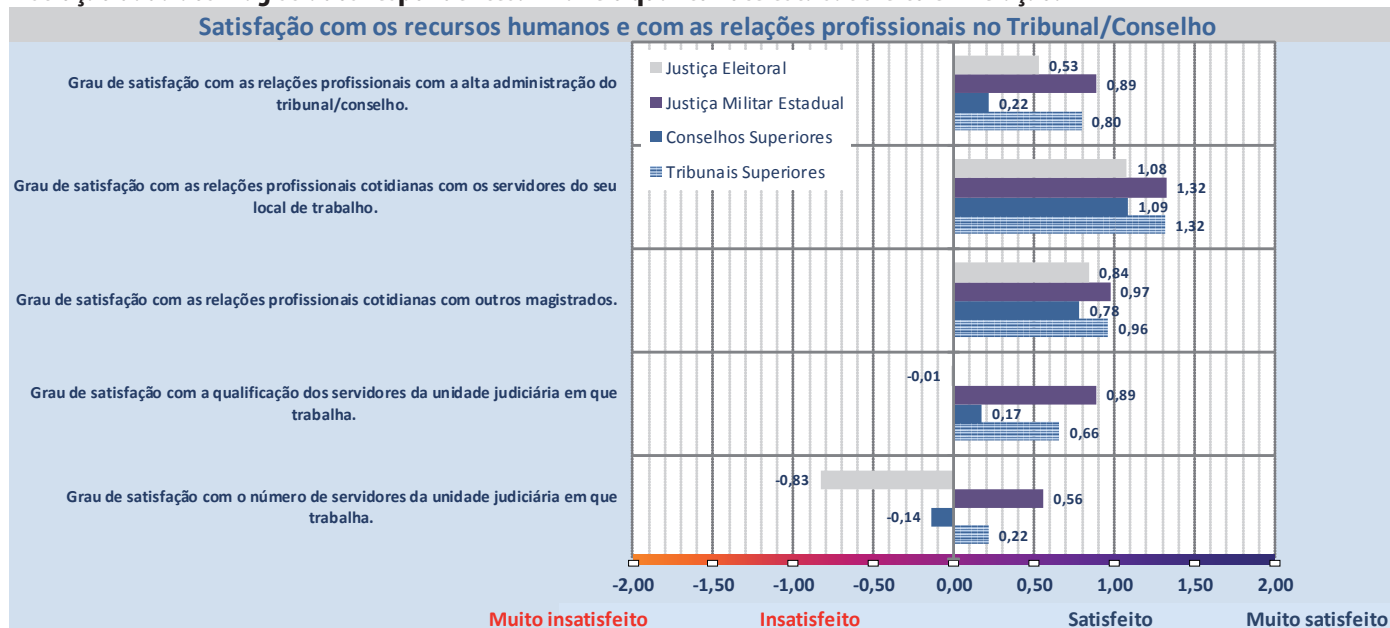
3.4.4.5. Satisfação com os recursos humanos e com as relações profissionais no Tribunal/Conselho. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



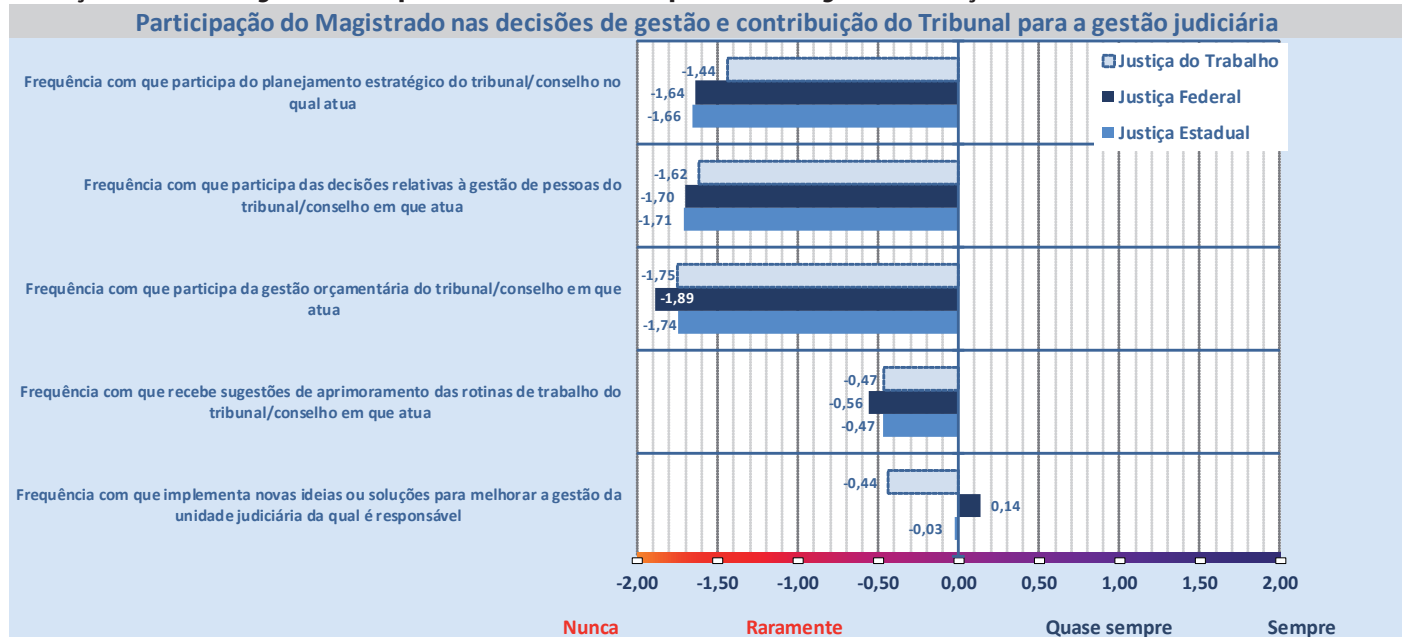
3.4.4.6. Satisfação com os recursos humanos e com as relações profissionais no Tribunal/Conselho. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



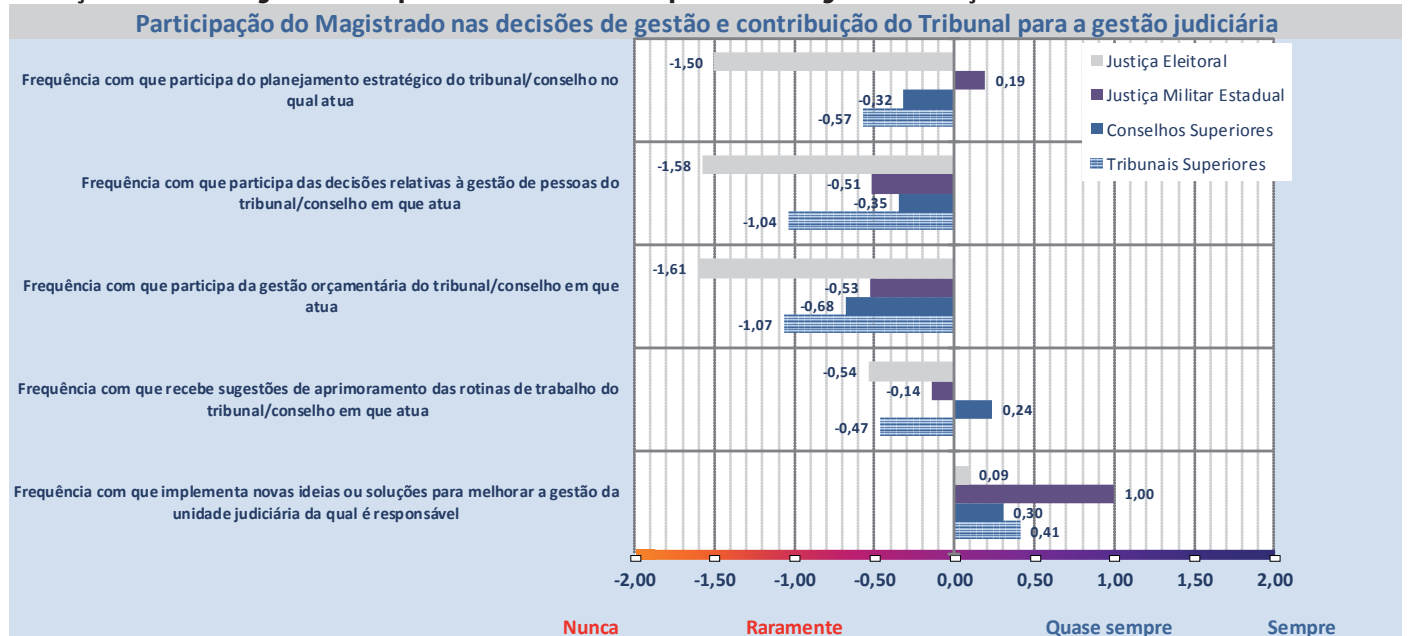
3.4.4.7. Participação do magistrado nas decisões de gestão e contribuição do Tribunal/Conselho para a gestão judiciária. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie a frequência das seguintes situações:"



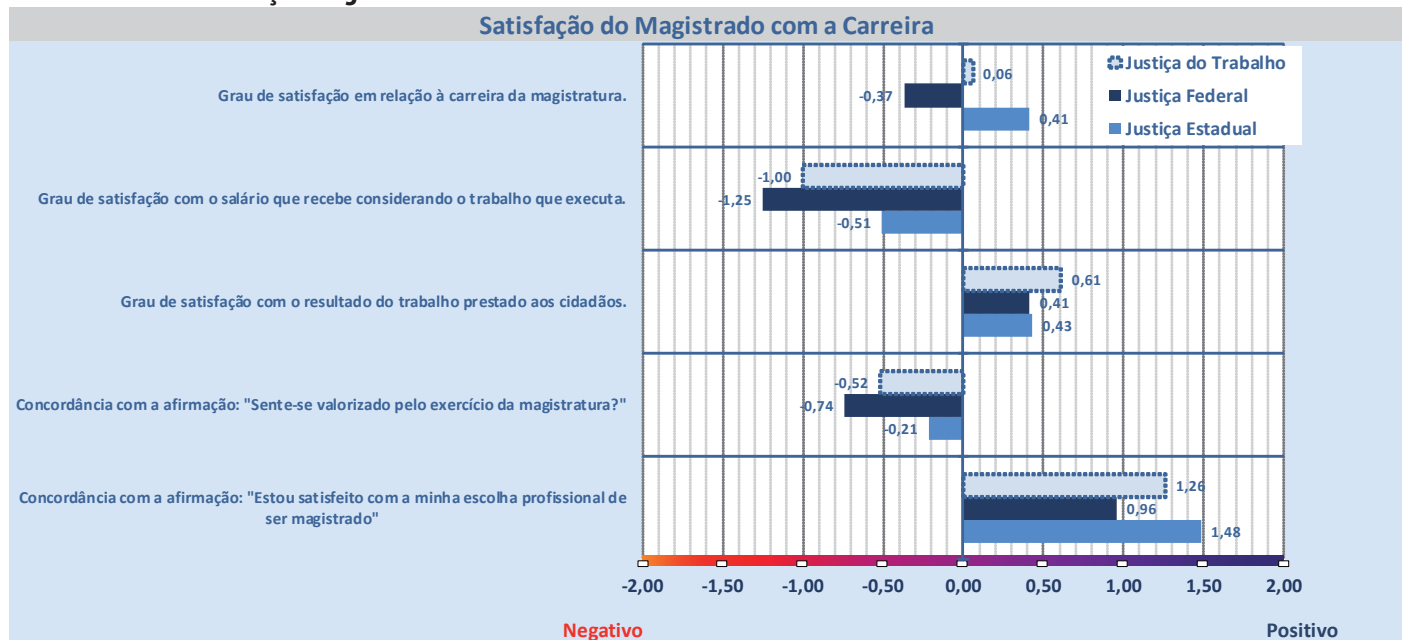
3.4.4.8. Participação do magistrado nas decisões de gestão e contribuição do Tribunal/Conselho para a gestão judiciária. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie a frequência das seguintes situações:"



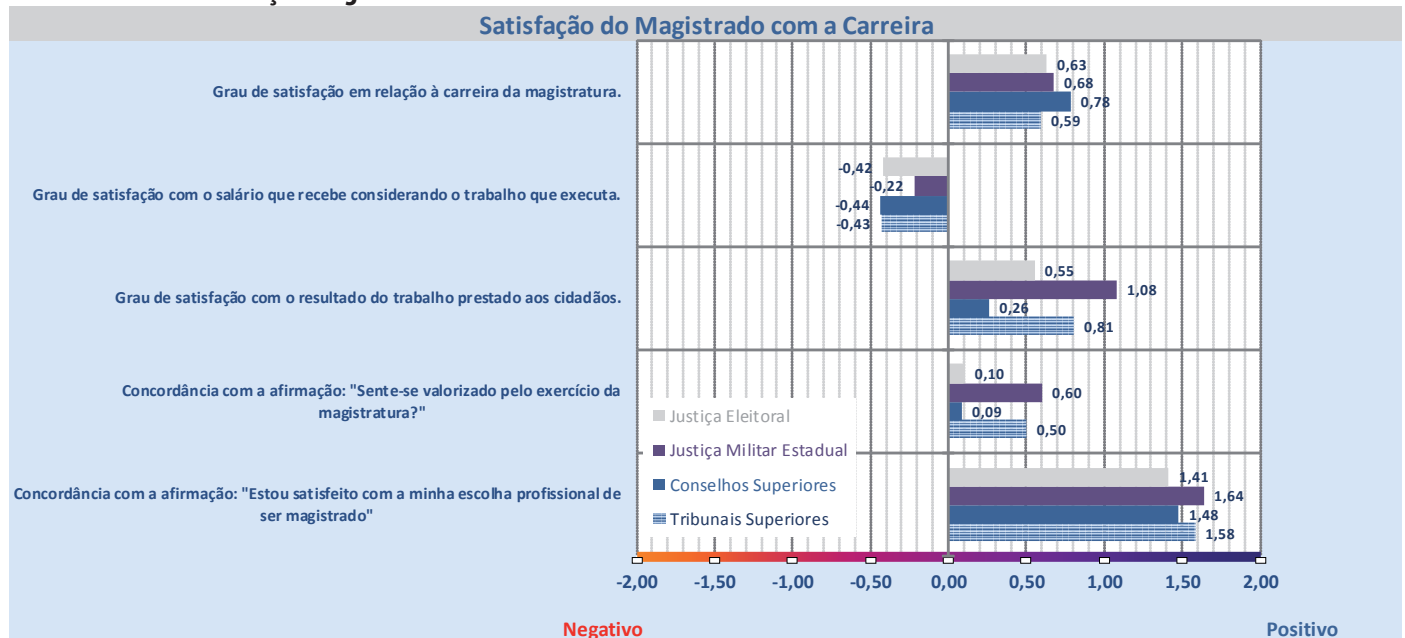
3.4.4.9. Satisfação e concordância do magistrado com a carreira. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



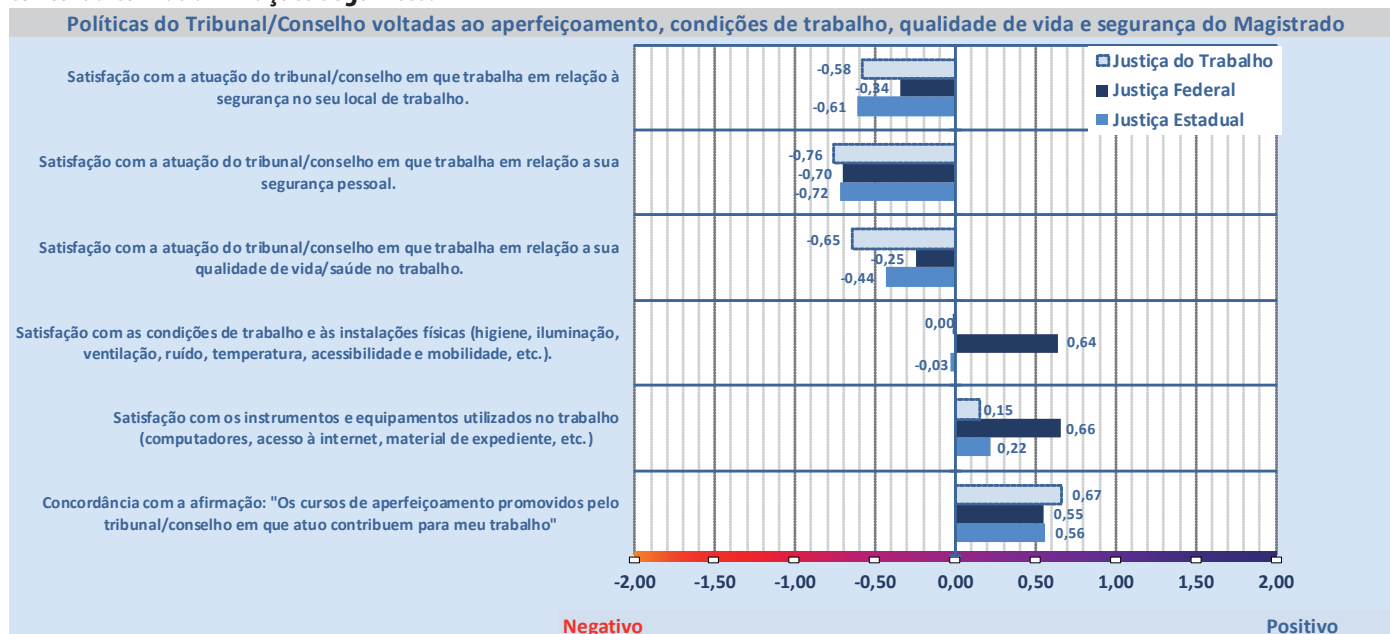
3.4.4.10. Satisfação e concordância do magistrado com a carreira. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



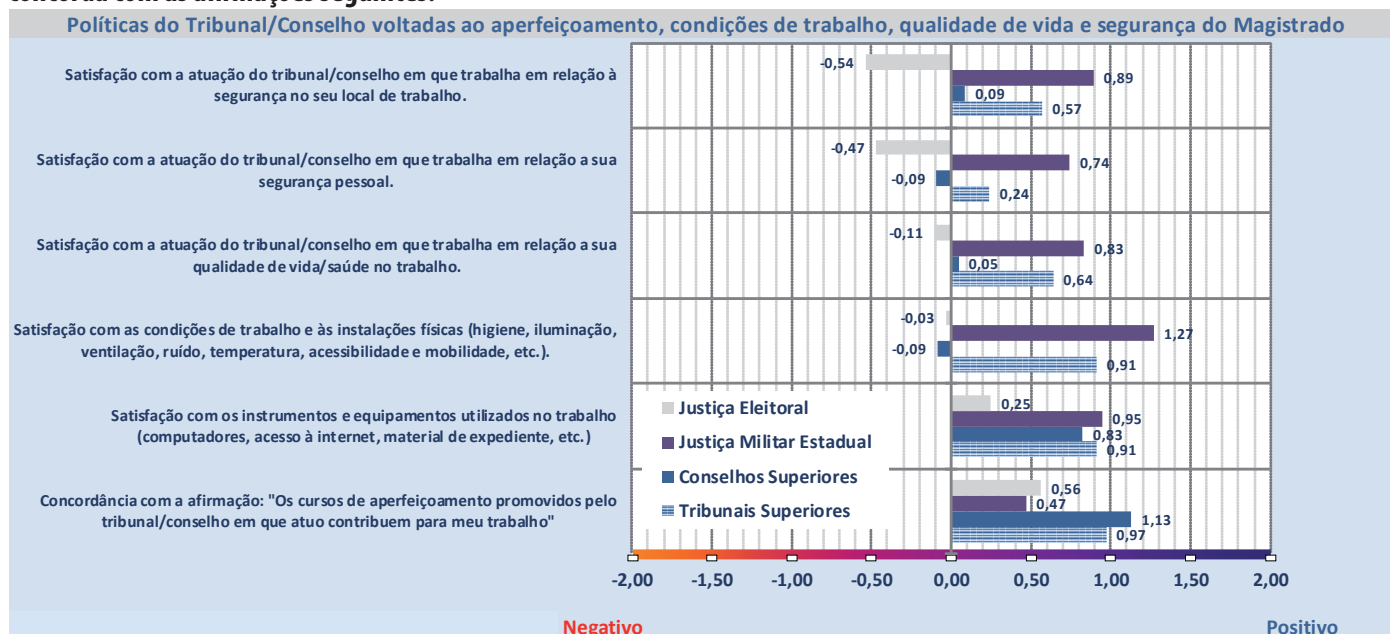
3.4.4.11. Satisfação e concordância do magistrado: políticas do Tribunal ou Conselho voltadas ao aperfeiçoamento, condições de trabalho, qualidade de vida e segurança do magistrado. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



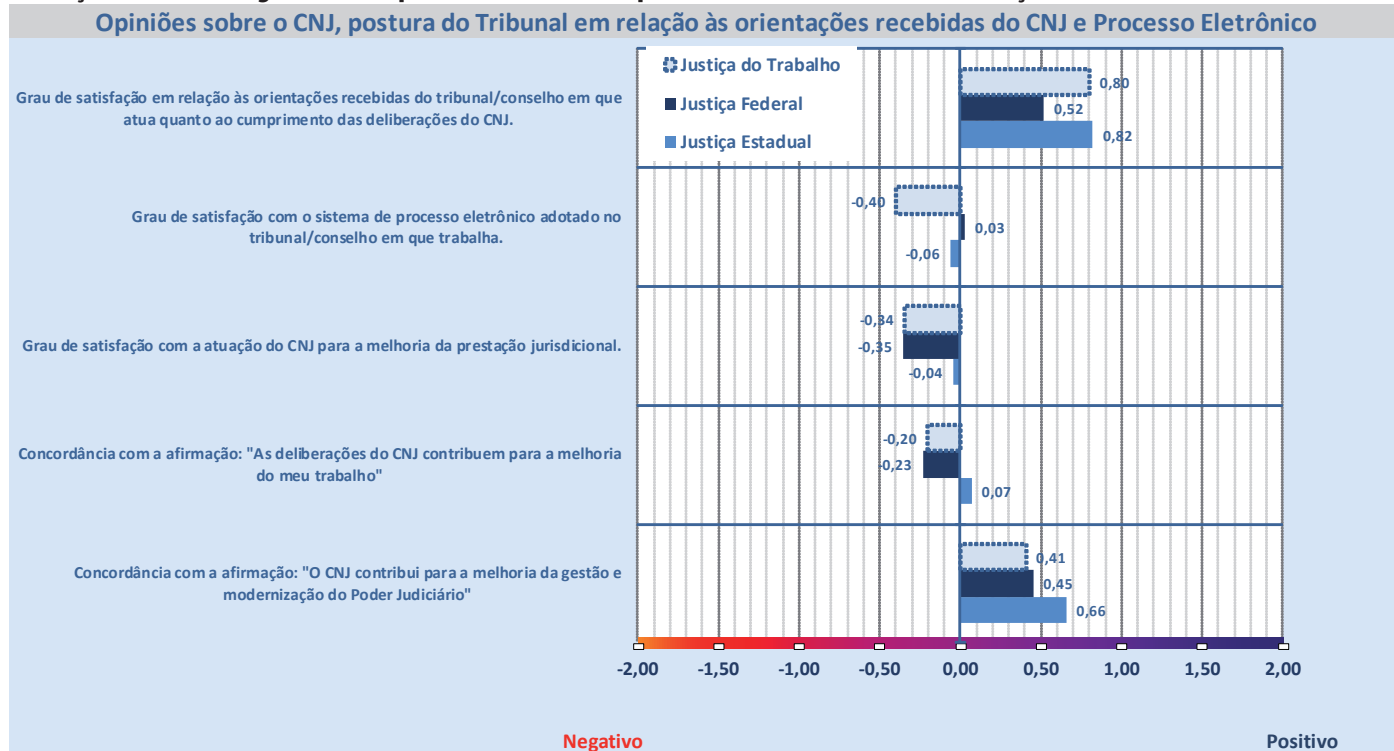
3.4.4.12. Satisfação e concordância do magistrado: políticas do Tribunal ou Conselho voltadas ao aperfeiçoamento, condições de trabalho, qualidade de vida e segurança do magistrado. Brasil, 2013.

Instruções dadas aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"; e "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



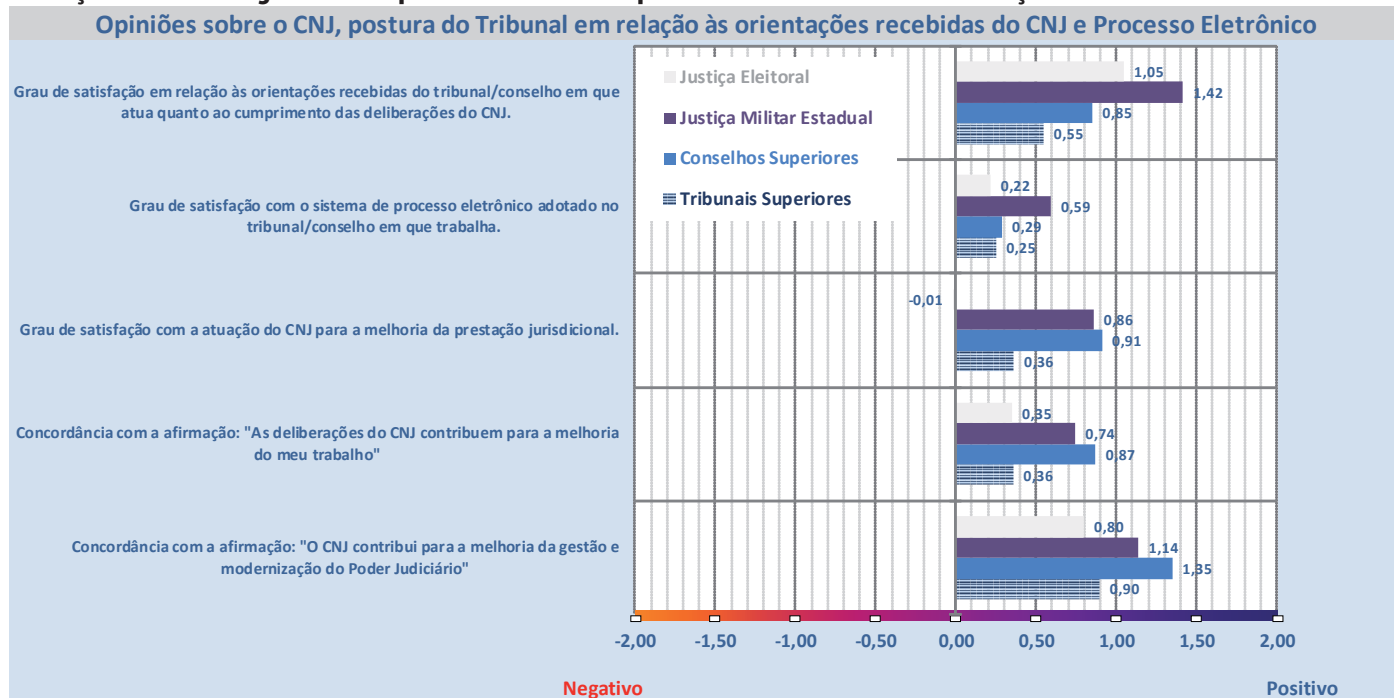
3.4.4.13. Satisfação e concordância do magistrado: opiniões sobre o CNJ, a postura do Tribunal em relação às orientações recebidas do CNJ e Processo Eletrônico. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



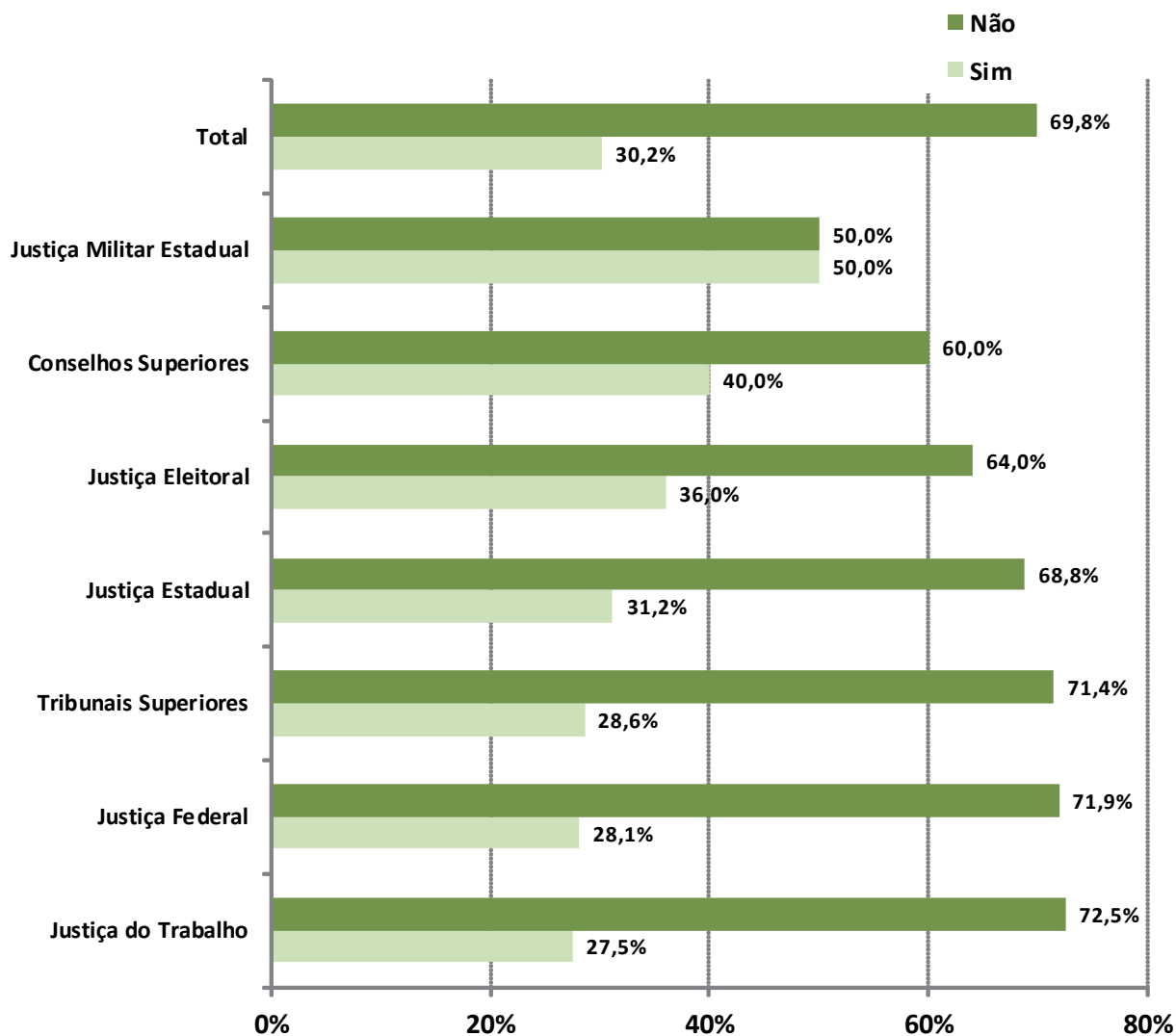
3.4.4.14. Satisfação e concordância do magistrado: opiniões sobre o CNJ, a postura do Tribunal em relação às orientações recebidas do CNJ e Processo Eletrônico. Brasil, 2013.

Instrução dada aos magistrados respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"

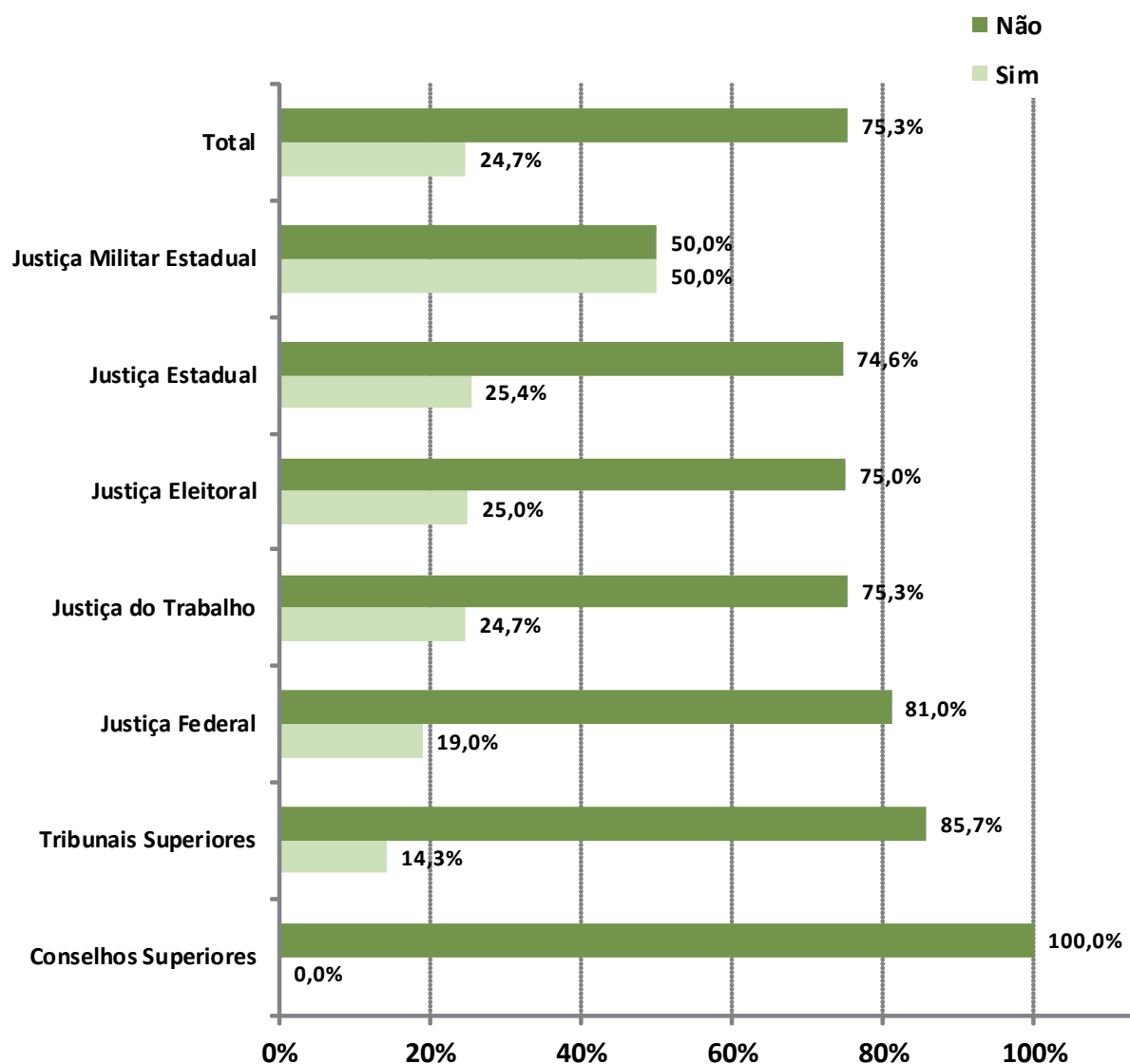


3.5. OPINIÕES DAS MAGISTRADAS SOBRE DESIGUALDADE DE GÊNERO

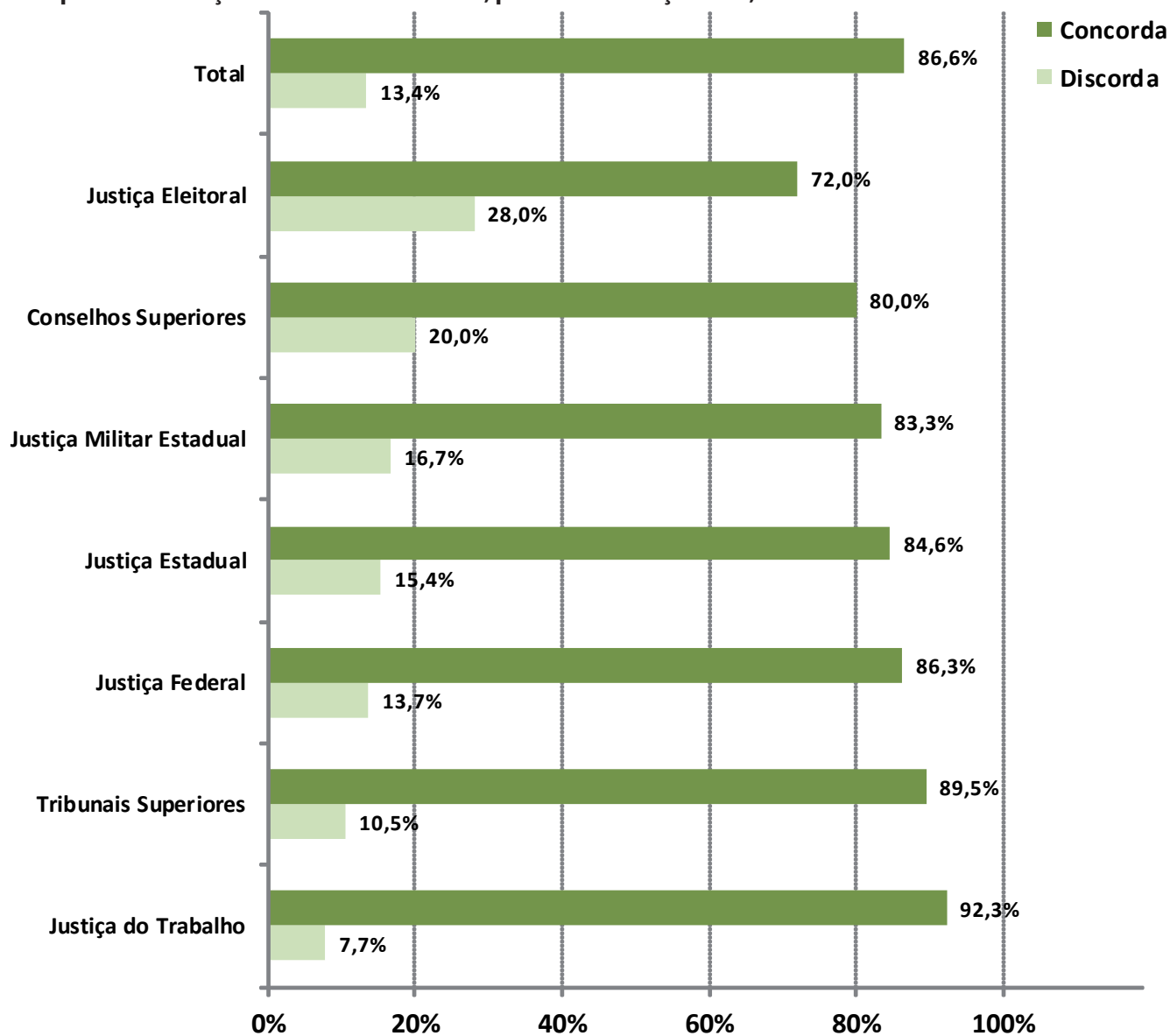
3.5.1. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte de outros profissionais do sistema de justiça por ser mulher, por ramo de Justiça. Brasil, 2013.



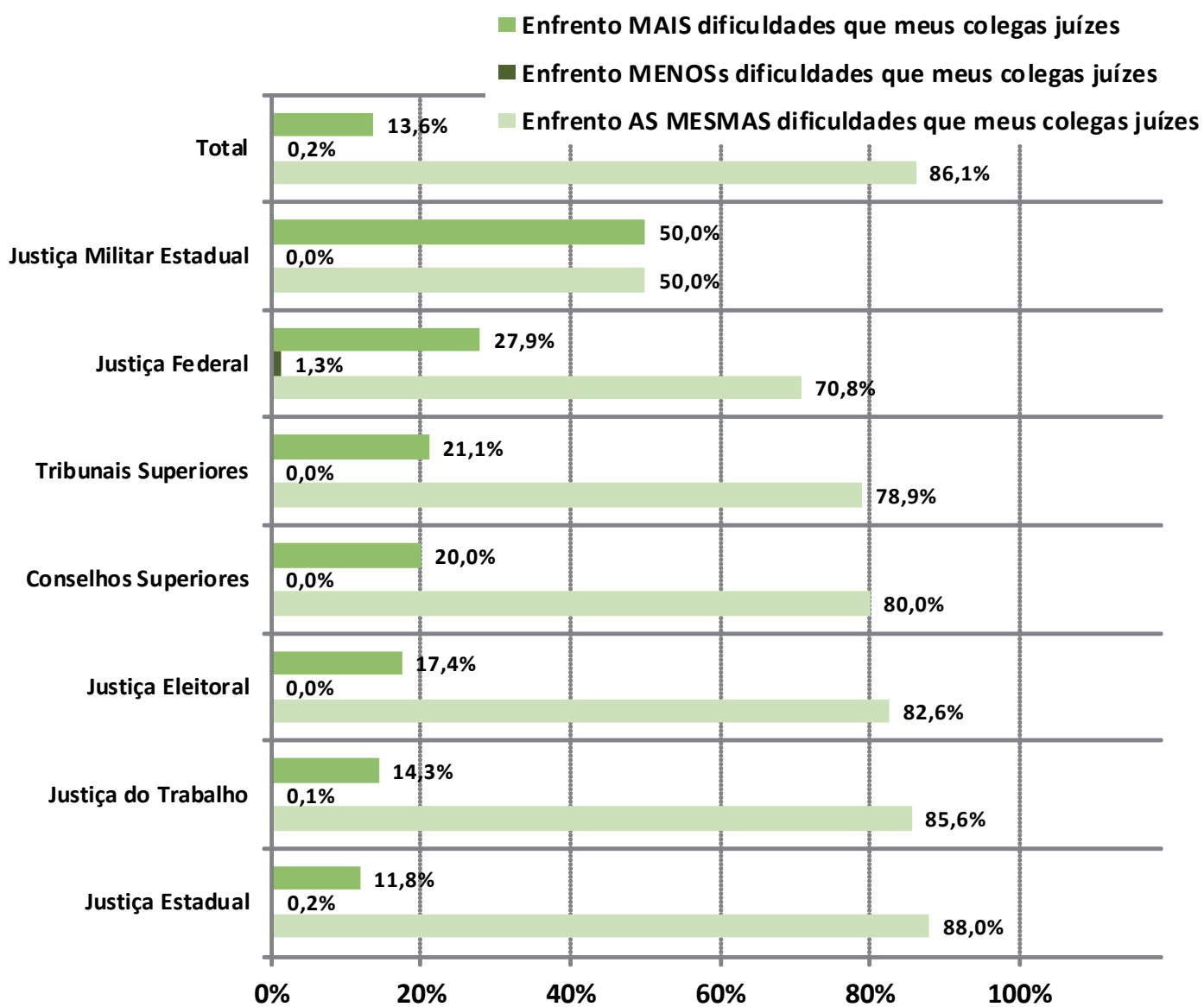
3.5.2. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte dos jurisdicionados por ser mulher, por ramo de Justiça. Brasil, 2013.



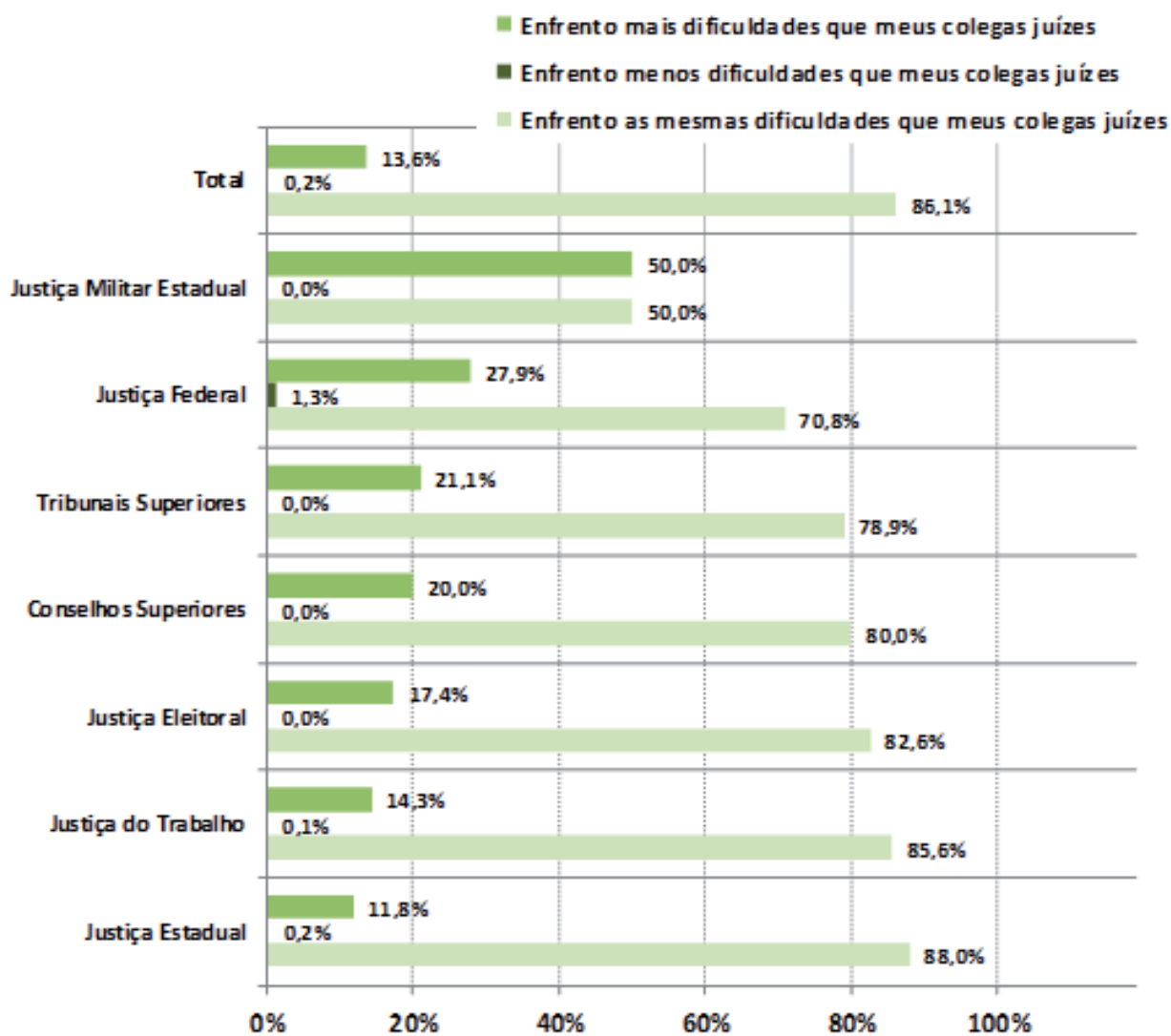
3.5.3. Percentual de magistradas segundo a concordância ou discordância com a afirmação “Os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”, por ramo de Justiça. Brasil, 2013.



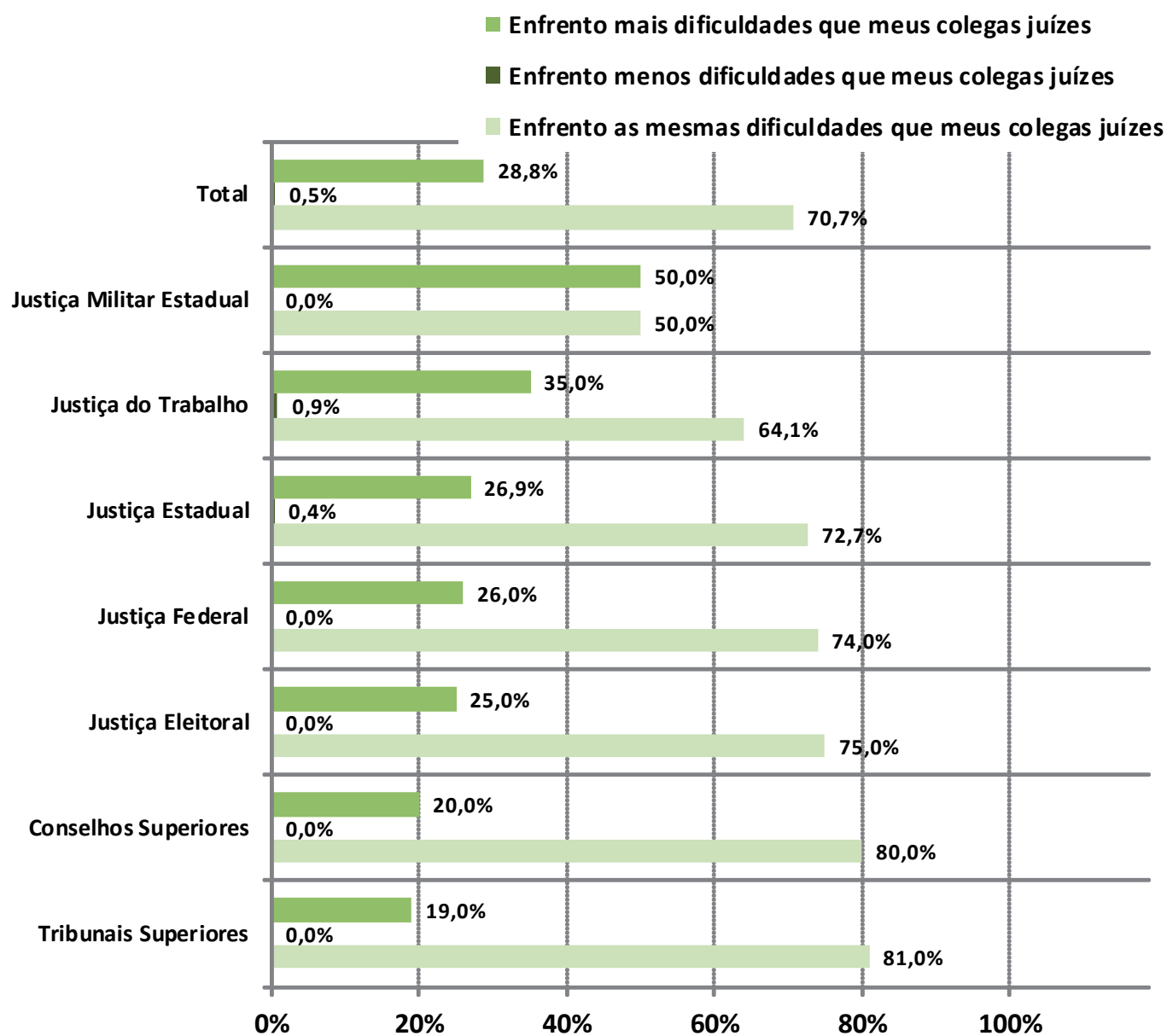
3.5.4. Percentual de magistradas segundo o grau de dificuldade nos processos de remoção e promoção na carreira em comparação com os magistrados, por ramo de Justiça. Brasil, 2013.



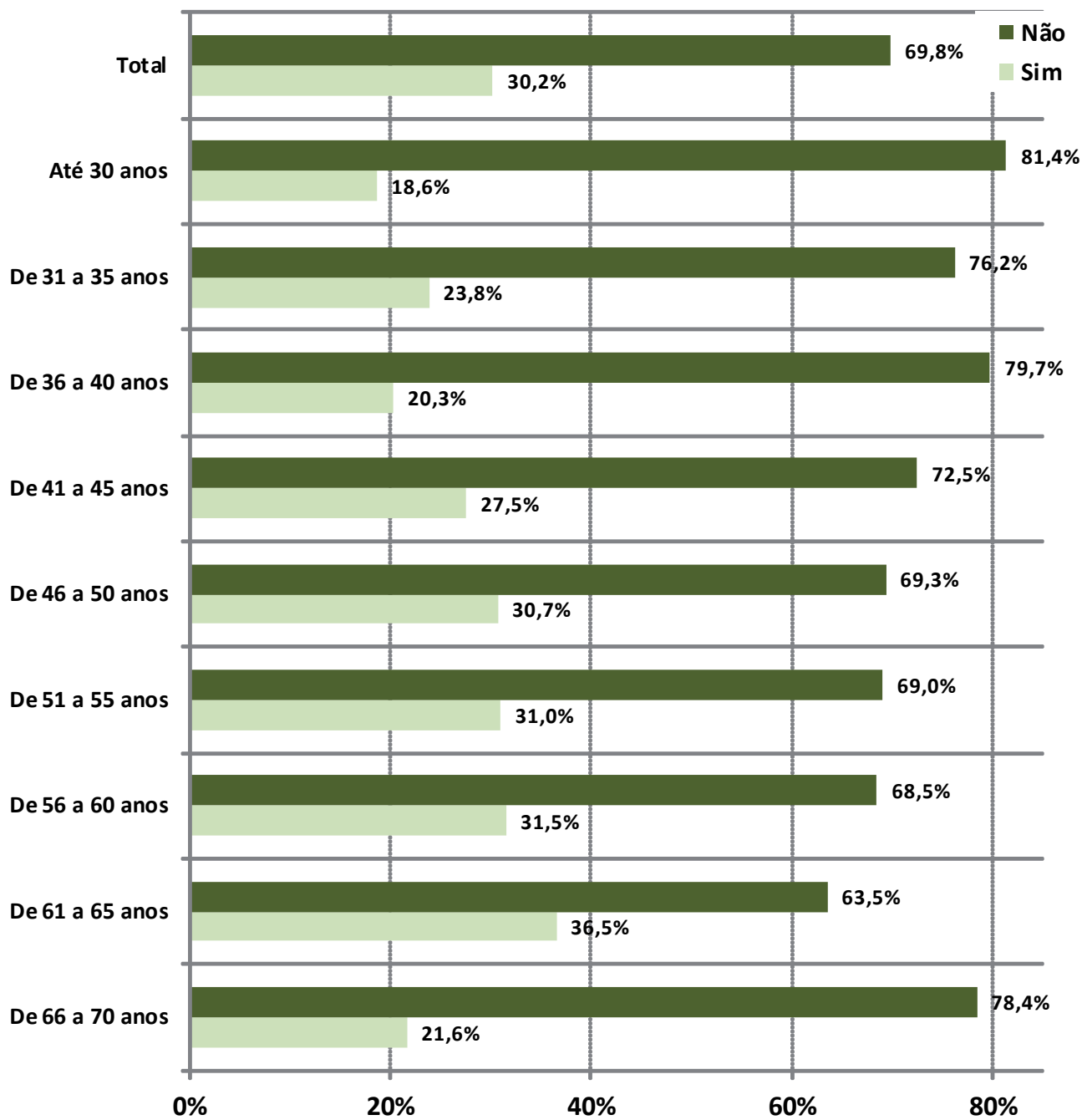
3.5.5. Percentual de magistradas segundo a identificação de efeitos da carreira na vida pessoal em comparação com os magistrados, por ramo de Justiça. Brasil, 2013.



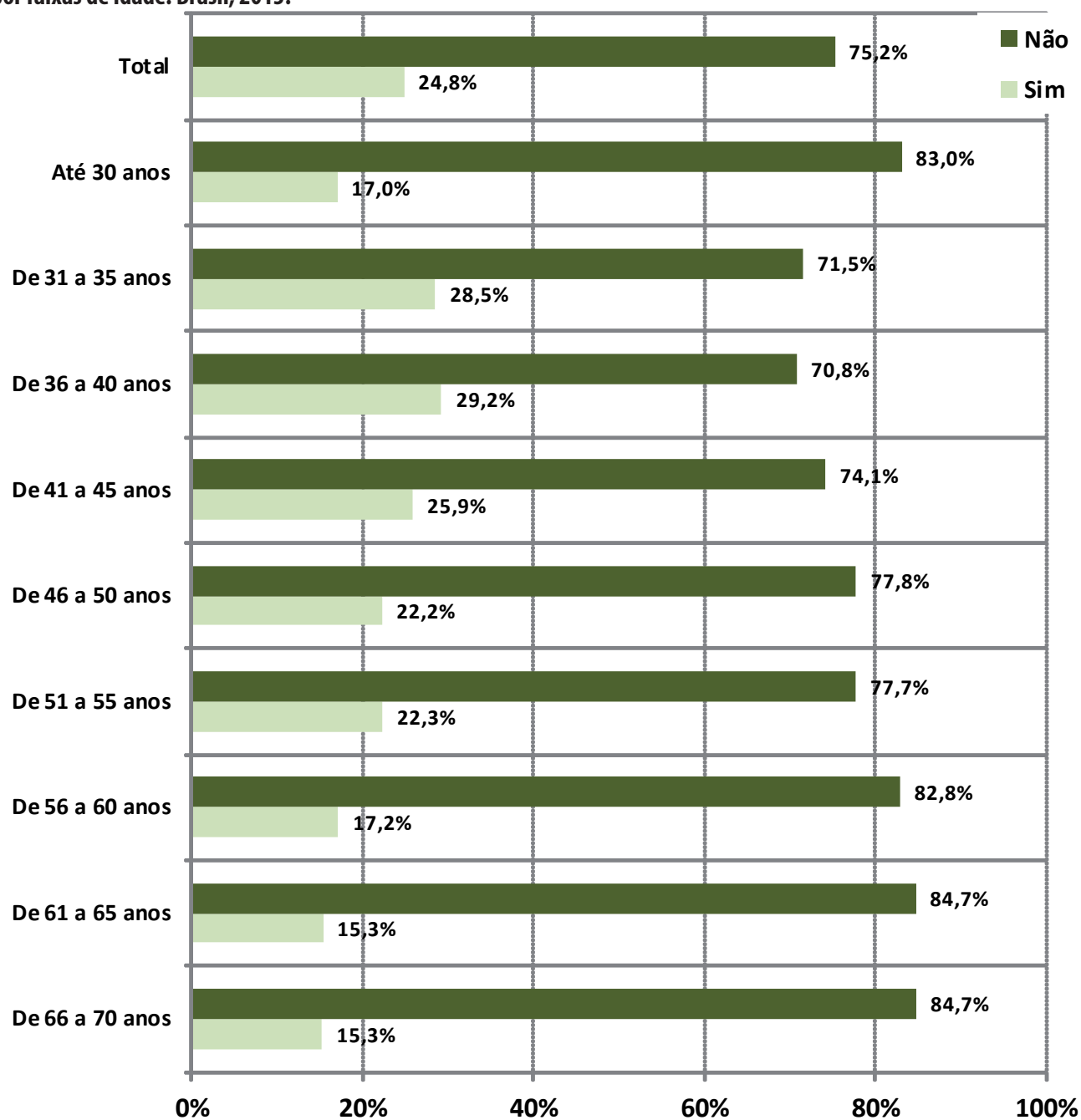
3.5.6. Percentual de magistradas segundo a identificação de dificuldades no exercício da magistratura em comparação com os magistrados, por ramo de Justiça. Brasil, 2013.



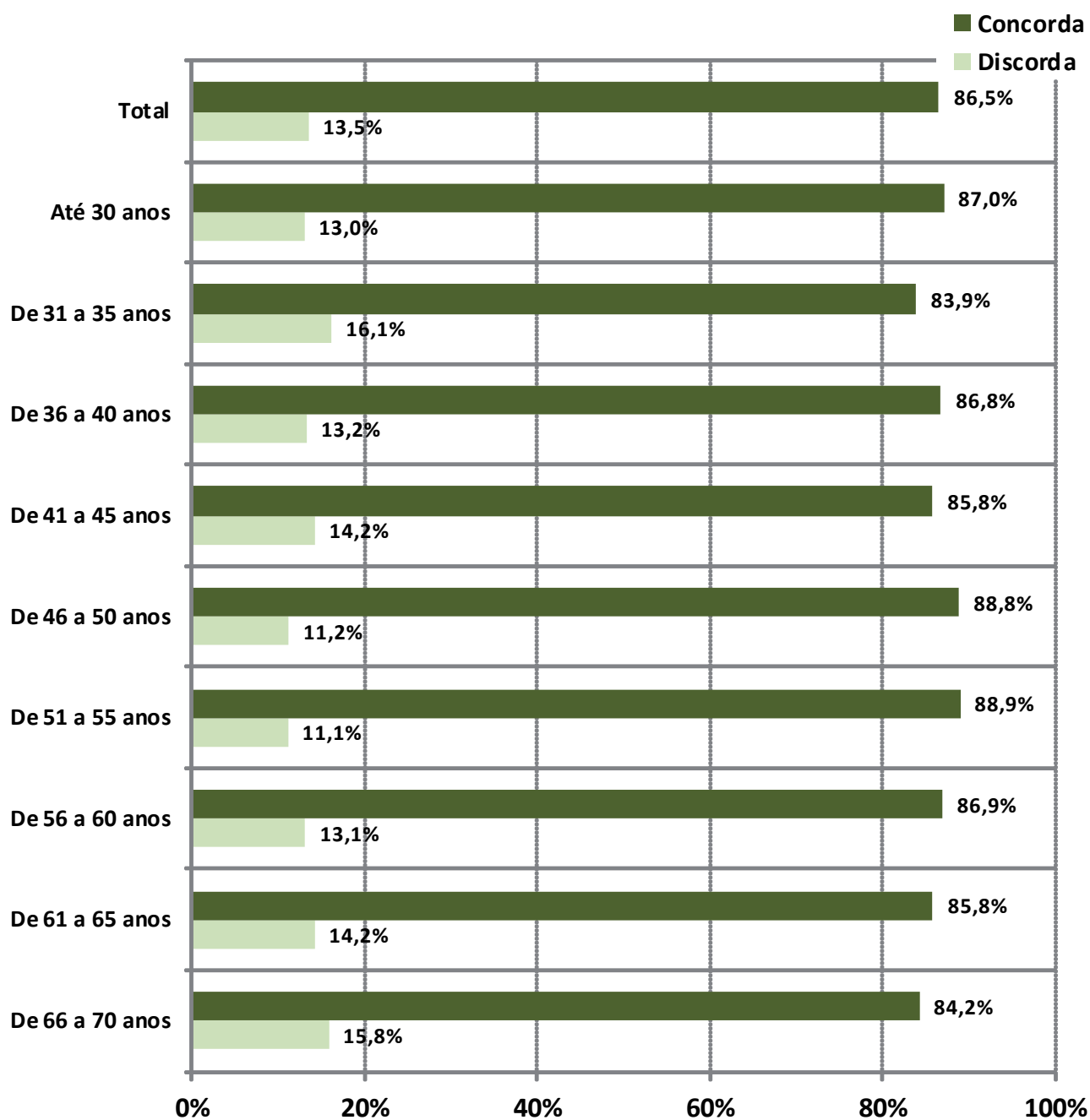
3.5.7. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte de outros profissionais do sistema de justiça por ser mulher, por faixas de idade. Brasil, 2013.



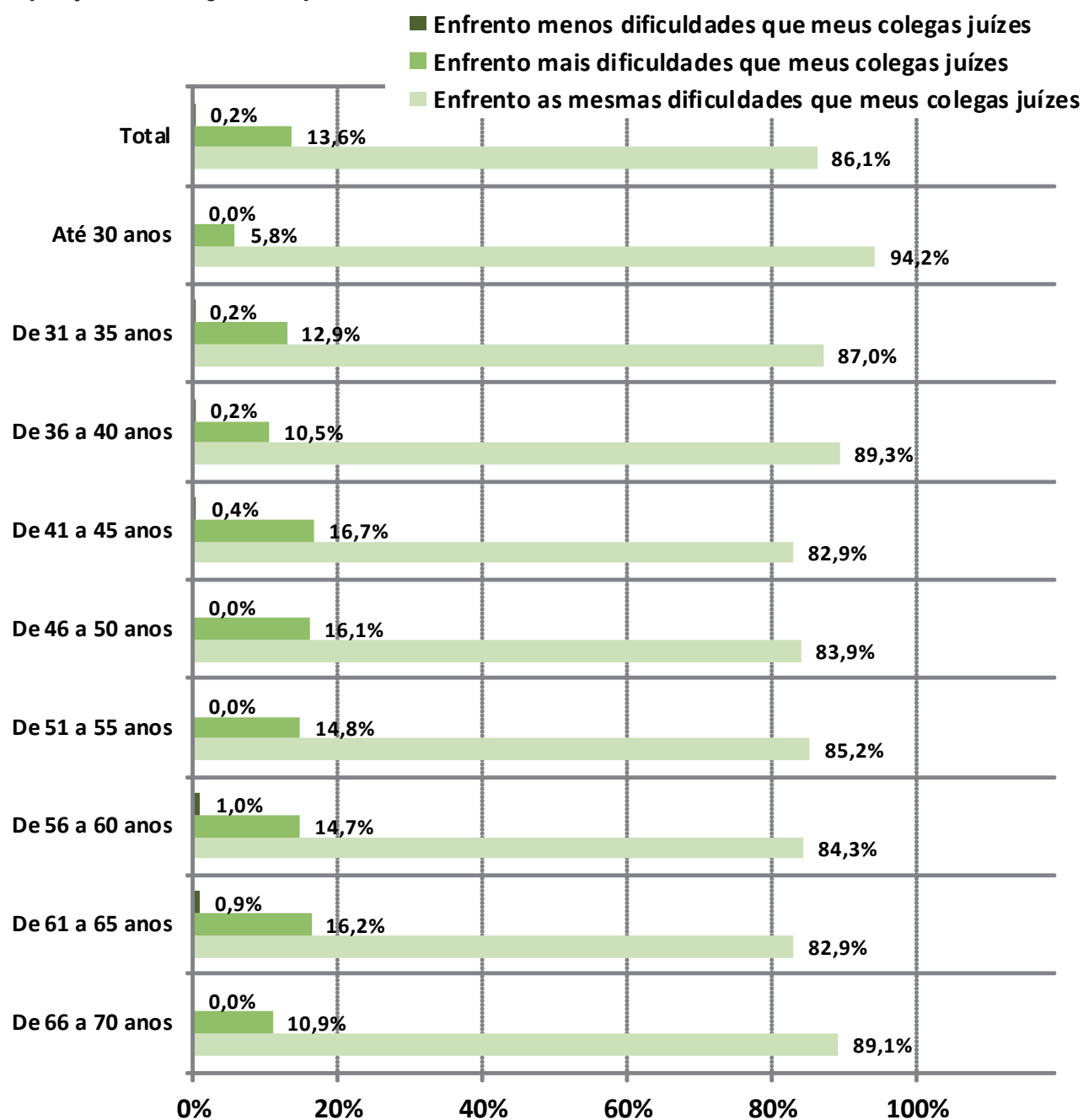
3.5.8. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte dos jurisdicionados por ser mulher, por faixas de idade. Brasil, 2013.



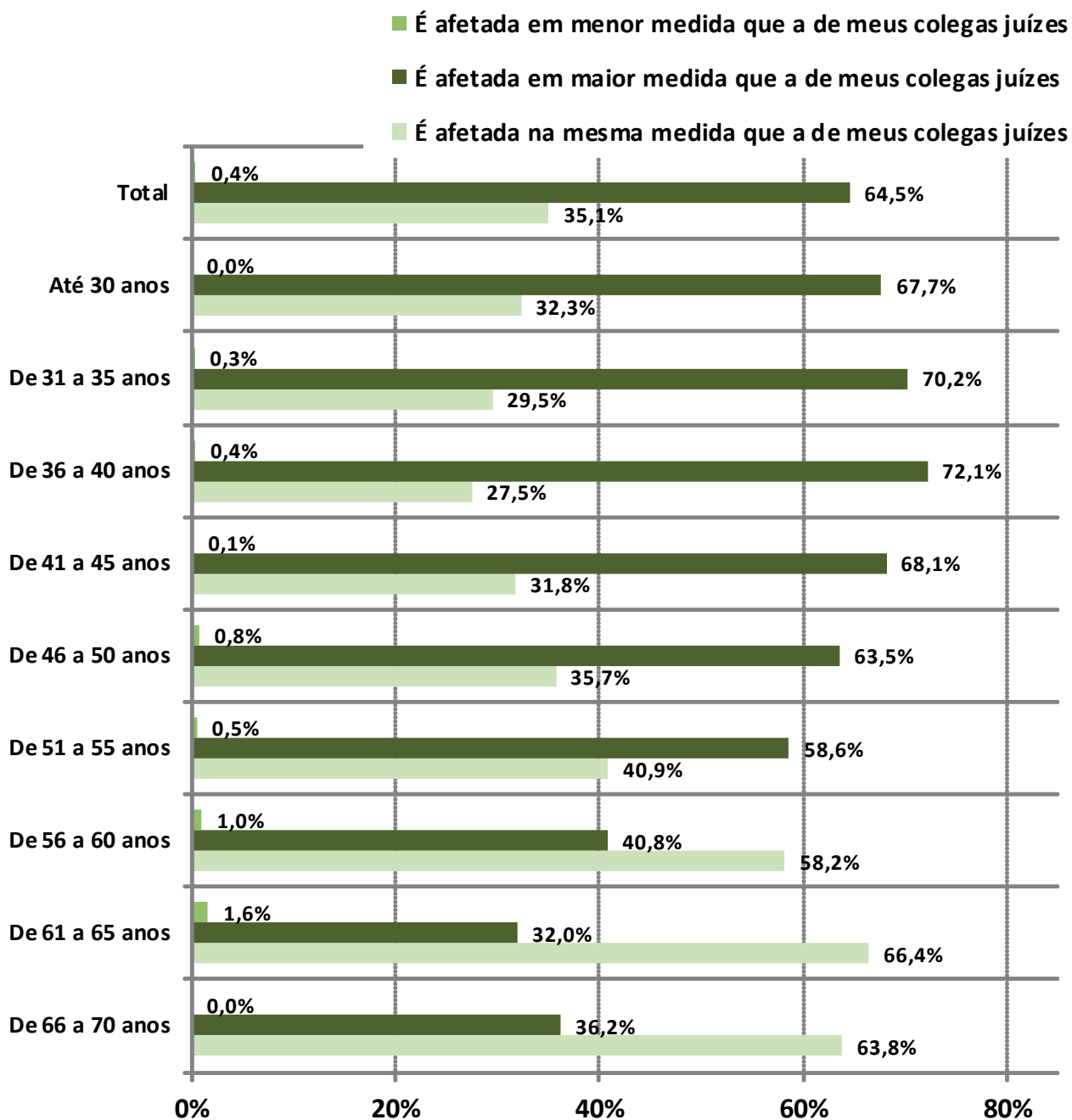
3.5.9. Percentual de magistradas segundo a concordância ou discordância com a afirmação “Os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”, por faixas de idade. Brasil, 2013.



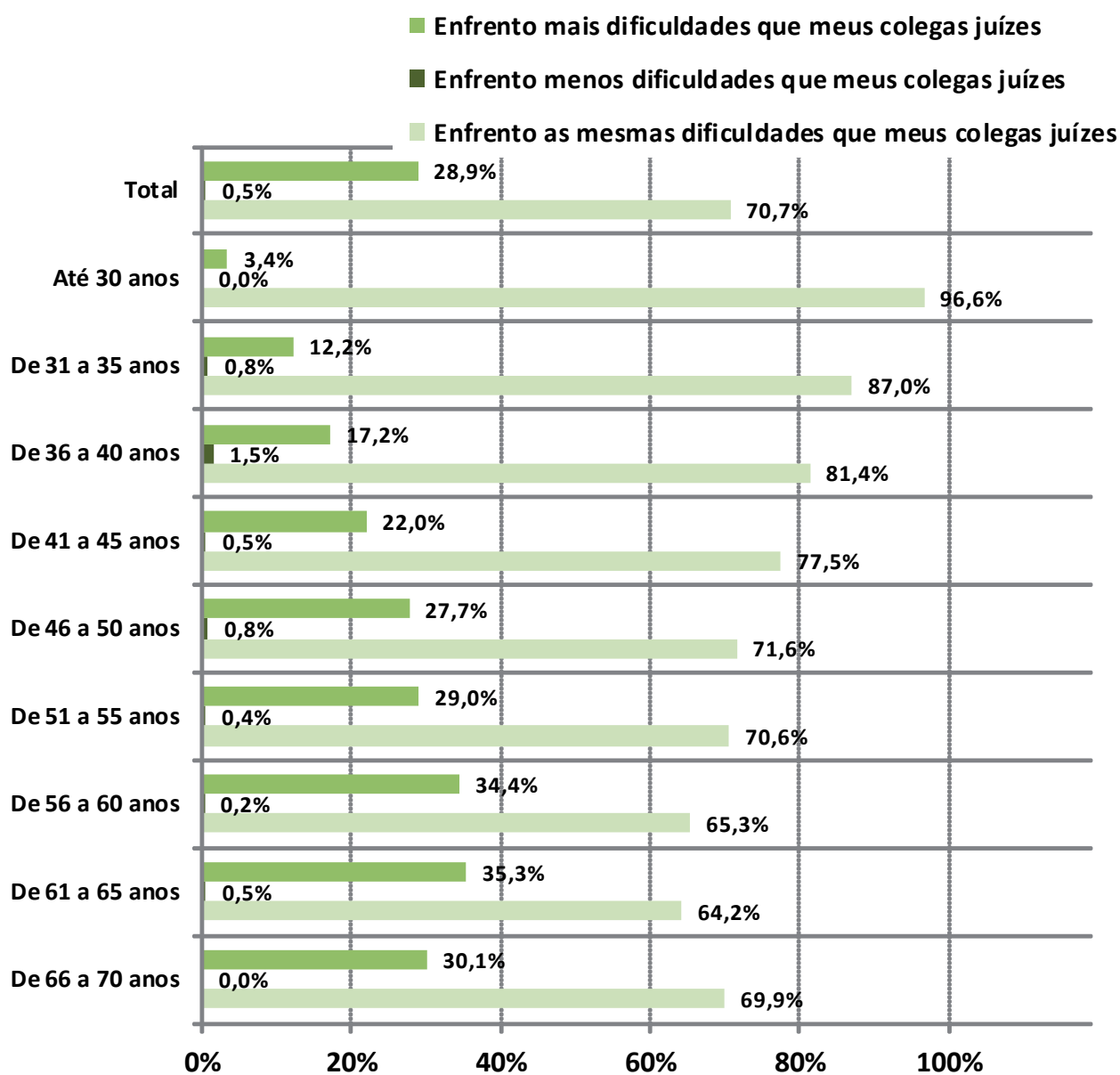
3.5.10. Percentual de magistradas segundo o grau de dificuldade nos processos de remoção e promoção na carreira em comparação com os magistrados, por faixas de idade. Brasil, 2013.



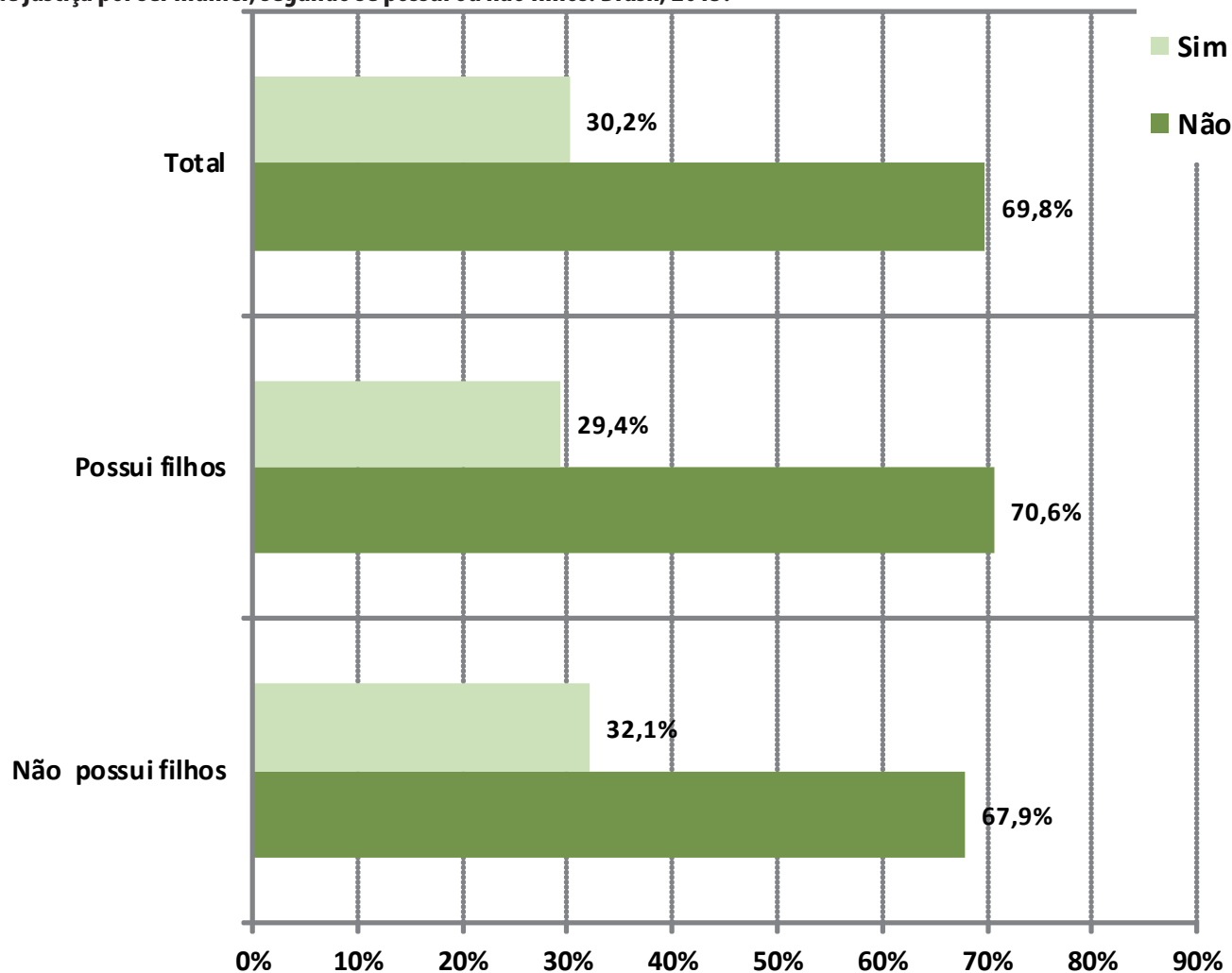
3.5.11. Percentual de magistradas segundo a identificação de efeitos da carreira na vida pessoal em comparação com os magistrados, por faixas de idade. Brasil, 2013.



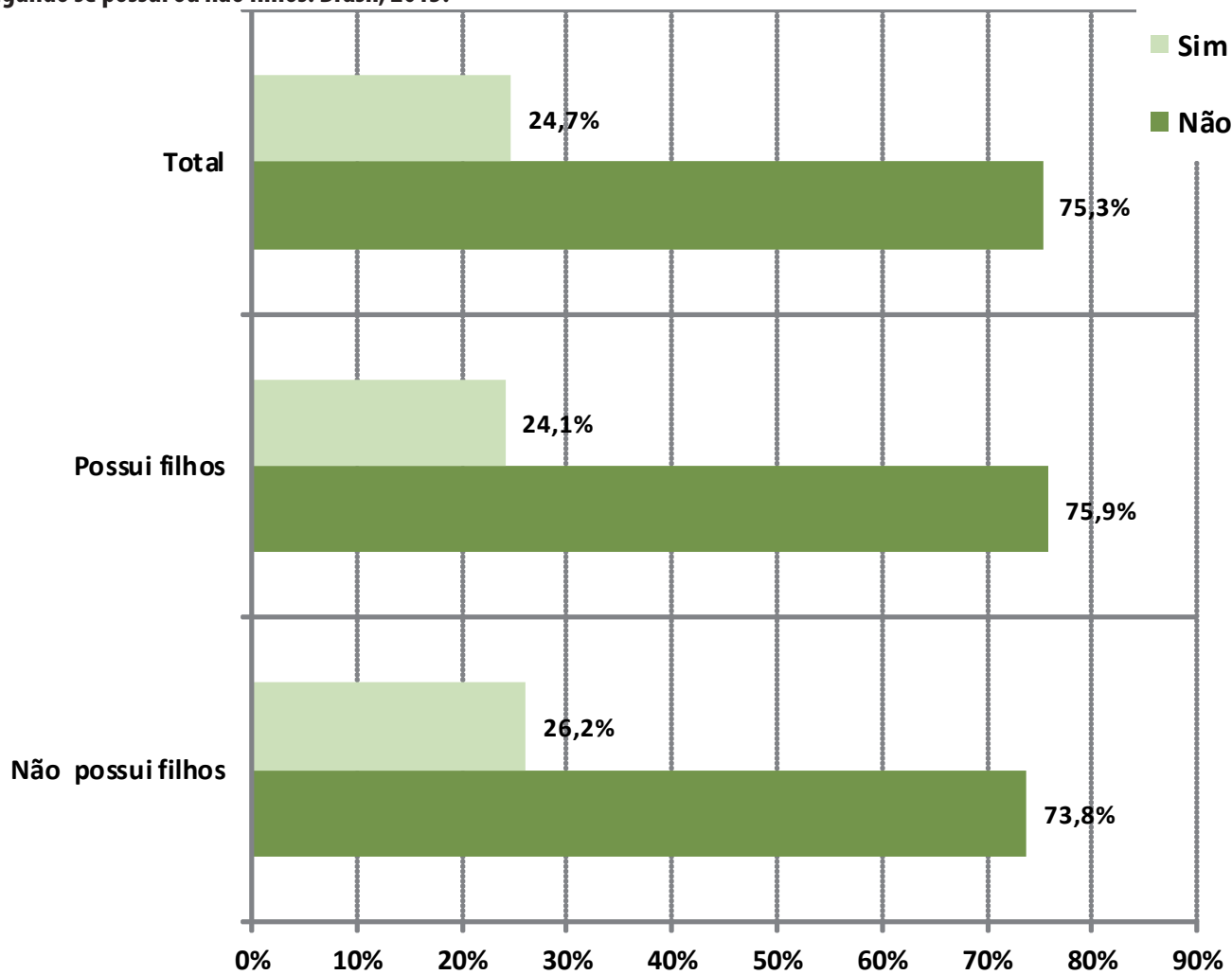
3.5.12. Percentual de magistradas segundo a identificação de dificuldades no exercício da magistratura em comparação com os magistrados, por faixas de idade. Brasil, 2013.



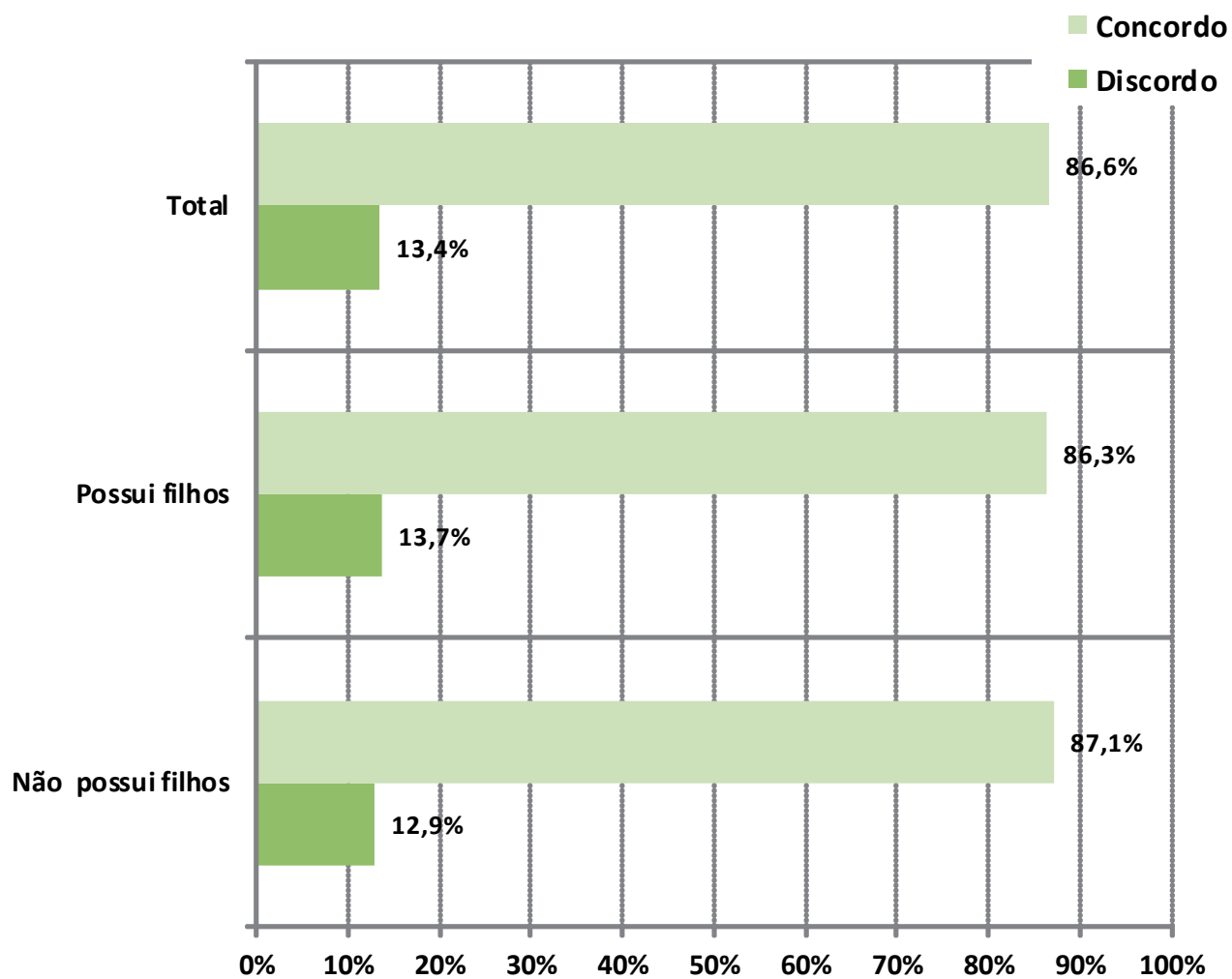
3.5.13. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte de outros profissionais do sistema de justiça por ser mulher, segundo se possui ou não filhos. Brasil, 2013.



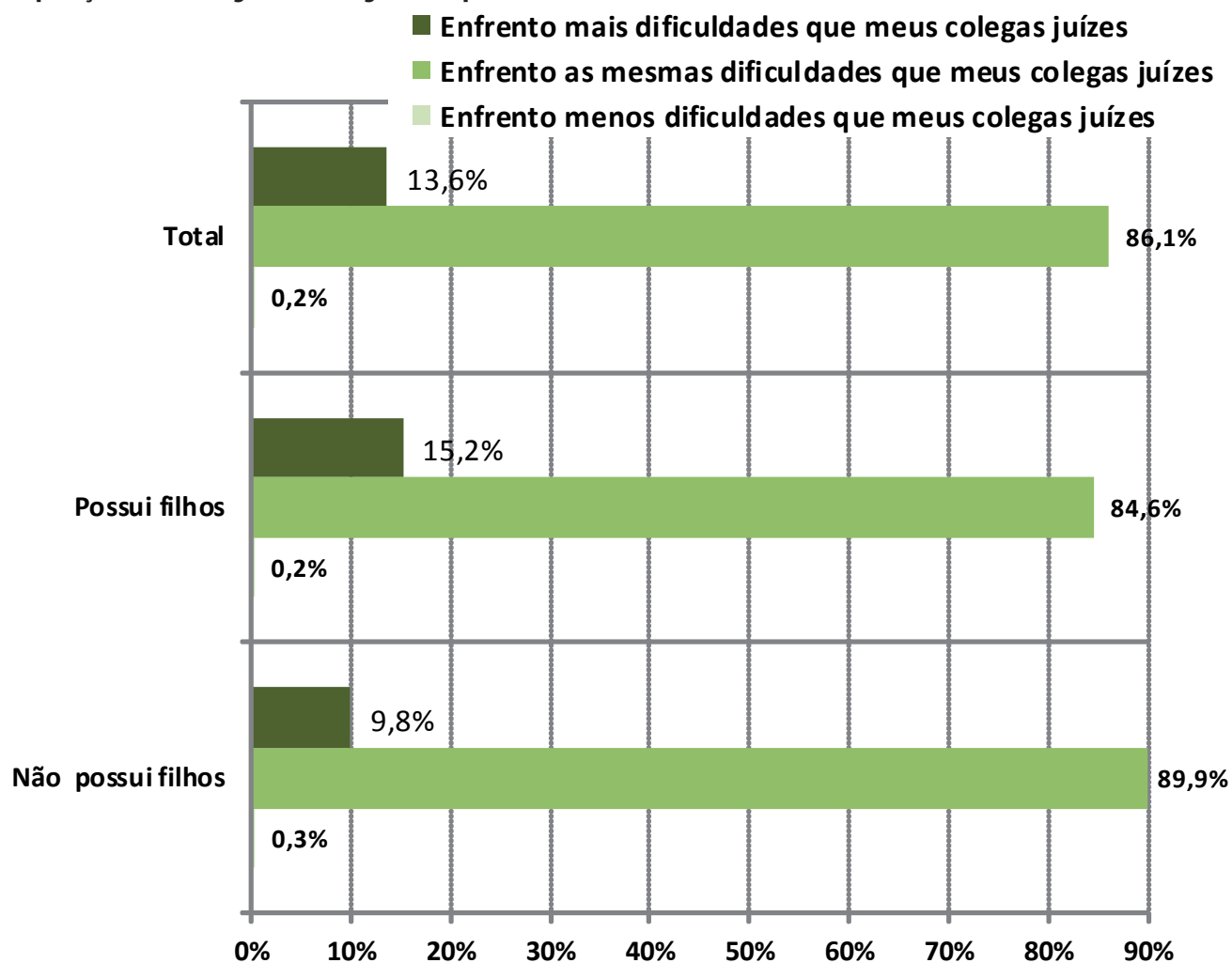
3.5.14. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte dos jurisdicionados por ser mulher, segundo se possui ou não filhos. Brasil, 2013.



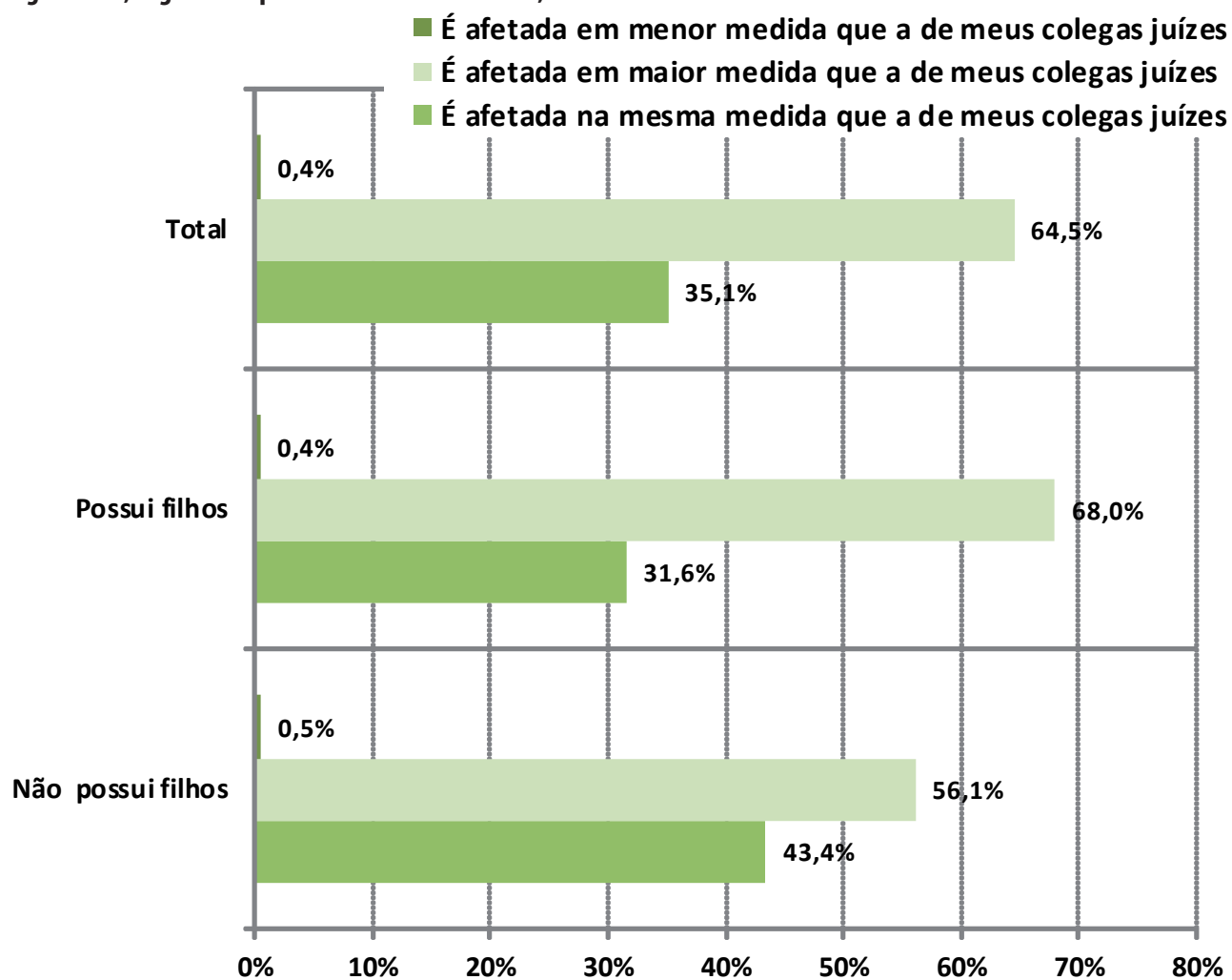
3.5.15. Percentual de magistradas segundo a concordância ou discordância com a afirmação “Os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”, segundo se possui ou não filhos. Brasil, 2013.



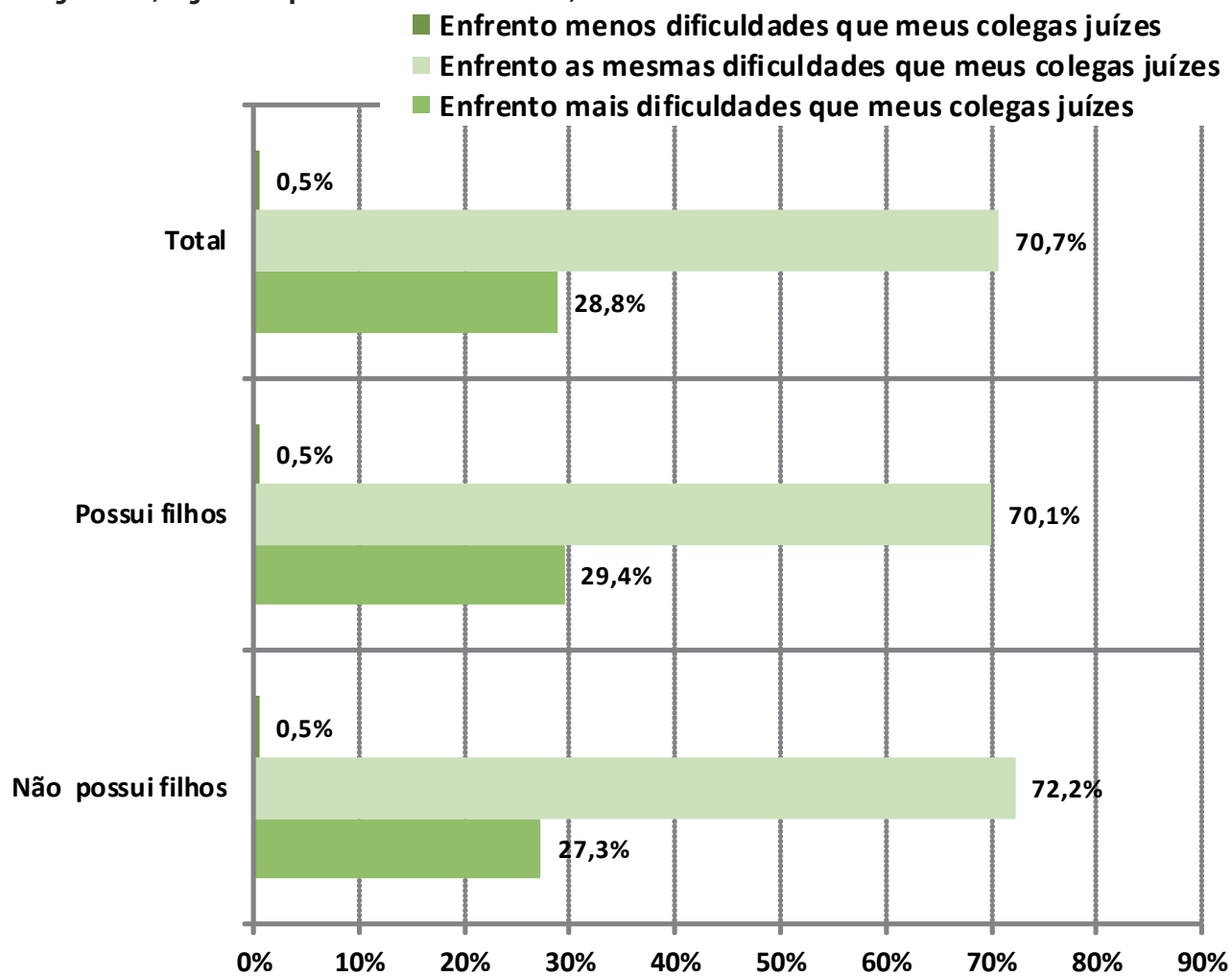
3.5.16. Percentual de magistradas segundo o grau de dificuldade nos processos de remoção e promoção na carreira em comparação com os magistrados, segundo se possui ou não filhos. Brasil, 2013.



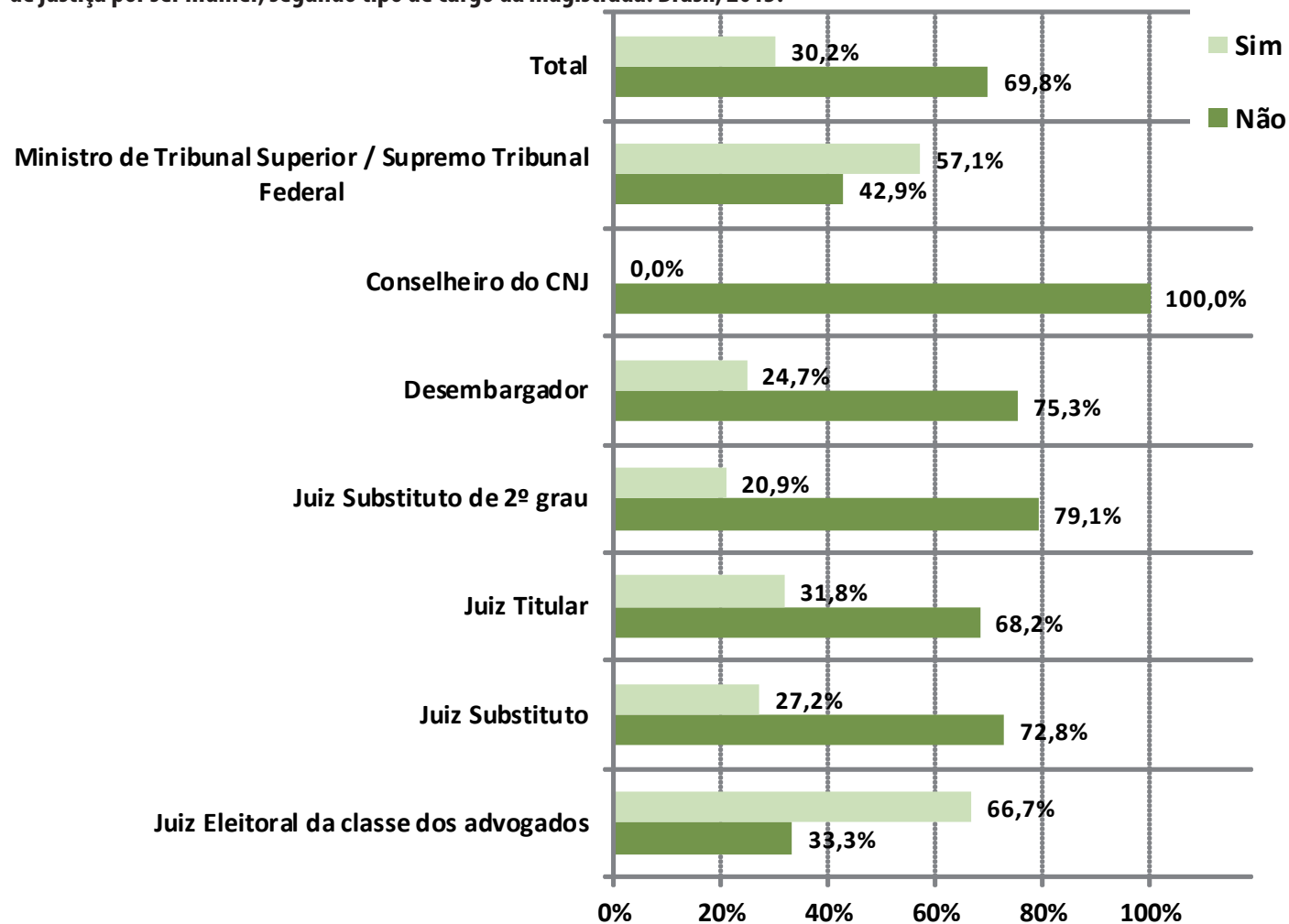
3.5.17. Percentual de magistradas segundo a identificação de efeitos da carreira na vida pessoal em comparação com os magistrados, segundo se possui ou não filhos. Brasil, 2013.



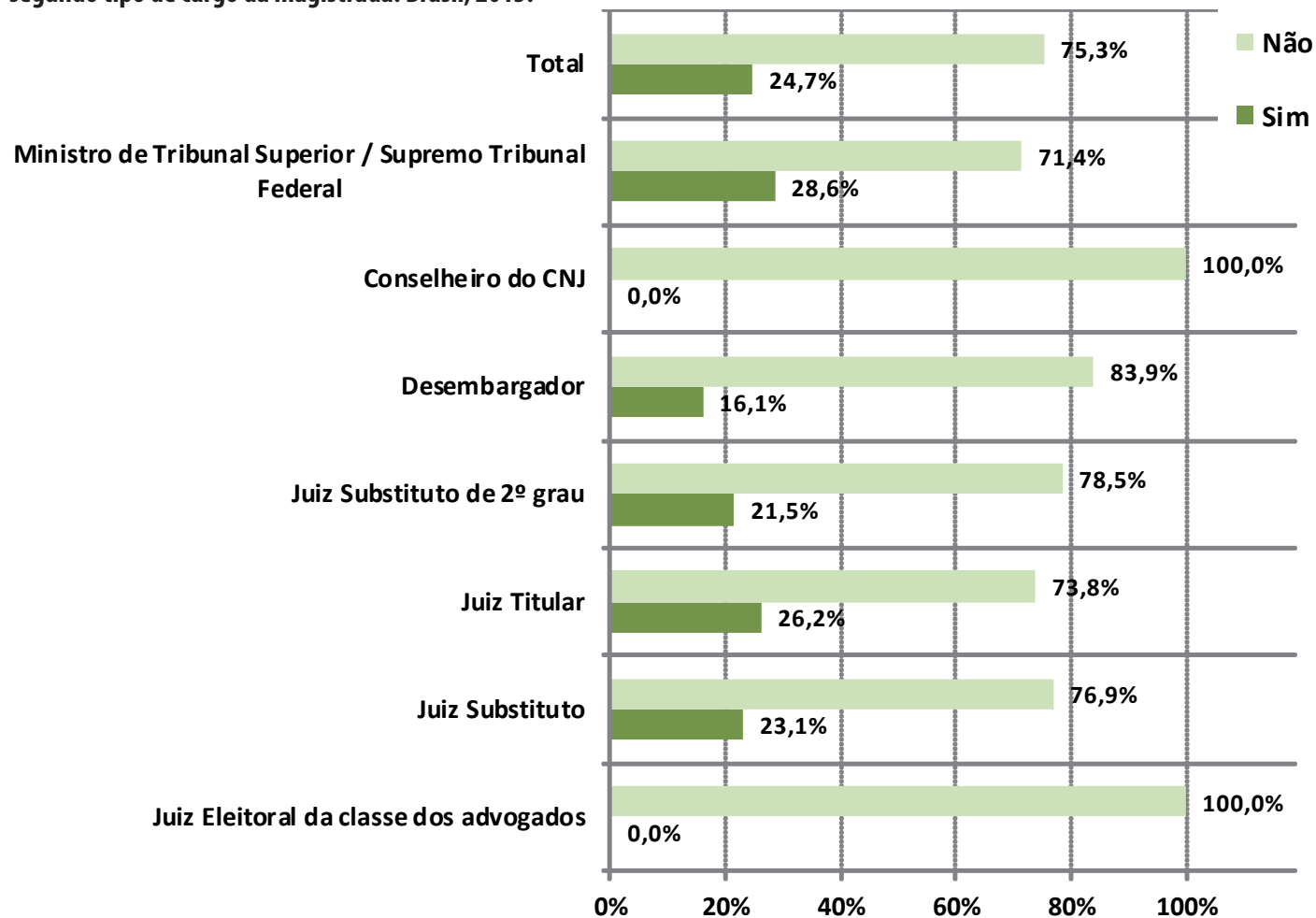
3.5.18. Percentual de magistradas segundo a identificação de dificuldades no exercício da magistratura em comparação com os magistrados, segundo se possui ou não filhos. Brasil, 2013.



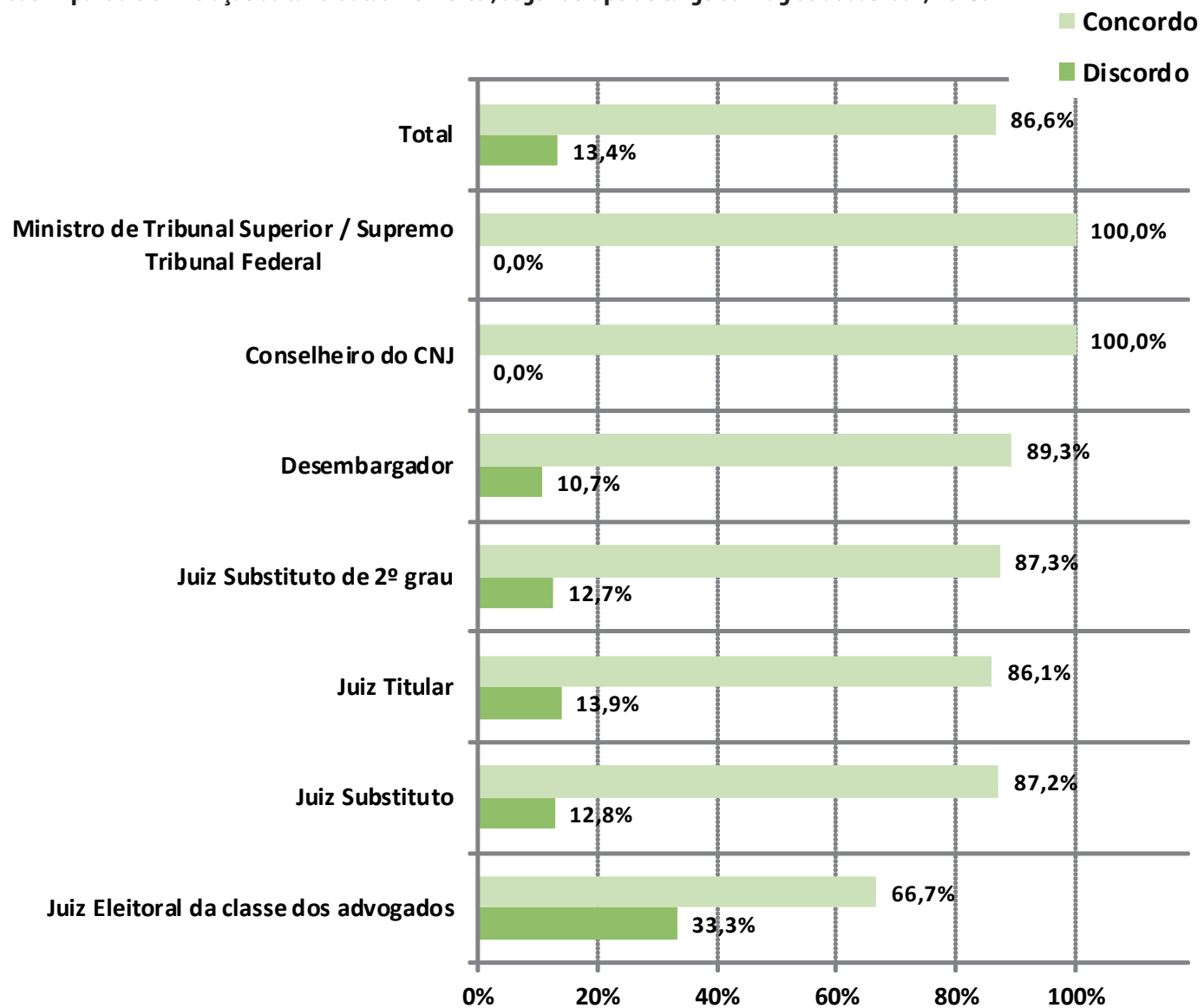
3.5.19. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte de outros profissionais do sistema de justiça por ser mulher, segundo tipo de cargo da magistrada. Brasil, 2013.



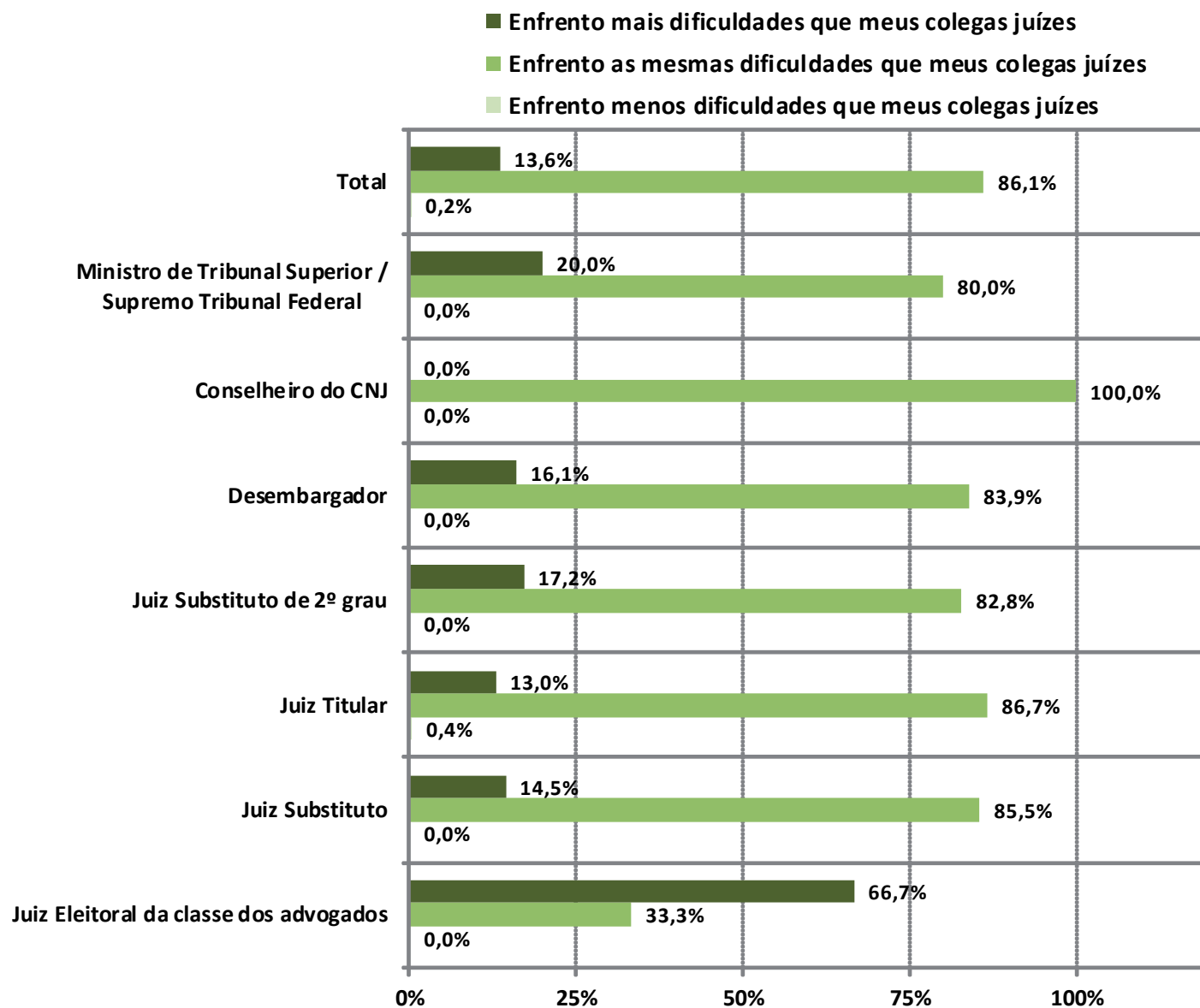
3.5.20. Percentual de magistradas segundo a identificação de reações negativas por parte dos jurisdicionados por ser mulher, segundo tipo de cargo da magistrada. Brasil, 2013.



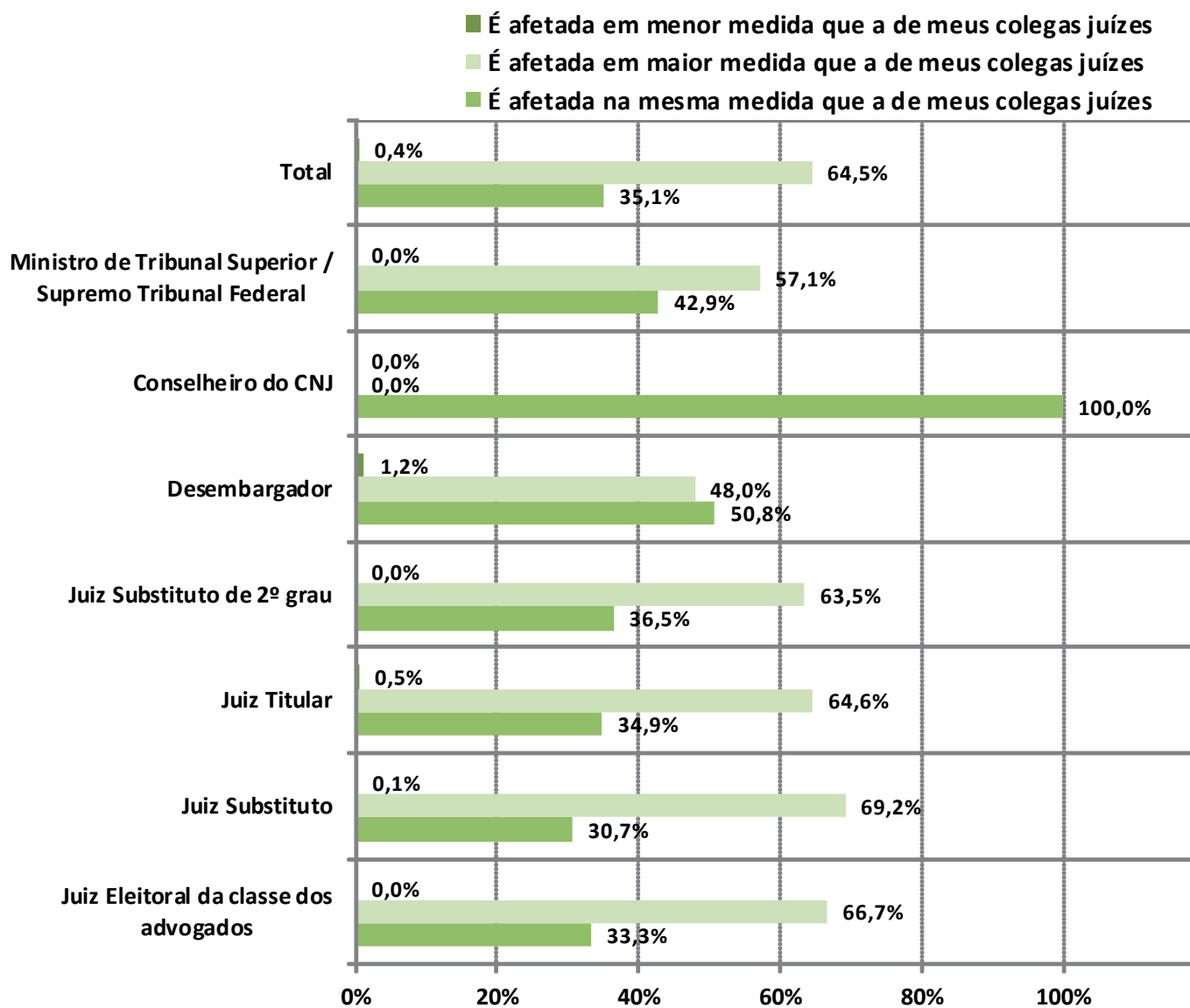
3.5.21. Percentual de magistradas segundo a concordância ou discordância com a afirmação “Os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”, segundo tipo de cargo da magistrada. Brasil, 2013.



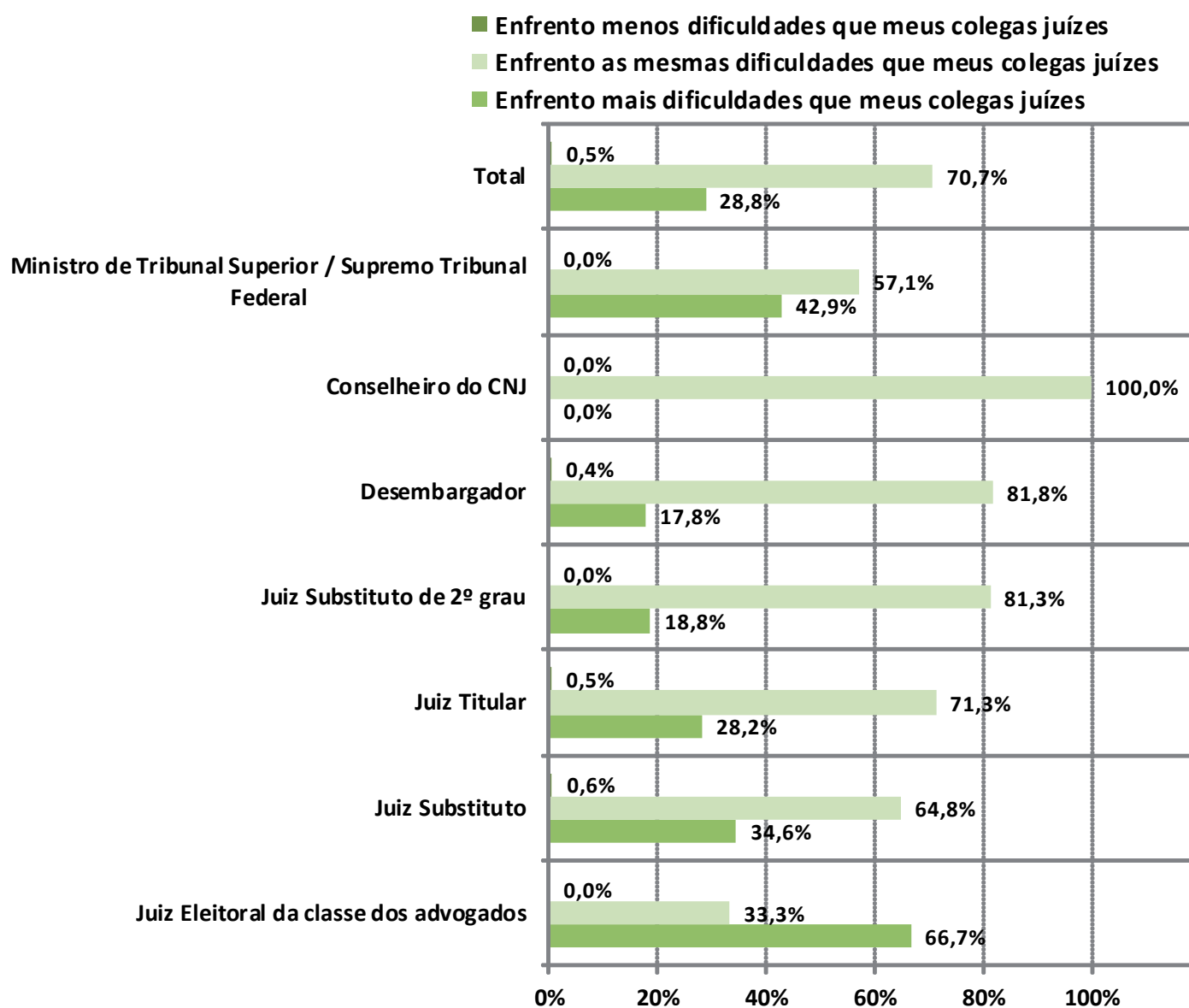
3.5.22. Percentual de magistradas segundo o grau de dificuldade nos processos de remoção e promoção na carreira em comparação com os magistrados, segundo tipo de cargo da magistrada. Brasil, 2013.



3.5.23. Percentual de magistradas segundo a identificação de efeitos da carreira na vida pessoal em comparação com os magistrados, segundo tipo de cargo da magistrada. Brasil, 2013.



3.5.24. Percentual de magistradas segundo a identificação de dificuldades no exercício da magistratura em comparação com os magistrados, segundo tipo de cargo da magistrada. Brasil, 2013.



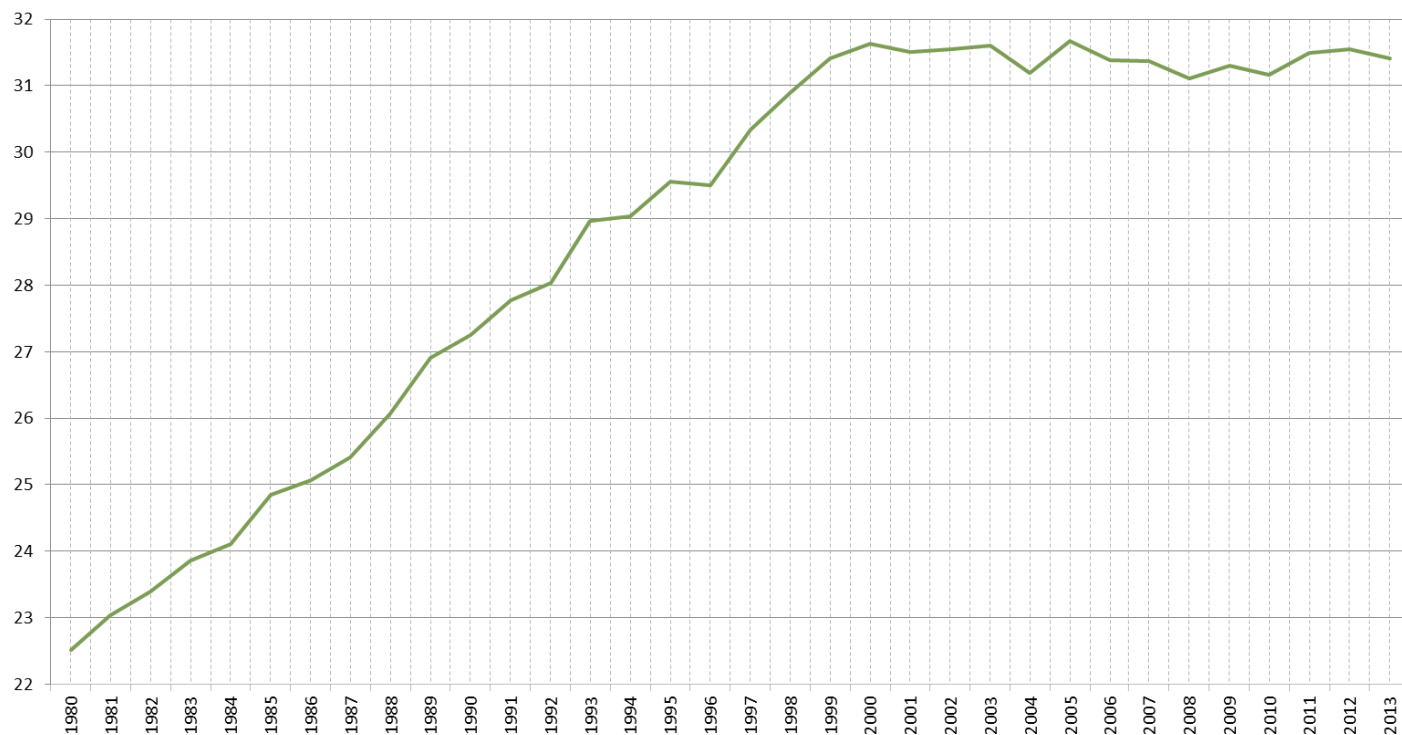
4 Servidores:

**Quem são e
o que pensam**

4.1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

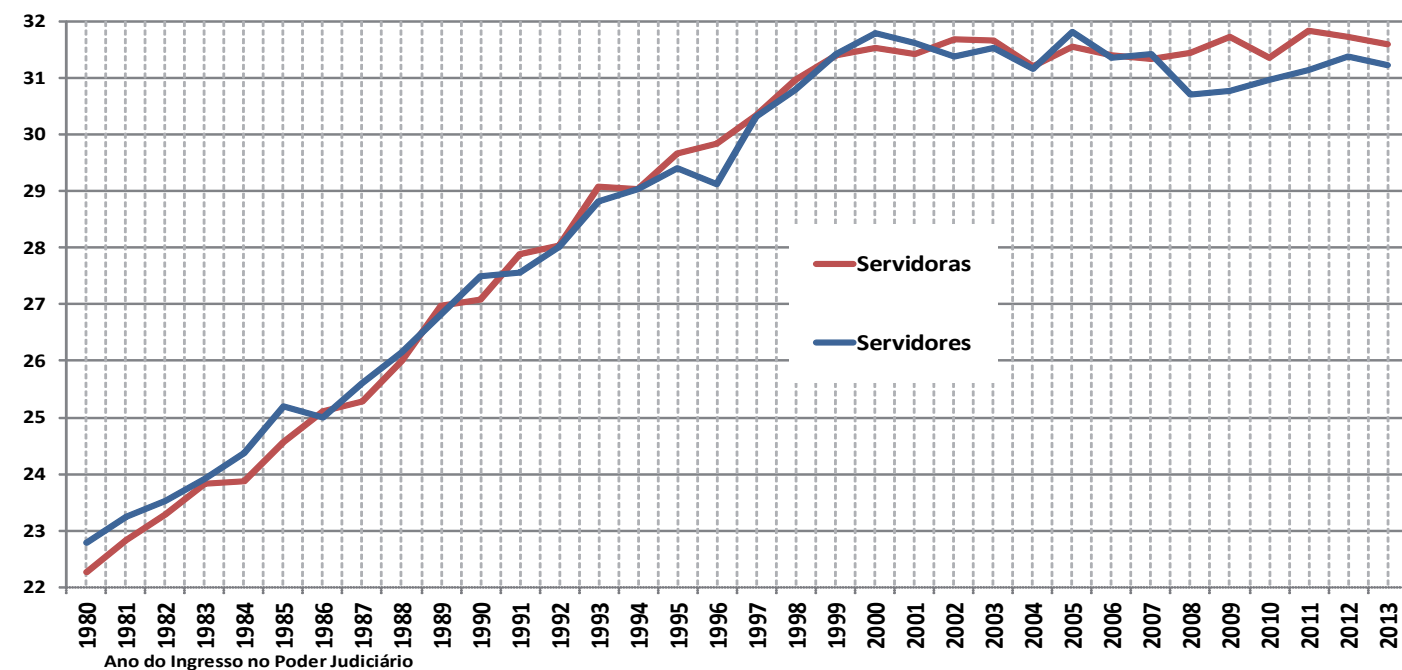
4.1.1. IDADE MÉDIA, SEXO, ESCOLARIDADE E ESTADO CIVIL

4.1.1.1. Idade média do servidor no ano de ingresso no cargo efetivo, segundo ano de ingresso no Poder Judiciário. Brasil, 2013.

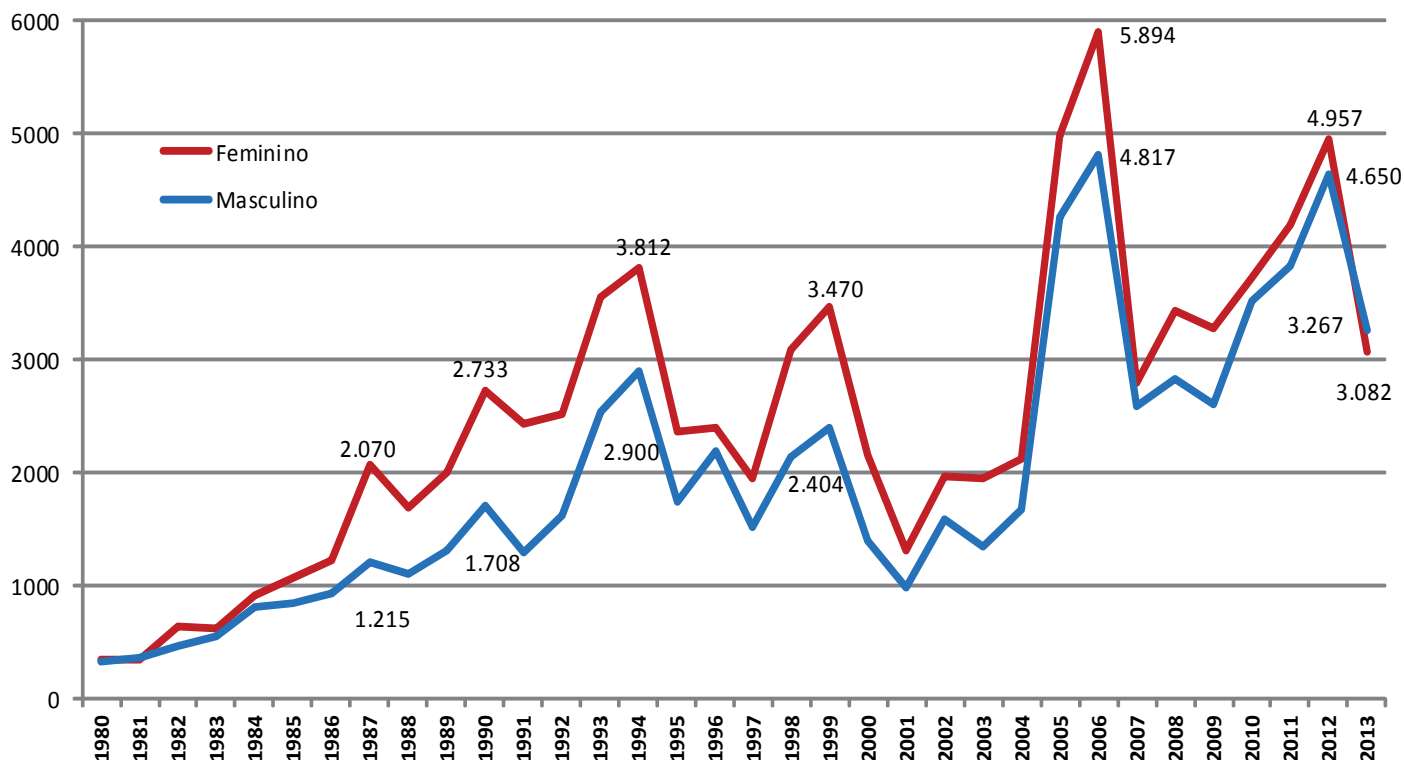


4.1.1.2. Idade média do servidor no ano de ingresso no cargo efetivo por sexo, segundo ano de ingresso no Poder Judiciário. Brasil, 2013.

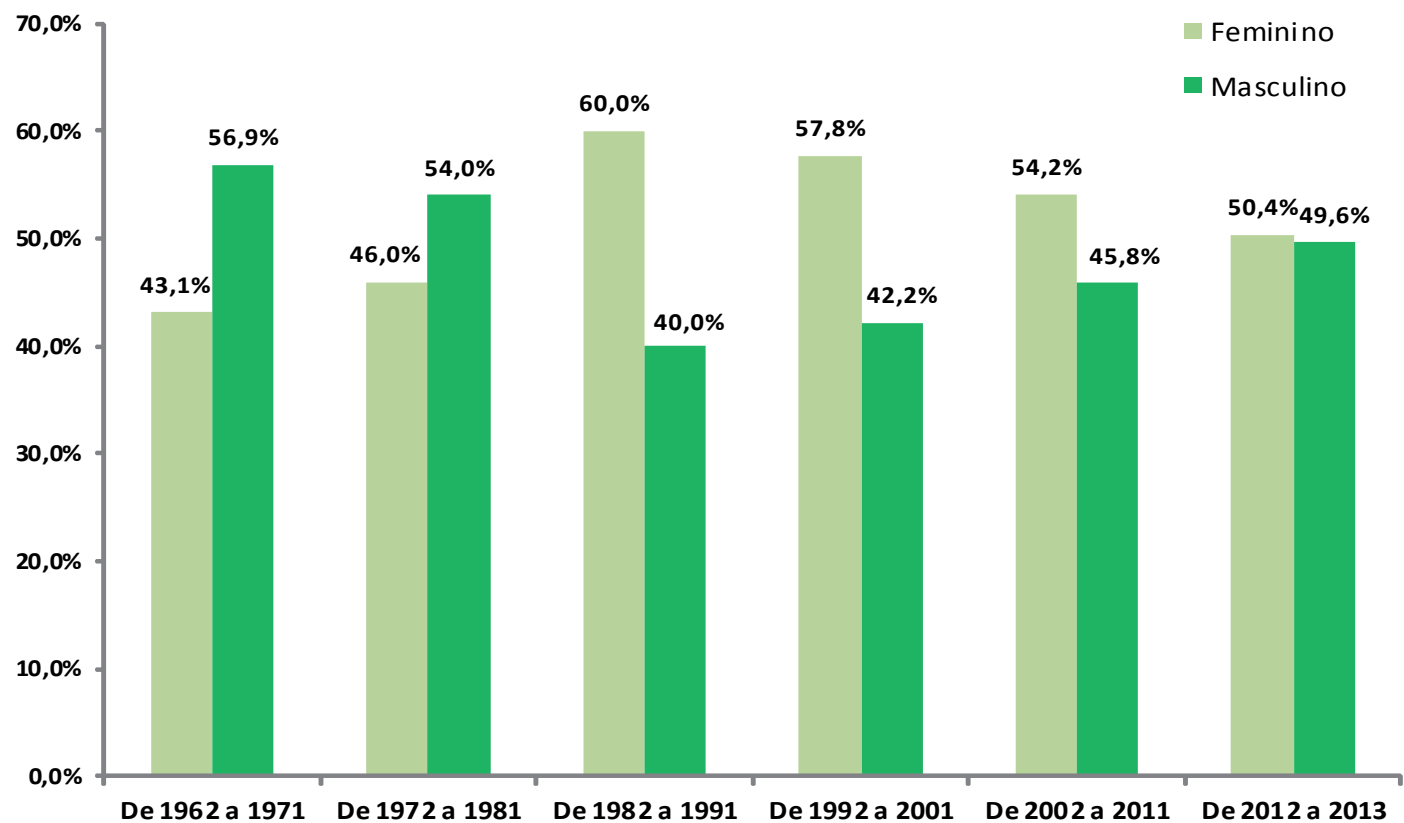
IDADE MÉDIA



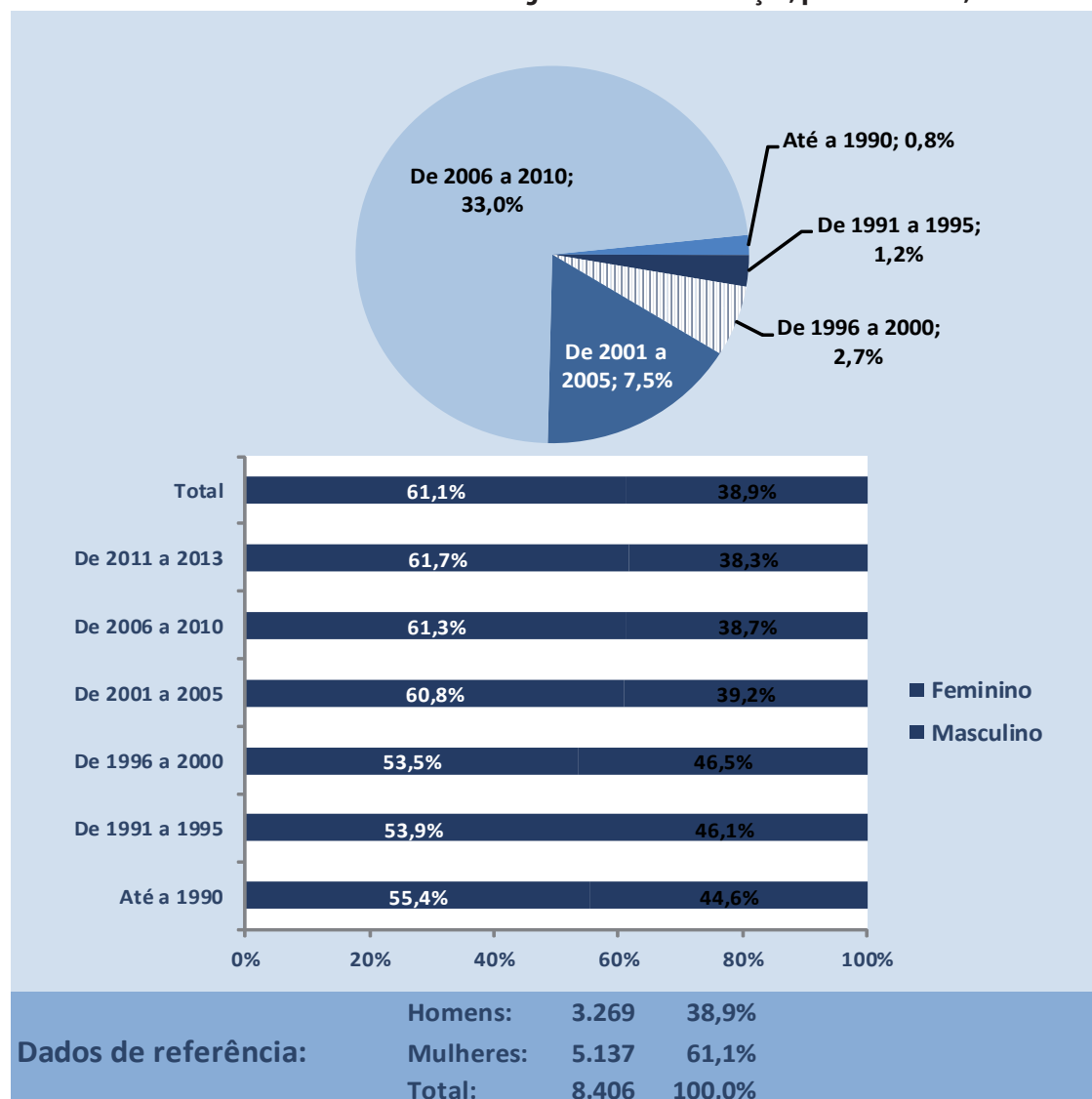
4.1.1.3. Número de servidores em cargos efetivos segundo ano de ingresso, por sexo. Brasil, 2013.



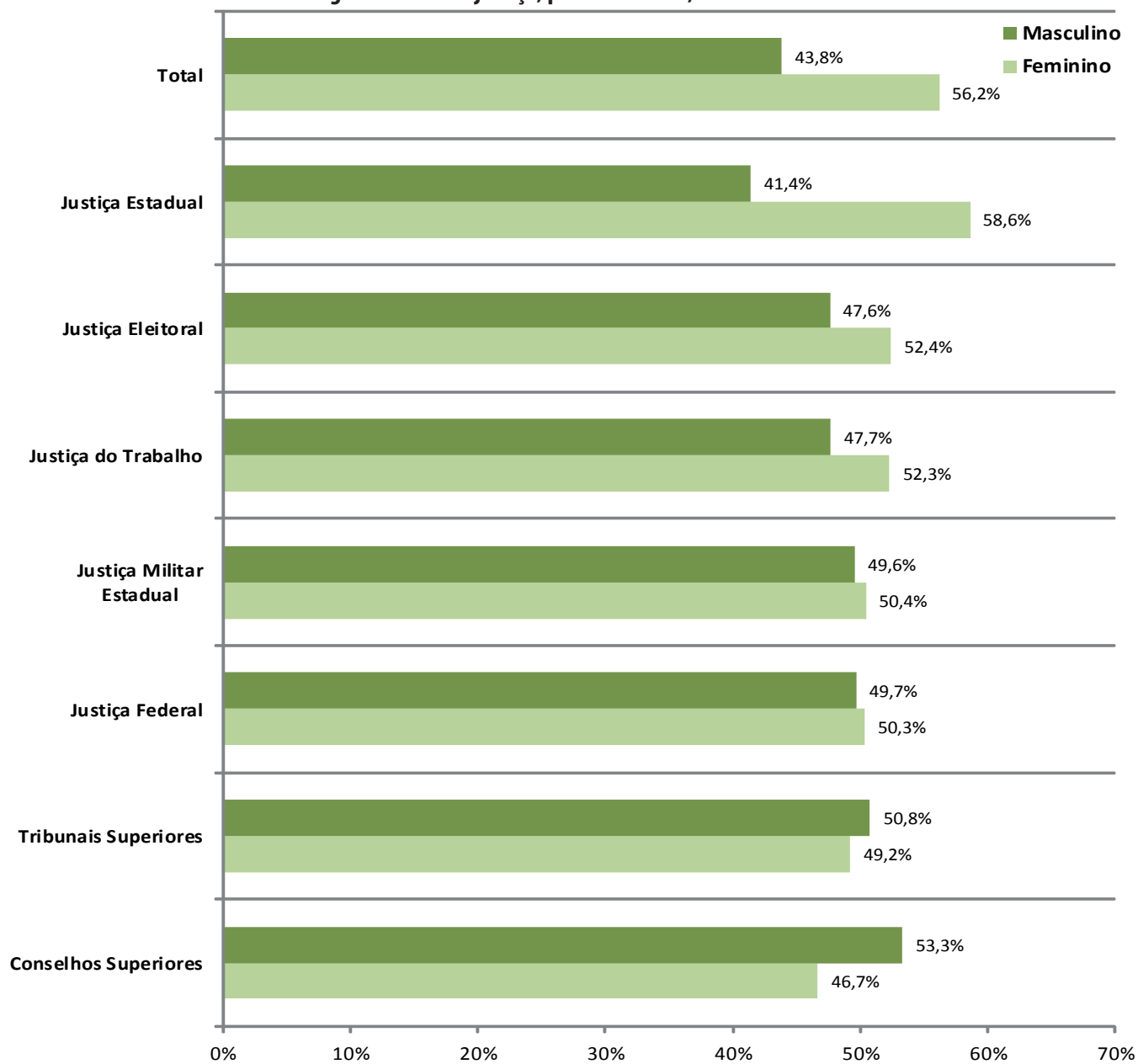
4.1.1.4. Percentual de servidores efetivos segundo ano de ingresso, por sexo. Brasil, 2013.



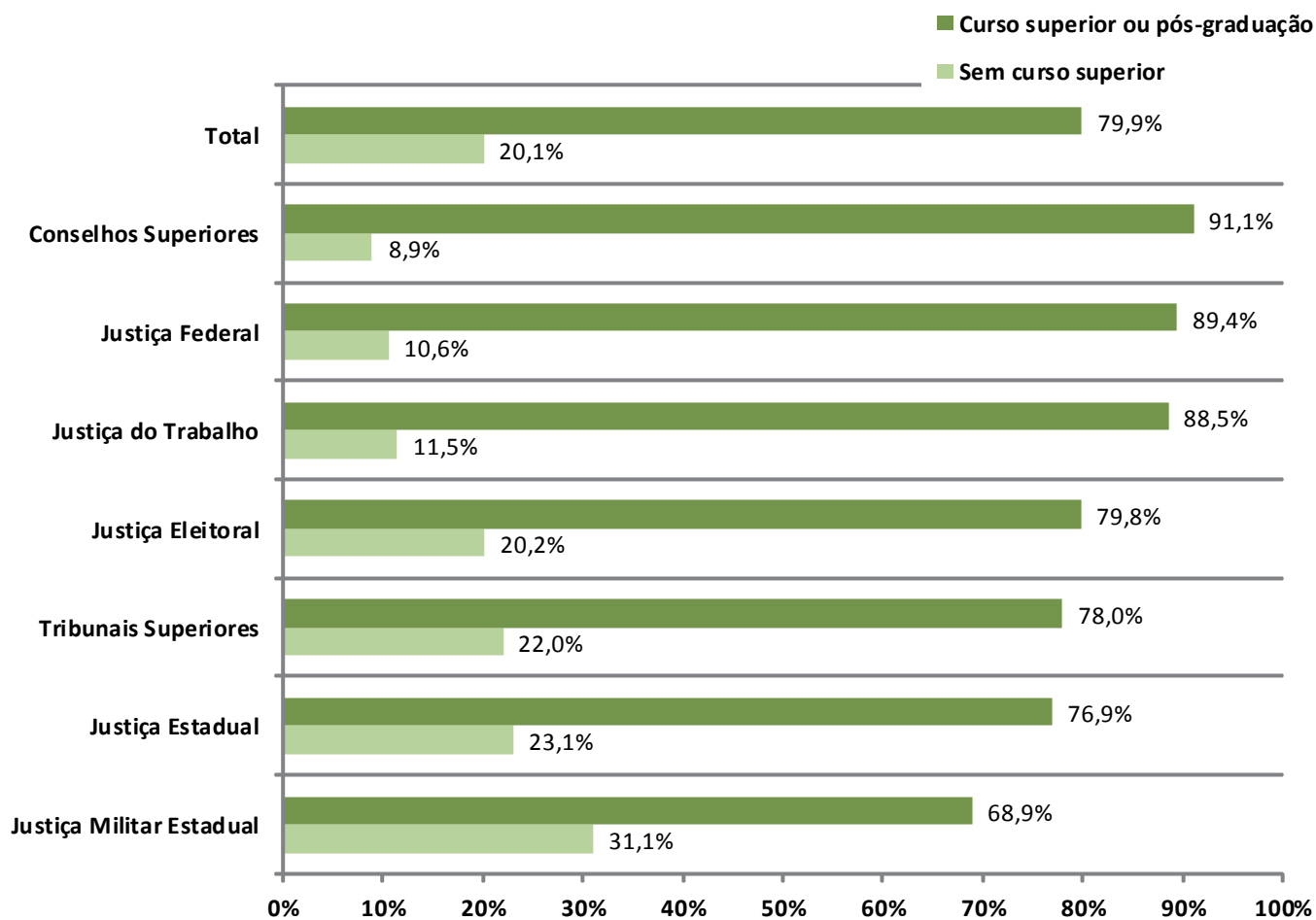
4.1.1.5. Percentual de servidores sem vínculo segundo ano de nomeação, por sexo. Brasil, 2013.



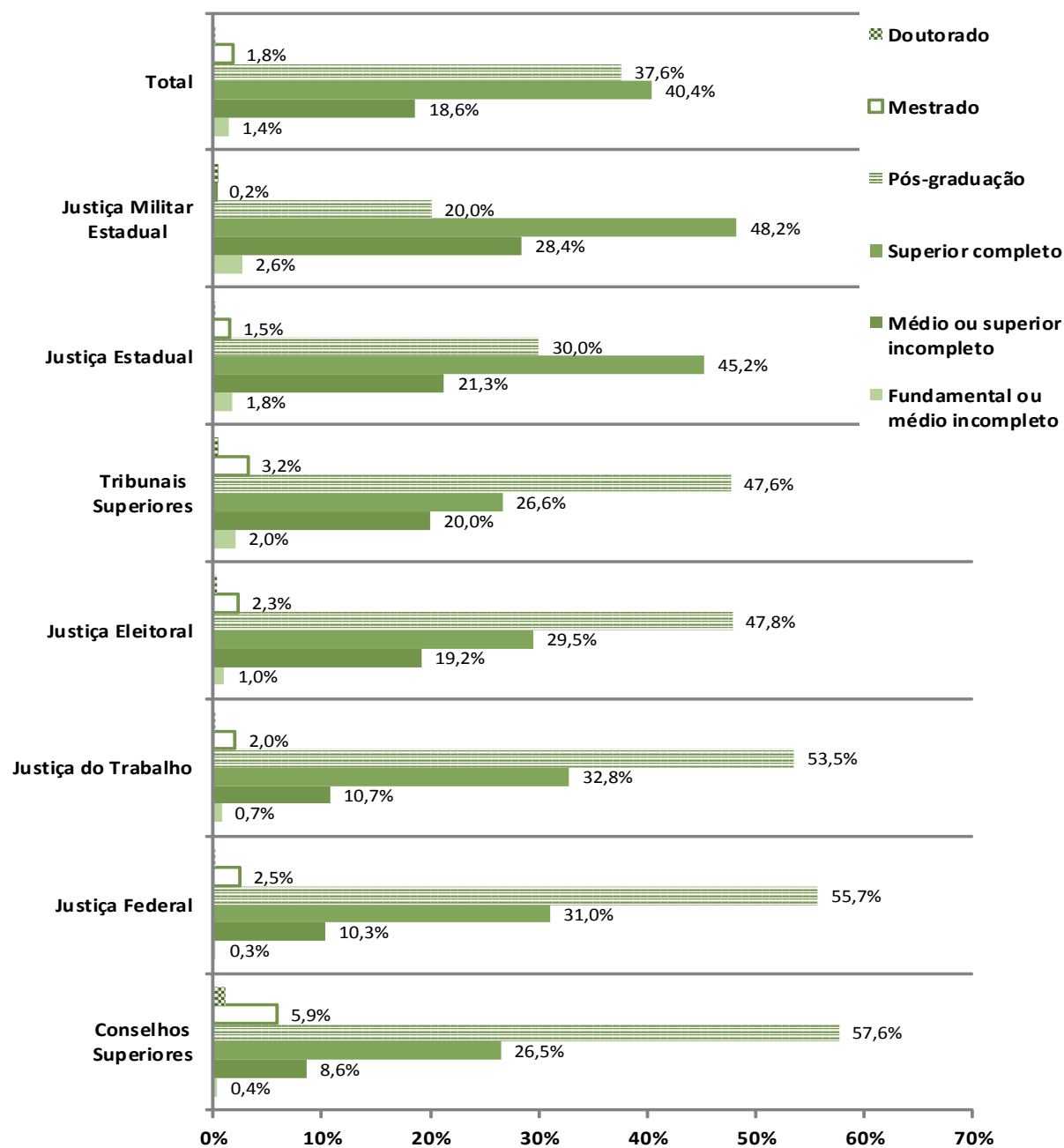
4.1.1.6. Percentual de servidores segundo ramo de justiça, por sexo. Brasil, 2013.



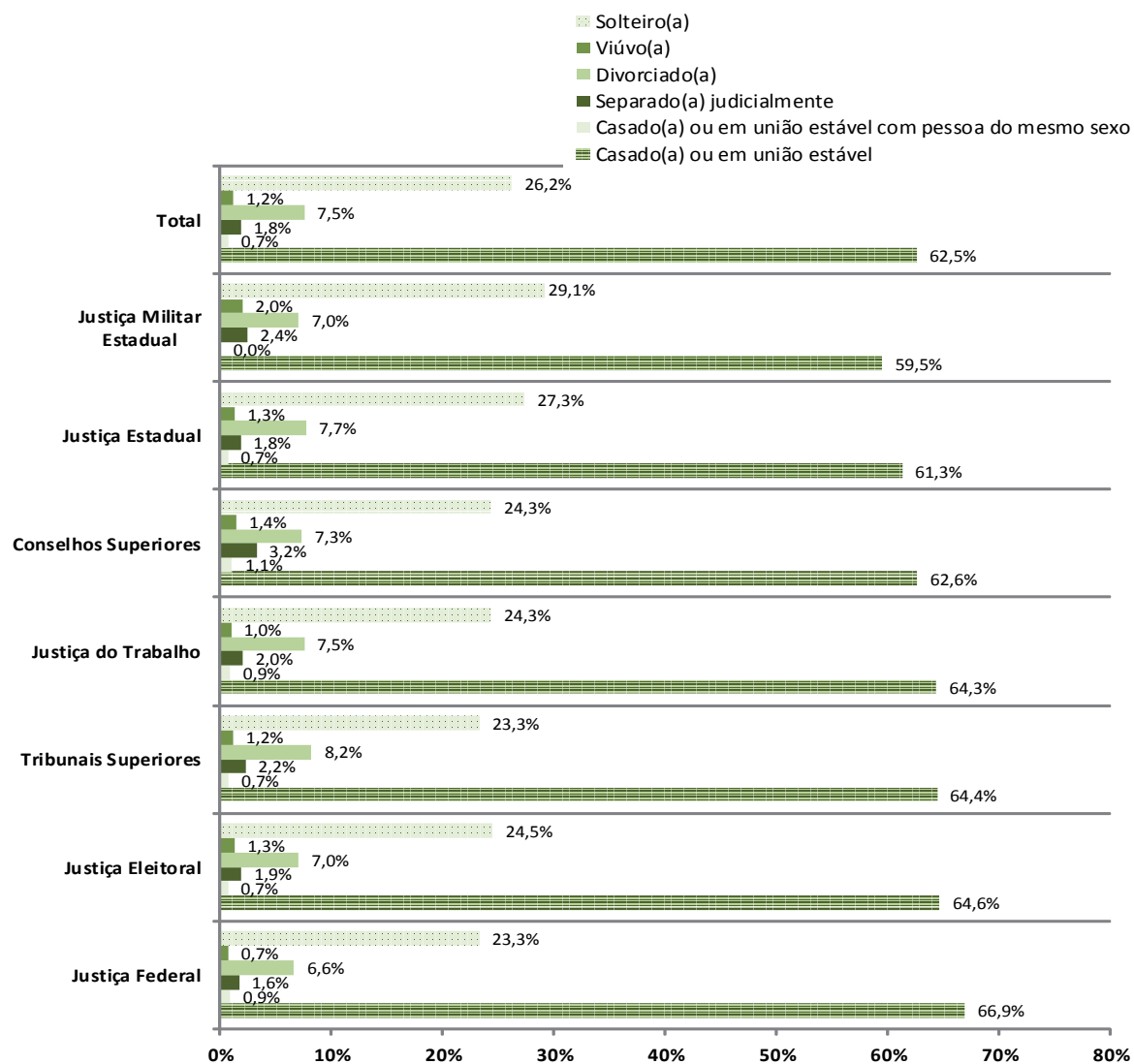
4.1.1.7. Percentual de servidores segundo ramo de Justiça, por escolaridade. Brasil, 2013.



4.1.1.8. Percentual de servidores segundo ramo de Justiça, por escolaridade. Brasil, 2013.

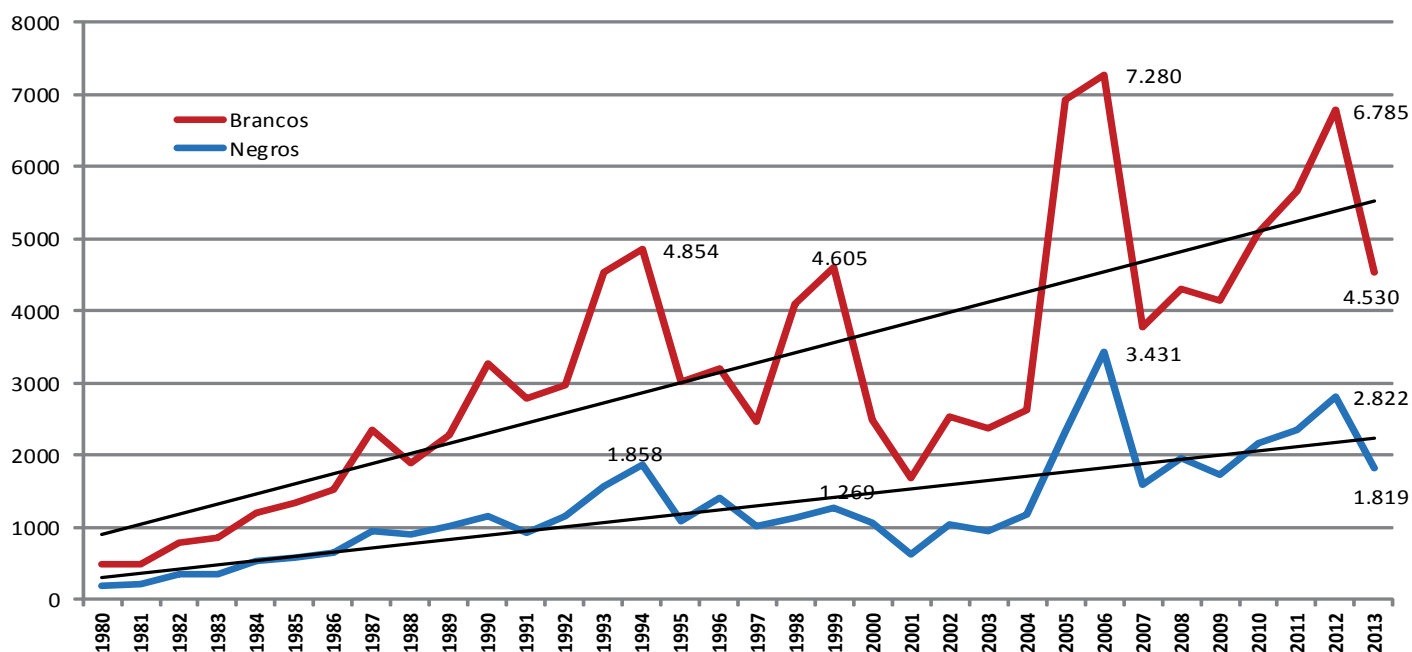


4.1.1.9. Percentual de servidores segundo ramos de Justiça, por estado civil. Brasil, 2013.

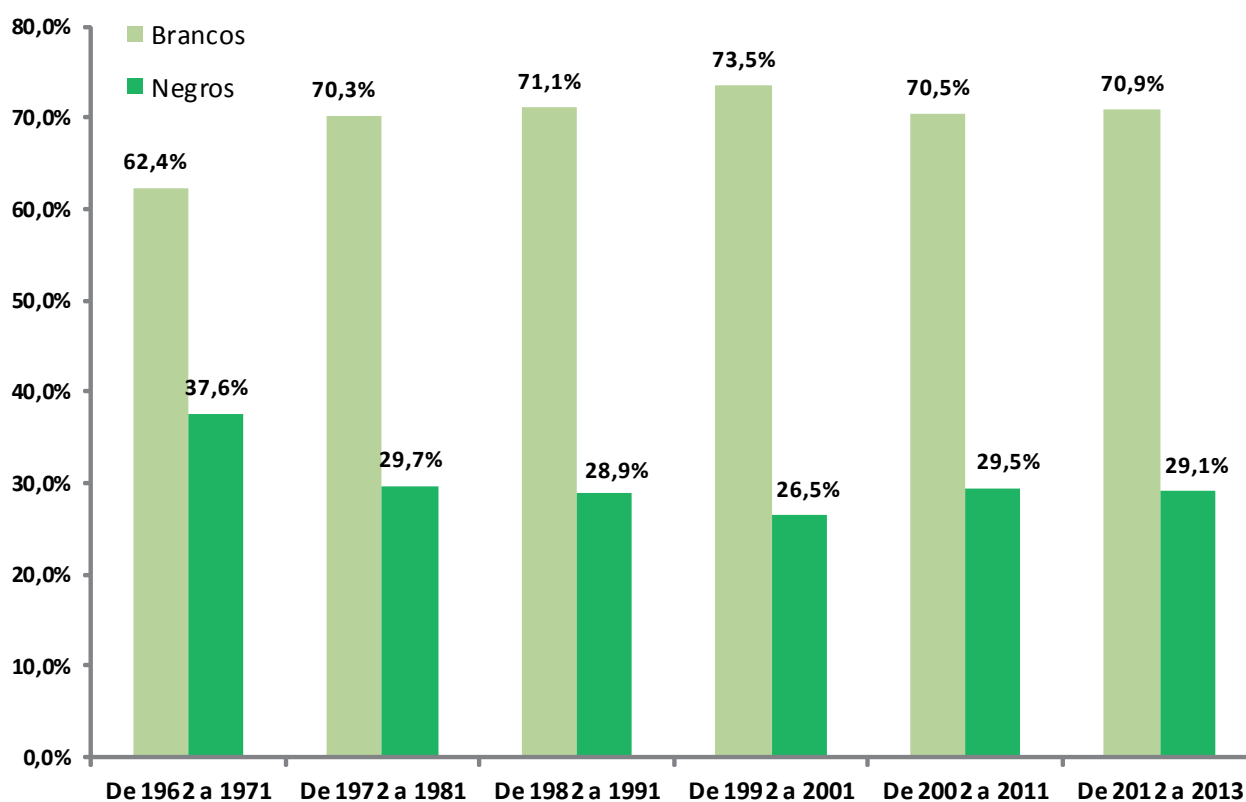


4.1.2. COR/RAÇA

4.1.2.1. Número de servidores em cargos efetivos segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013¹⁶.

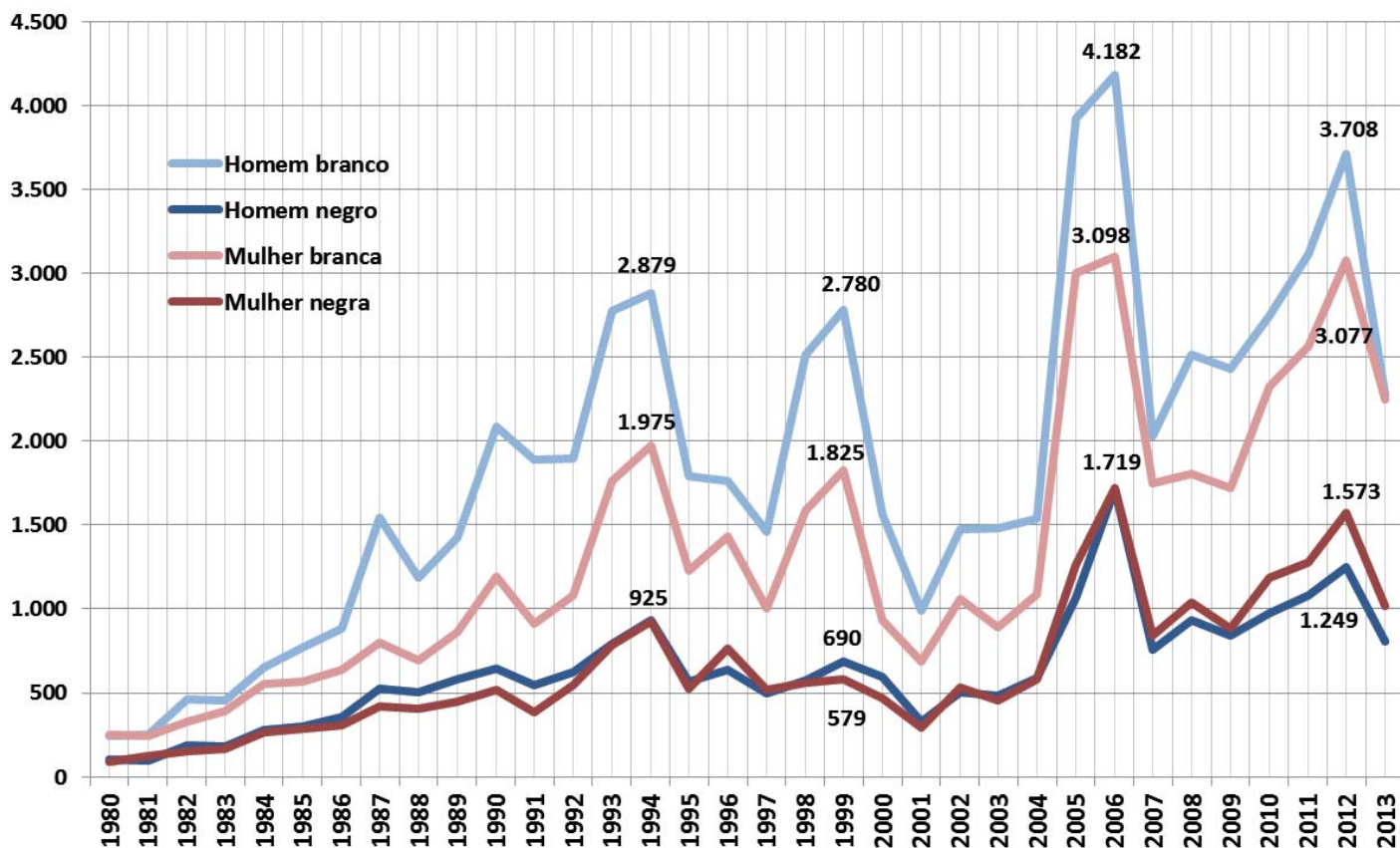


4.1.2.2. Percentual de servidores efetivos segundo ano de ingresso, por cor/raça. Brasil, 2013.

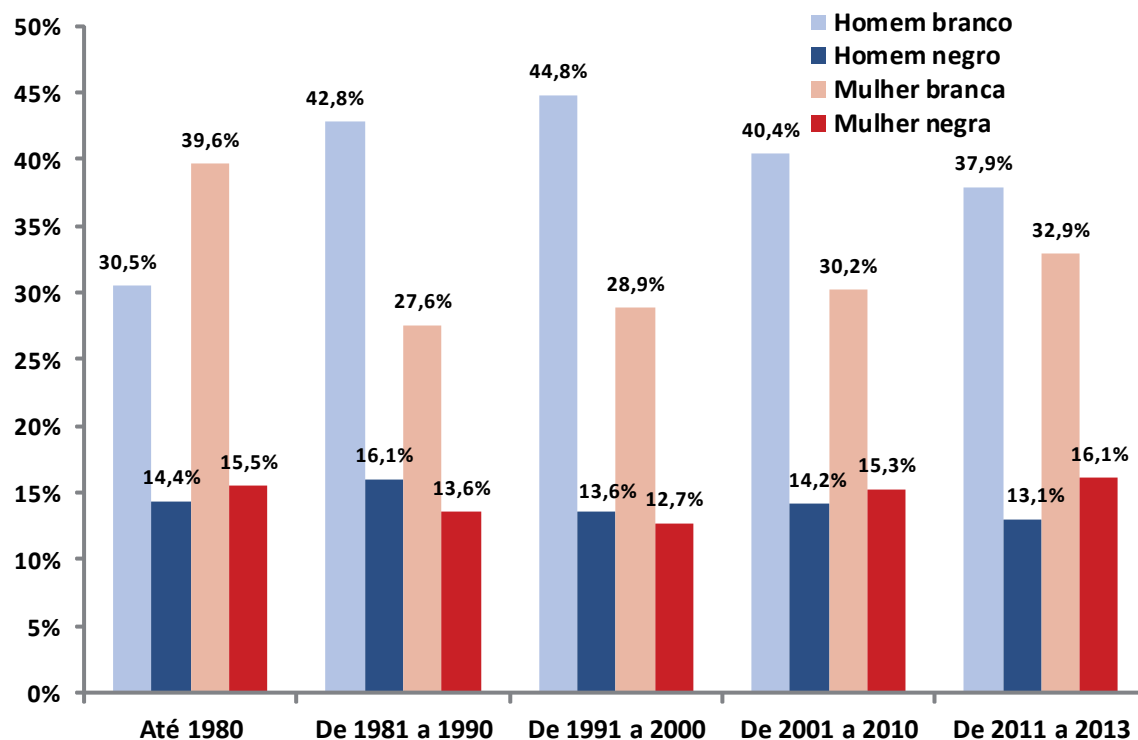


¹⁶ Nos gráficos 4.1.2.1, 4.1.2.2, 4.1.2.3, 4.1.2.4 e 4.1.2.5 desta seção, a categoria “brancos” engloba os servidores que se declararam “brancos” e os que se declararam “amarelos”; e a categoria “negros” engloba os servidores autodeclarados “pretos” e “pardos”.

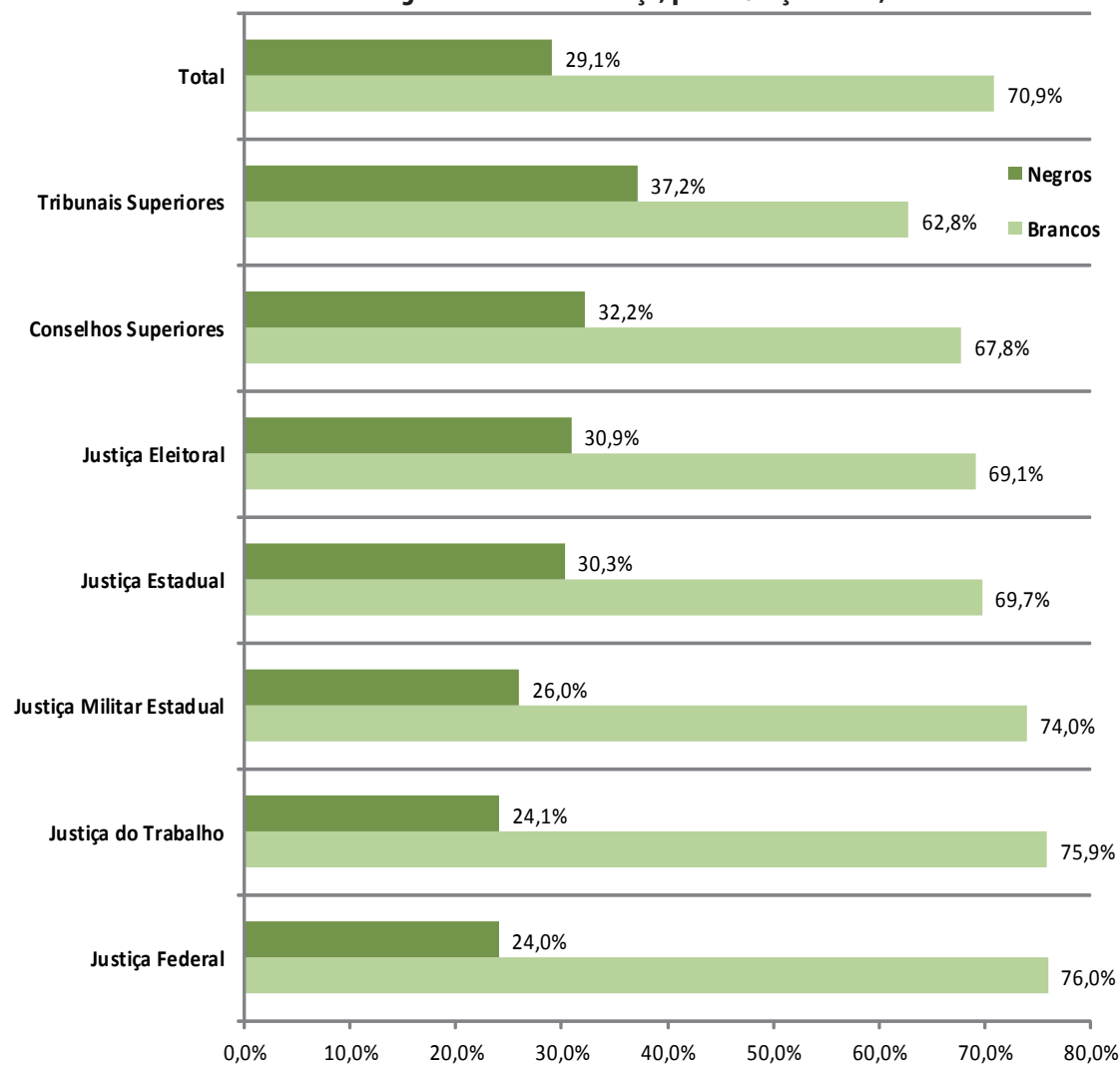
4.1.2.3. Número de servidores em cargos efetivos segundo ano do ingresso, por grupos de sexo e cor/raça. Brasil, 2013.



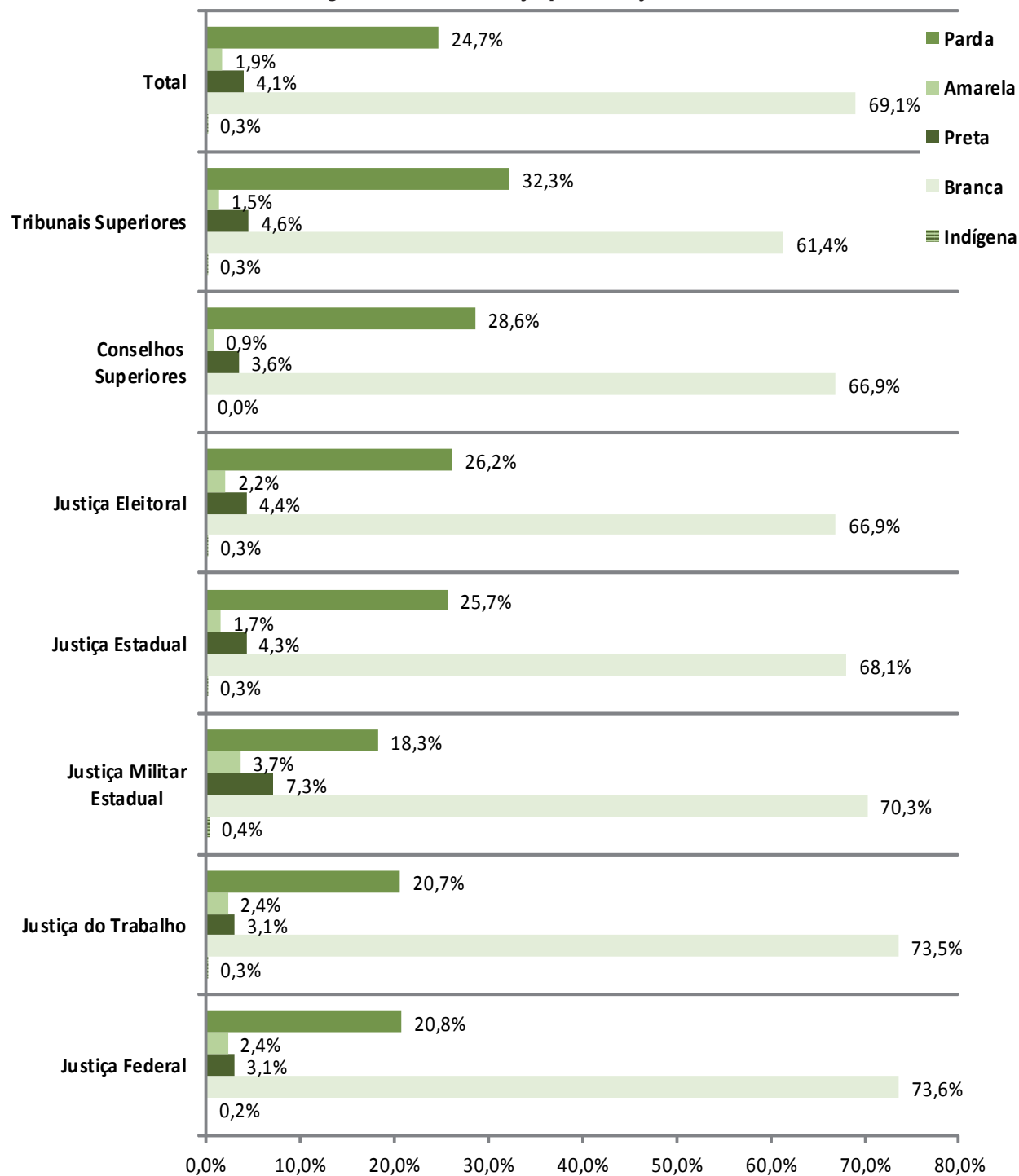
4.1.2.4. Percentual de servidores em cargos efetivos segundo ano do ingresso, por grupos de sexo e cor/raça. Brasil, 2013.



4.1.2.5. Percentual de servidores segundo ramos de Justiça, por cor/raça. Brasil, 2013.

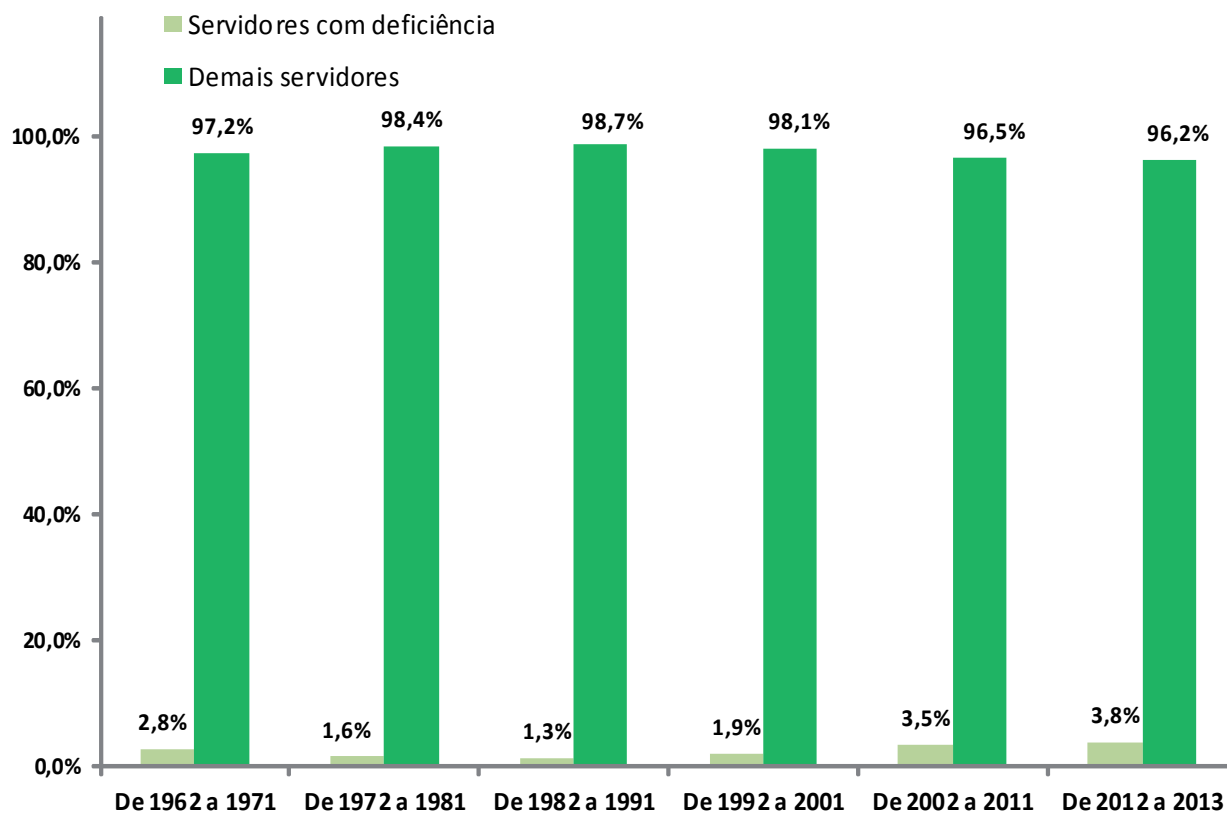


4.1.2.6. Percentual de servidores segundo ramos de Justiça, por cor/raça. Brasil, 2013.

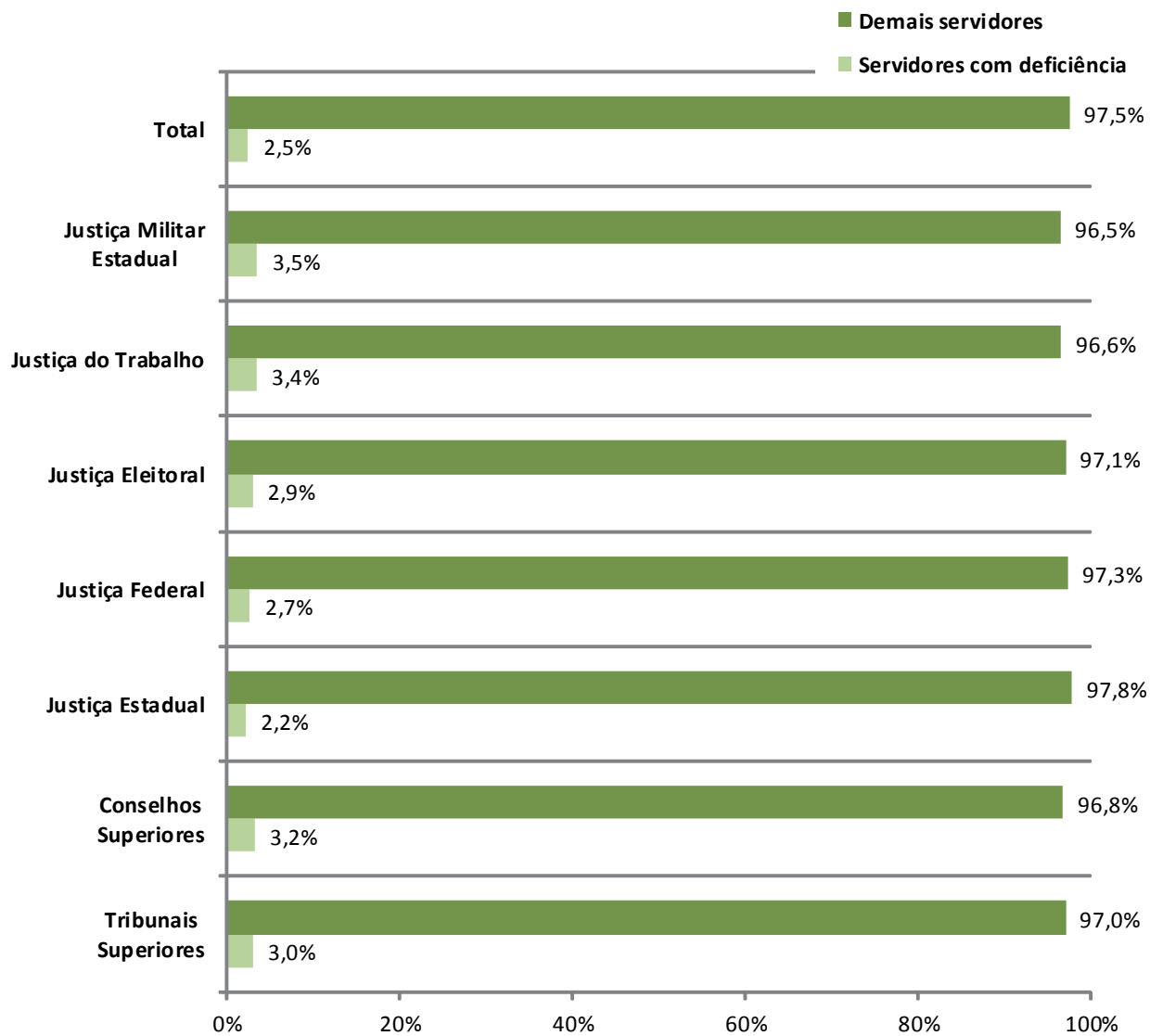


4.1.3. DEFICIÊNCIA

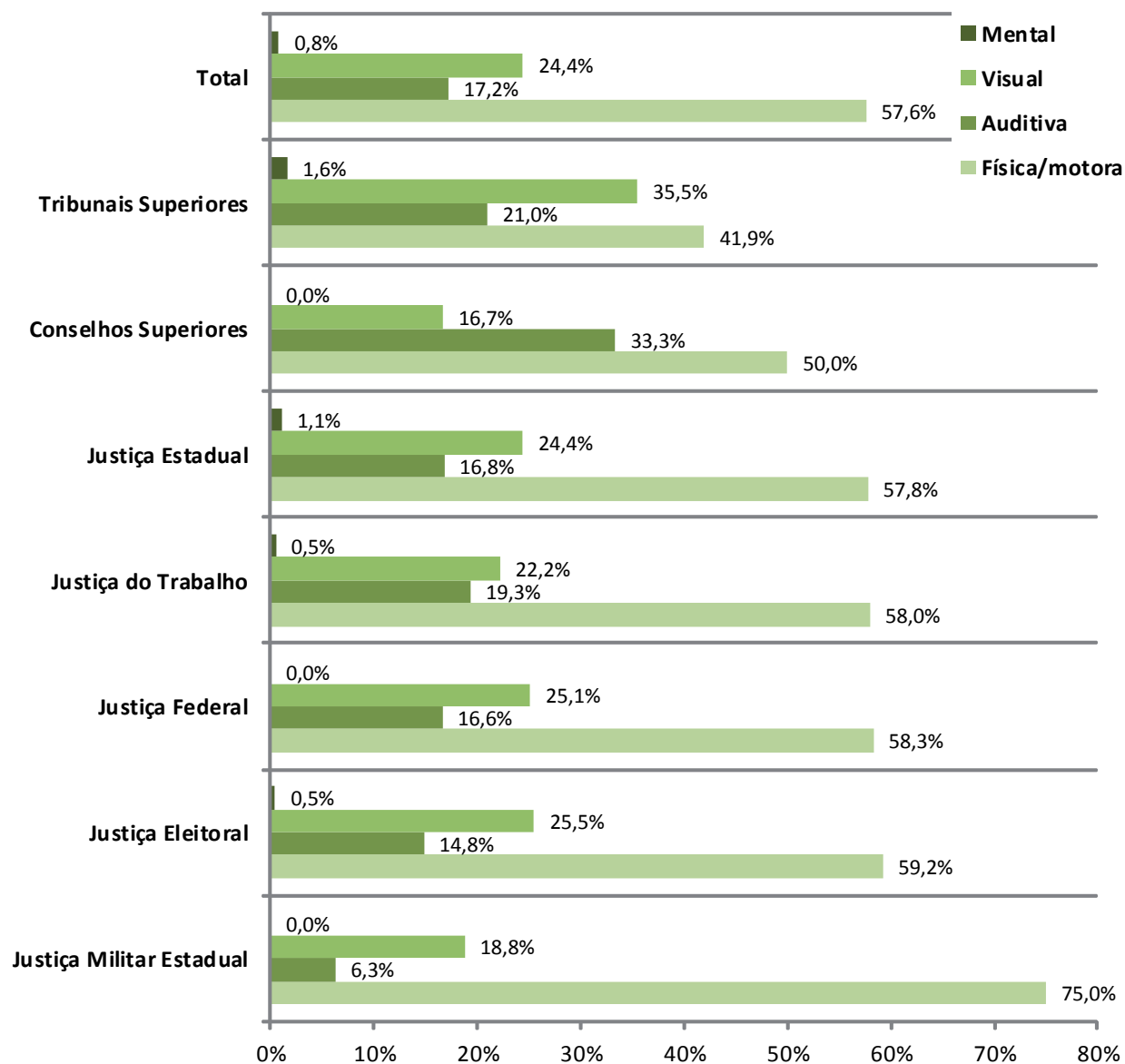
4.1.3.1. Percentual de servidores com e sem deficiência, segundo ano do ingresso. Brasil, 2013.



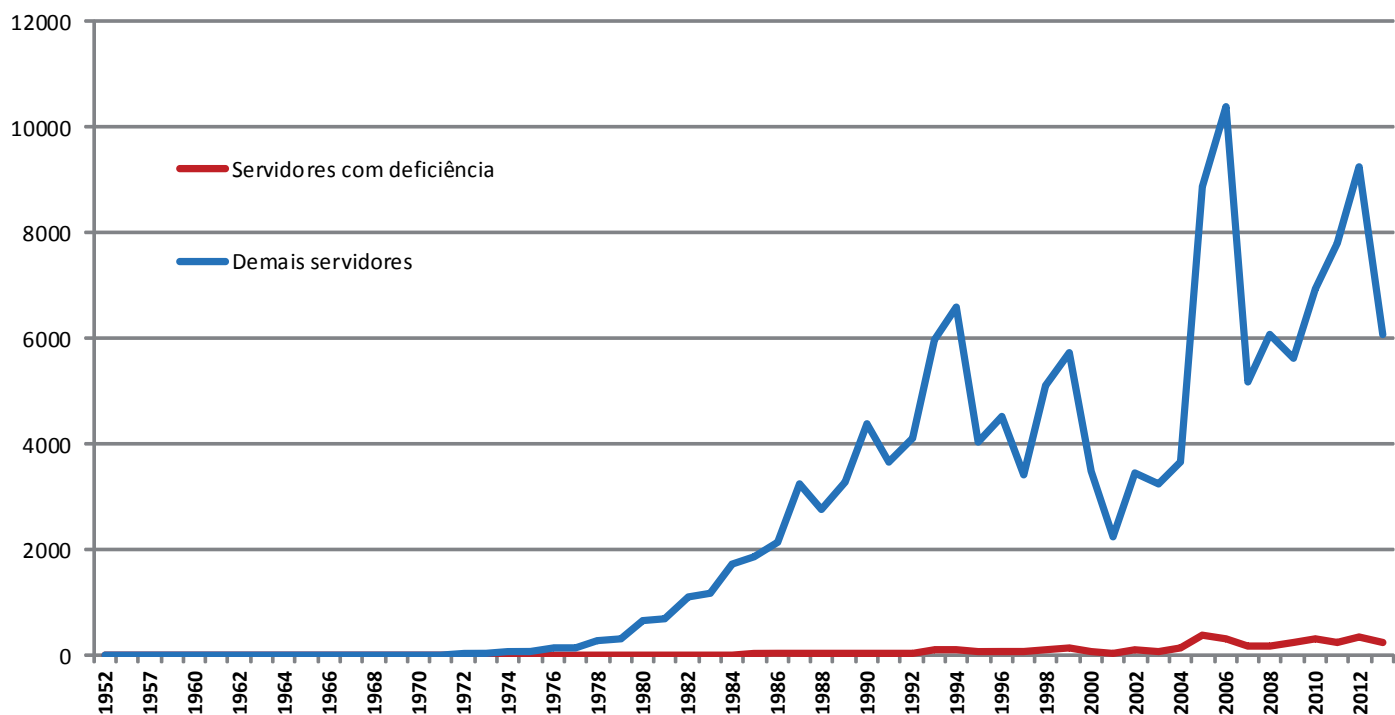
4.1.3.2. Percentual de servidores com e sem deficiência, segundo ramos de Justiça. Brasil, 2013.



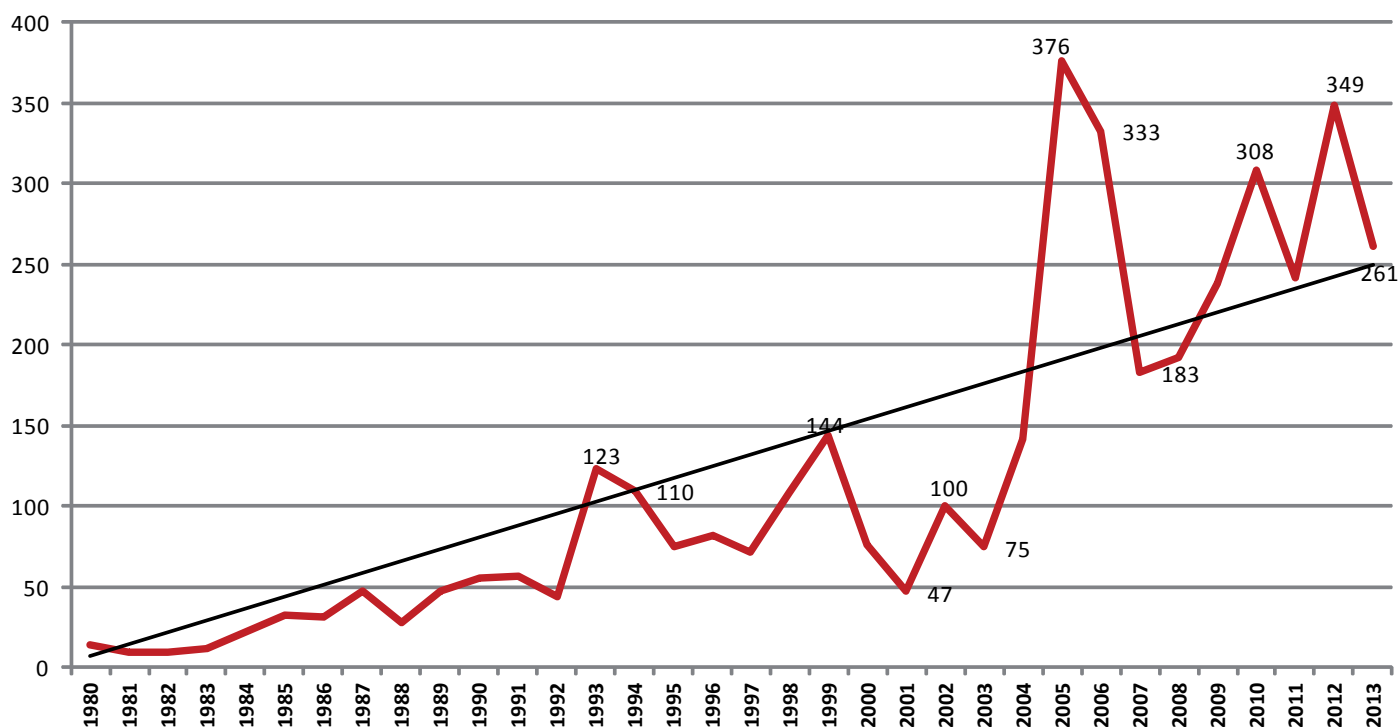
4.1.3.3. Percentual de servidores segundo tipos de deficiência, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



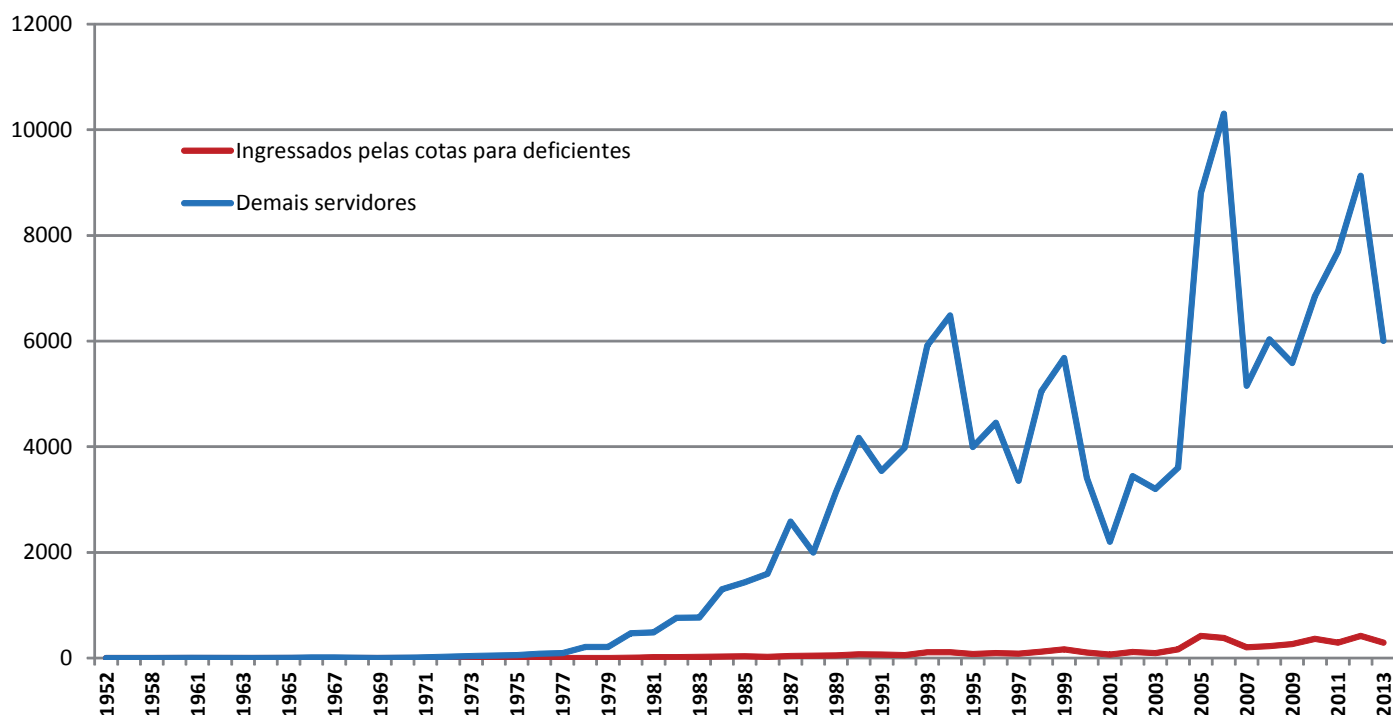
4.1.3.4. Número de servidores com e sem deficiência em cargos efetivos, segundo ano de ingresso. Brasil, 2013.



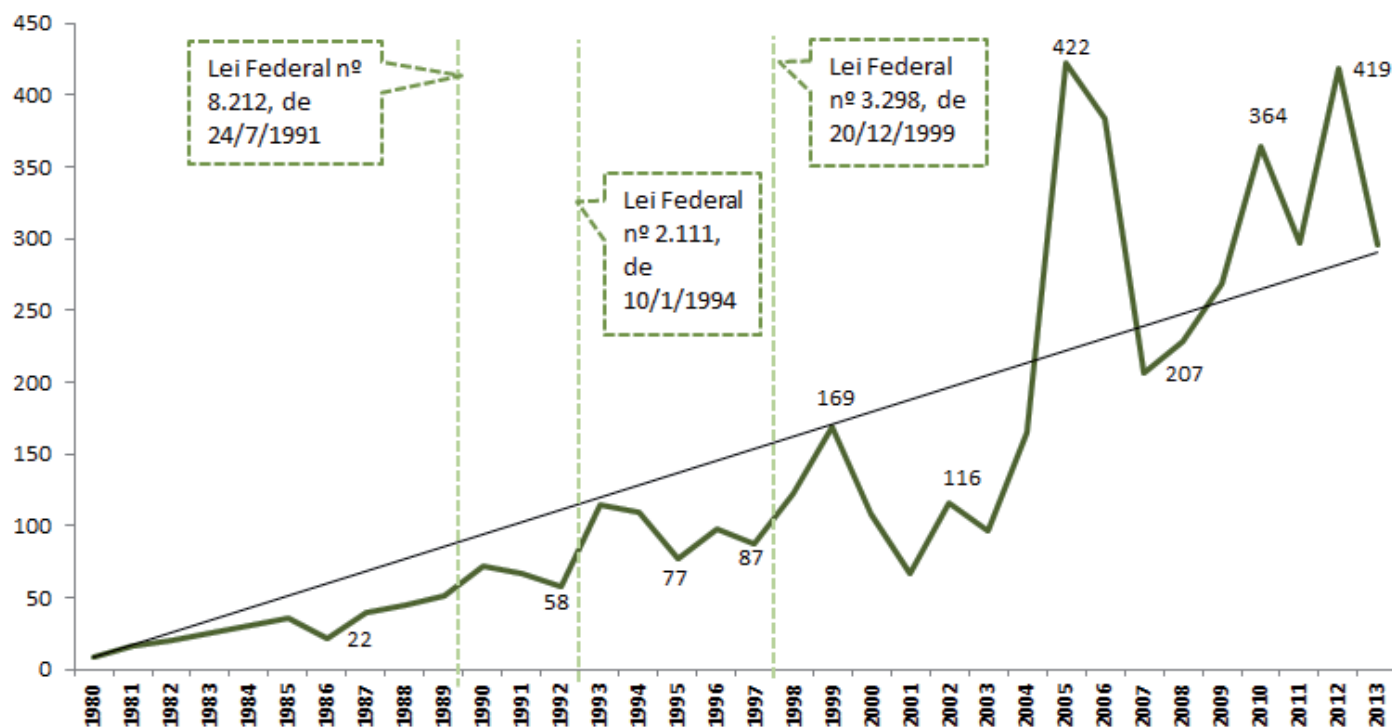
4.1.3.5. Número de servidores com deficiência em cargos efetivos, segundo ano de ingresso. Brasil, 2013.



4.1.3.6. Número de servidores em cargos efetivos segundo ano de ingresso e aprovação pelas cotas para deficientes. Brasil, 2013¹⁷.

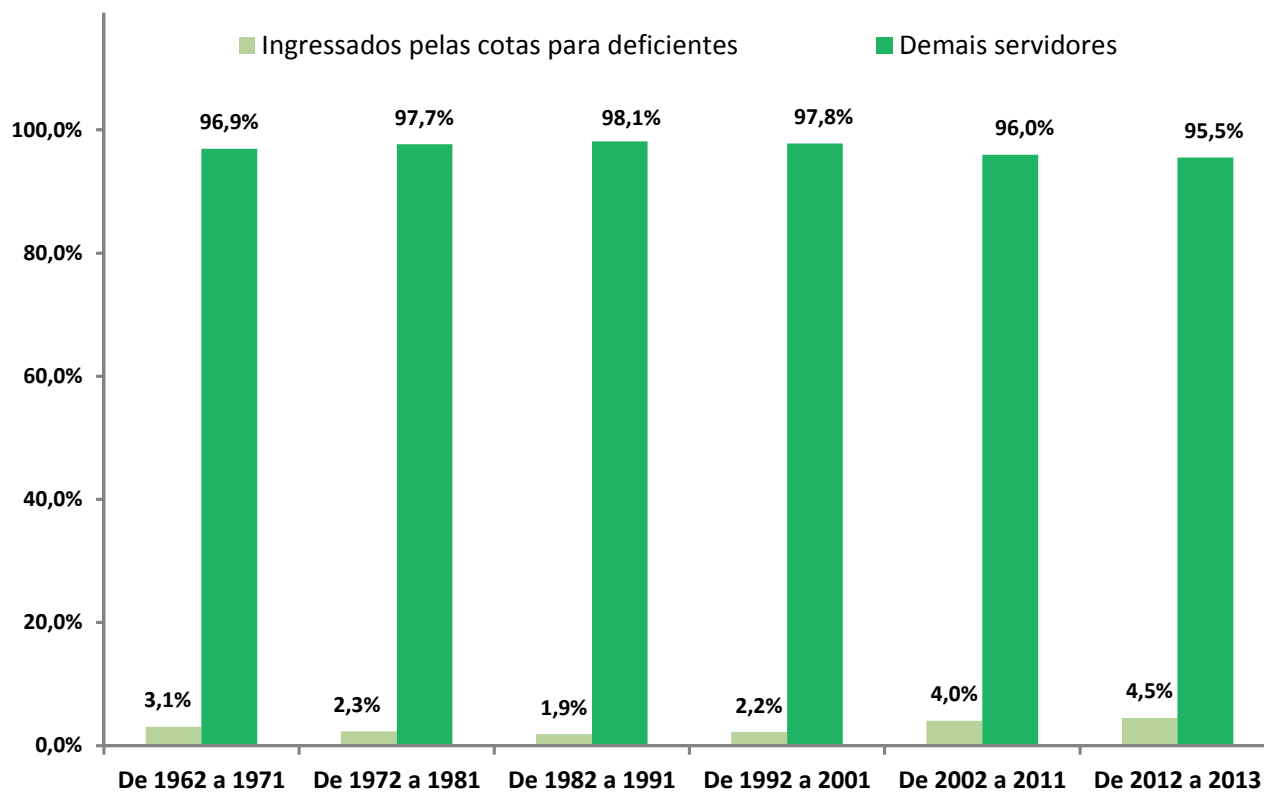


4.1.3.7. Número de servidores ingressados por cotas para deficientes em cargos efetivos, segundo ano de ingresso. Brasil, 2013.



¹⁷ A diferença de informações constantes nos gráficos 4.1.3.5 e 4.1.3.6 em relação à quantidade de ingressantes por cotas para deficientes em cargos efetivos ser maior do que o total de deficientes em cargos efetivos decorre de erro de preenchimento do questionário.

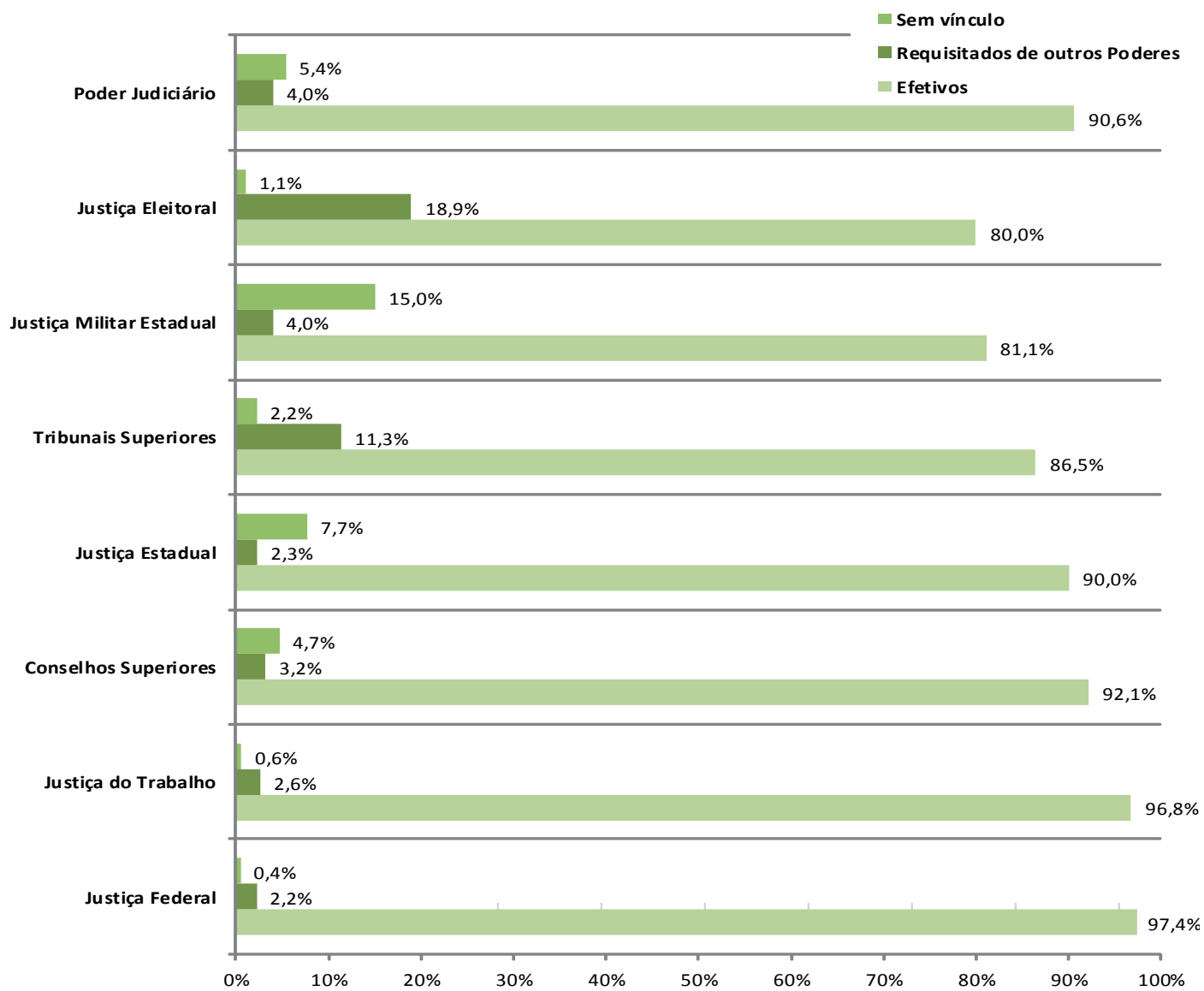
4.1.3.8. Percentual de servidores em cargos efetivos segundo ano de ingresso e aprovação pelas cotas para deficientes. Brasil, 2013.



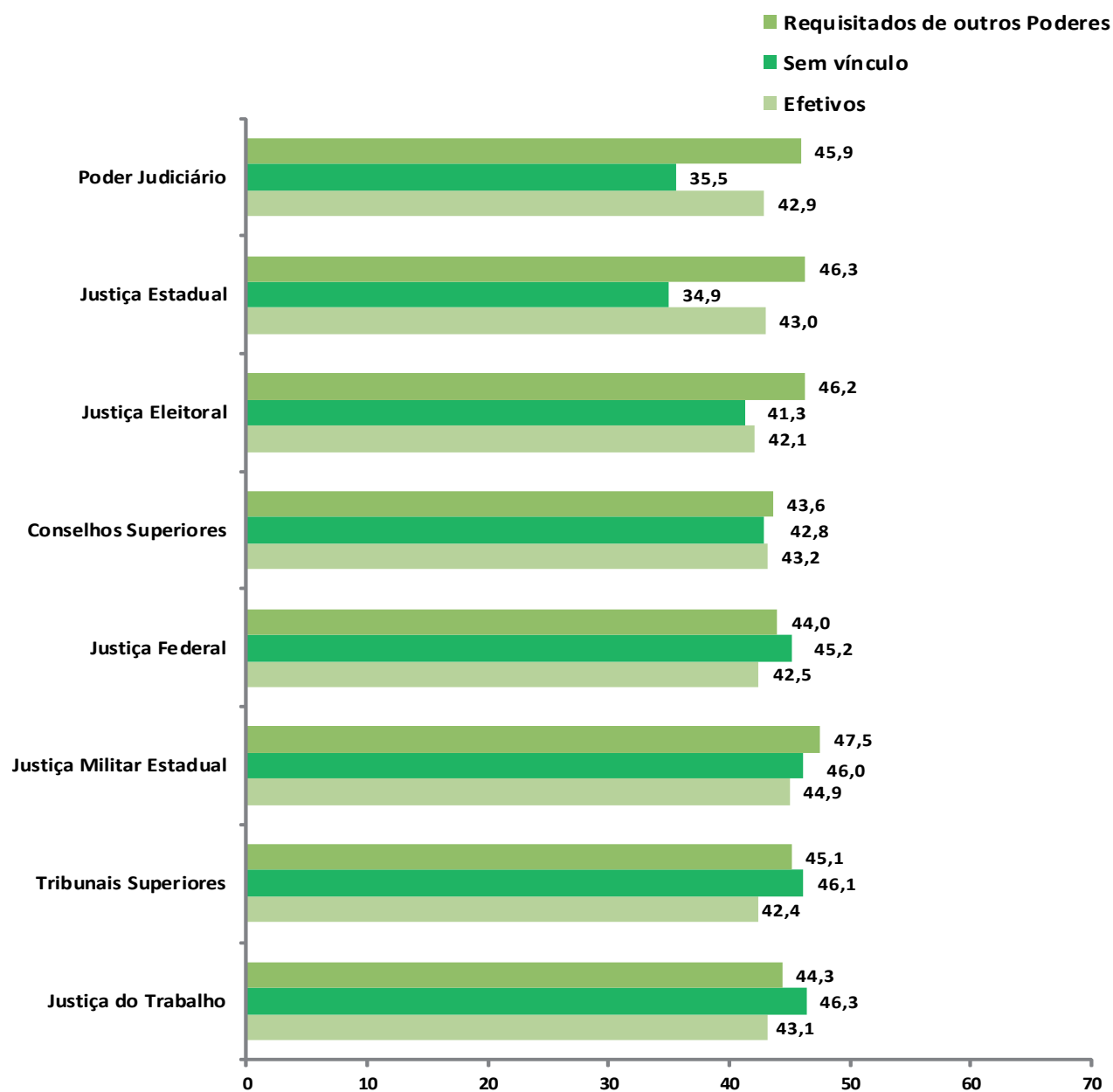
4.2. INFORMAÇÕES PROFISSIONAIS

4.2.1. TIPOS DE VÍNCULOS

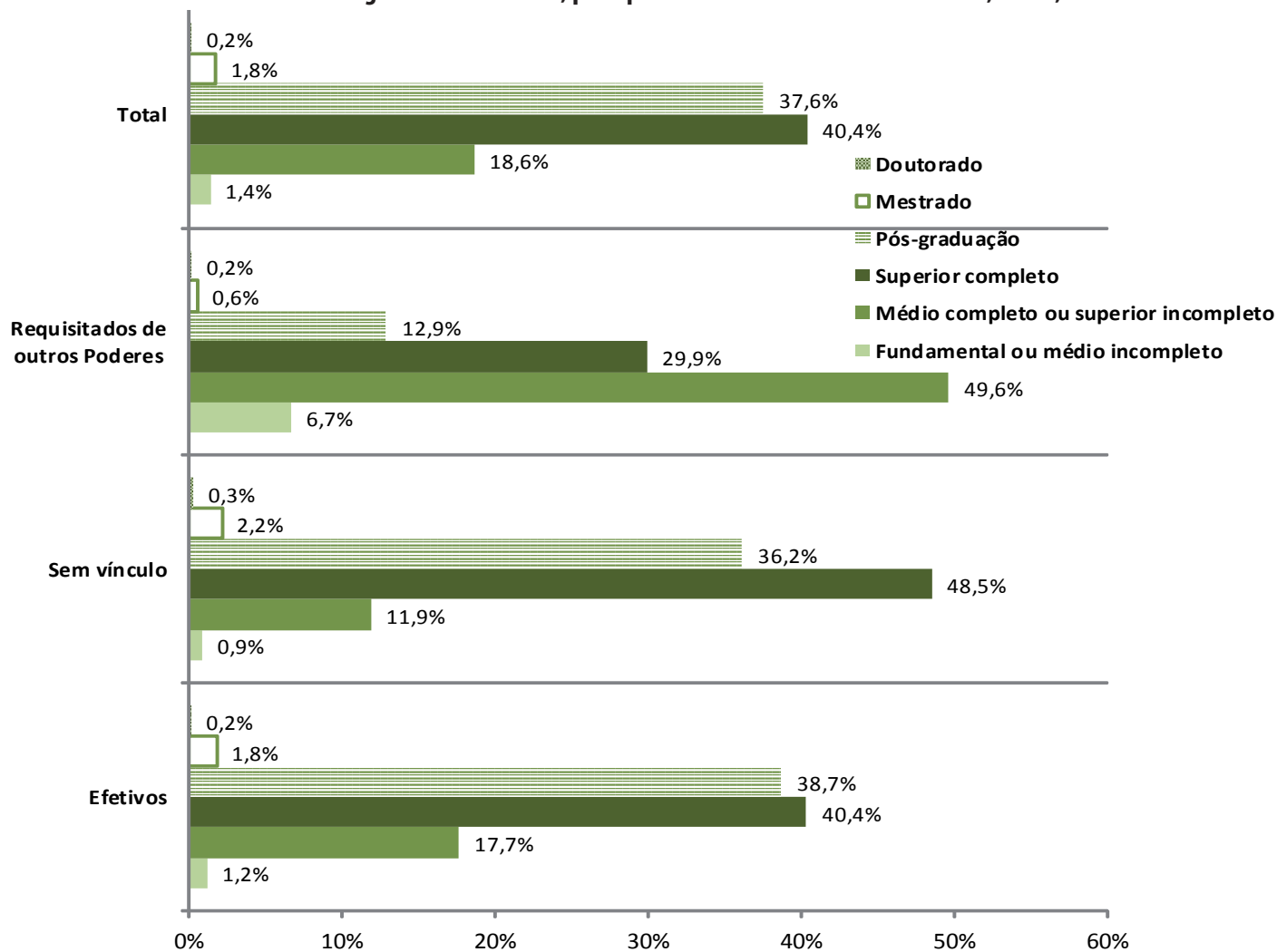
4.2.1.1. Percentual de servidores segundo ramos de Justiça, por tipo de vínculo com o Poder Judiciário. Brasil, 2013



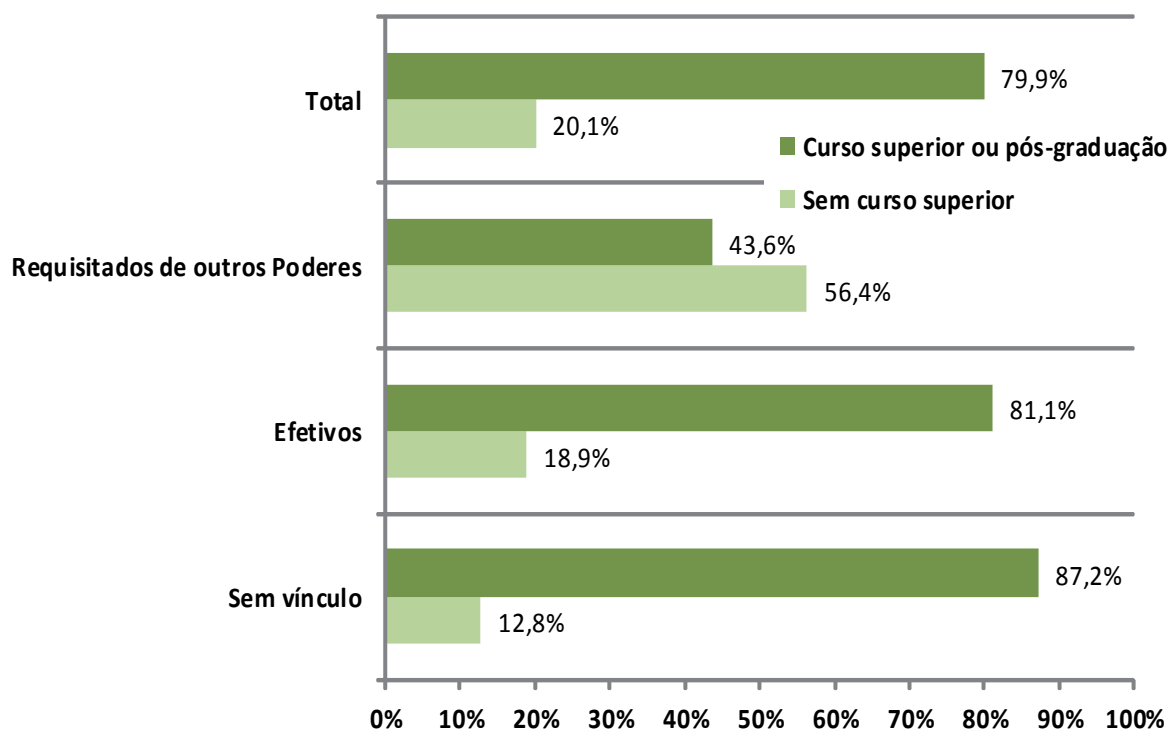
4.2.1.2. Idade média dos servidores segundo ramos de Justiça, por tipo de vínculo com o Poder Judiciário. Brasil, 2013.



4.2.1.3. Percentual de servidores segundo escolaridade, por tipo de vínculo com o Poder Judiciário, Brasil, 2013.

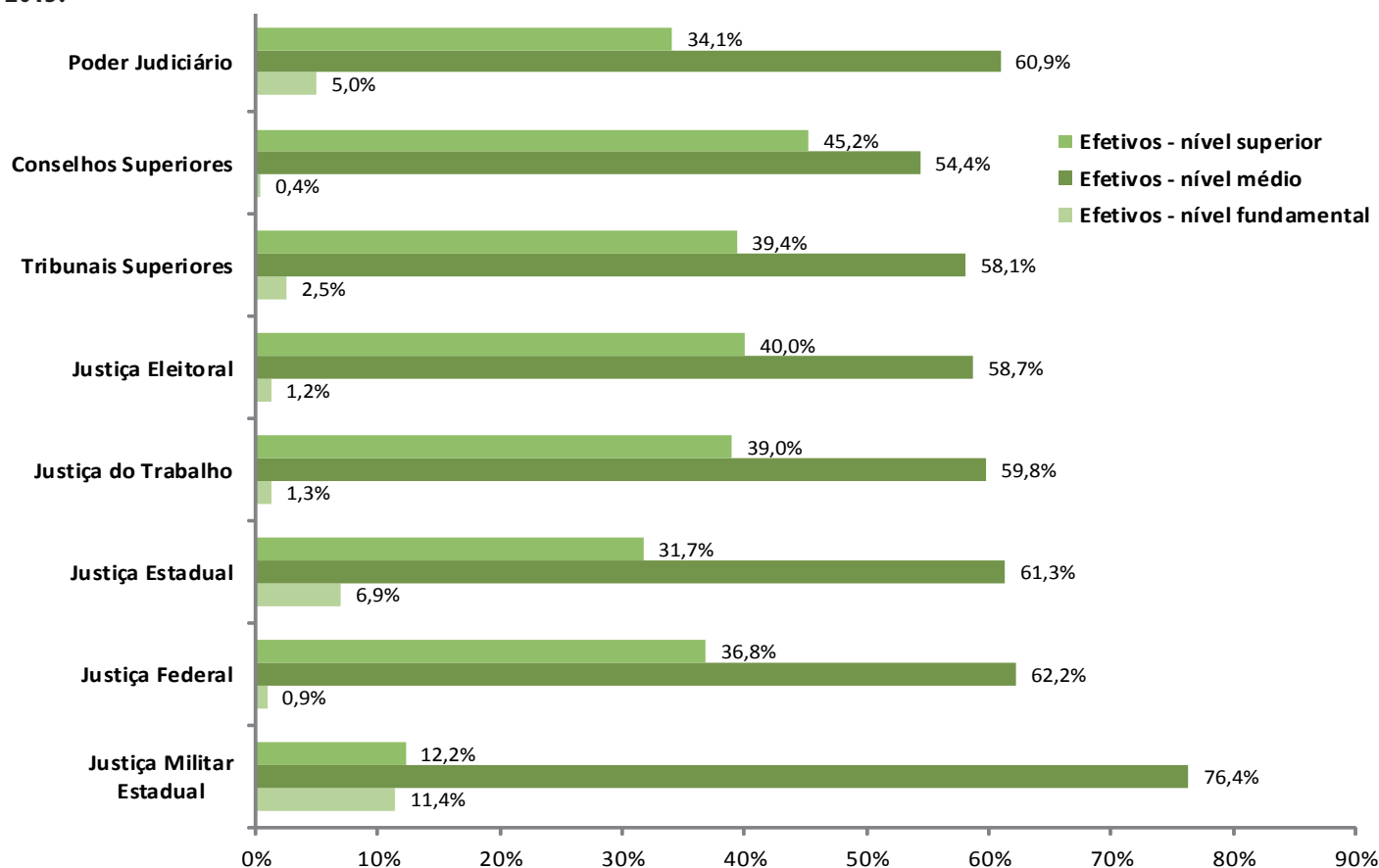


4.2.1.4. Percentual de servidores segundo escolaridade, por tipo de vínculo com o Poder Judiciário. Brasil, 2013.

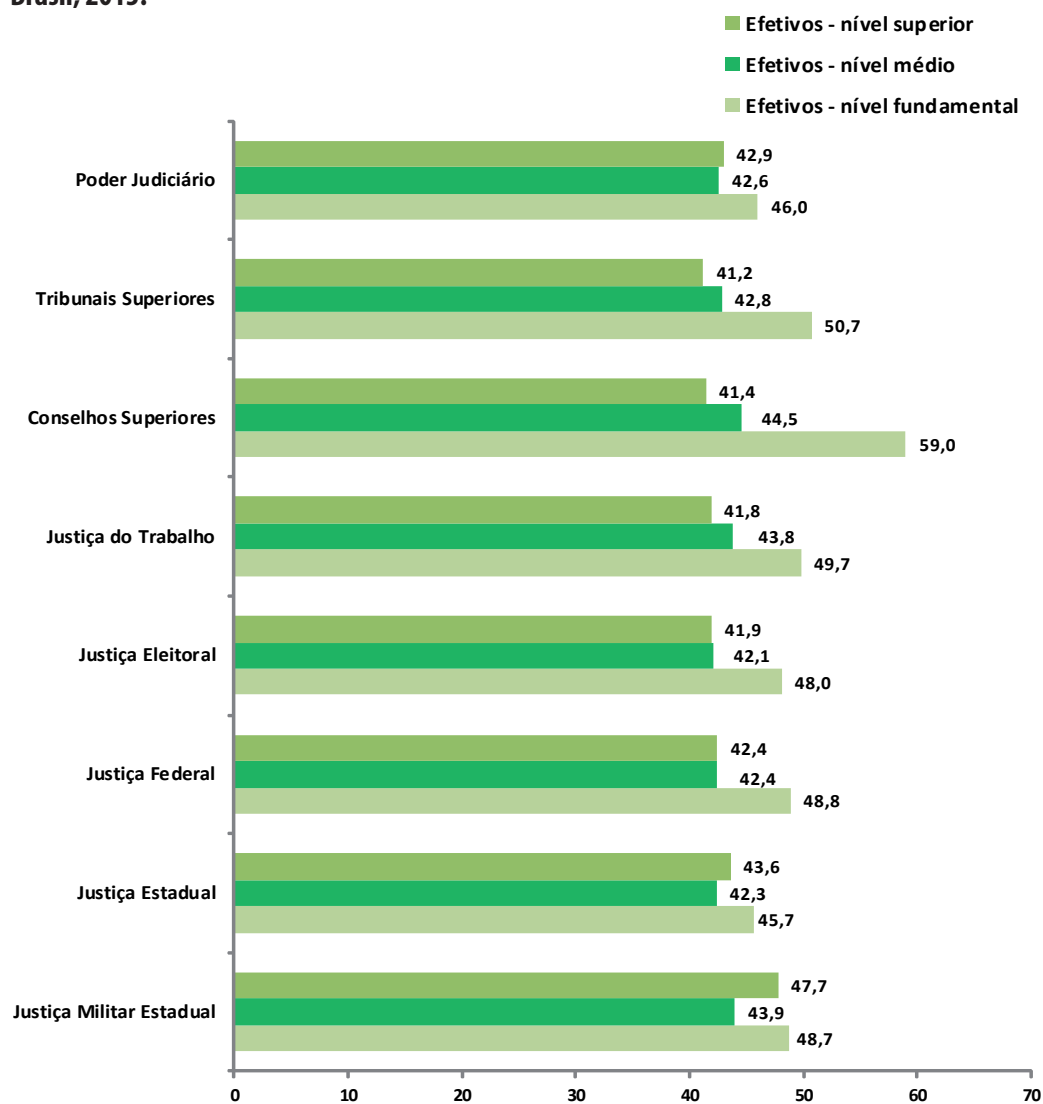


4.2.2. SERVIDORES EFETIVOS

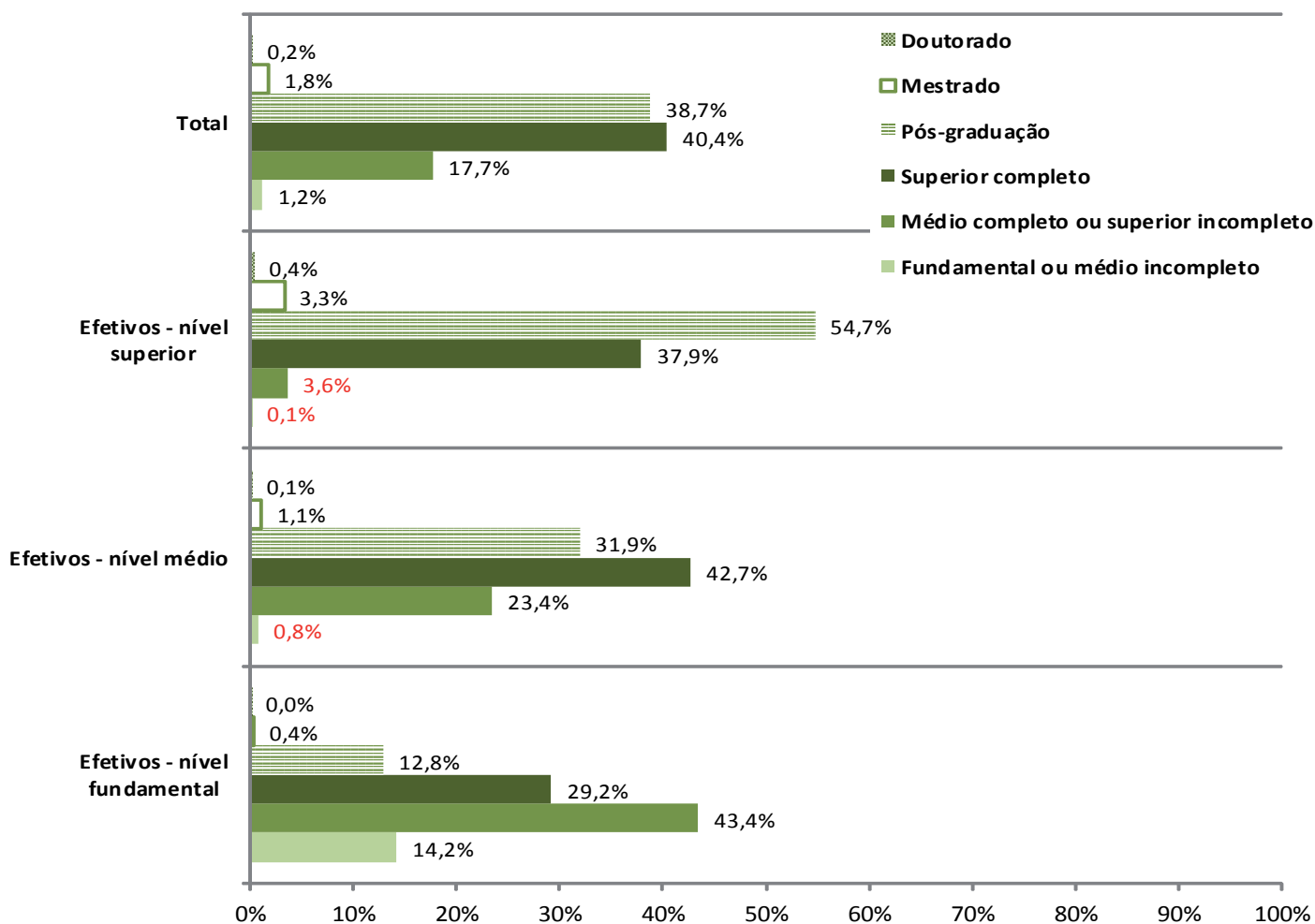
4.2.2.1. Percentual de servidores efetivos segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



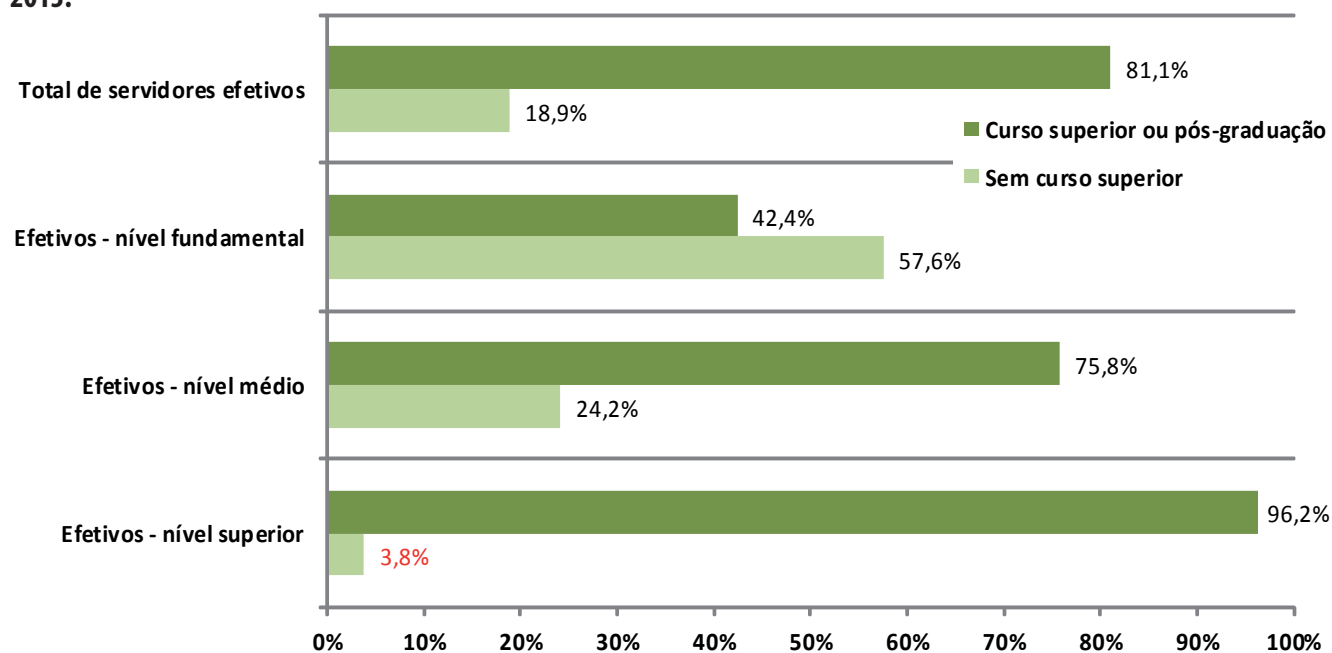
4.2.2.2. Idade média dos servidores efetivos segundo nível de escolaridade dos cargos que ocupam, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



4.2.2.3. Percentual de servidores efetivos segundo escolaridade, por nível de escolaridade do cargo que ocupam. Brasil, 2013¹⁸.

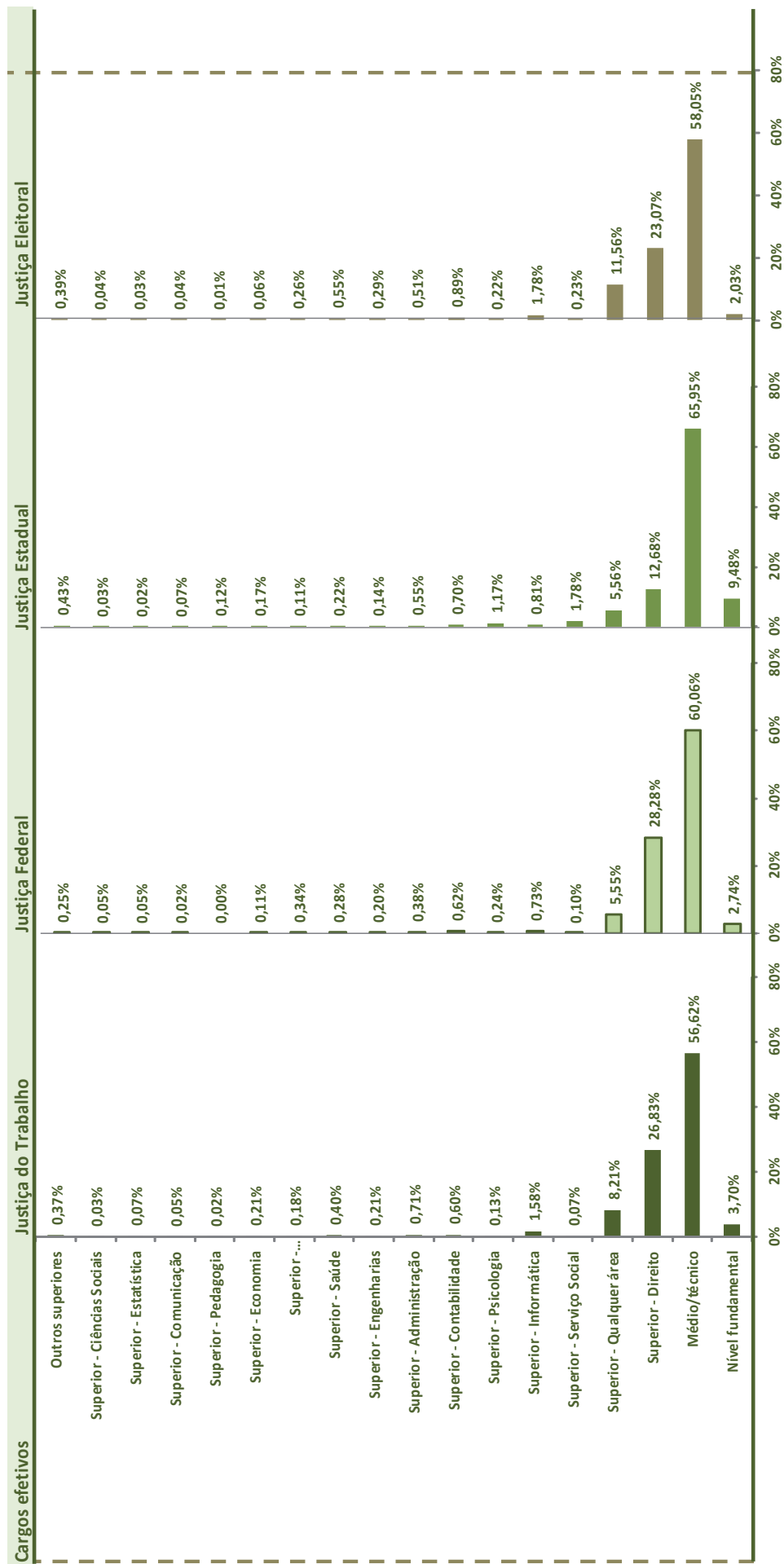


4.2.2.4. Percentual de servidores efetivos segundo sua escolaridade, por nível de escolaridade do cargo que ocupam. Brasil, 2013.

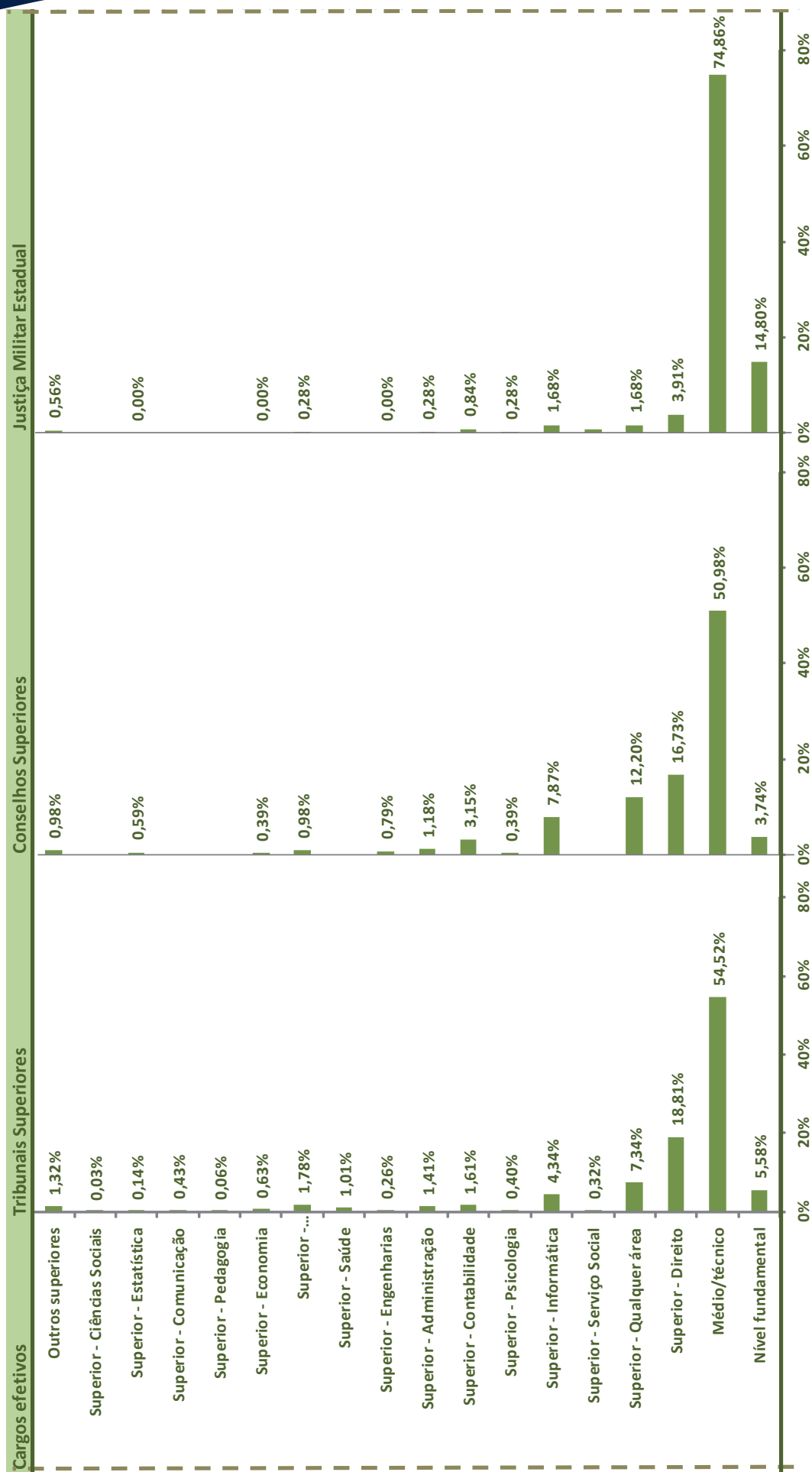


¹⁸ Os percentuais indicados em vermelho nos gráficos 4.2.2.3 e 4.2.2.4 apontam respostas de servidores que declararam grau de escolaridade menor do que a exigida para o cargo que ocupam, sendo, pois, decorrência de erro no preenchimento do questionário.

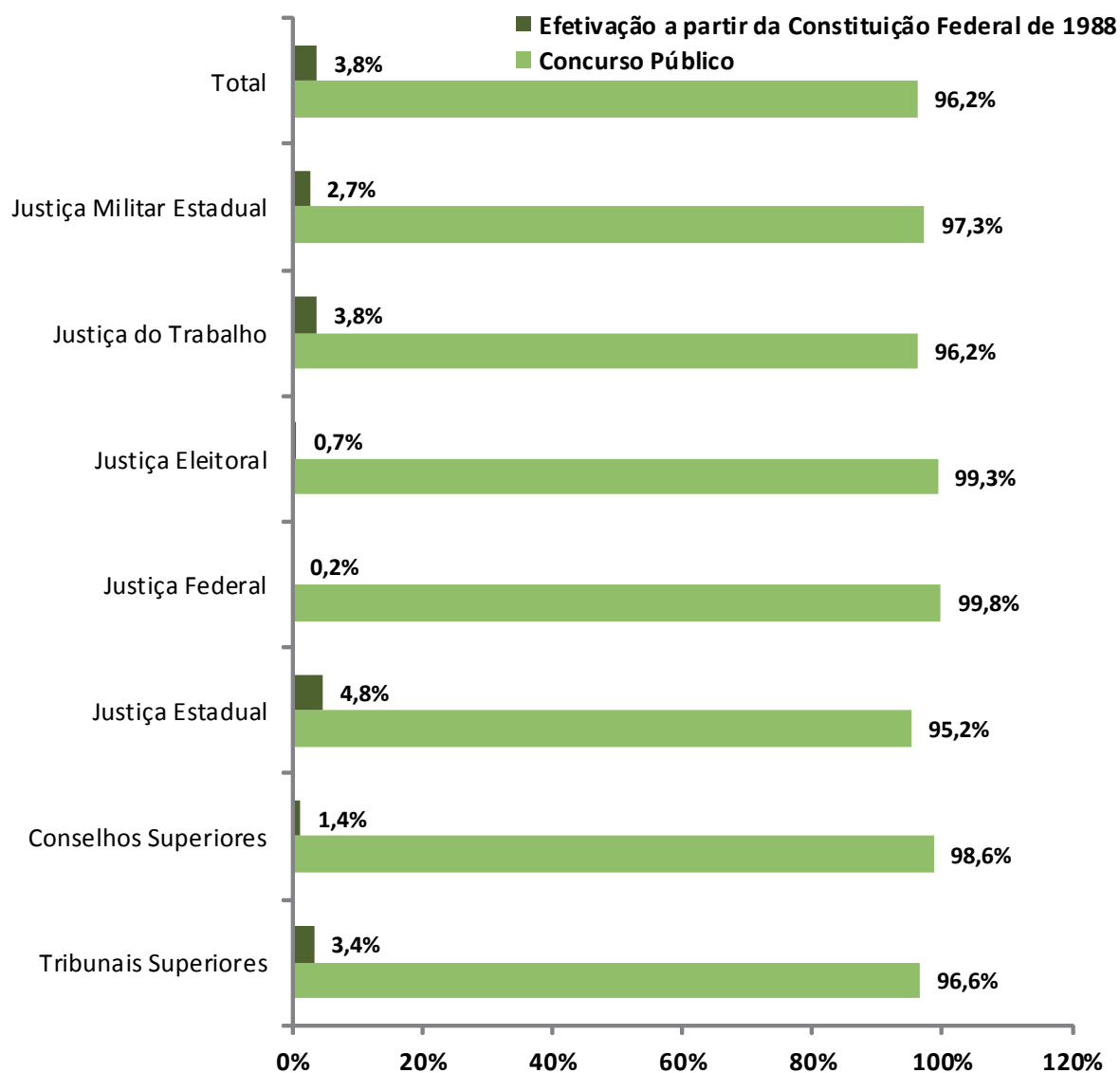
4.2.2.5. Percentual de servidores efetivos segundo área de formação exigida para o cargo efetivo, por ramo de Justiça em que exercem suas atividades atualmente. Brasil, 2013.



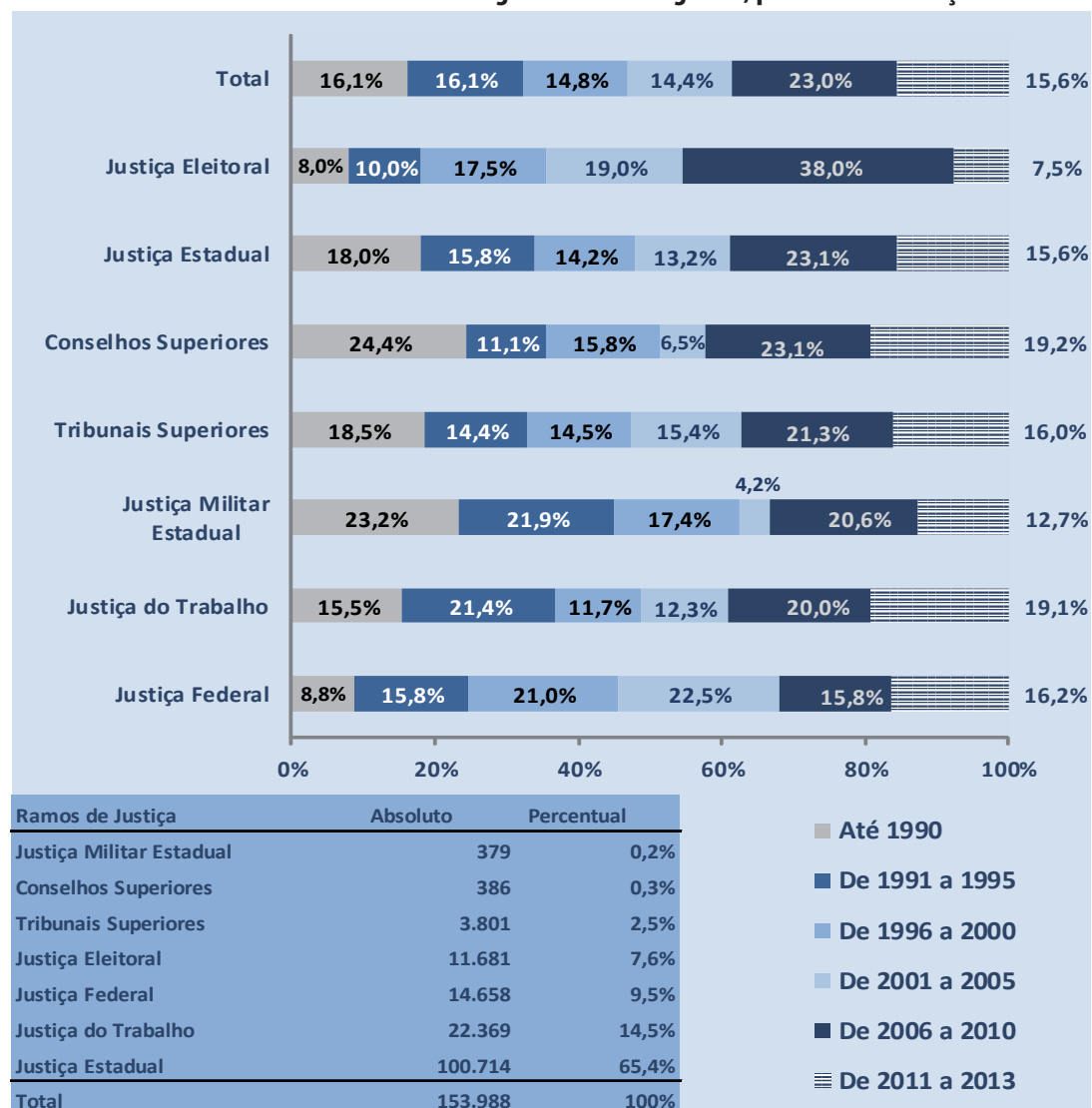
4.2.2.6. Percentual de servidores efetivos segundo área de formação exigida para o cargo efetivo, por ramo de Justiça em que exercem suas atividades atualmente. Brasil, 2013.



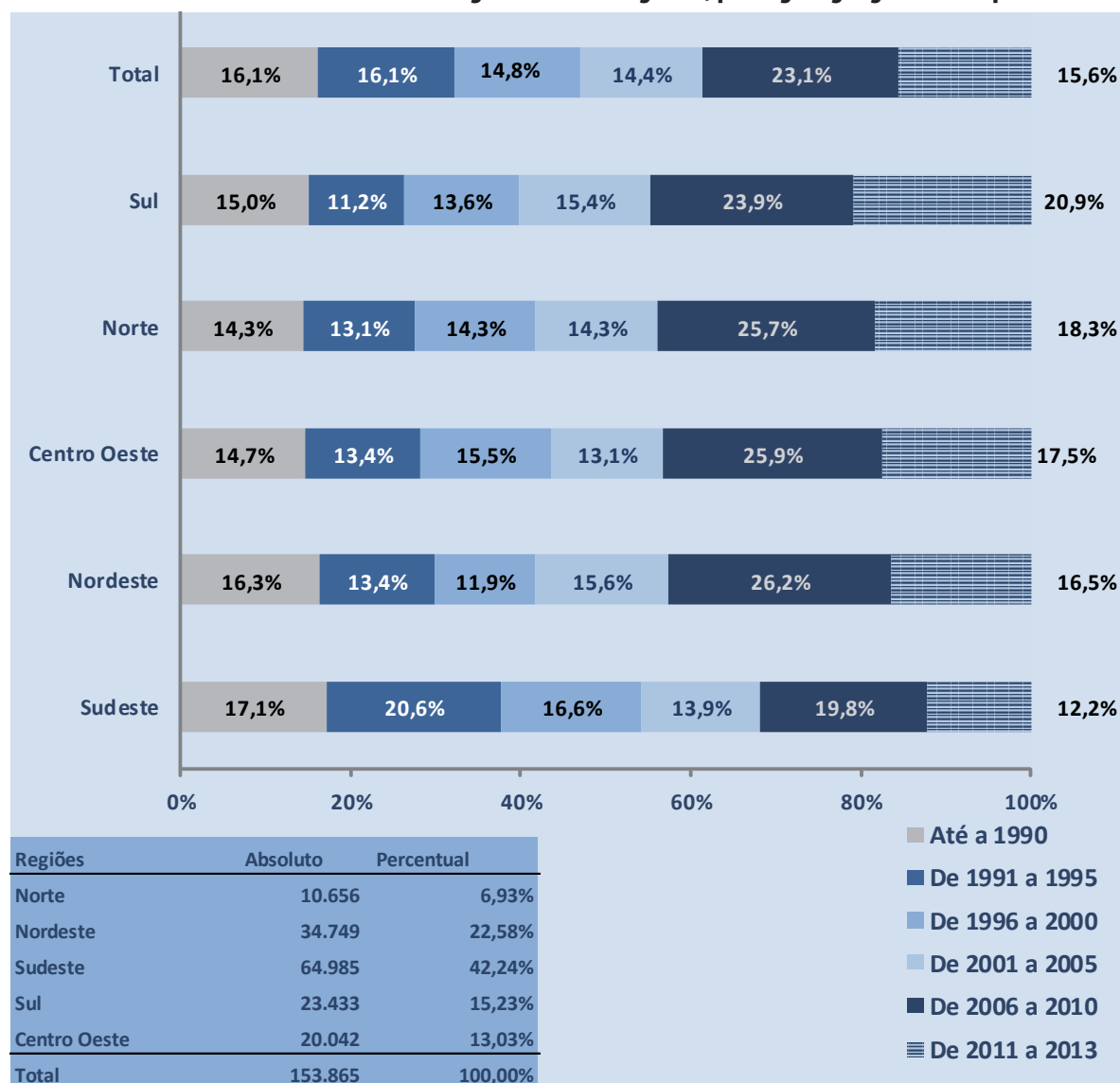
4.2.2.7. Percentual de servidores efetivos segundo forma de ingresso no cargo, por ramo de justiça em que exercem suas atividades atualmente. Brasil, 2013.



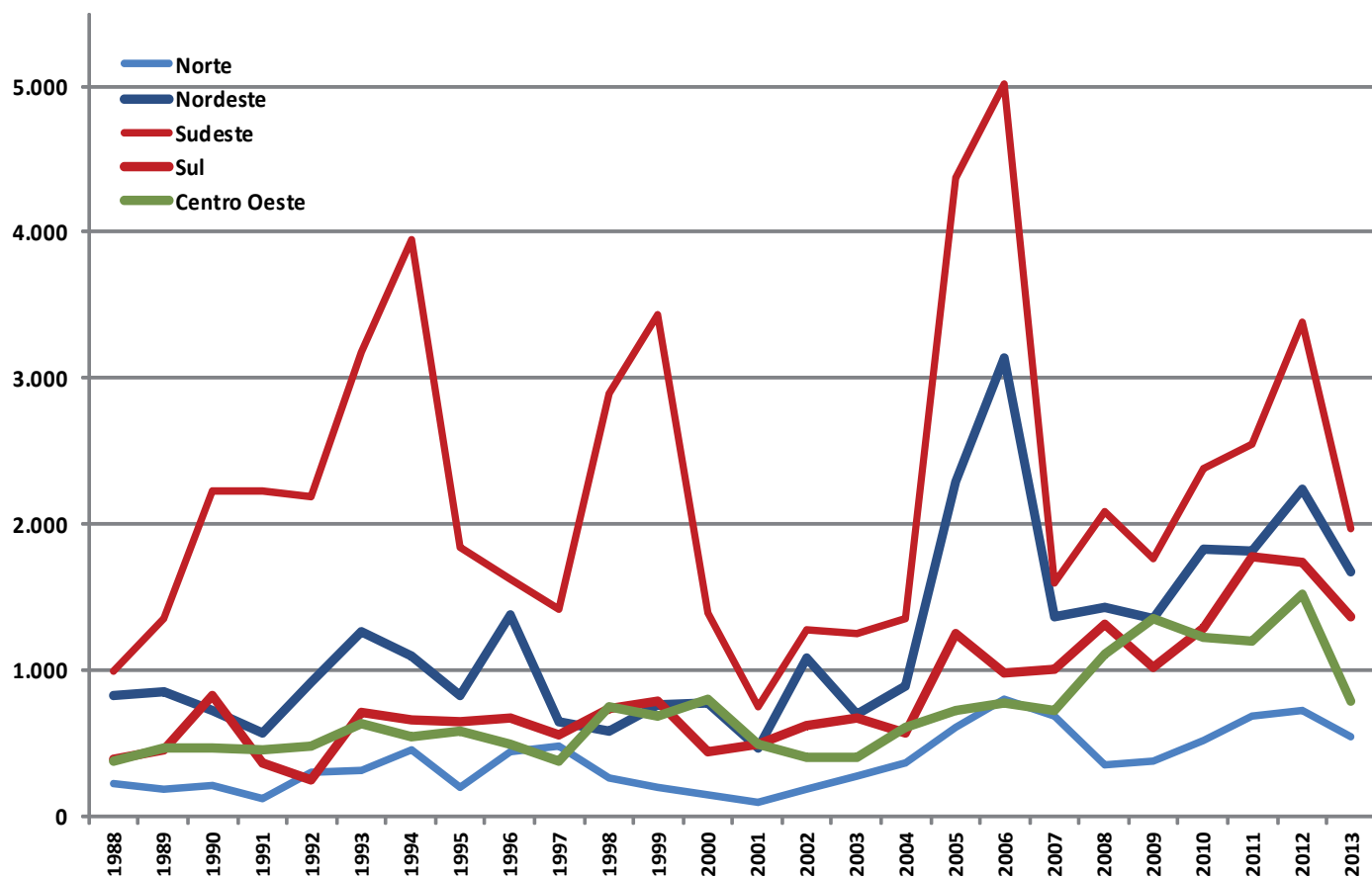
4.2.2.8. Percentual de servidores efetivos segundo ano de ingresso, por ramo de Justiça do tribunal de origem. Brasil, 2013.



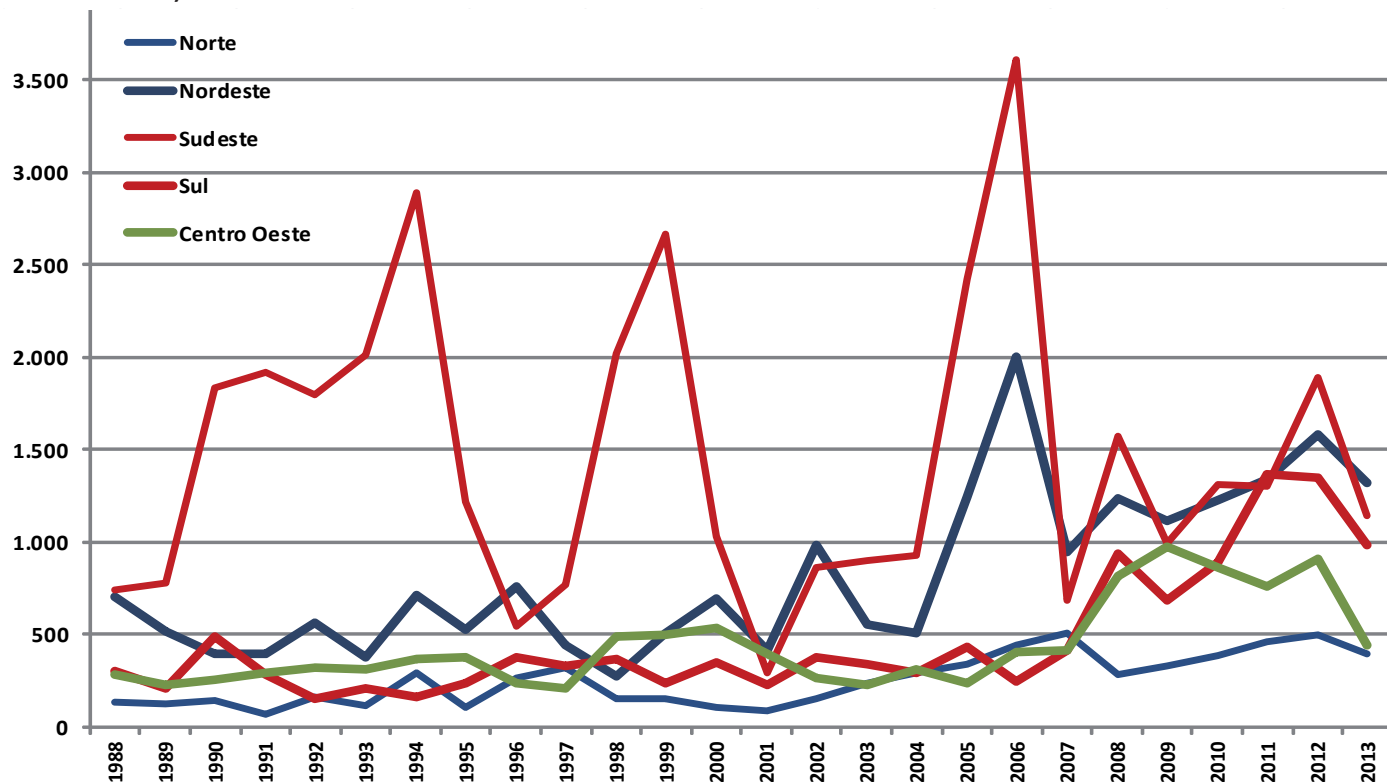
4.2.2.9. Percentual de servidores efetivos segundo ano de ingresso, por região geográfica em que trabalha. Brasil, 2013.



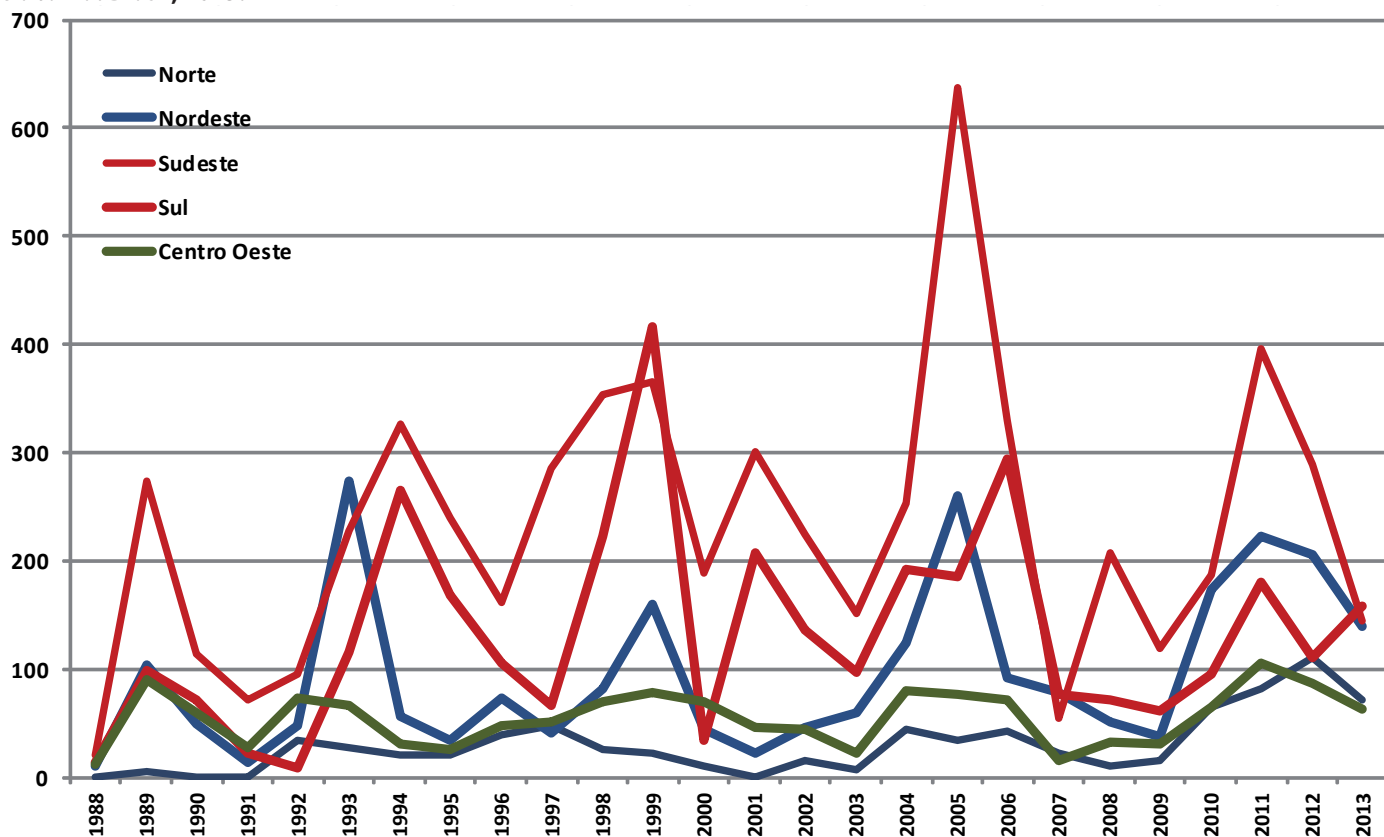
4.2.2.10. Número absoluto de servidores efetivos do Poder Judiciário segundo o ano de ingresso, por região político-administrativa do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



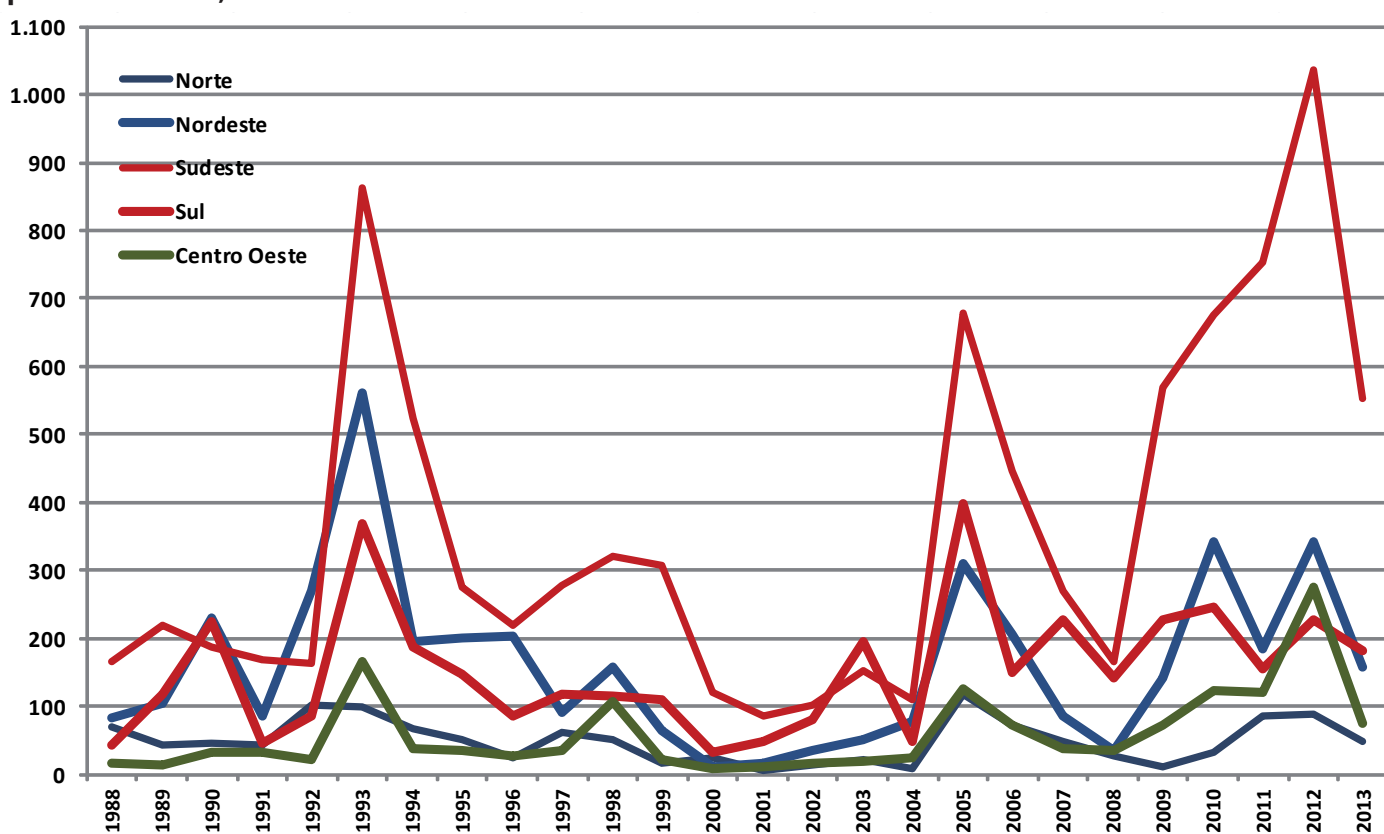
4.2.2.11. Número absoluto de servidores efetivos da Justiça Estadual segundo o ano de ingresso, por região do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.



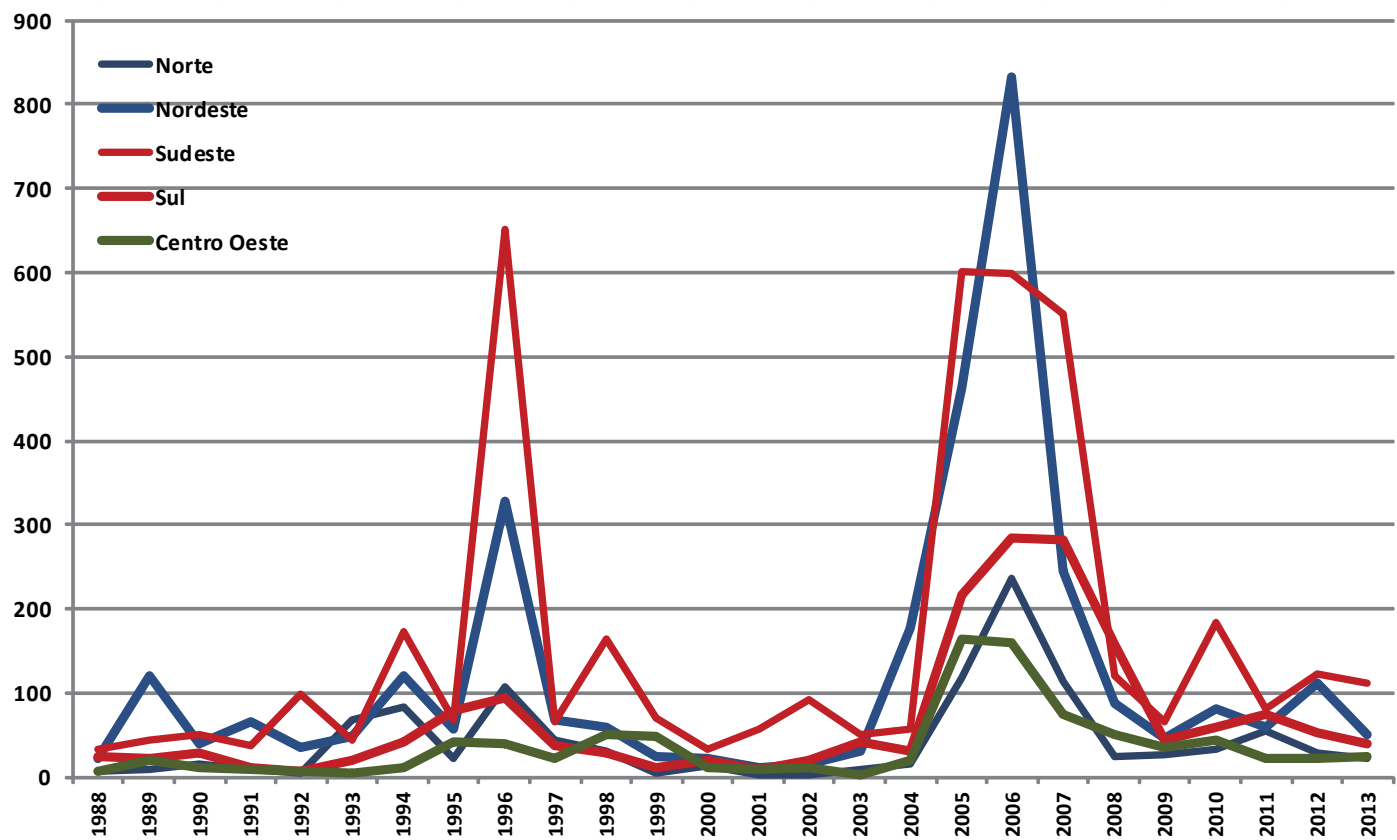
4.2.2.12. Número absoluto de servidores efetivos da Justiça Federal segundo o ano de ingresso, por região do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.



4.2.2.13. Número absoluto de servidores efetivos da Justiça do Trabalho segundo o ano de ingresso, por região do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.

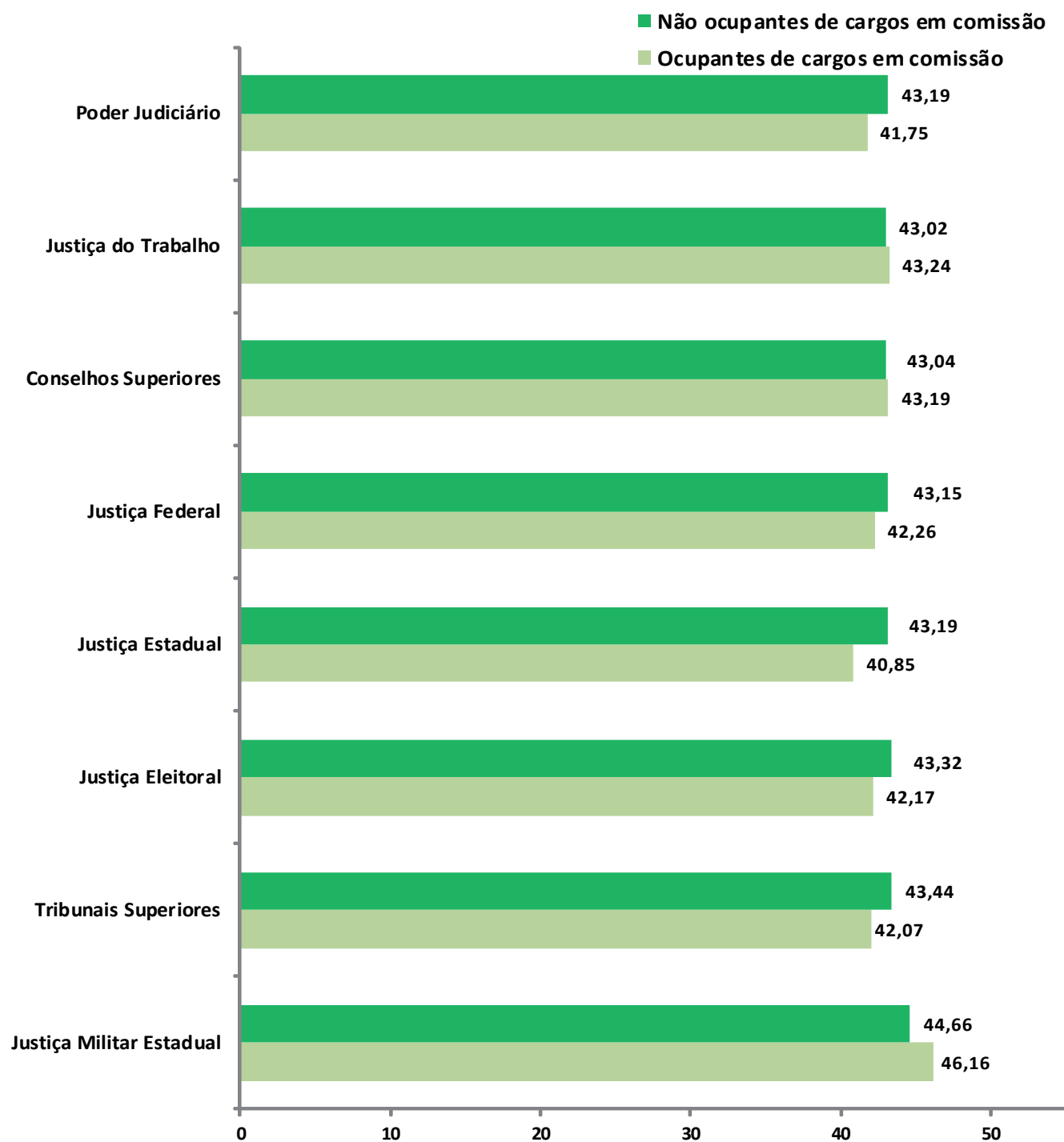


4.2.2.14. Número absoluto de servidores efetivos da Justiça Eleitoral segundo o ano de ingresso, por região do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.



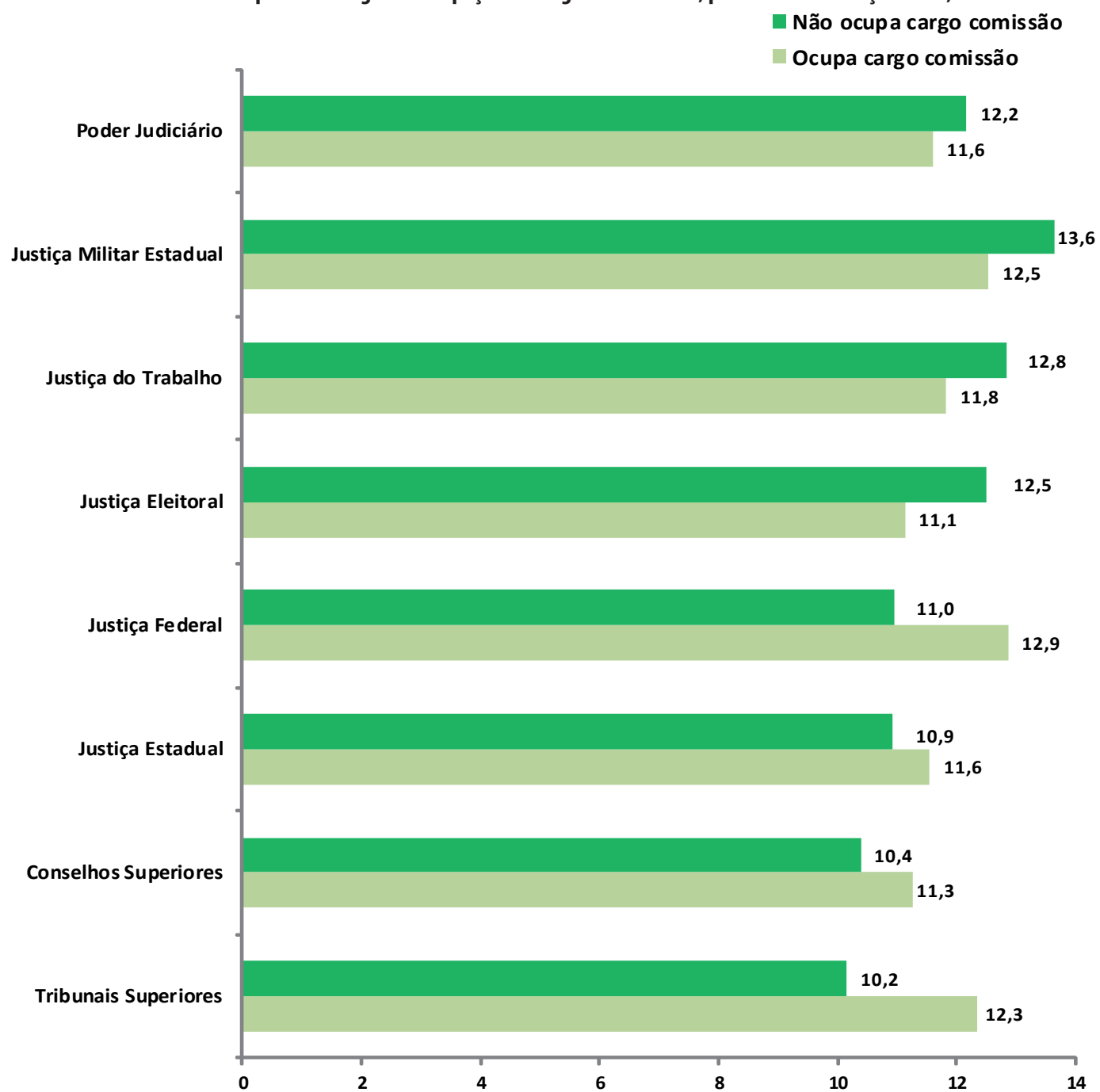
4.2.3. SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EM COMISSÃO OU FUNÇÕES COMISSIONADAS¹⁹

4.2.3.1. Idade média dos servidores segundo ocupação de cargos em comissão, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



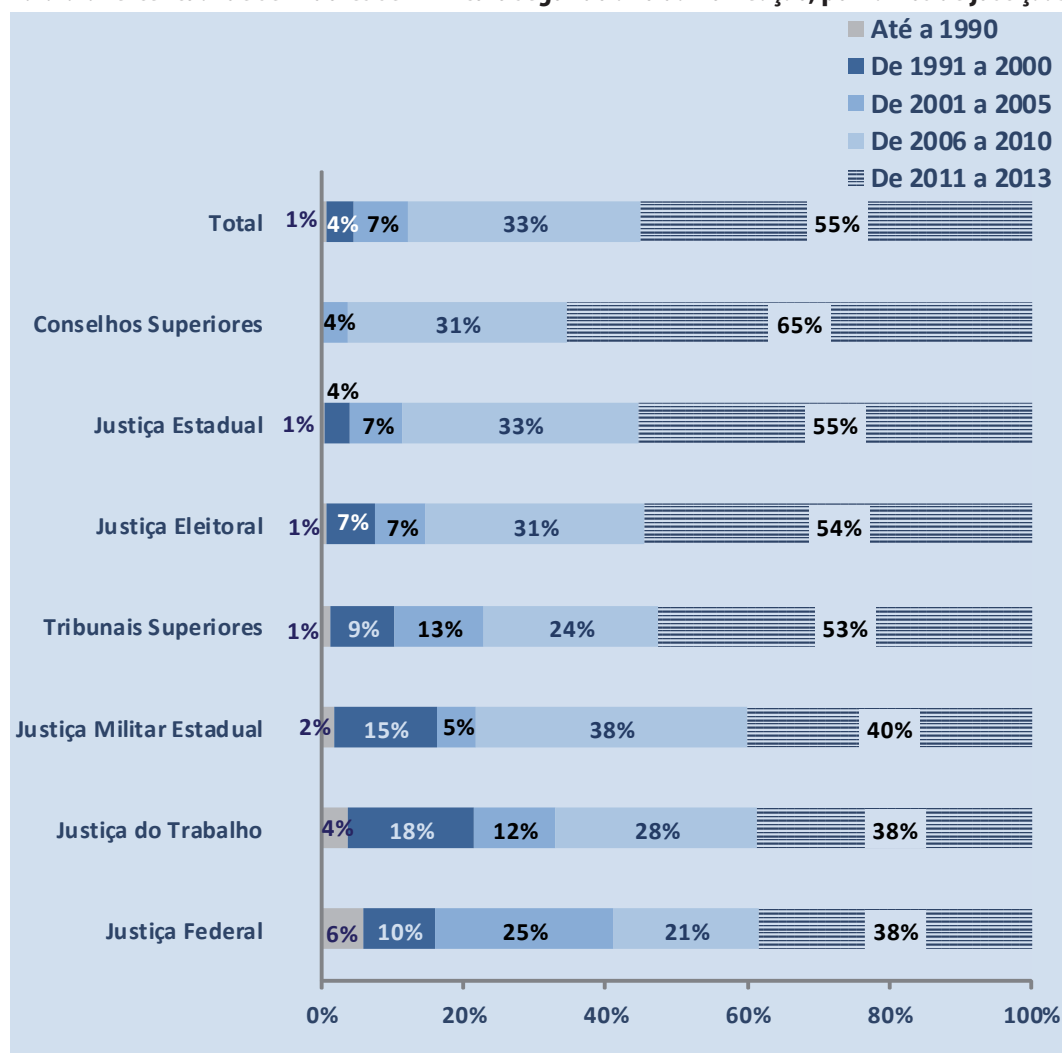
¹⁹ As legendas dos gráficos referentes a cargos em comissão englobam a cargos em comissão e funções comissionadas.

4.2.3.2. Média de anos de experiência segundo ocupação de cargo em comissão, por ramos de Justiça. Brasil, 2013.



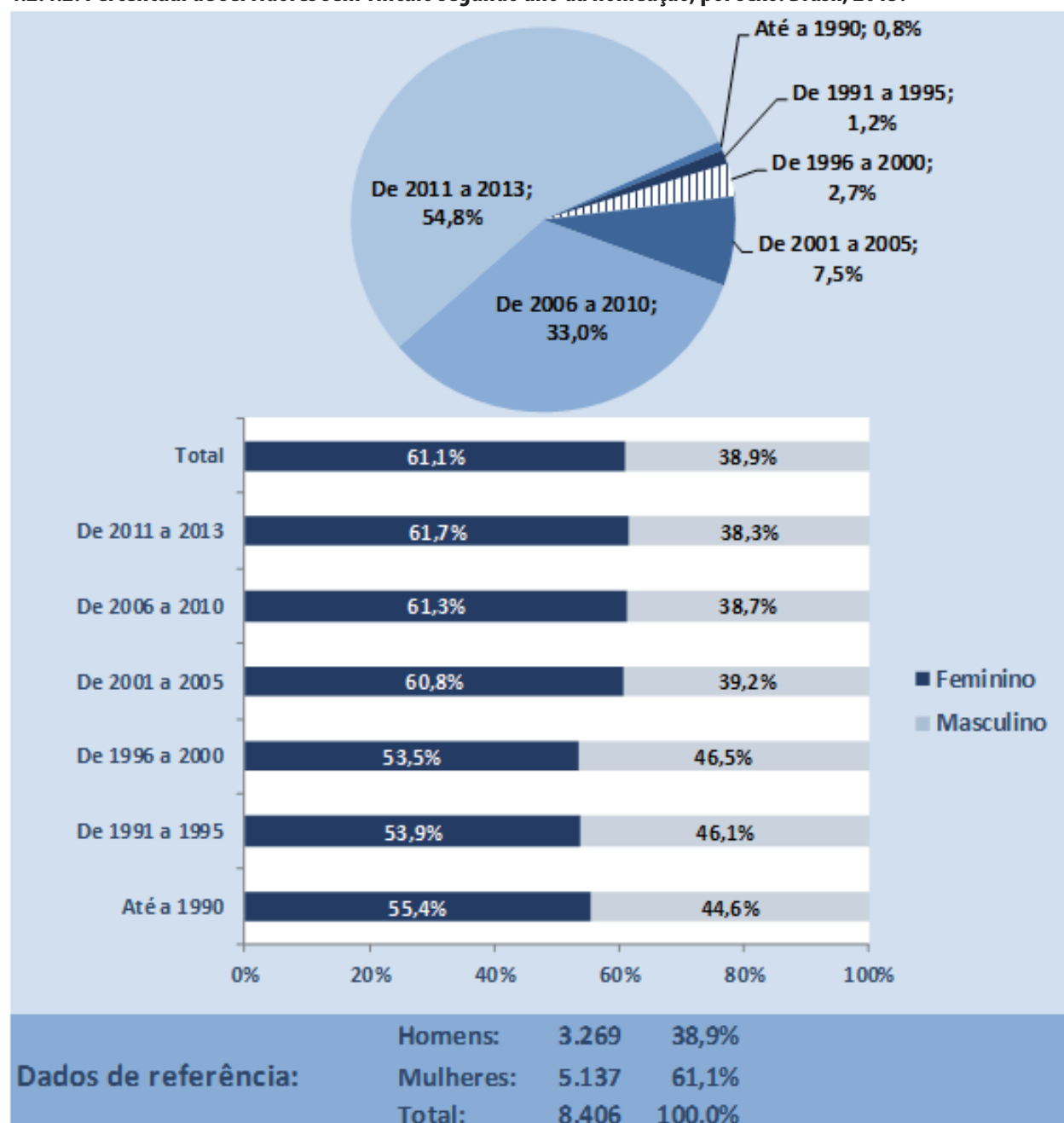
4.2.4. SERVIDORES SEM VÍNCULO

4.2.4.1. Percentual de servidores sem vínculo segundo ano da nomeação, por ramos de justiça. Brasil, 2013.

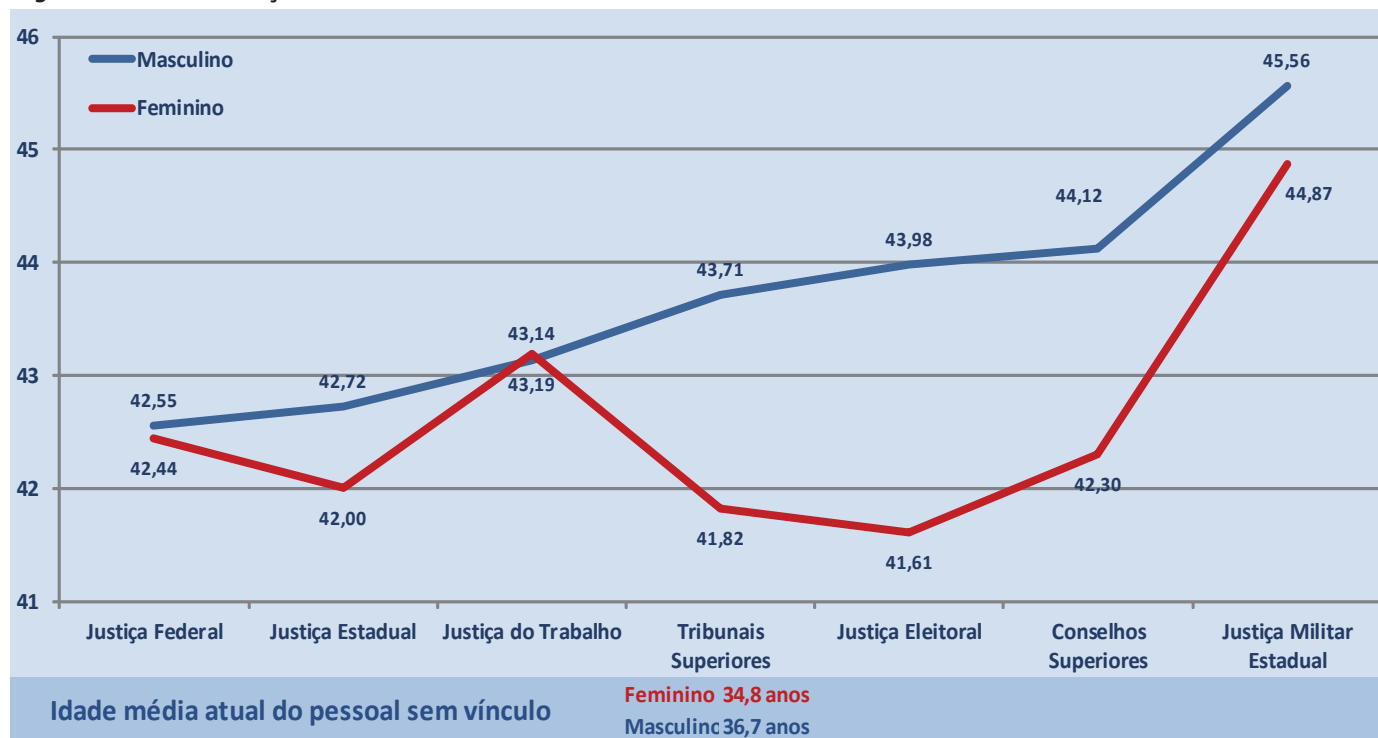


Dados de referência:	Ramos de Justiça	Absoluto	Percentual
	Conselhos Superiores	26	0,3%
Justiça Militar Estadual	55	0,7%	
Justiça Federal	68	0,8%	
Tribunais Superiores	78	0,9%	
Justiça Eleitoral	129	1,5%	
Justiça do Trabalho	130	1,5%	
Justiça Estadual	7.920	94,2%	
Total	8.406	100,0%	

4.2.4.2. Percentual de servidores sem vínculo segundo ano da nomeação, por sexo. Brasil, 2013.

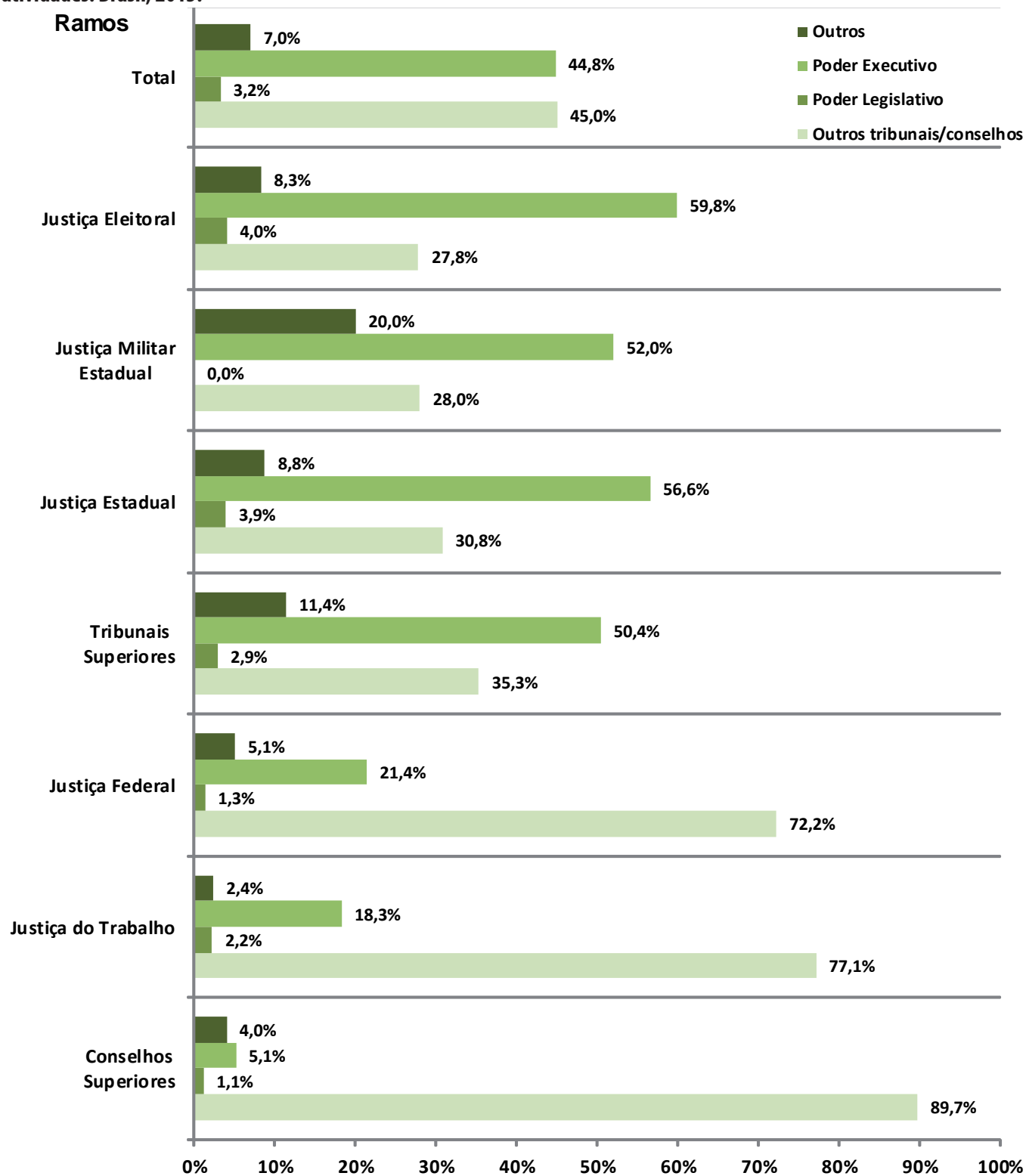


4.2.4.3. Idade média à época da nomeação para cargo em comissão de servidores sem vínculo com a administração pública, segundo ano da nomeação e sexo. Brasil, 2013.

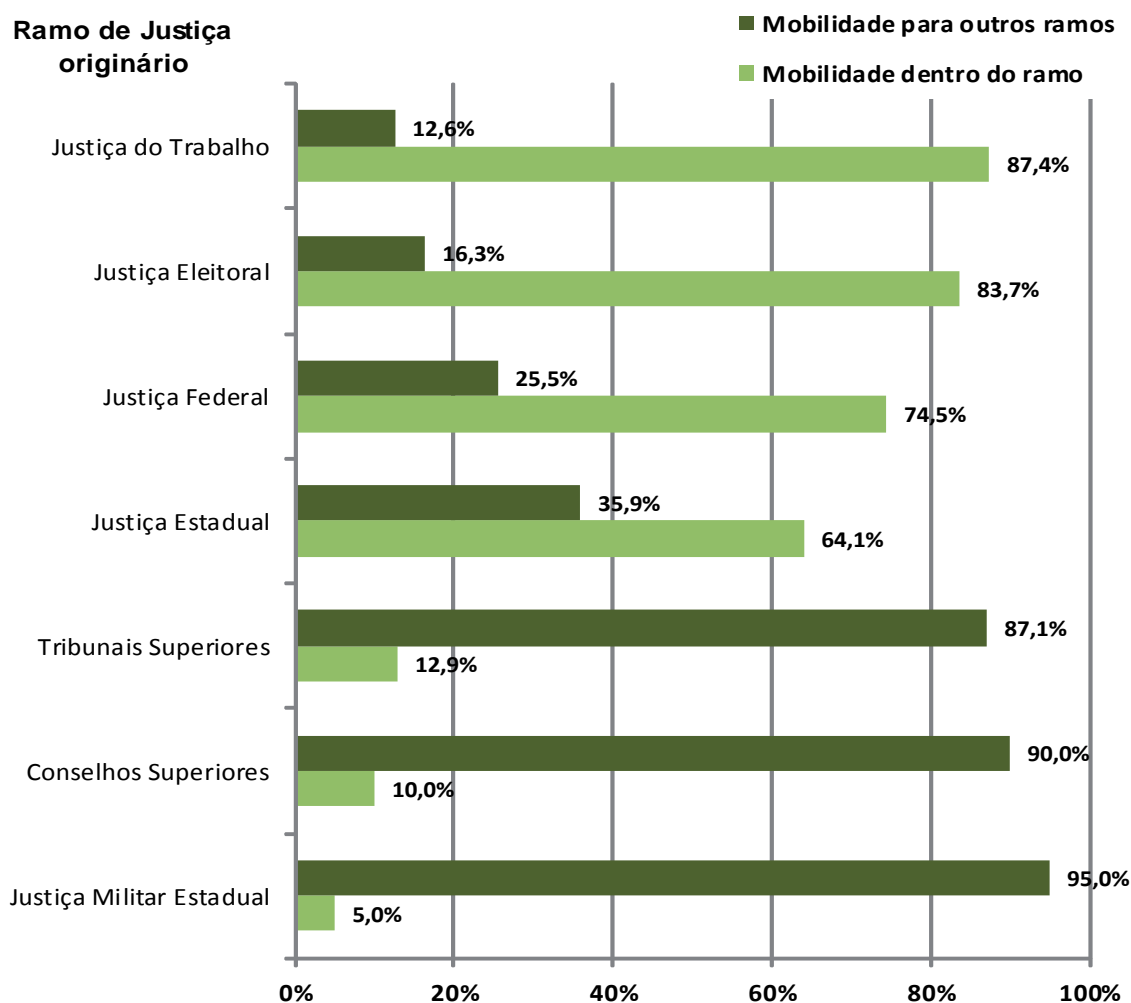


4.2.5. SERVIDORES REQUISITADOS

4.2.5.1. Percentual de servidores requisitados segundo tipo do órgão de origem, por ramo de Justiça em que exercem suas atividades. Brasil, 2013.



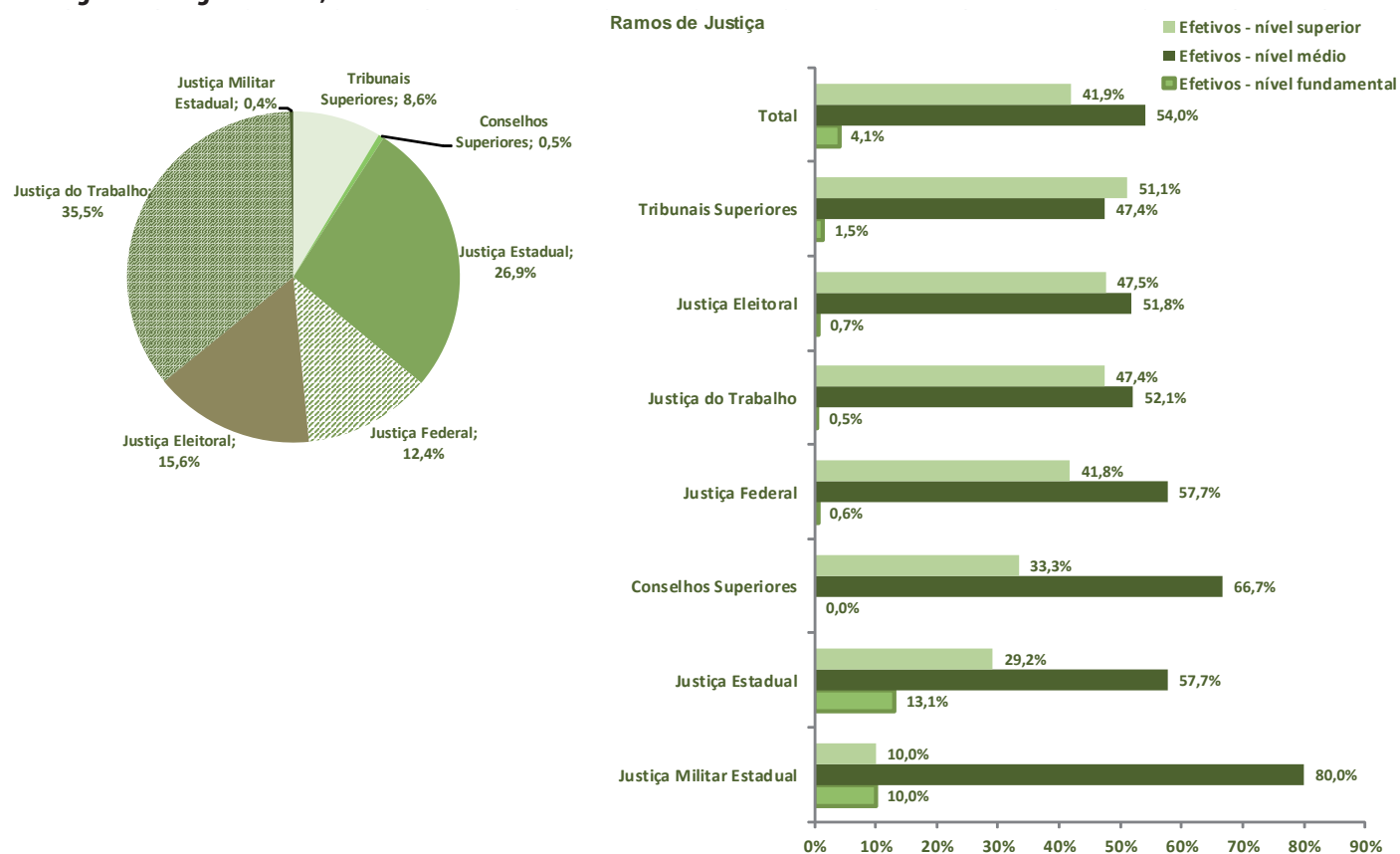
4.2.5.2. Percentual de servidores requisitados segundo ramos de origem, por ramos de Justiça em que exercem suas atividades atualmente. Brasil, 2013.



4.2.5.3. Percentual de servidores requisitados dentro do próprio Poder Judiciário, segundo o ramo de Justiça de origem e aquele em que exercem suas atividades atualmente. Brasil, 2013.

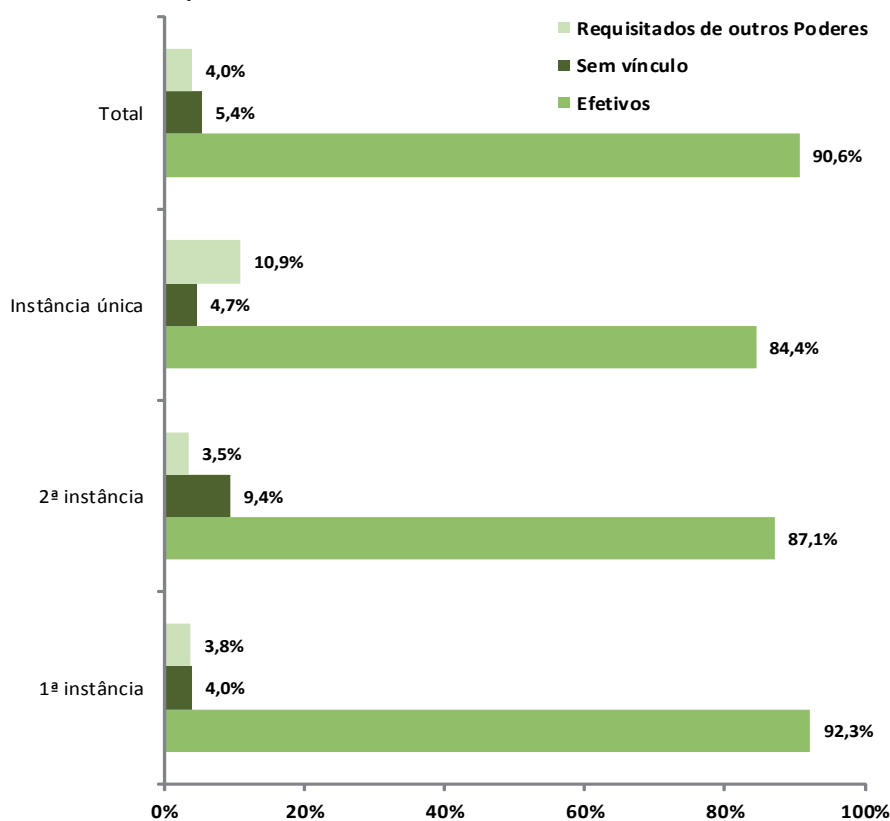
Ramo em que trabalha	Ramo de origem						
	Tribunais Superiores	Conselhos Superiores	Justiça Estadual	Justiça Federal	Justiça Eleitoral	Justiça do Trabalho	Justiça Militar Estadual
Tribunais Superiores	12,9%	23,3%	3,0%	5,3%	3,2%	3,9%	5,0%
Conselhos Superiores	18,7%	10,0%	1,1%	4,3%	0,1%	0,8%	0,0%
Justiça Estadual	11,0%	6,7%	64,1%	3,4%	4,6%	2,0%	65,0%
Justiça Federal	16,8%	46,7%	9,7%	74,5%	4,5%	3,5%	5,0%
Justiça Eleitoral	14,1%	3,3%	13,9%	4,3%	83,7%	2,4%	10,0%
Justiça do Trabalho	26,4%	10,0%	7,8%	8,2%	4,0%	87,4%	10,0%
Justiça Militar Estadual	0,0%	0,0%	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

4.2.5.4. Percentual de servidores requisitados de outros tribunais e conselhos segundo ramos de Justiça, e percentual de servidores requisitados de outros tribunais e conselhos segundo nível de escolaridade do cargo efetivo, por ramos de justiça dos órgãos de origem. Brasil, 2013.

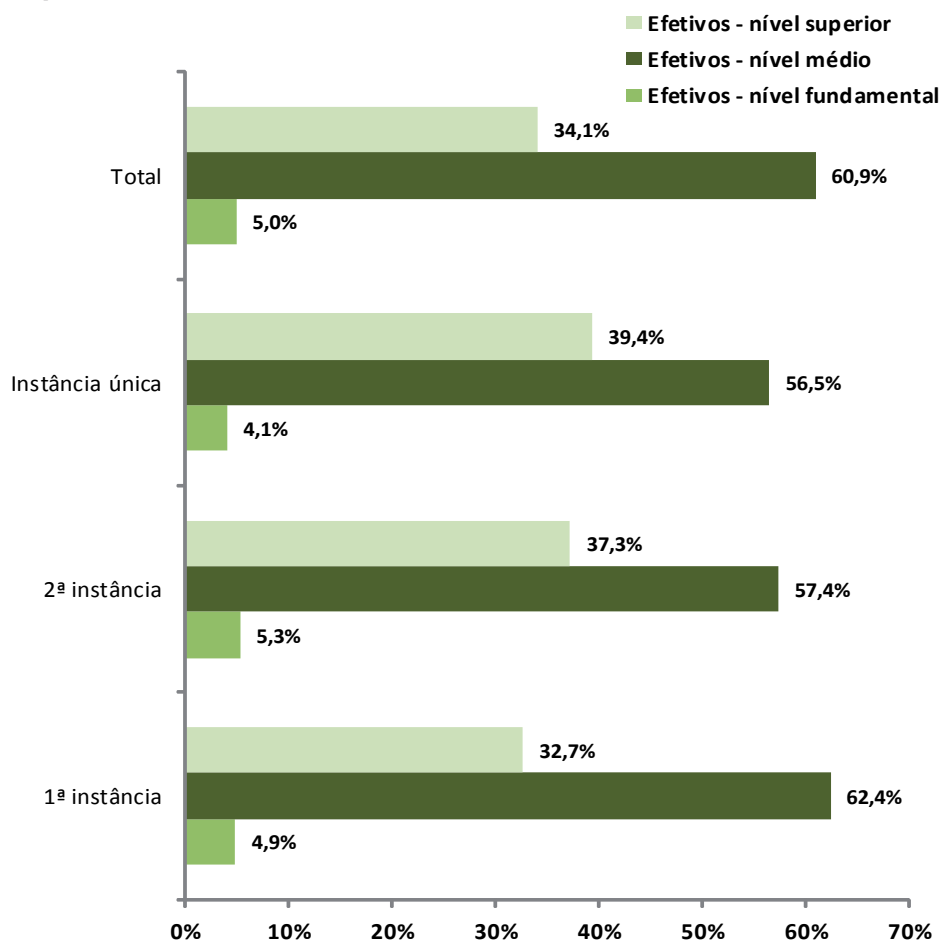


4.2.6. INSTÂNCIA DE LOTAÇÃO

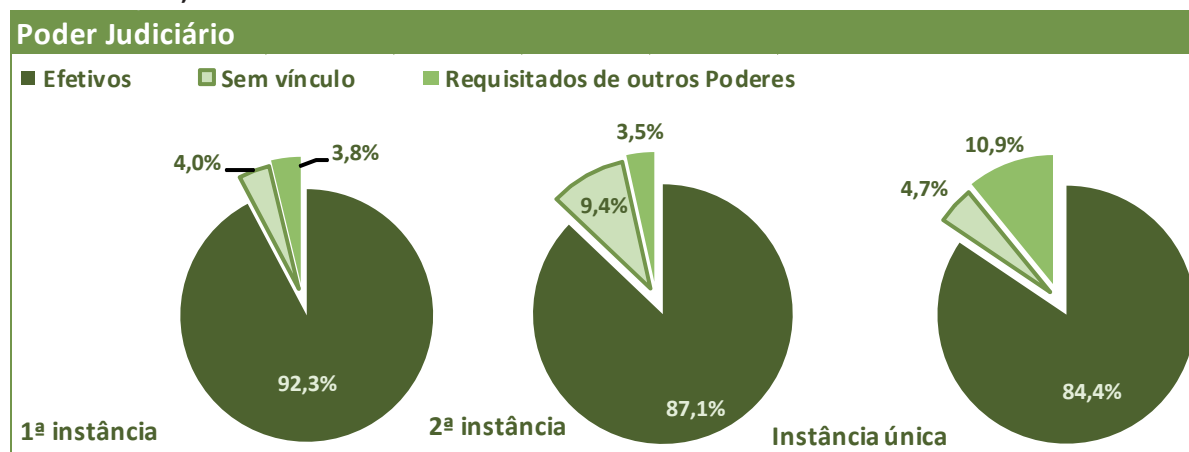
4.2.6.1. Percentual de servidores efetivos segundo tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



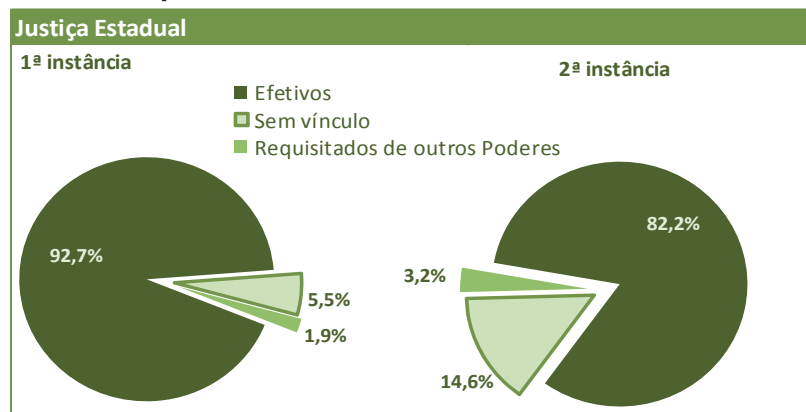
4.2.6.2. Percentual de servidores efetivos segundo nível de escolaridade do cargo que ocupa, por instância do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



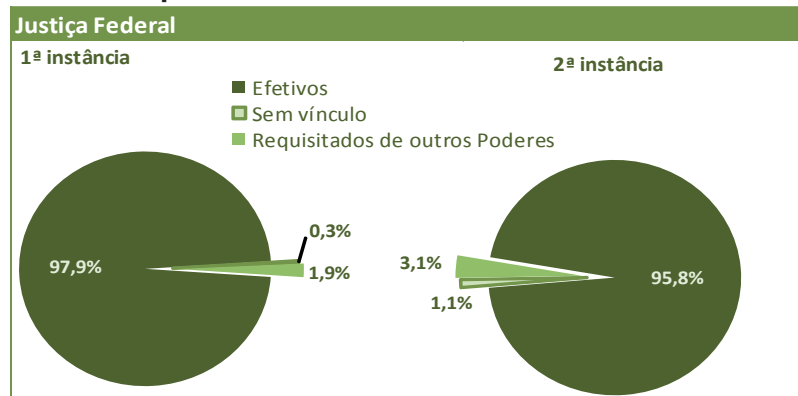
4.2.6.3. Percentual de servidores segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



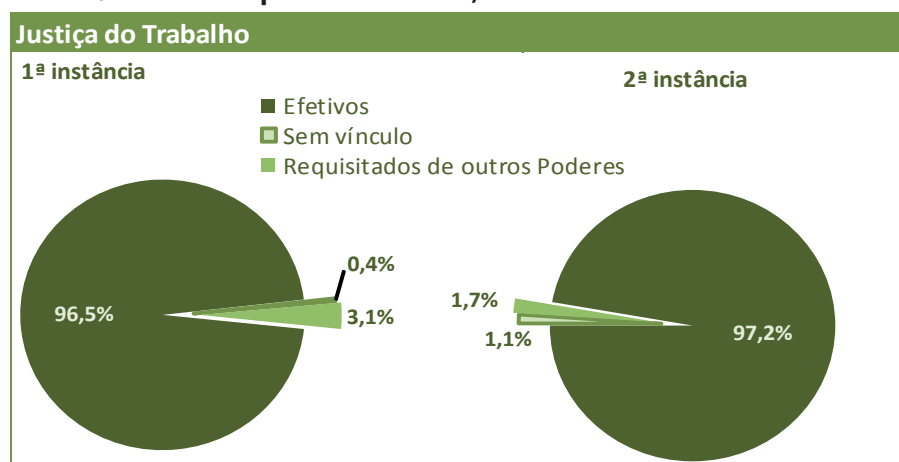
4.2.6.4. Percentual de servidores da Justiça Estadual segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/ conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



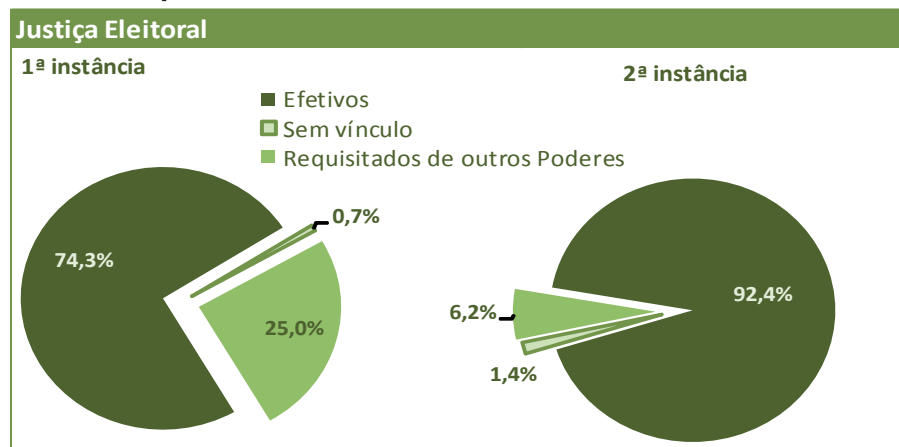
4.2.6.5. Percentual de servidores da Justiça Federal segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/ conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



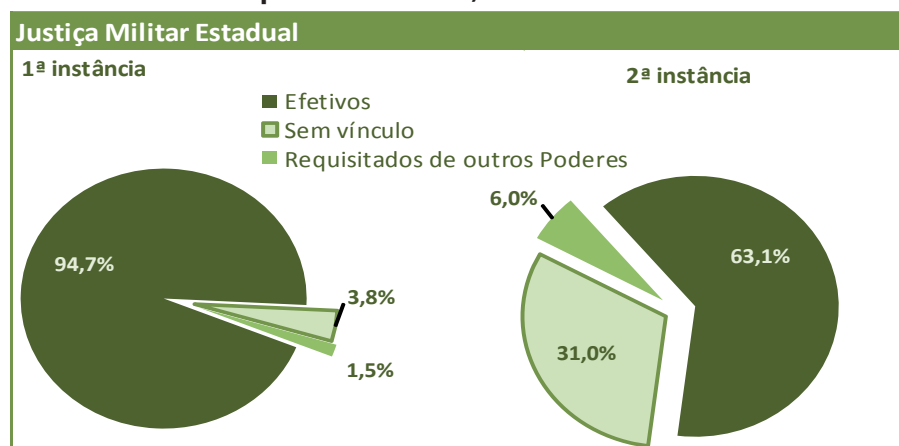
4.2.6.6. Percentual de servidores da Justiça do Trabalho segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/ conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



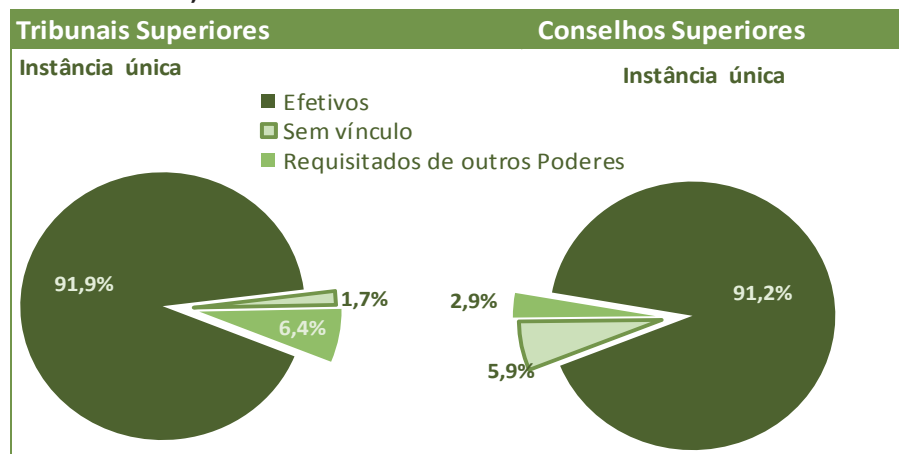
4.2.6.8. Percentual de servidores da Justiça Eleitoral segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/ conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



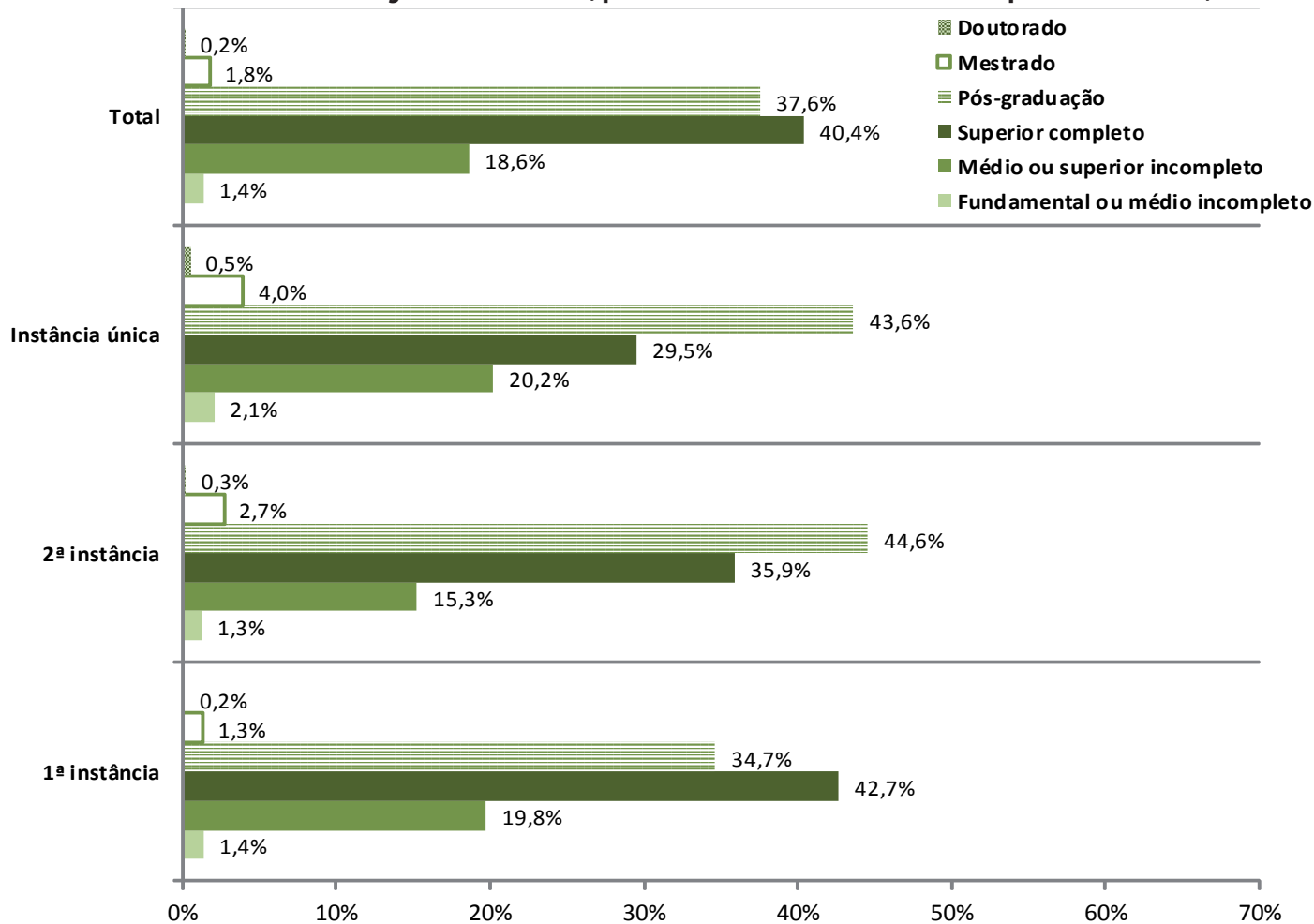
4.2.6.7. Percentual de servidores da Justiça Militar Estadual segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por instância do tribunal/ conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



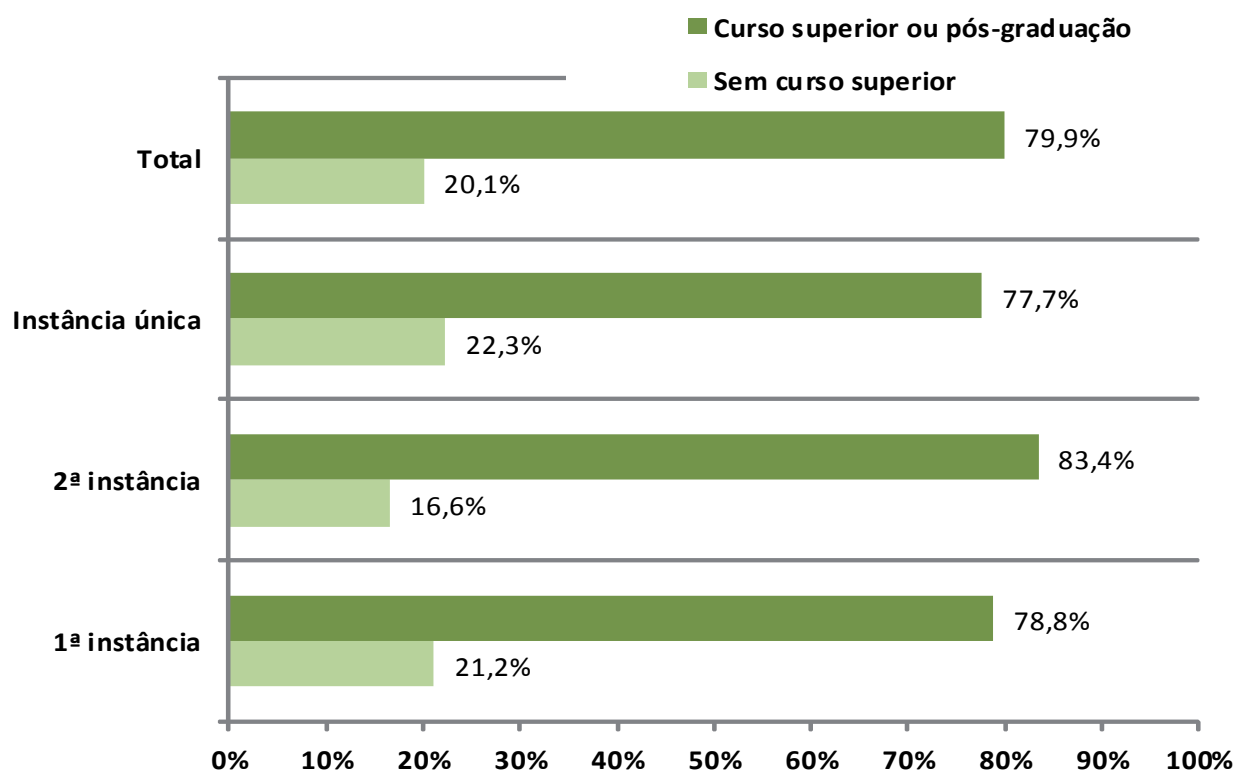
4.2.6.9. Percentual de servidores dos Tribunais Superiores e Conselhos Superiores segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário. Brasil, 2013.



4.2.6.10. Percentual de servidores segundo escolaridade, por instância do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.

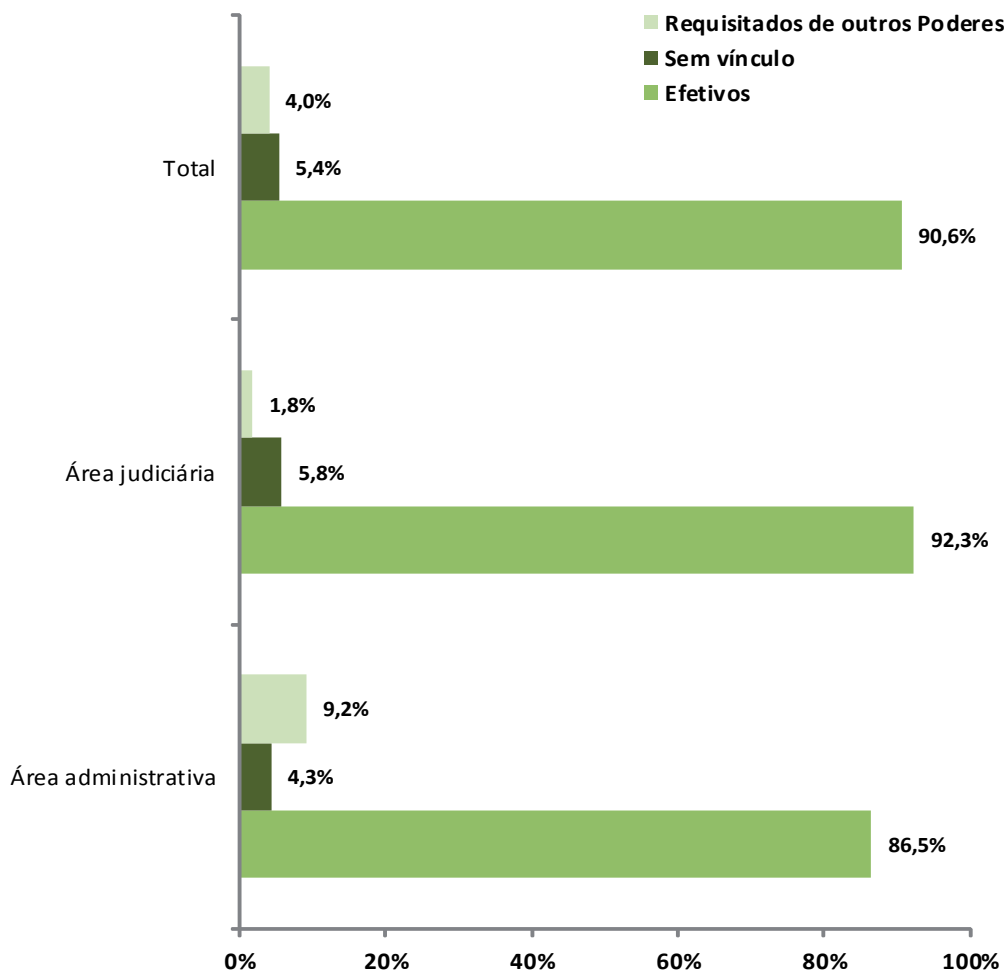


4.2.6.11. Percentual de servidores segundo escolaridade, por instância do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.

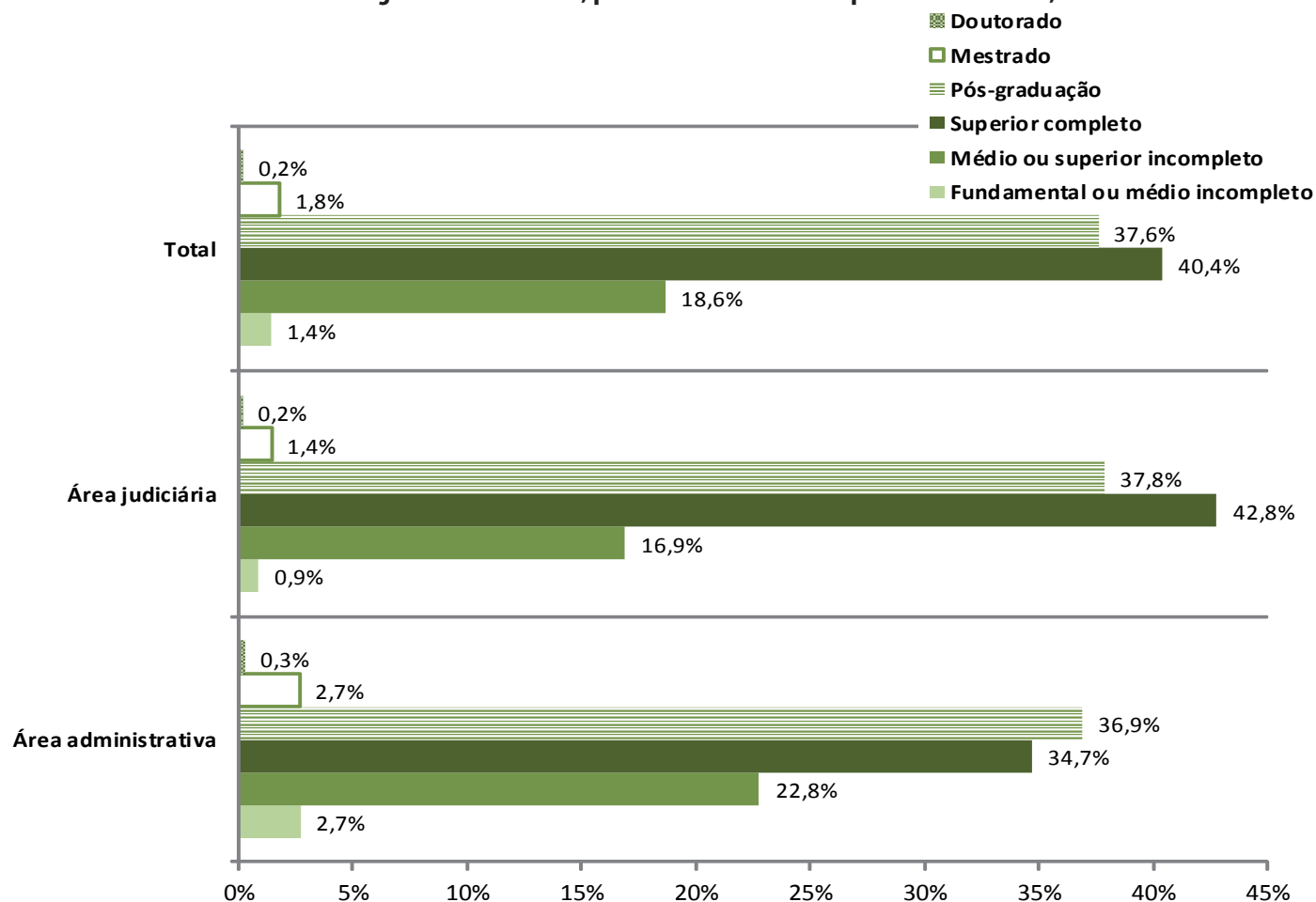


4.2.7. ÁREA DE ATUAÇÃO

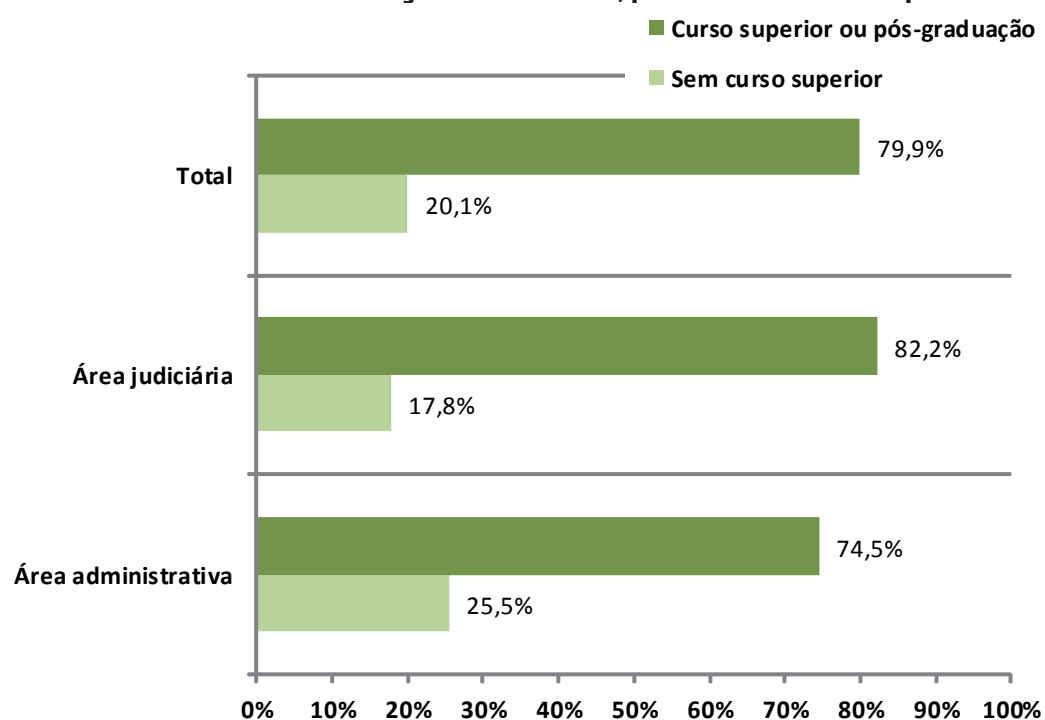
4.2.7.1. Percentual de servidores segundo o tipo de vínculo com o Poder Judiciário, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



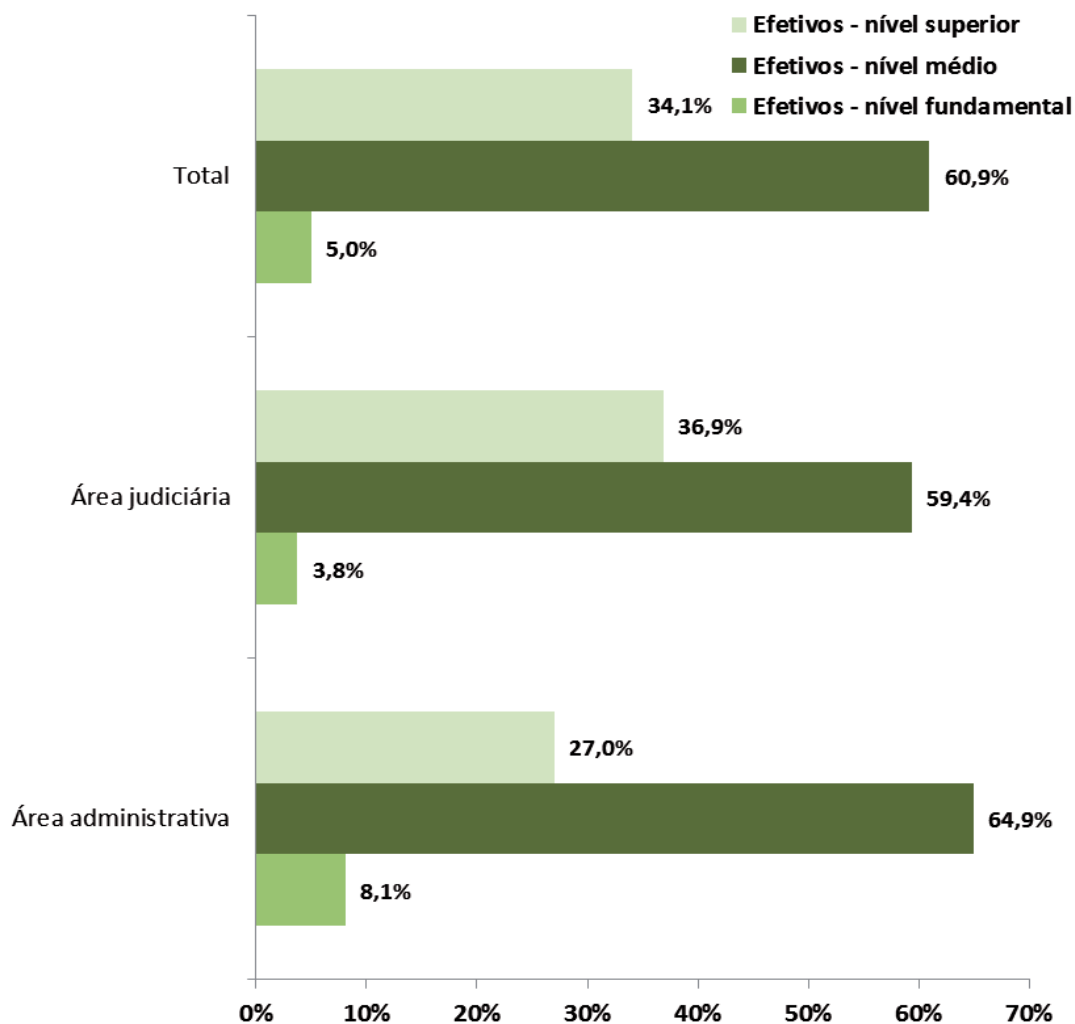
4.2.7.2. Percentual de servidores segundo escolaridade, por área do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.



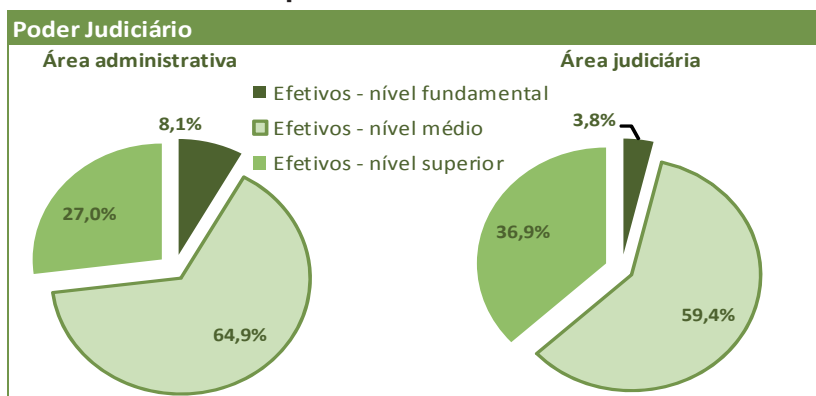
4.2.7.3. Percentual de servidores segundo escolaridade, por área do tribunal em que trabalha. Brasil, 2013.



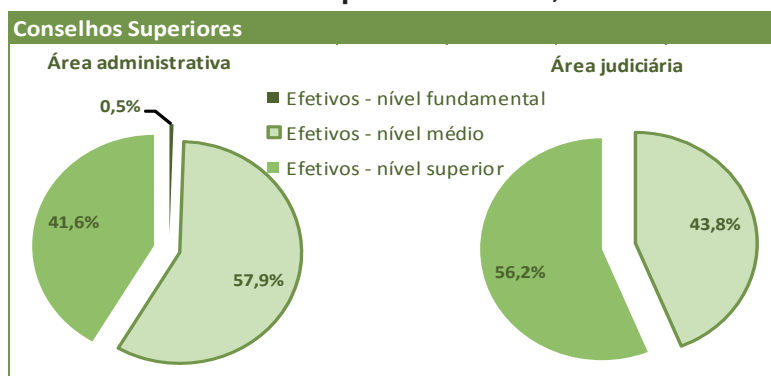
4.2.7.4. Percentual de servidores efetivos segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



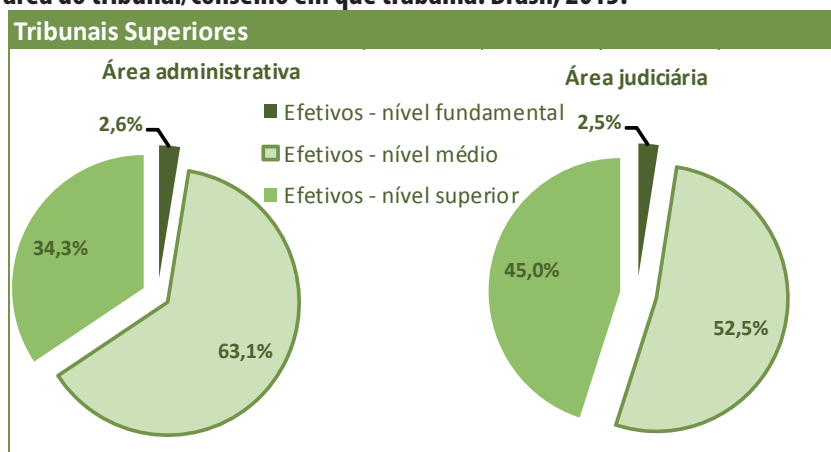
4.2.7.5. Percentual de servidores efetivos do Poder Judiciário, segundo o nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



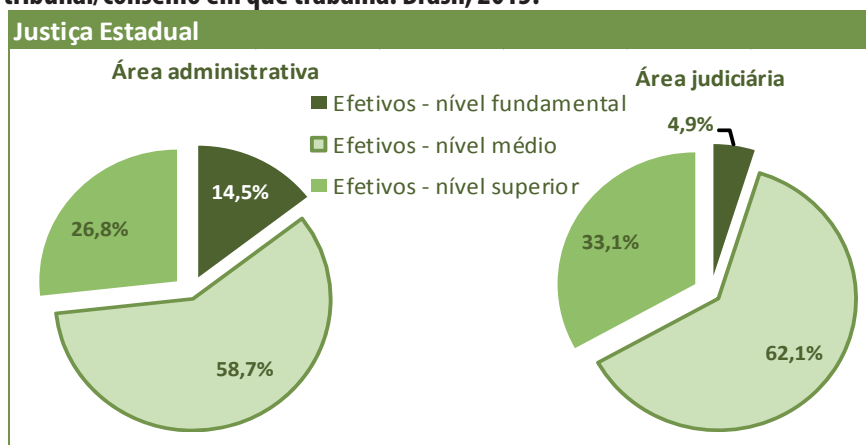
4.2.7.6. Percentual de servidores efetivos de Conselhos Superiores segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



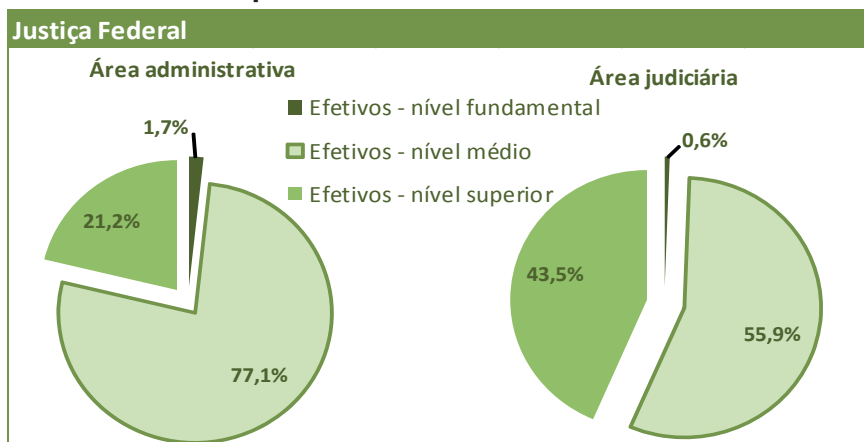
4.2.7.7. Percentual de servidores efetivos de Tribunais Superiores segundo o nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



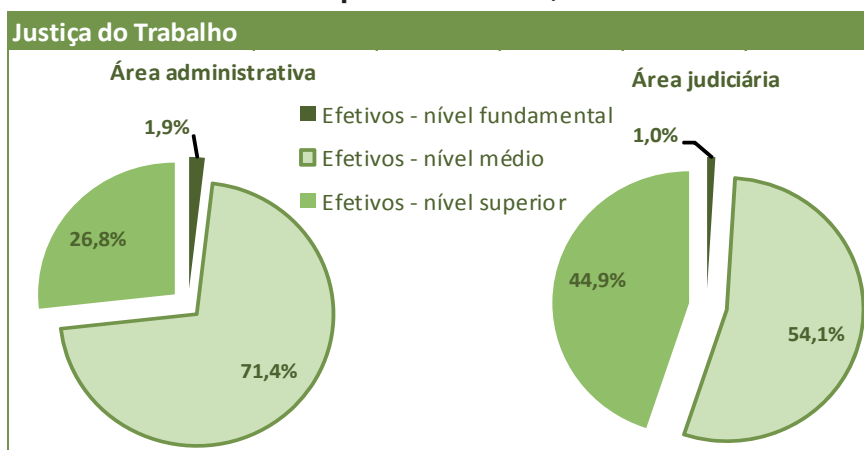
4.2.7.9. Percentual de servidores efetivos da Justiça Estadual segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



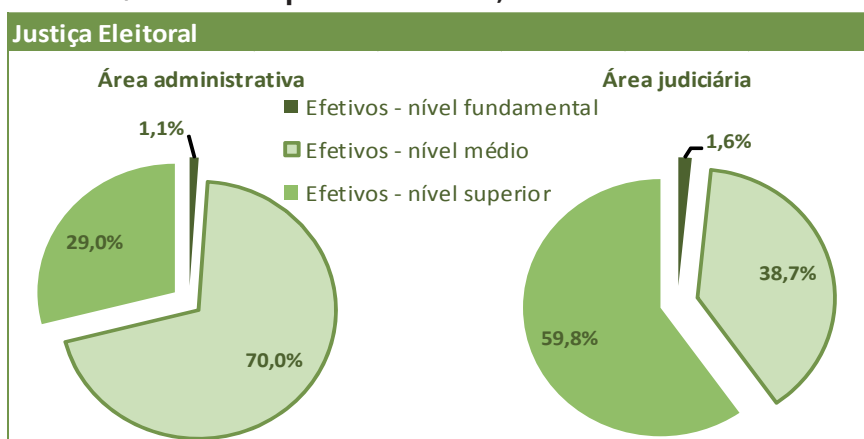
4.2.7.8. Percentual de servidores efetivos da Justiça Federal segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



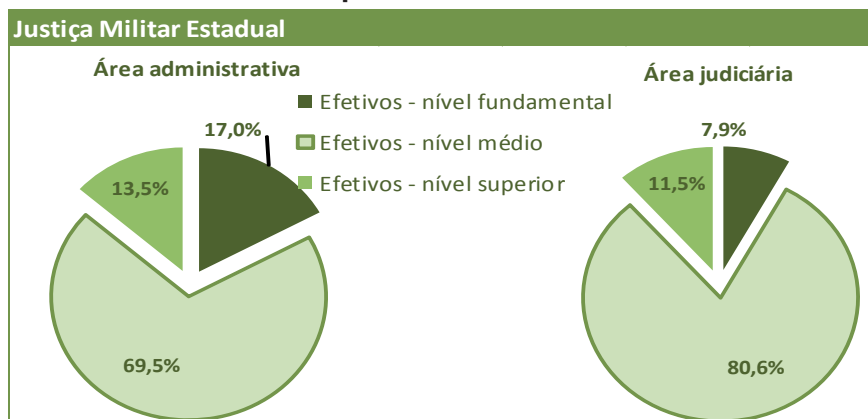
4.2.7.10. Percentual de servidores efetivos da Justiça do Trabalho segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



4.2.7.11. Percentual de servidores efetivos da Justiça Eleitoral segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.

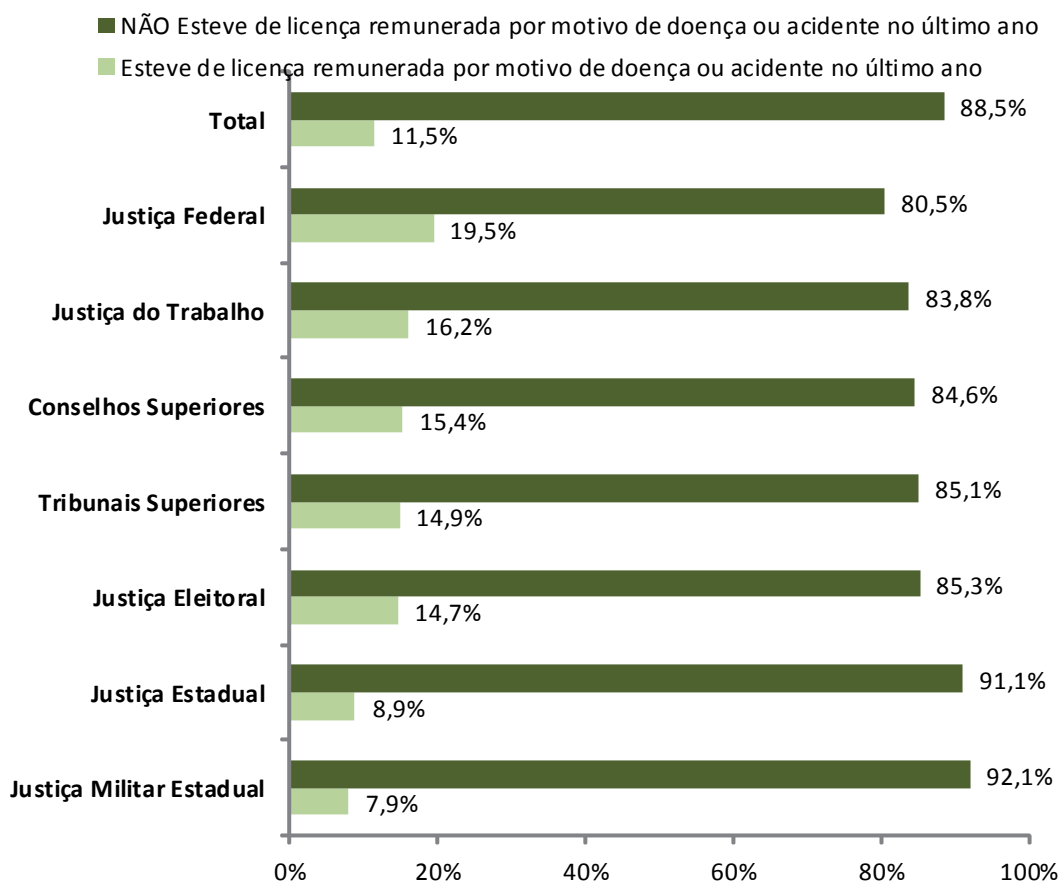


4.2.7.12. Percentual de servidores efetivos da Justiça Militar Estadual segundo nível de escolaridade do cargo que ocupam, por área do tribunal/conselho em que trabalha. Brasil, 2013.

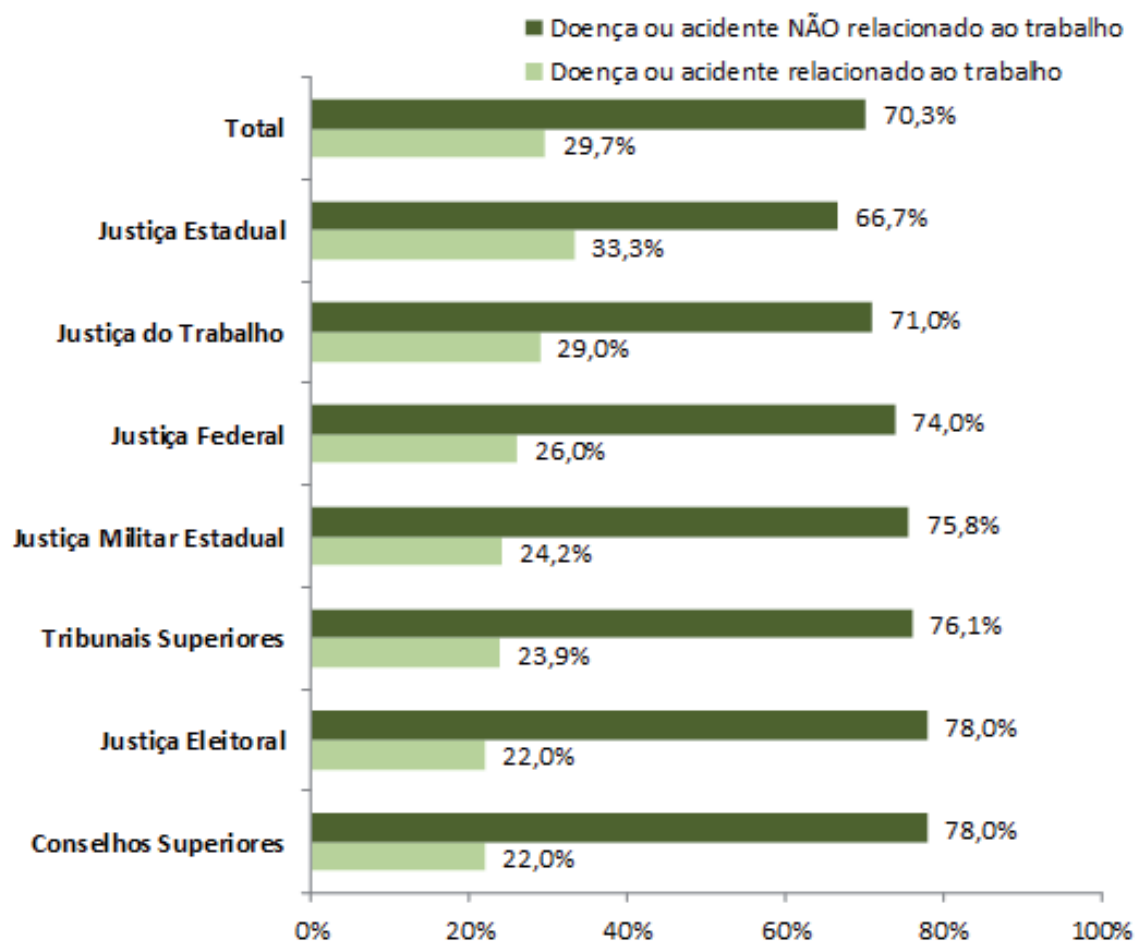


4.2.8 SAÚDE

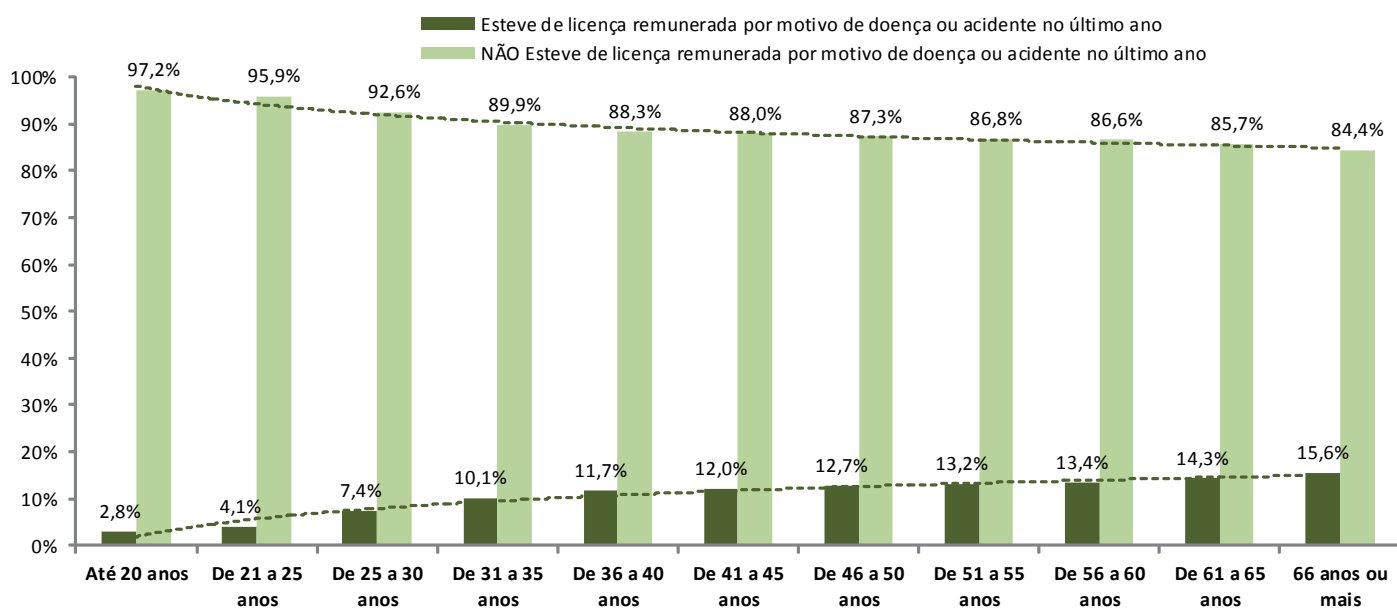
4.2.8.1. Percentual de servidores segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por ramos de Justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



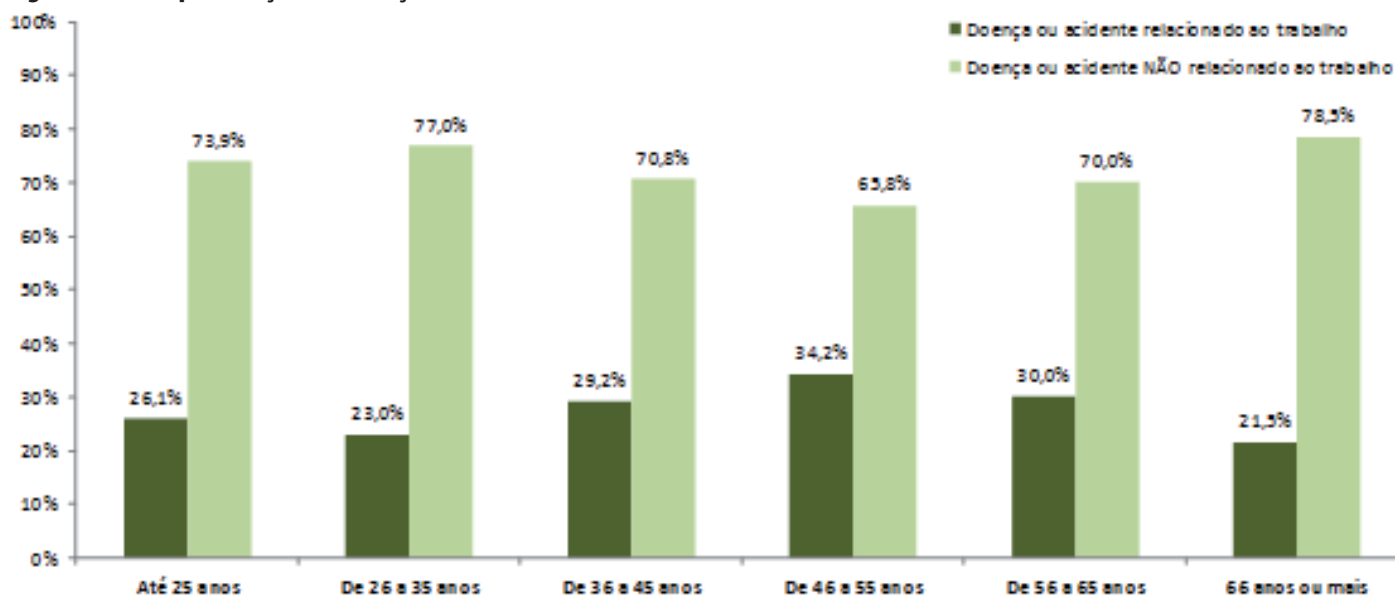
4.2.8.2. Percentual de servidores que gozaram de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença com o trabalho, por ramos de Justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



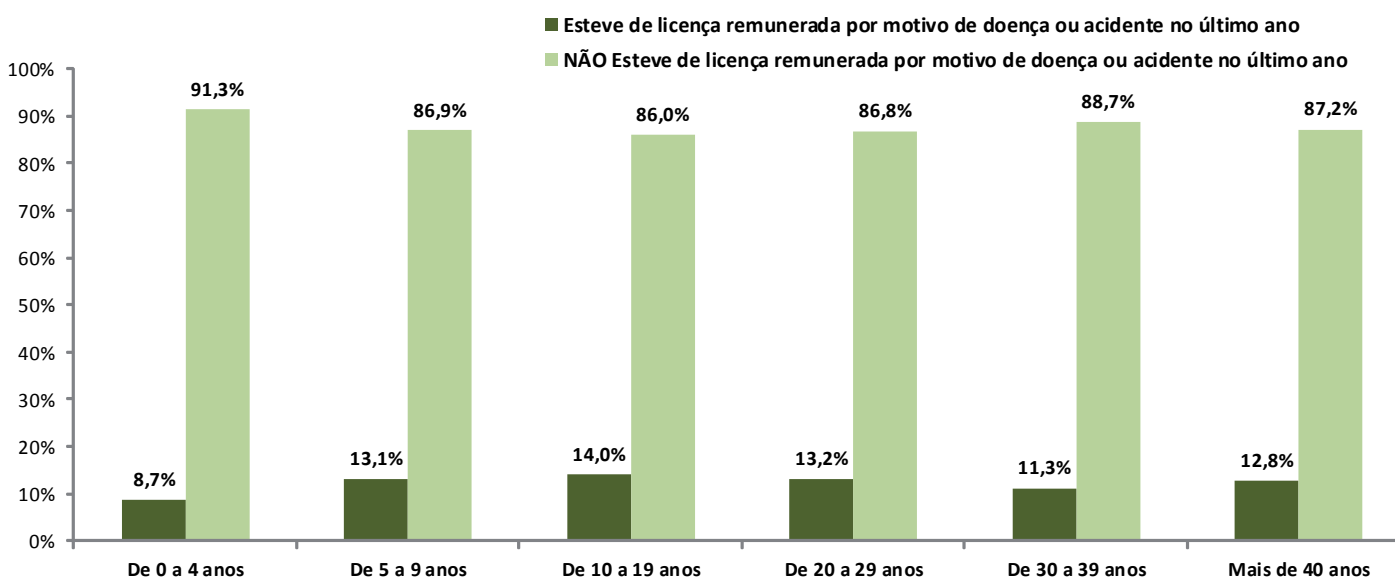
4.2.8.3. Percentual de servidores segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por idade. Brasil, 2013.



4.2.8.4. Percentual de servidores que gozaram de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo idade, por relação da doença com o trabalho. Brasil, 2013.



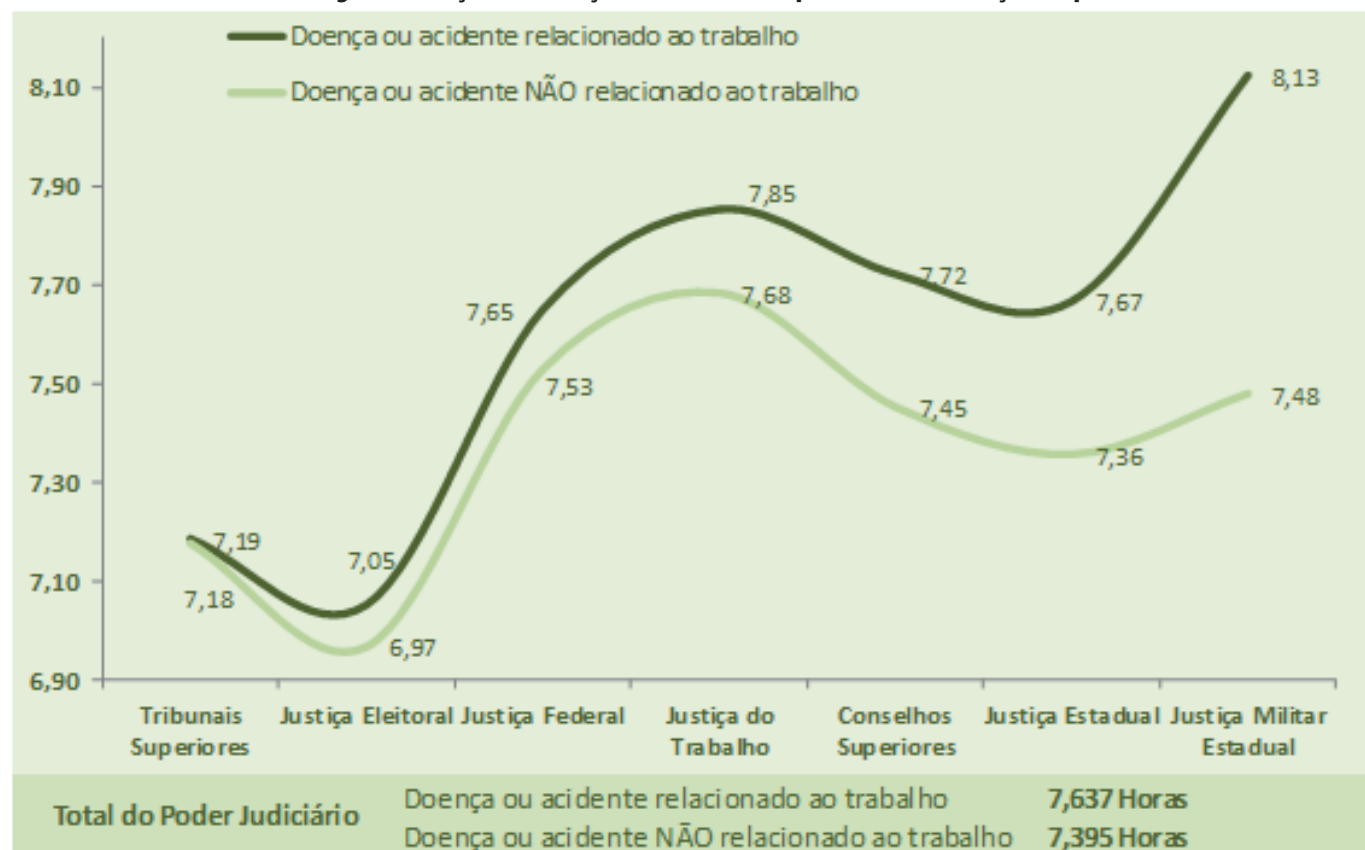
4.2.8.5. Percentual de servidores efetivos segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por tempo no cargo efetivo atual. Brasil, 2013.



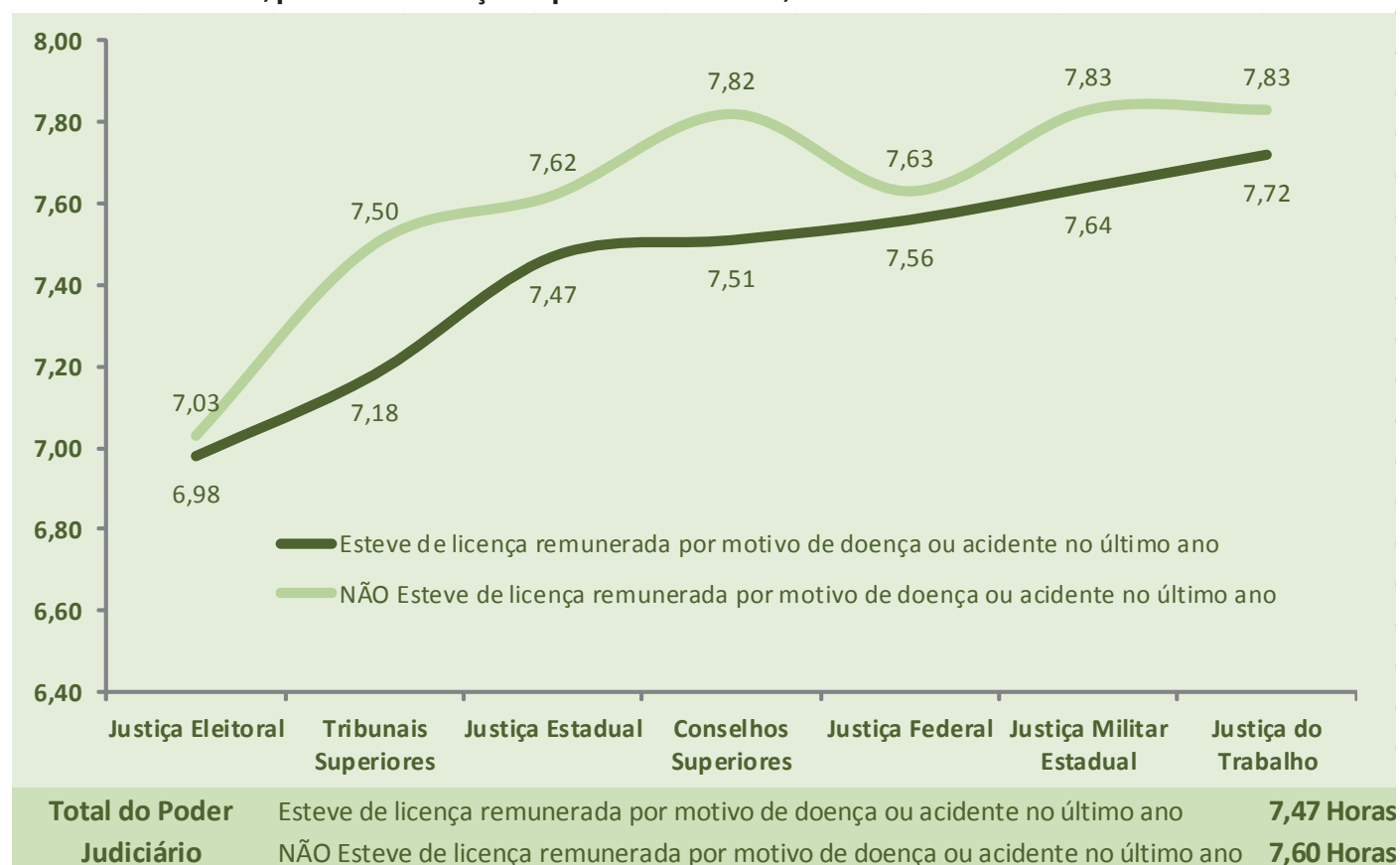
4.2.8.6. Percentual de servidores efetivos em gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença com o trabalho, por tempo no cargo efetivo atual. Brasil, 2013.



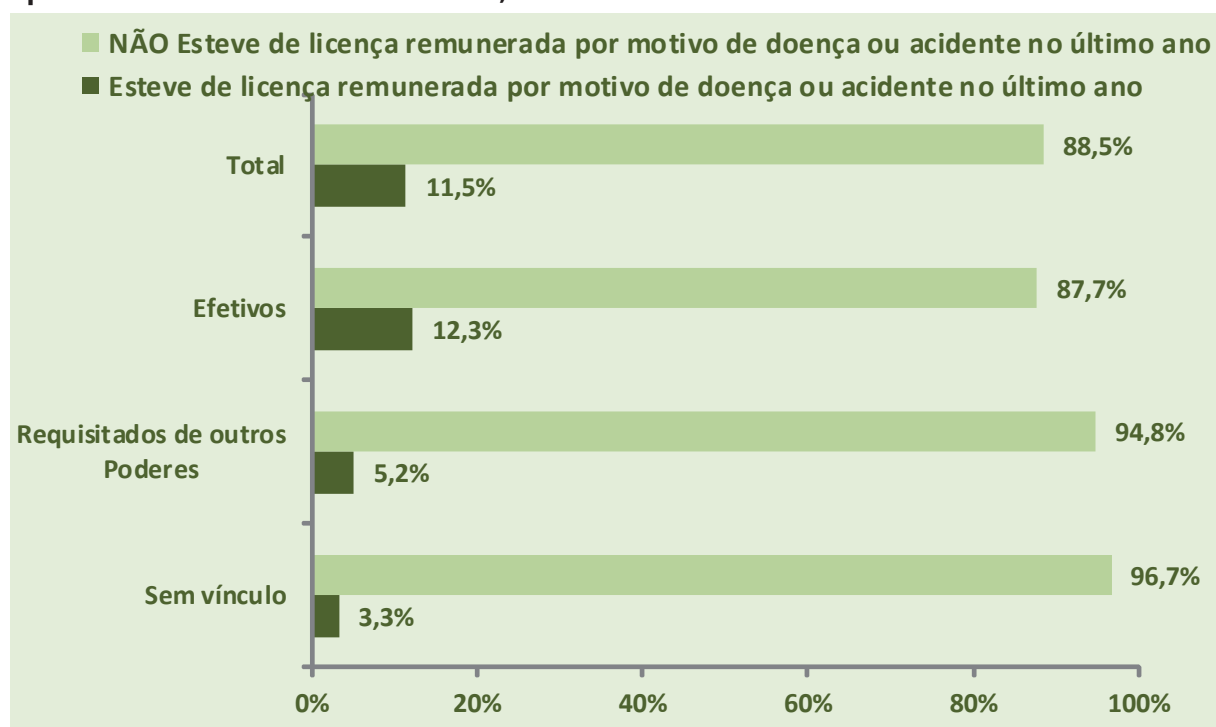
4.2.8.7. Jornada de trabalho média (em horas) de servidores efetivos que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença com o trabalho, por ramos de Justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



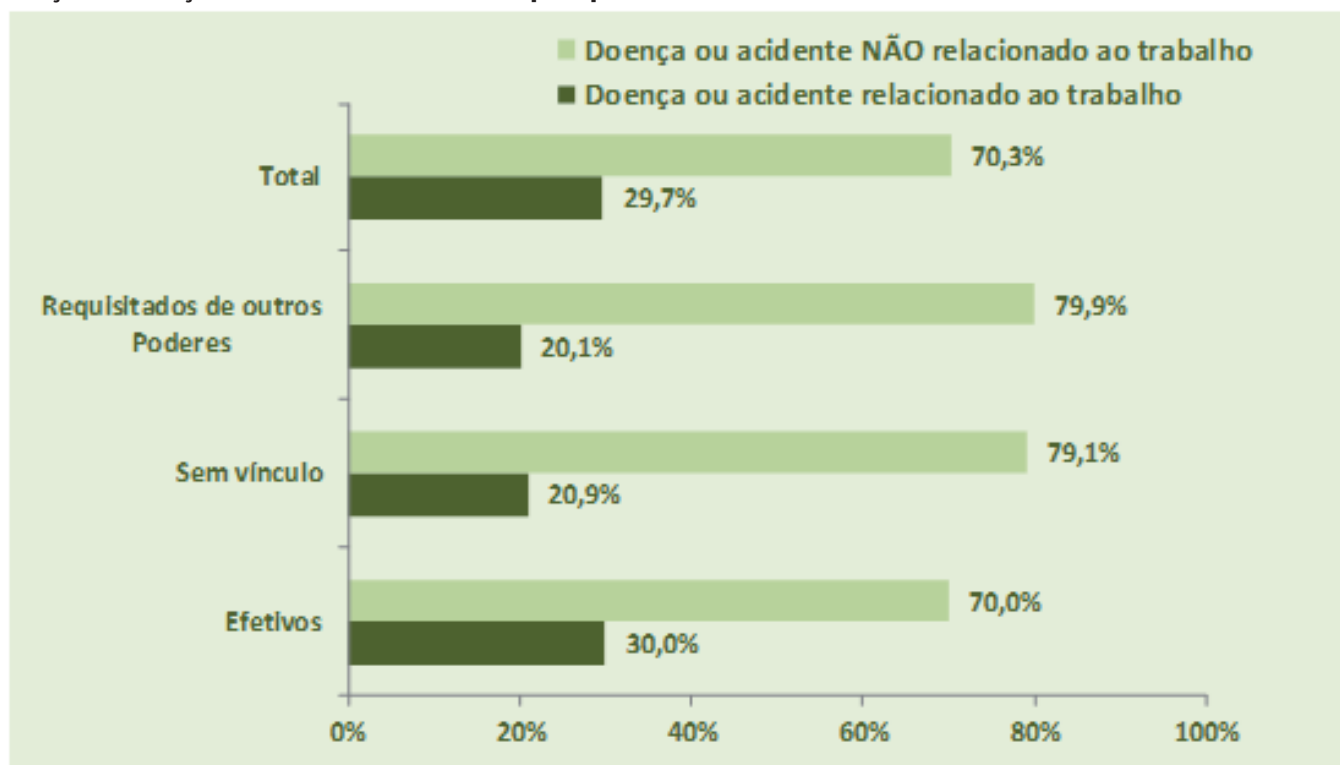
4.2.8.8. Jornada de trabalho média (em horas) de servidores segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por ramos de Justiça em que trabalham. Brasil, 2013.



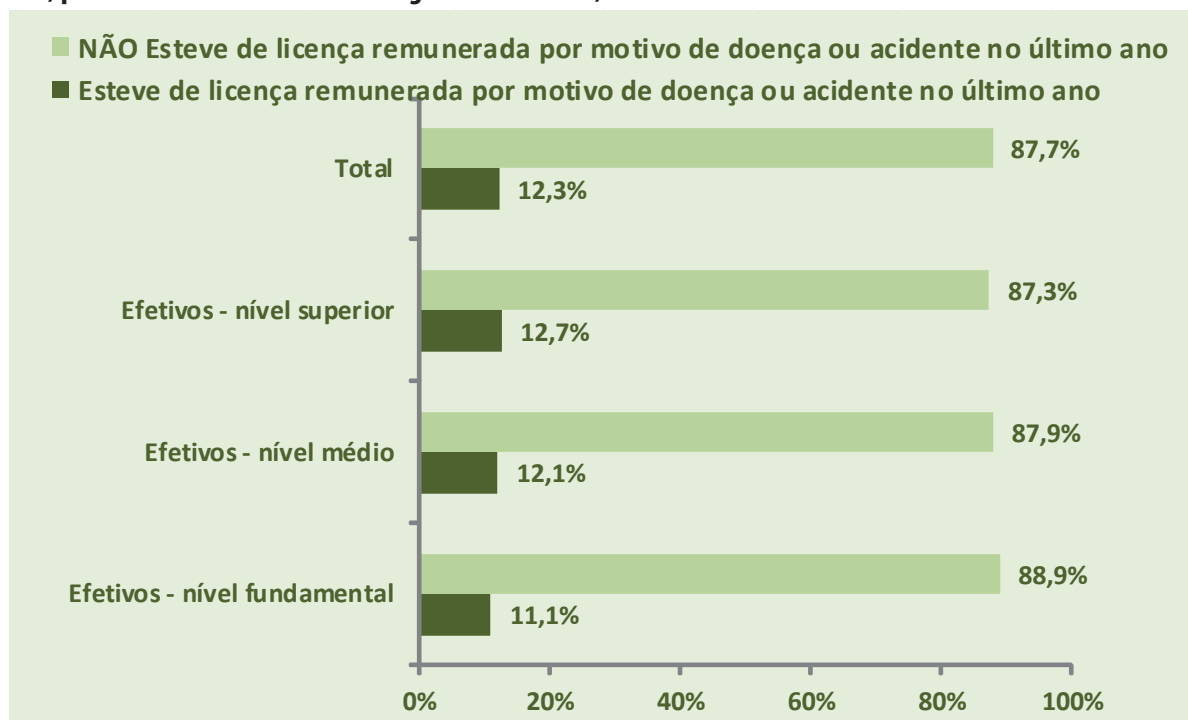
4.2.8.9. Percentual de servidores segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por tipo de vínculo com o Poder Judiciário. Brasil, 2013.



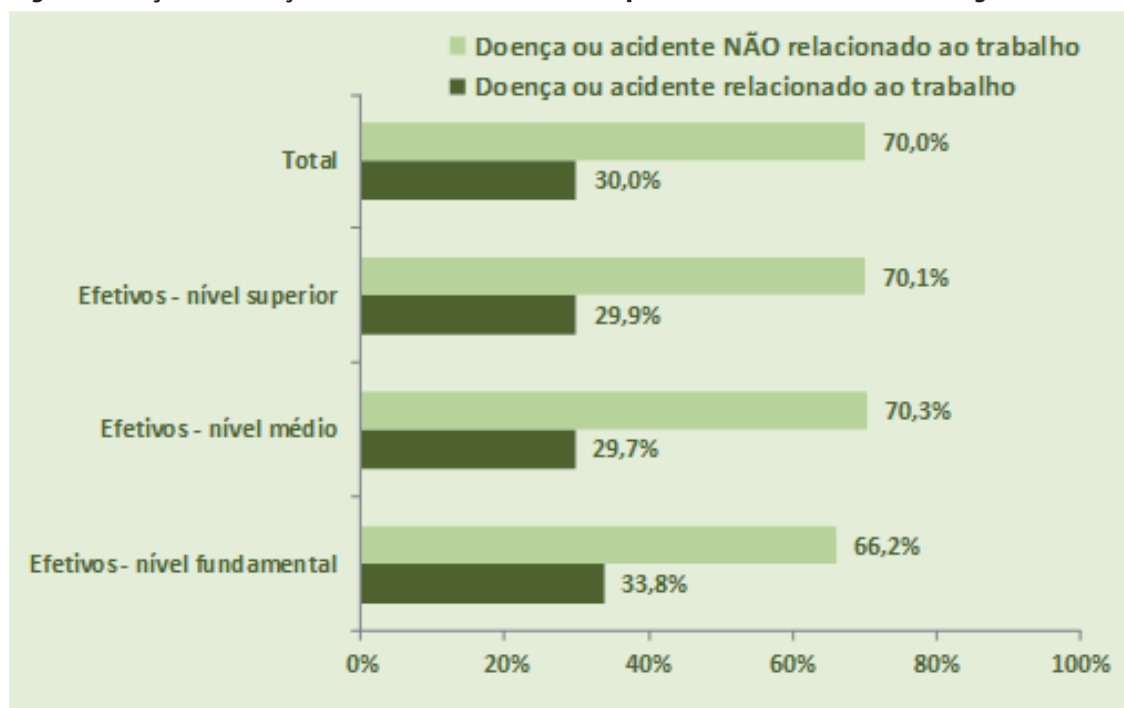
4.2.8.10. Percentual de servidores que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença ou acidente com o trabalho, por tipo de vínculo com o Poder Judiciário. Brasil, 2013.



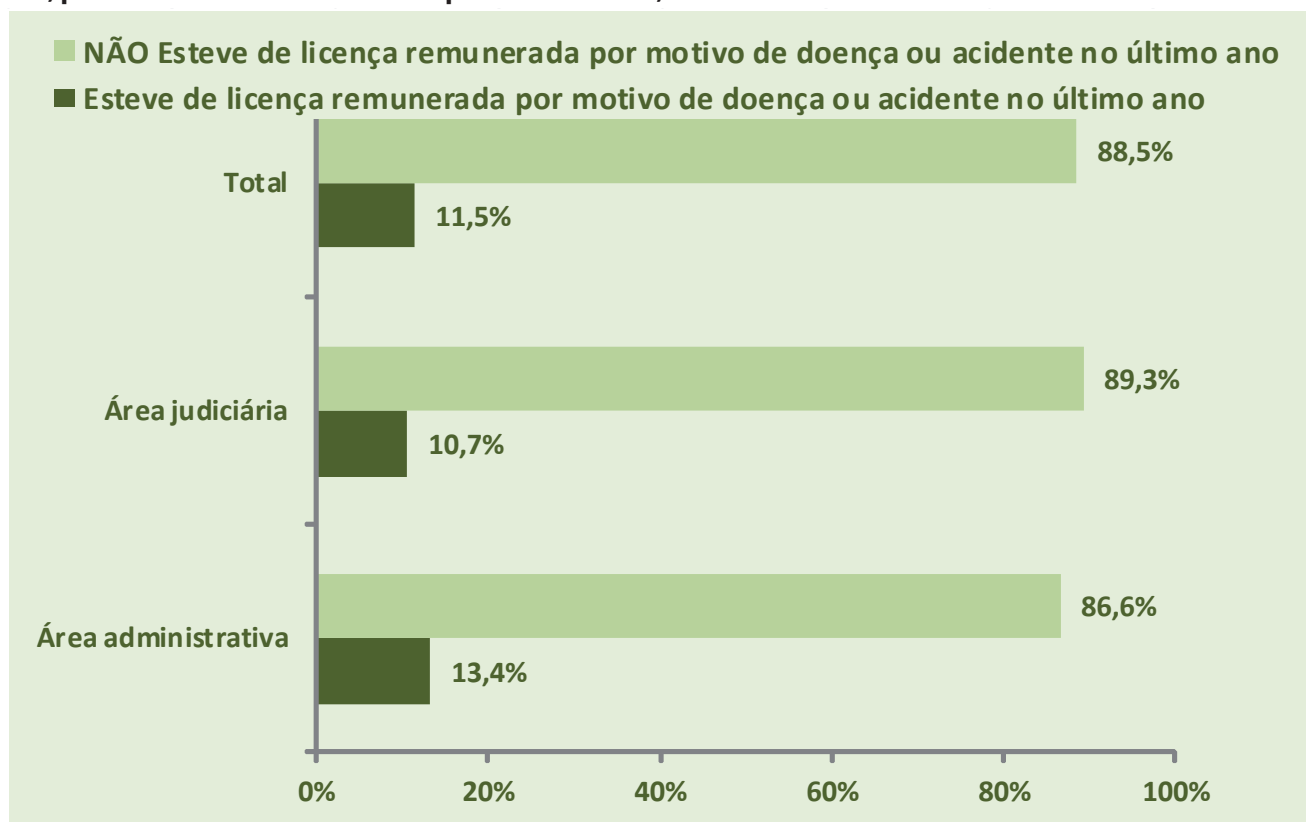
4.2.8.11. Percentual de servidores efetivos segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por nível de escolaridade do cargo efetivo. Brasil, 2013.



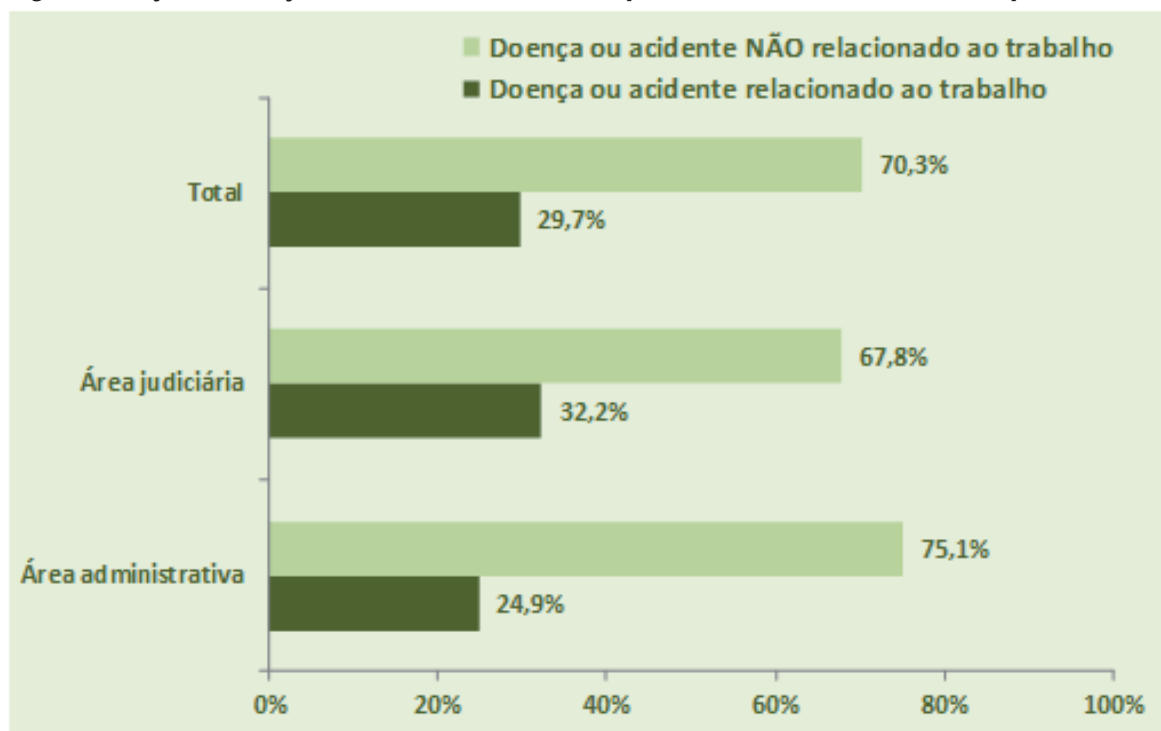
4.2.8.12. Percentual de servidores efetivos que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença ou acidente com o trabalho, por nível de escolaridade do cargo efetivo. Brasil, 2013.



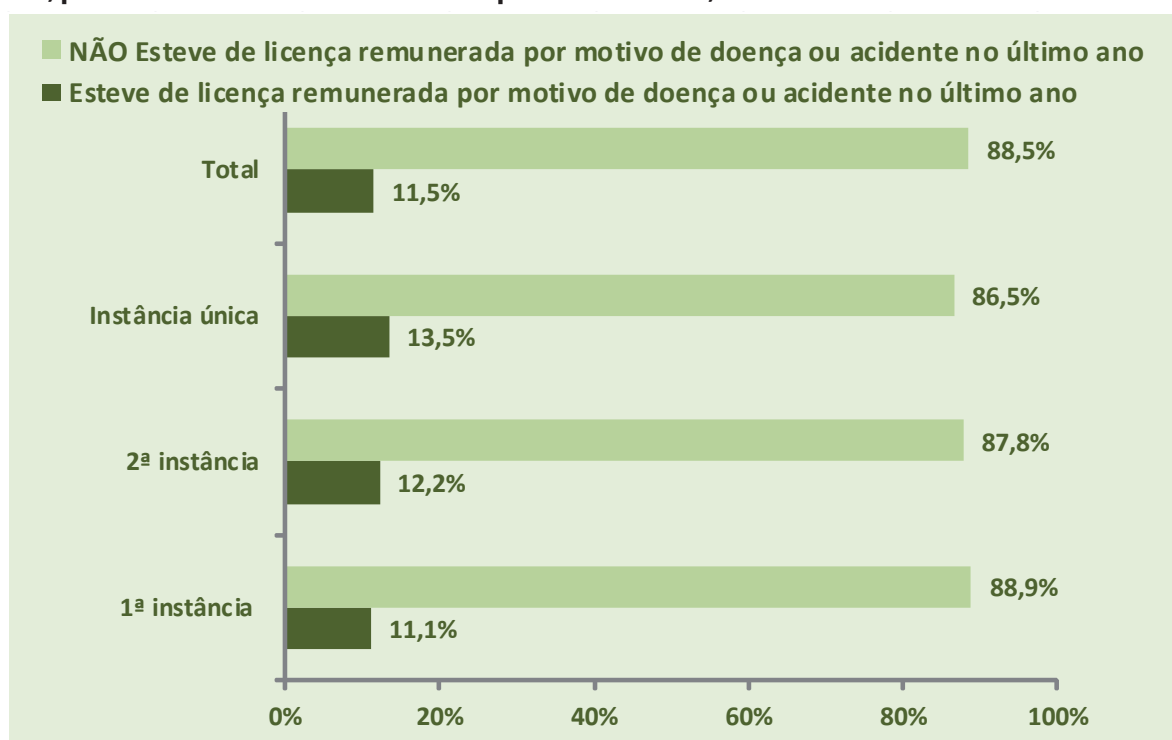
4.2.8.13. Percentual de servidores efetivos segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por área do Tribunal/Conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



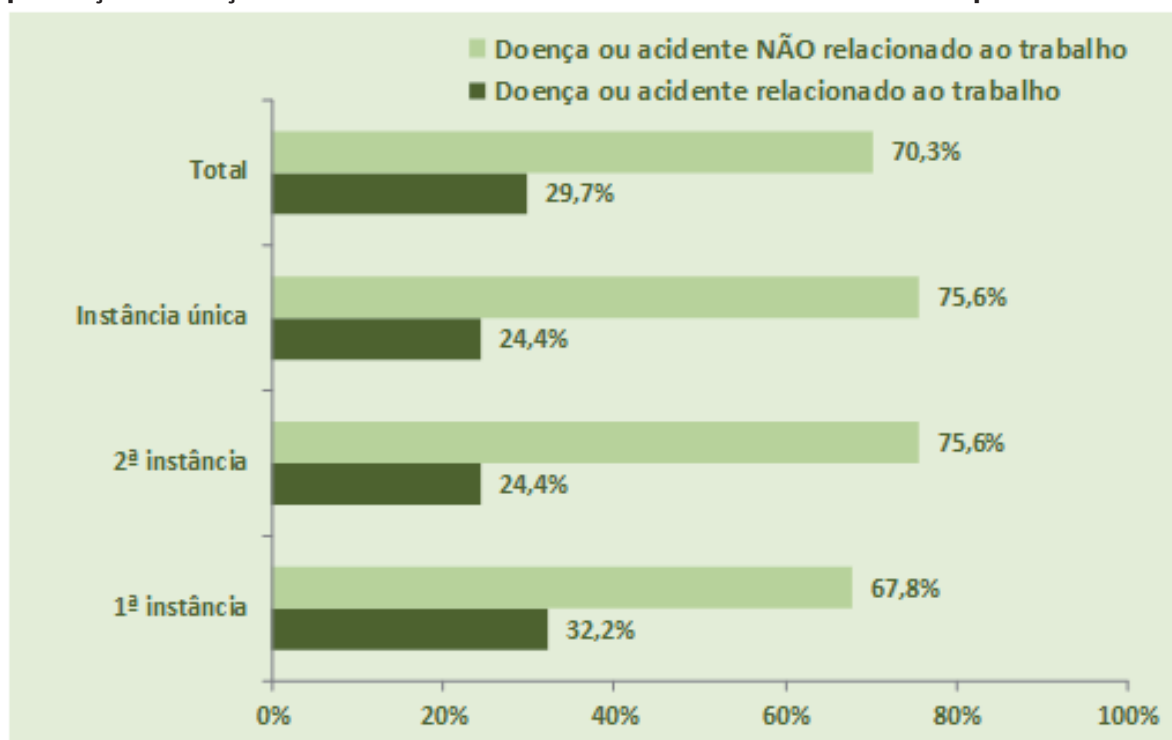
4.2.8.14. Percentual de servidores efetivos que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, segundo relação da doença ou acidente com o trabalho, por área do Tribunal/Conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



4.2.8.15. Percentual de servidores efetivos segundo gozo de licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por instância do Tribunal/Conselho em que trabalha. Brasil, 2013.



4.2.8.16. Percentual de servidores efetivos que tiraram licença remunerada por motivo de doença ou acidente no último ano, por relação da doença ou acidente com o trabalho e instância do Tribunal/Conselho em que trabalha. Brasil, 2013.

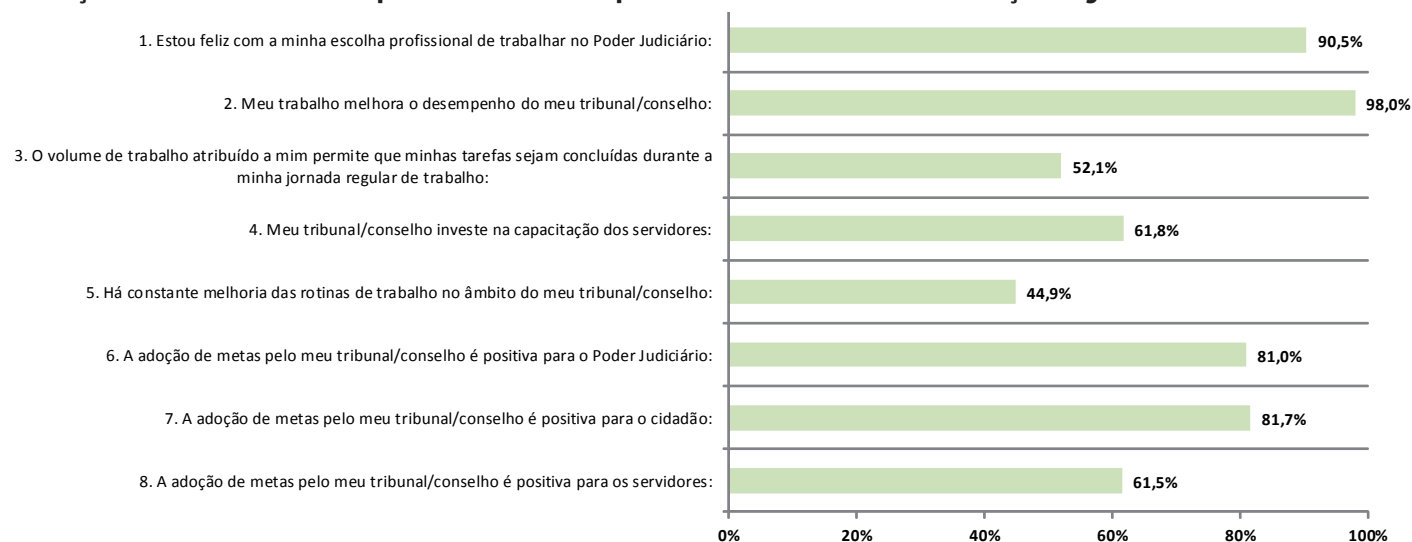


4.3. O QUE PENSAM

4.3.1. PERCENTUAIS DE RESPOSTAS POSITIVAS DOS SERVIDORES

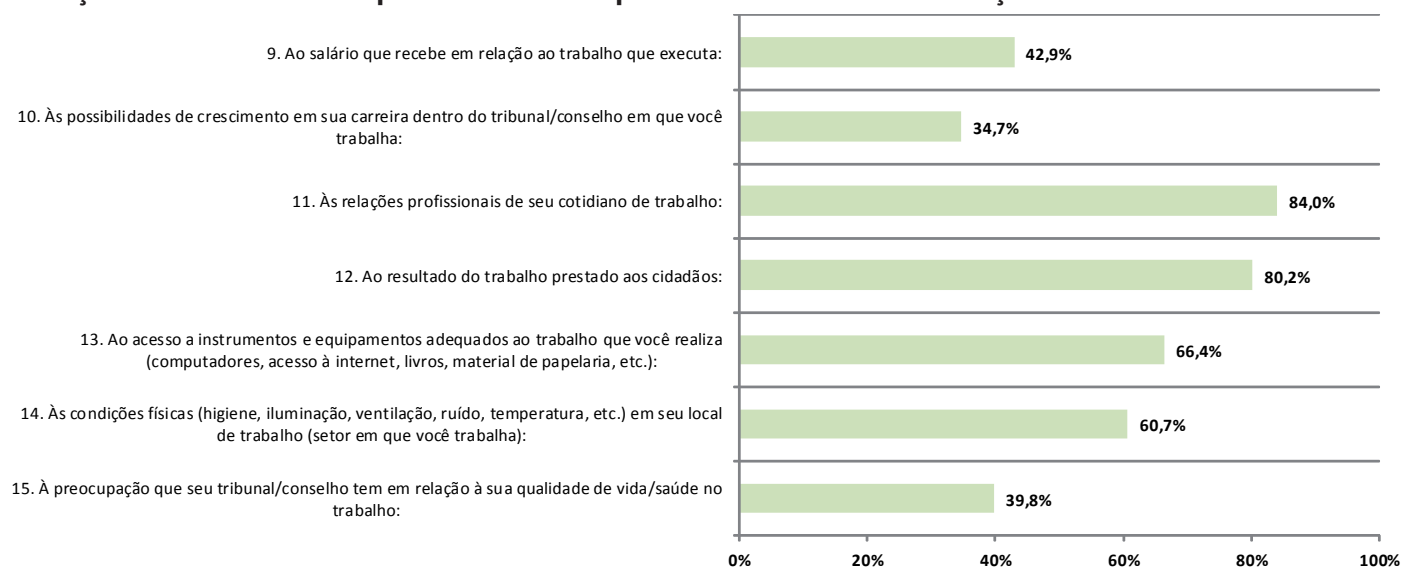
4.3.1.1. Percentual de respostas positivas dos servidores. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



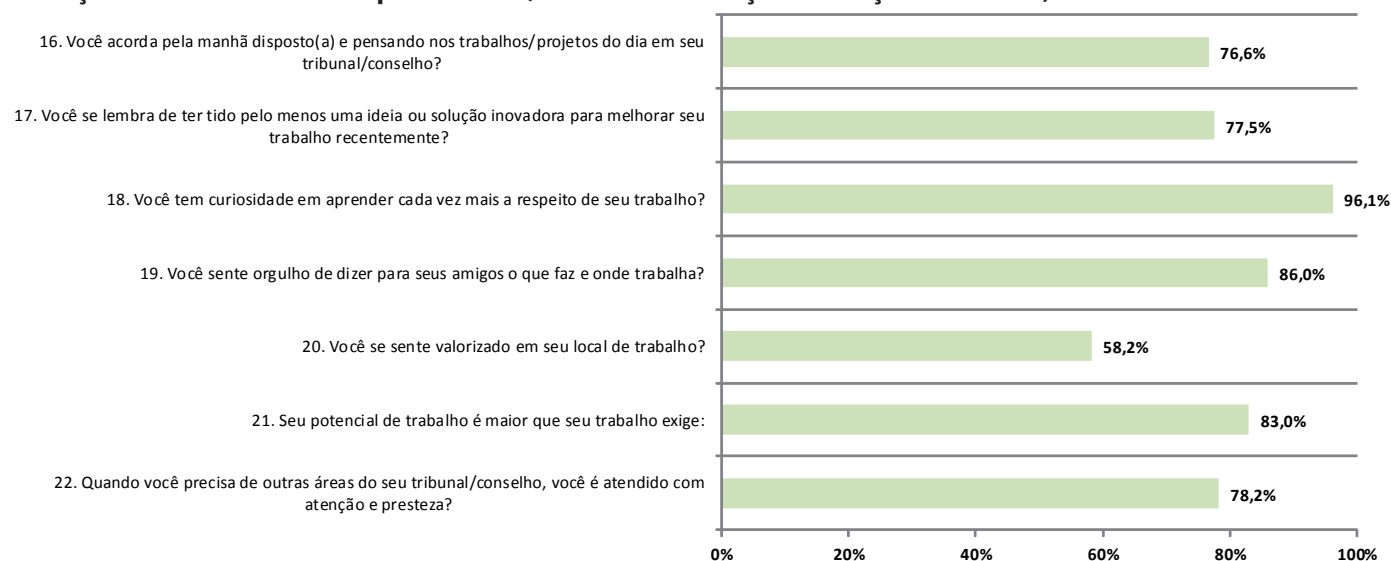
4.3.1.2. Percentual de respostas positivas dos servidores. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



4.3.1.3. Percentual de respostas positivas dos servidores. Brasil, 2013.

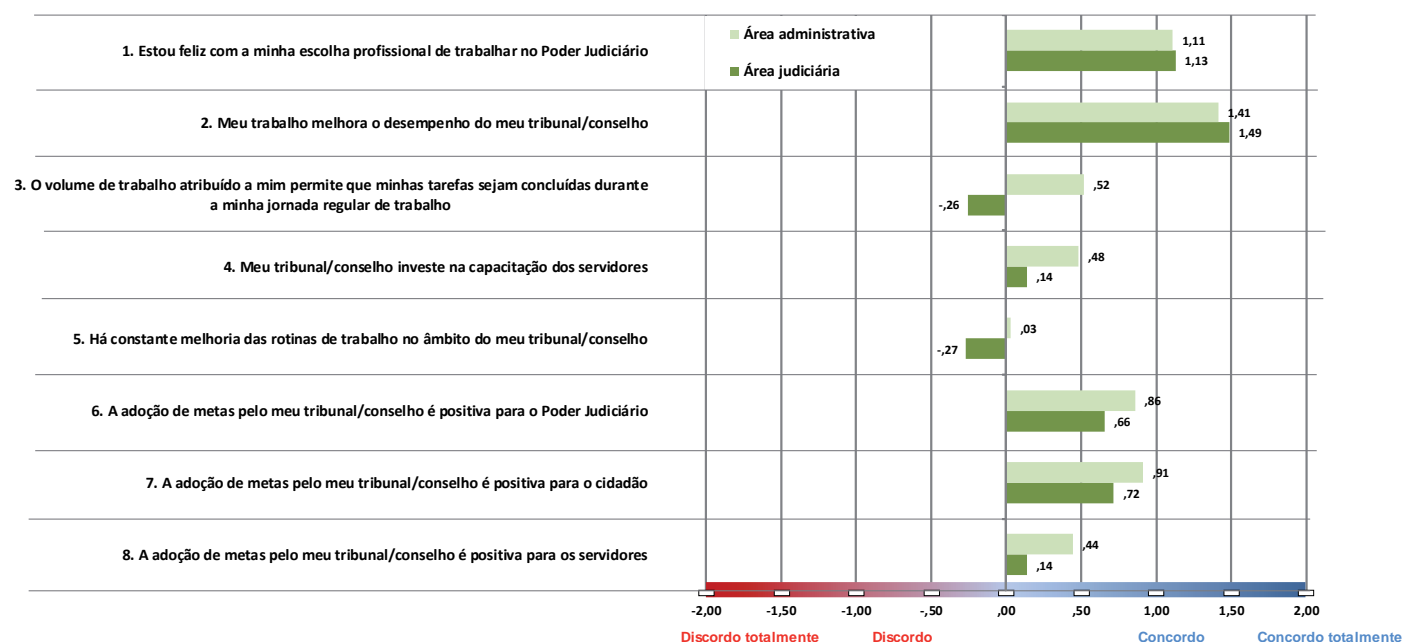
Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"



4.3.2. OPINIÃO DOS SERVIDORES SEGUNDO ÁREA DE ATUAÇÃO

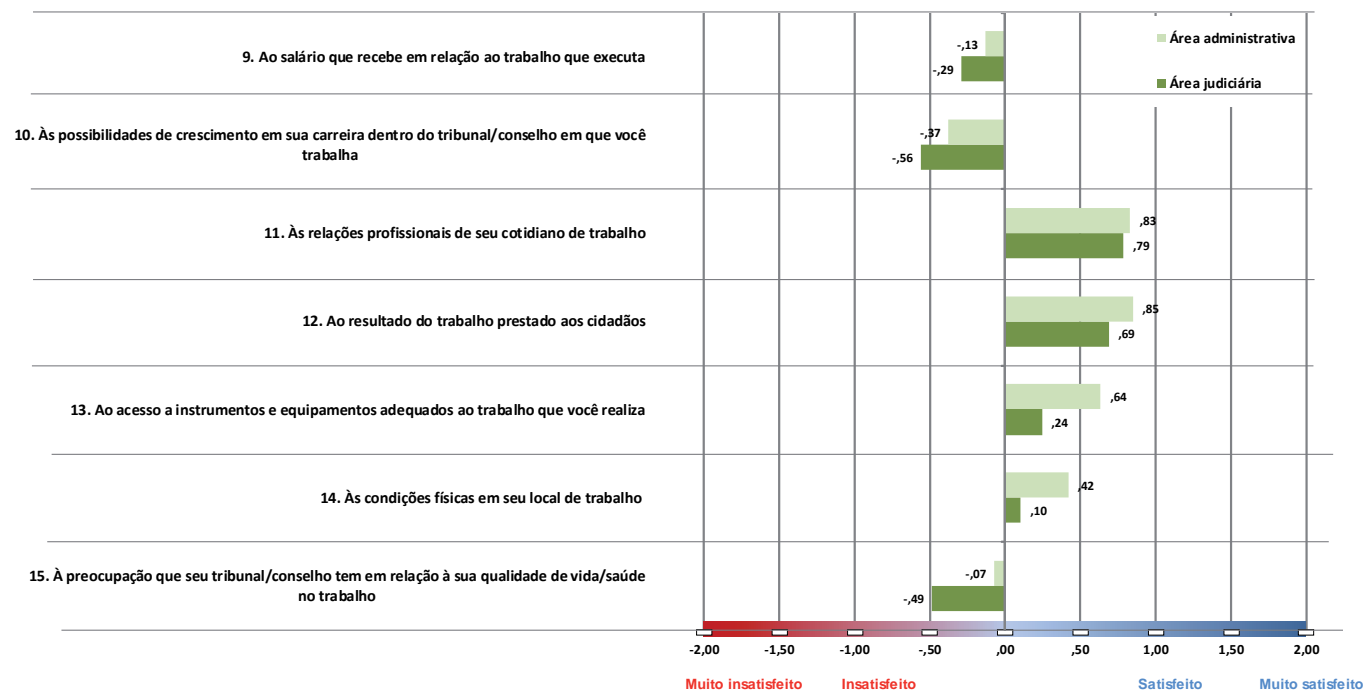
4.3.2.1. Graus de concordância dos servidores em relação às rotinas, volume de trabalho, metas e capacitação. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



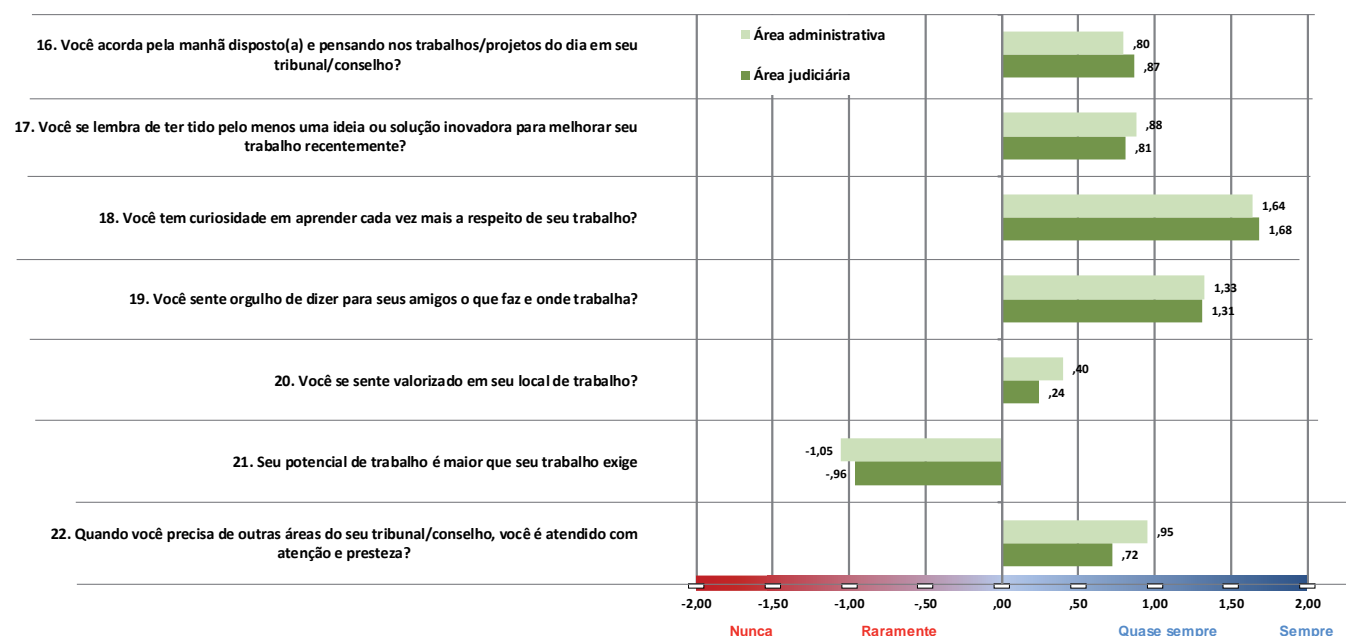
4.3.2.2. Graus de satisfação dos servidores quanto à carreira, relações profissionais, condições de trabalho e resultados. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



4.3.2.3. Graus de motivação dos servidores. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"



4.3.3. OPINIÃO DOS SERVIDORES SEGUNDO INSTÂNCIA DE LOTAÇÃO

4.3.3.1. Graus de concordância dos servidores em relação às rotinas, volume de trabalho, metas e capacitação. Brasil, 2013.

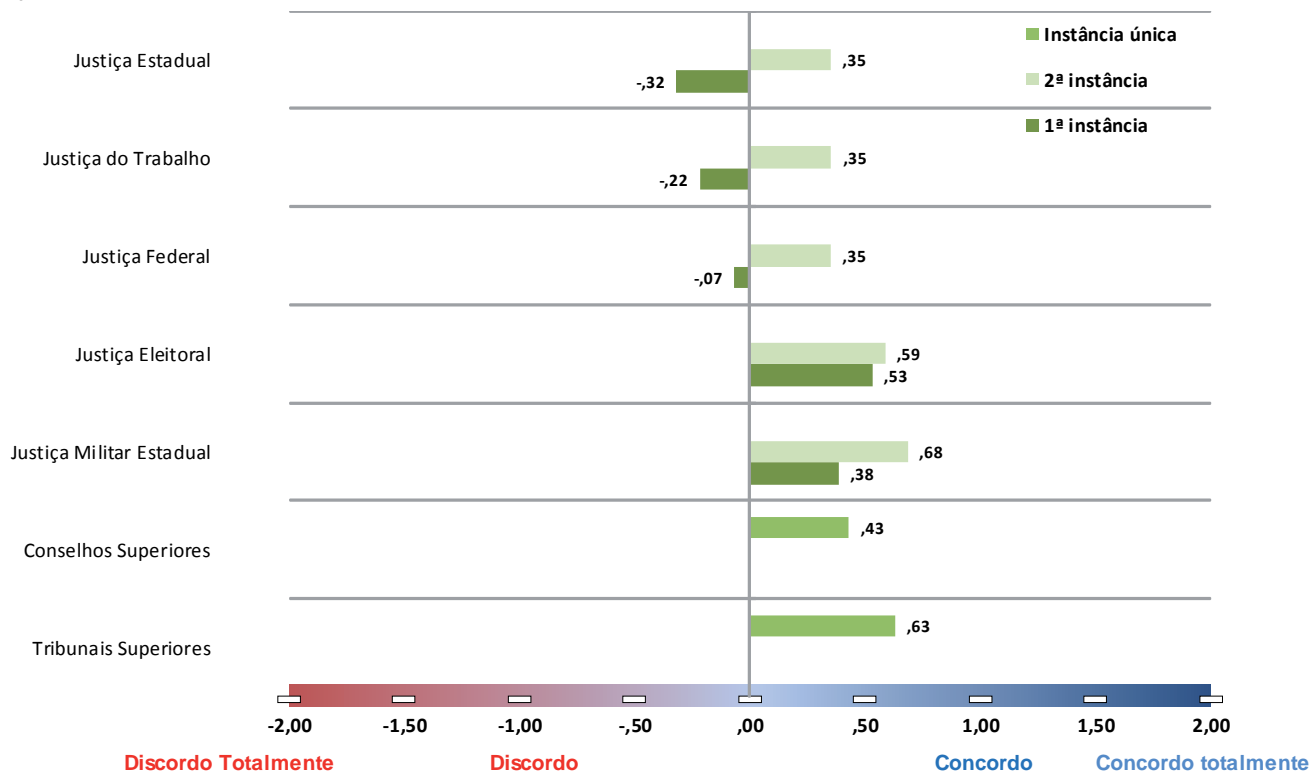
Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



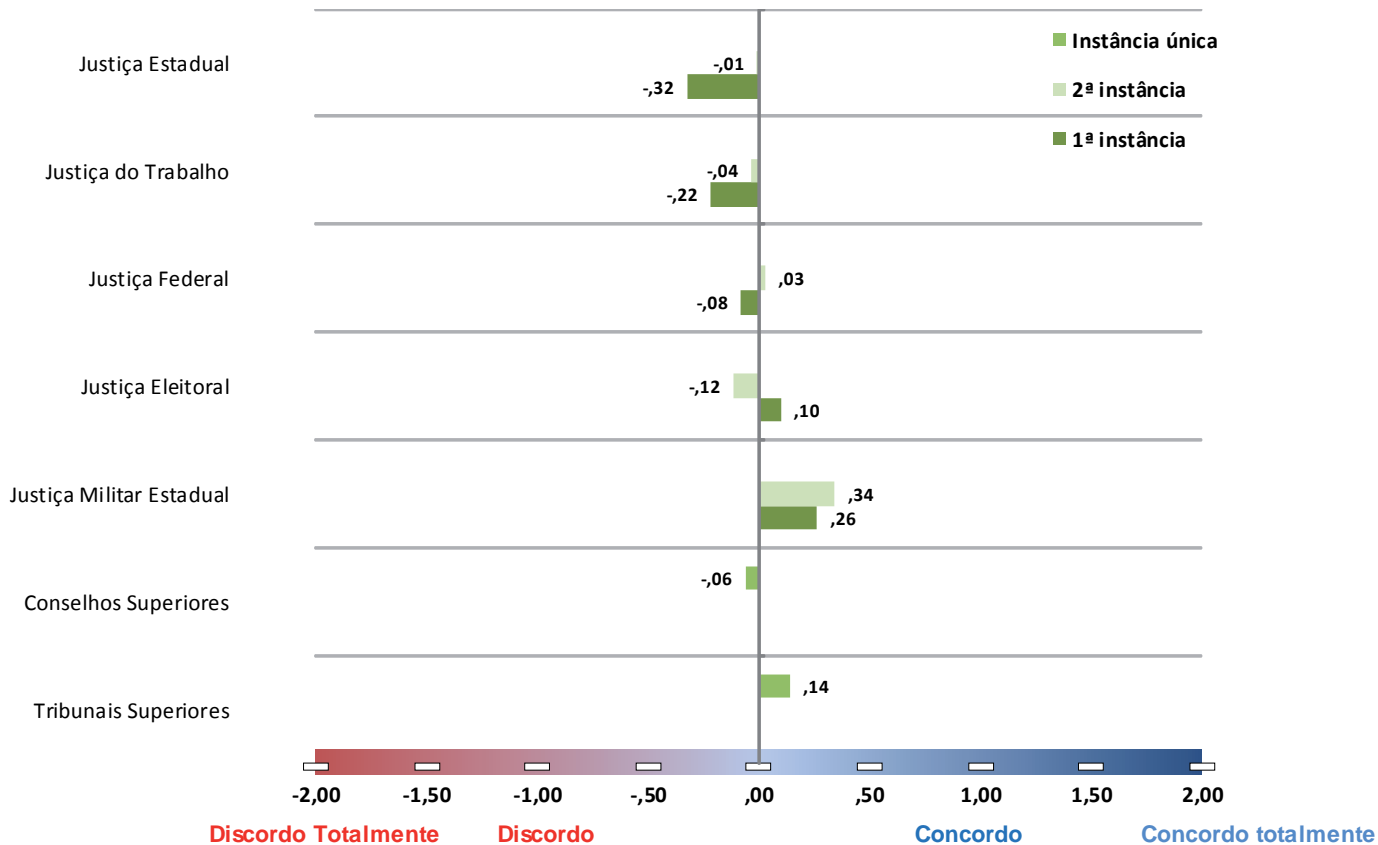
4.3.3.1.1. Grau de concordância dos servidores segundo ramos de justiça e instância em que trabalha. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"

Afirmação 3) "O volume de trabalho a mim permite que minhas tarefas sejam concluídas durante a minha jornada regular de trabalho"

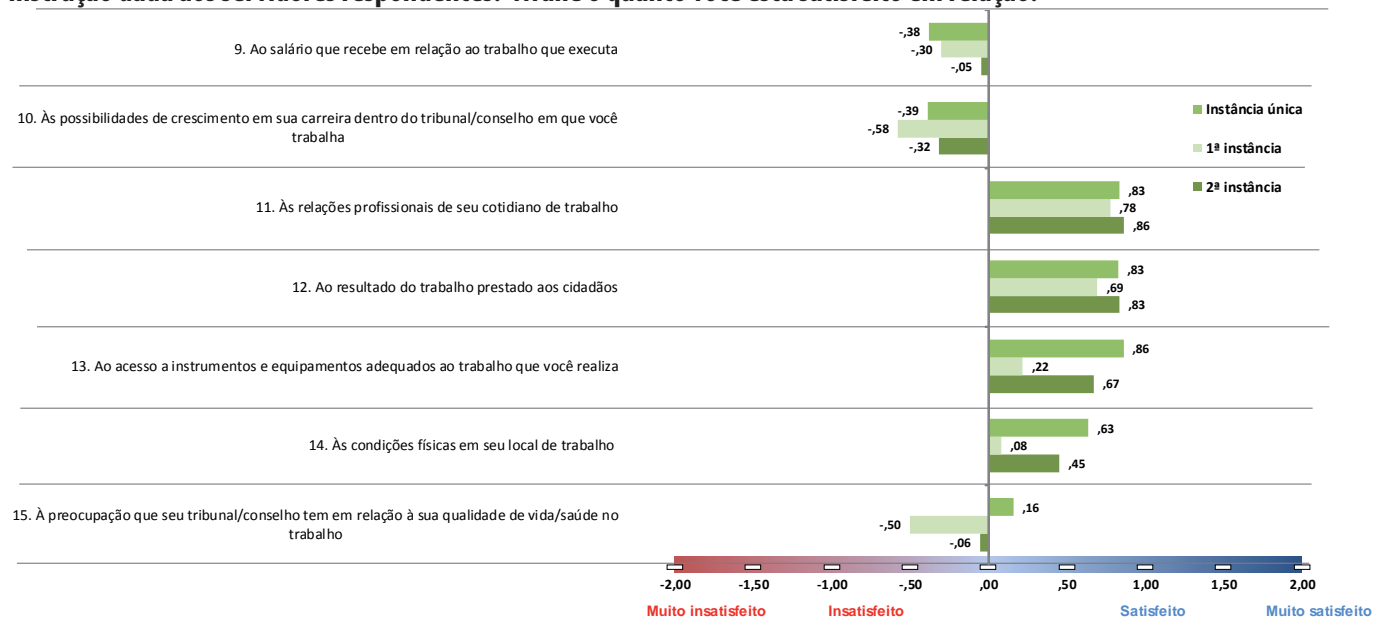


4.3.3.1.2. Grau de concordância dos servidores segundo ramos de Justiça e instância em que trabalha. Brasil, 2013.
Instrução dada aos servidores respondentes: “Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:”
Afirmiação 5) “Há constante melhoria das rotinas de trabalho no âmbito do meu tribunal/conselho”



4.3.3.2. Graus de satisfação dos servidores quanto à carreira, relações profissionais, condições de trabalho e resultados. Brasil, 2013.

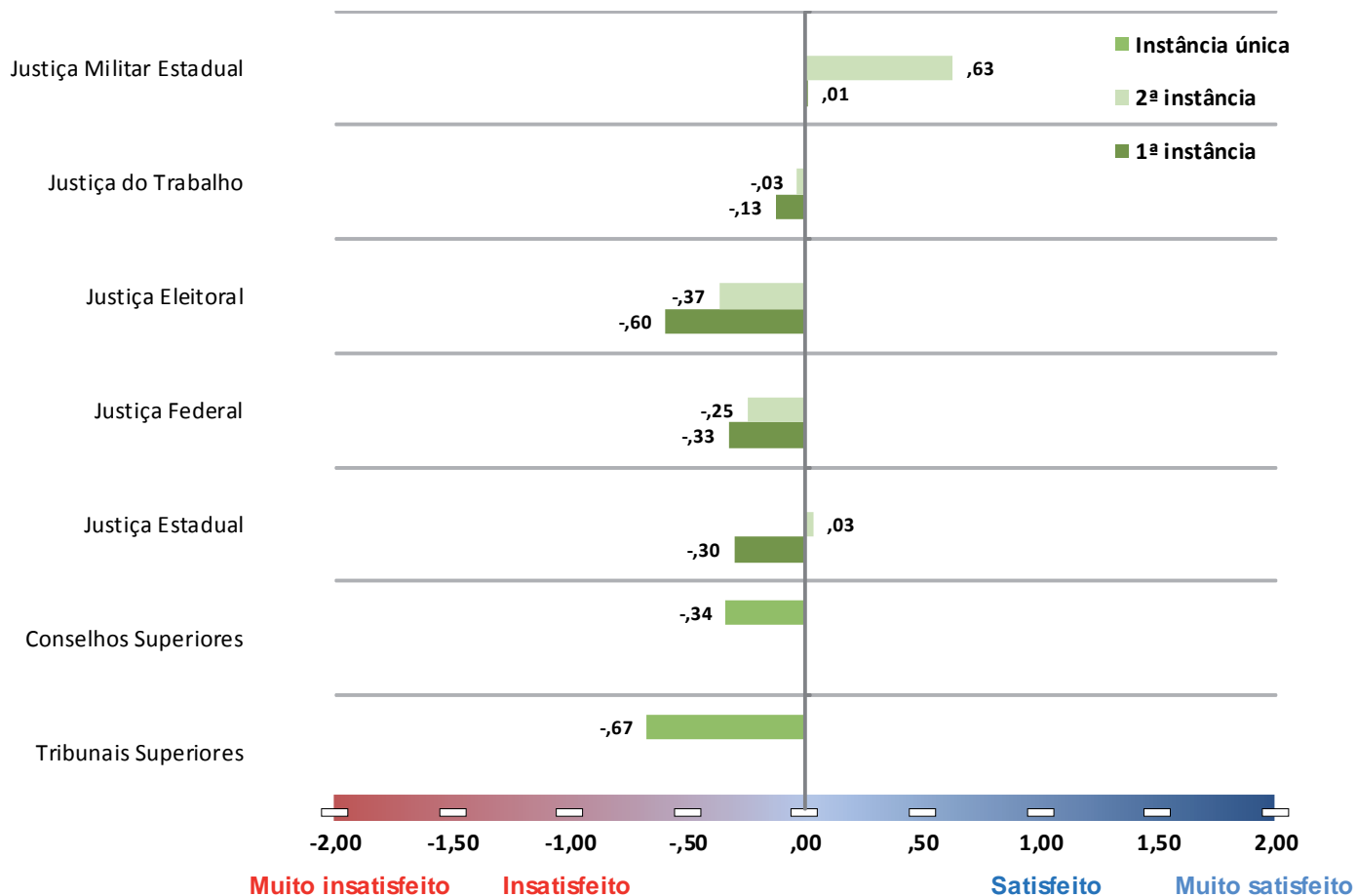
Instrução dada aos servidores respondentes: “Avalie o quanto você está satisfeito em relação:”



4.3.3.2.1. Grau de satisfação dos servidores, segundo ramos de Justiça e instância em que trabalha. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"

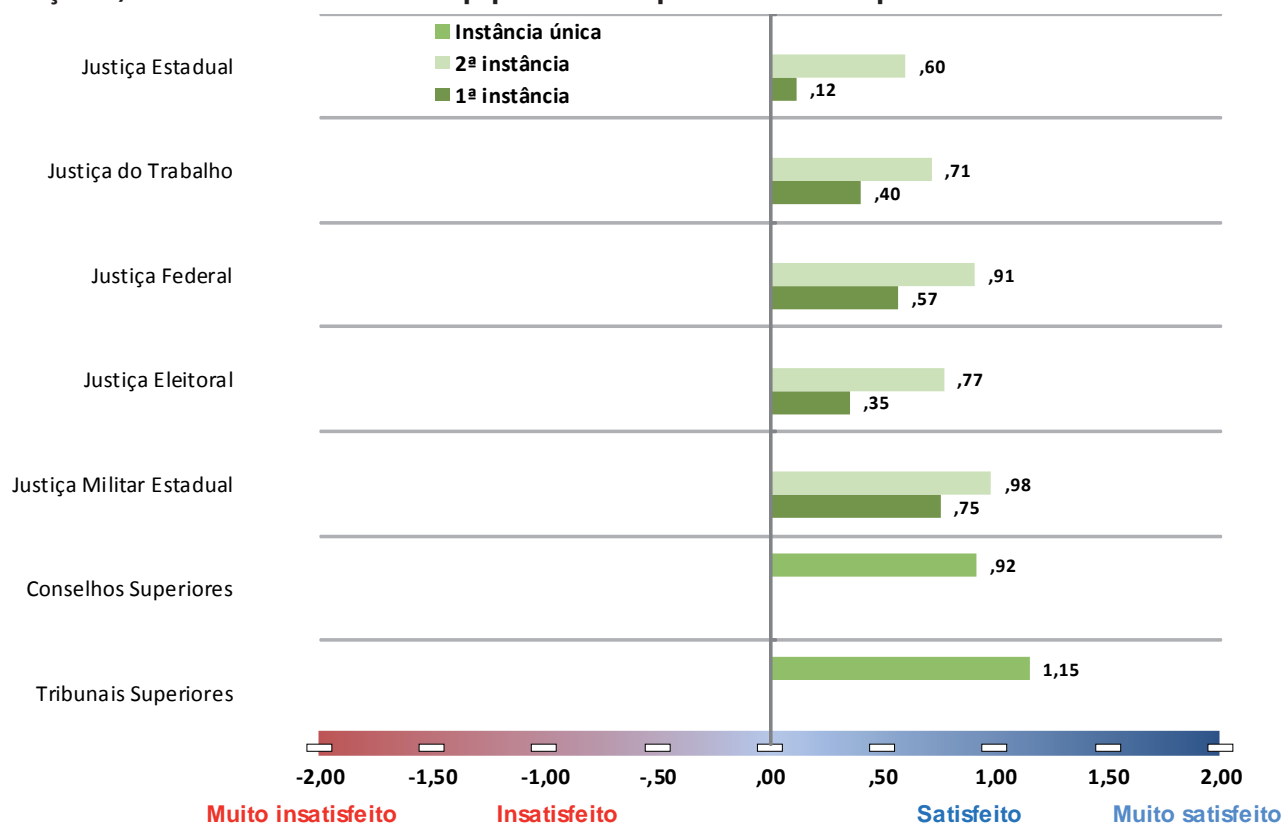
Afirmção 9) "Ao salário que recebe em relação ao trabalho que executa"



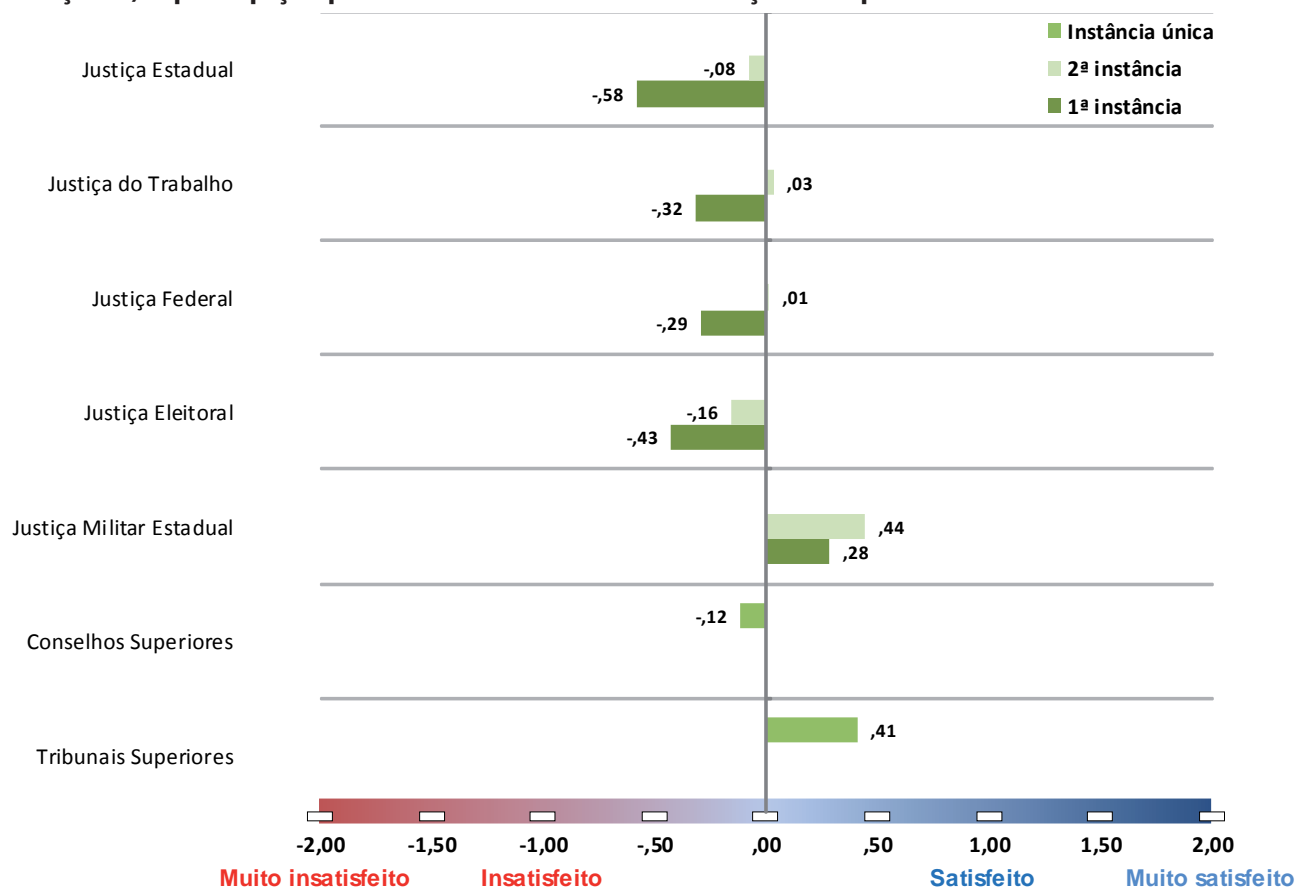
4.3.3.2.2. Grau de satisfação dos servidores, segundo ramos de Justiça e instância em que trabalha. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"

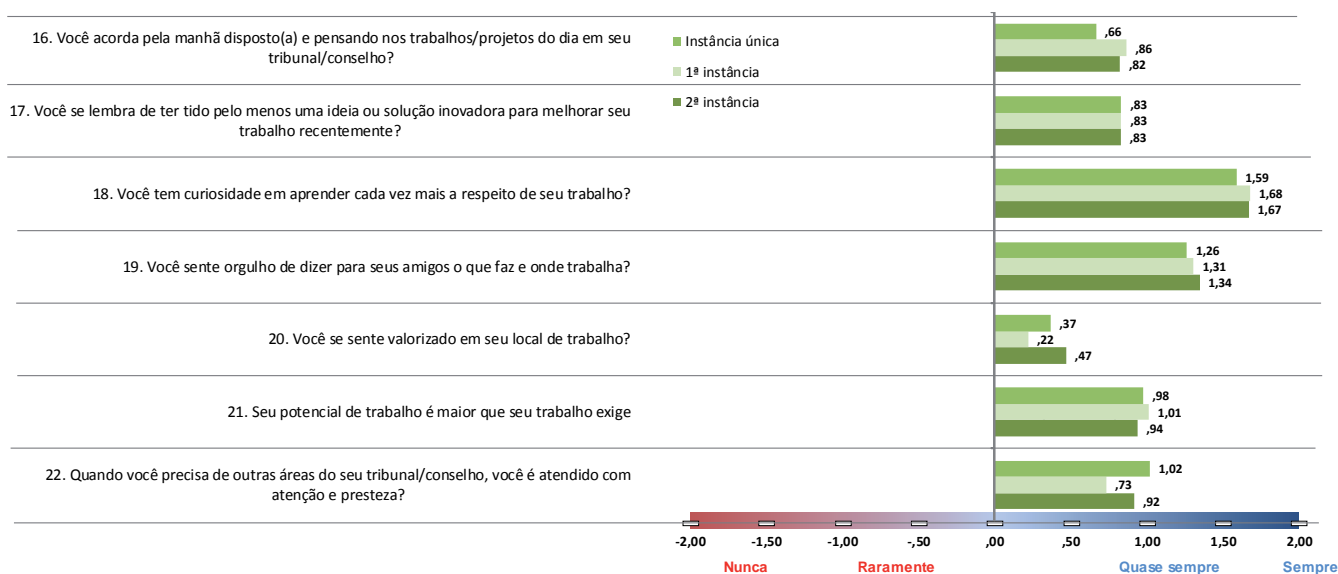
Afirmção 13) "Ao acesso a instrumentos e equipamentos adequados ao trabalho que você realiza"



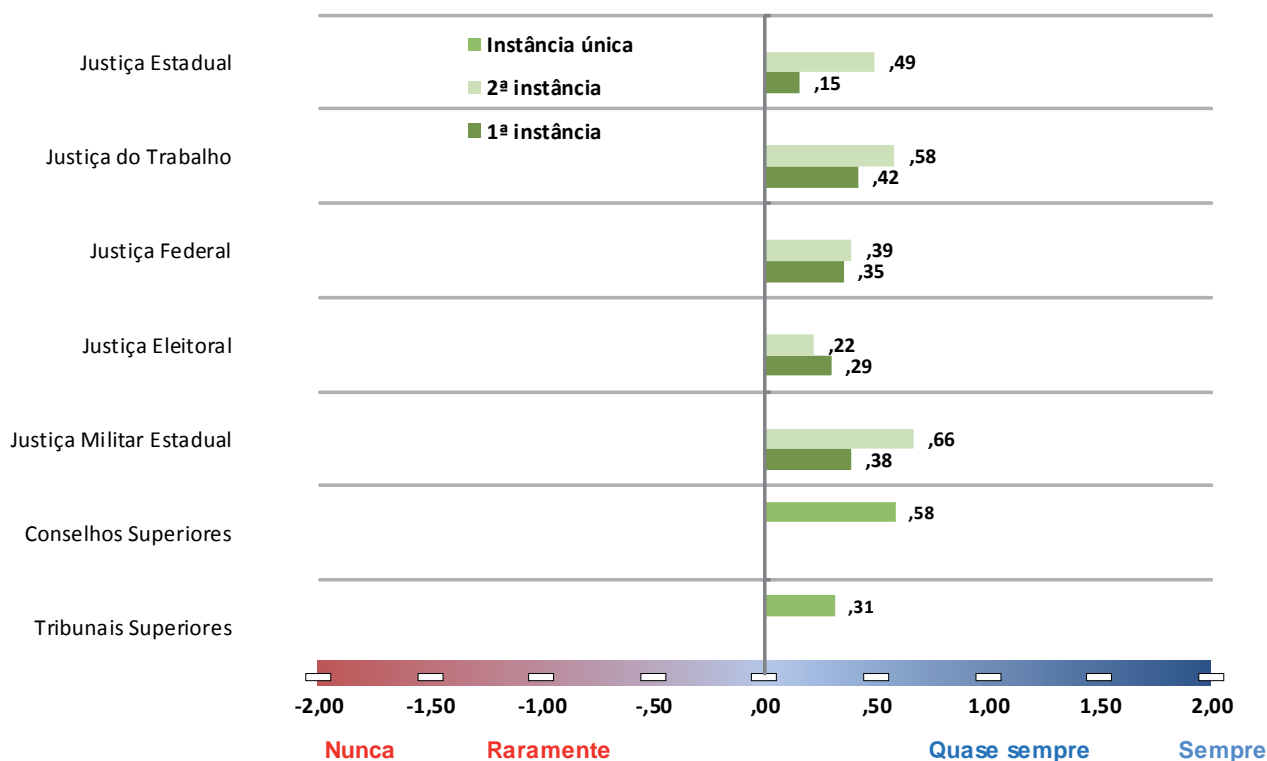
4.3.3.2.3. Grau de satisfação dos servidores, segundo ramos de Justiça e instância em que trabalha. Brasil, 2013.
Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"
Afirmção 15) "À preocupação que seu tribunal/conselho tem em relação à sua qualidade de vida/saúde no trabalho"



4.3.3.3. Graus de motivação dos servidores. Brasil, 2013.
Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"

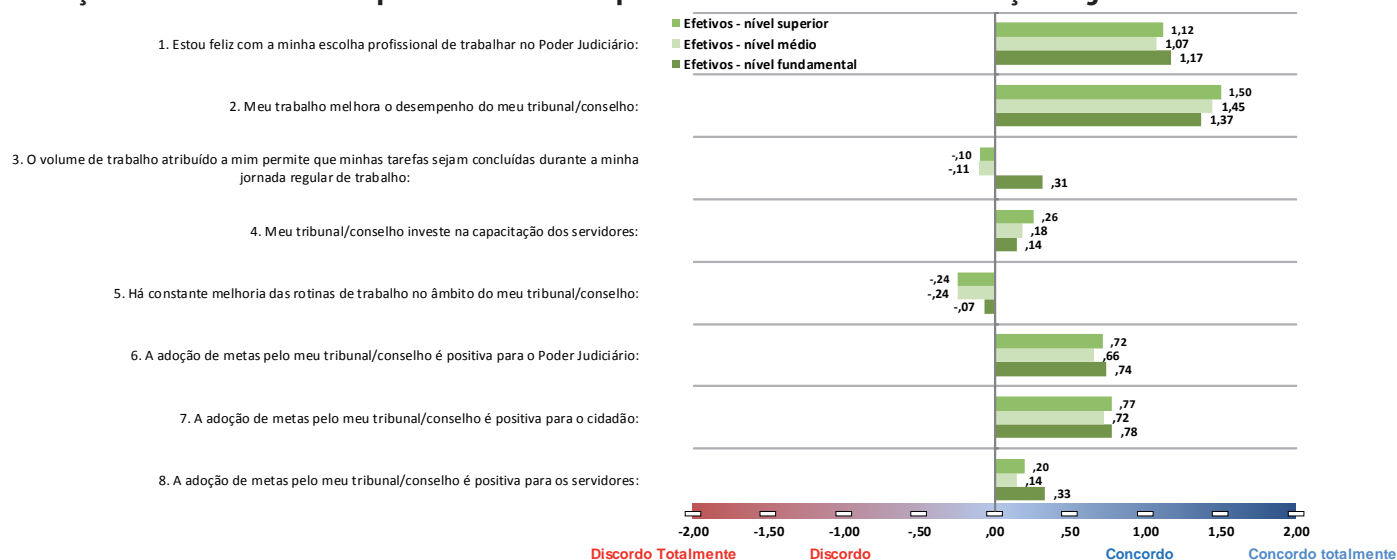


4.3.3.3.1. Grau de motivação dos servidores, segundo ramos de Justiça e instância em que trabalha. Brasil, 2013.
Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"
Afirmção 20) "Você se sente valorizado em seu local de trabalho?"



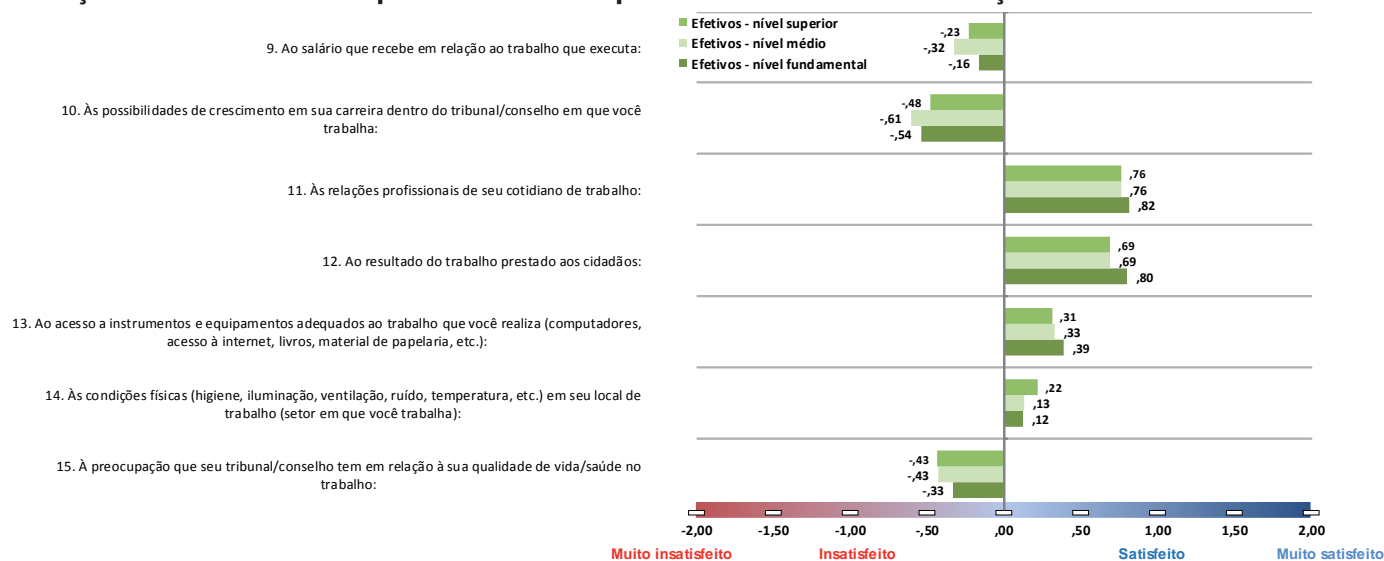
4.3.4. OPINIÃO DOS SERVIDORES SEGUNDO NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO CARGO QUE OCUPA

4.3.4.1. Graus de concordância dos servidores em relação às rotinas, volume de trabalho, metas e capacitação. Brasil, 2013.
Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



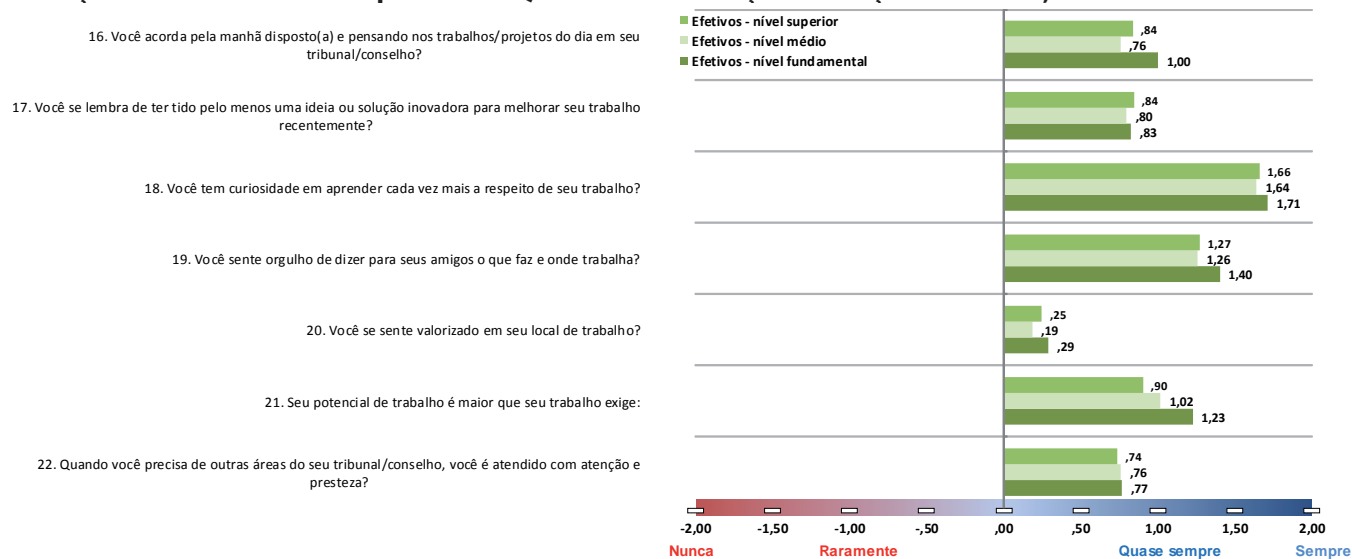
4.3.4.2. Graus de satisfação dos servidores quanto à carreira, relações profissionais, condições de trabalho e resultados. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



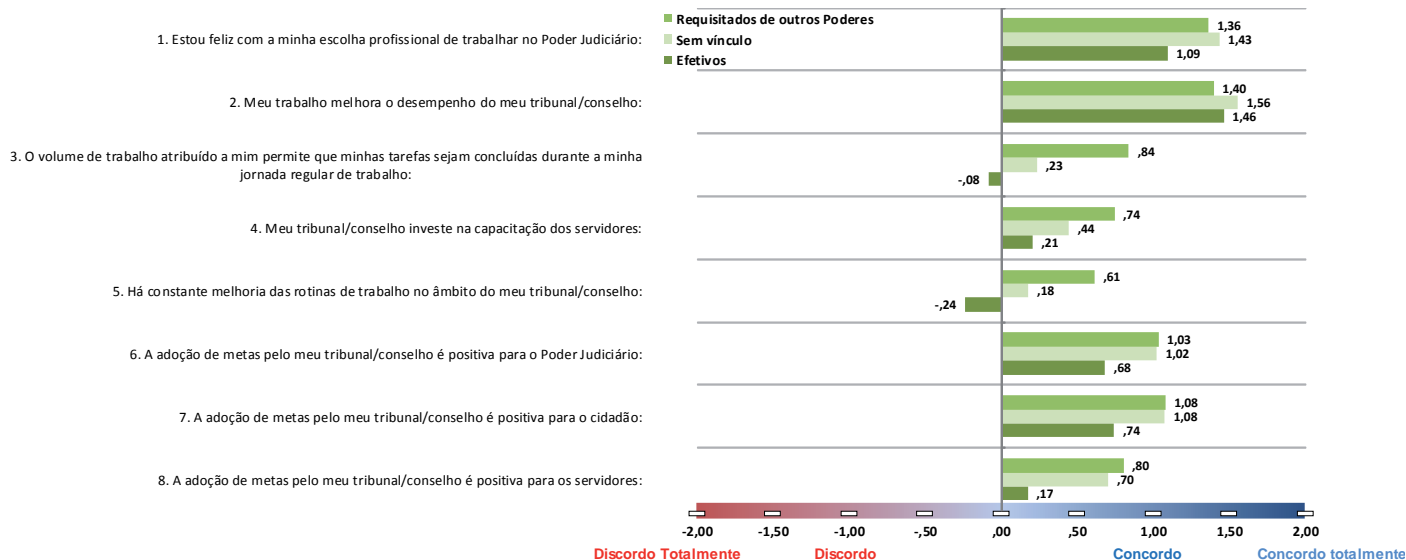
4.3.4.3. Graus de motivação dos servidores. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"



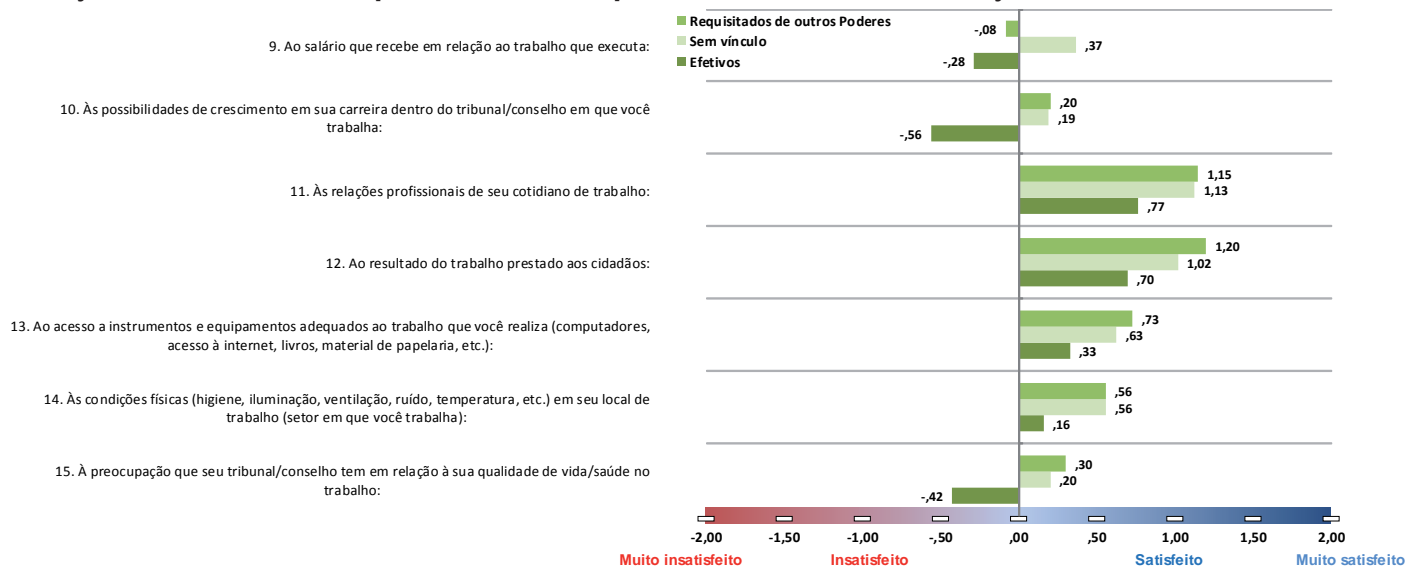
4.3.5. OPINIÕES DOS SERVIDORES SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO COM O JUDICIÁRIO

4.3.5.1. Graus de concordância dos servidores em relação às rotinas, volume de trabalho, metas e capacitação. Brasil, 2013. Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



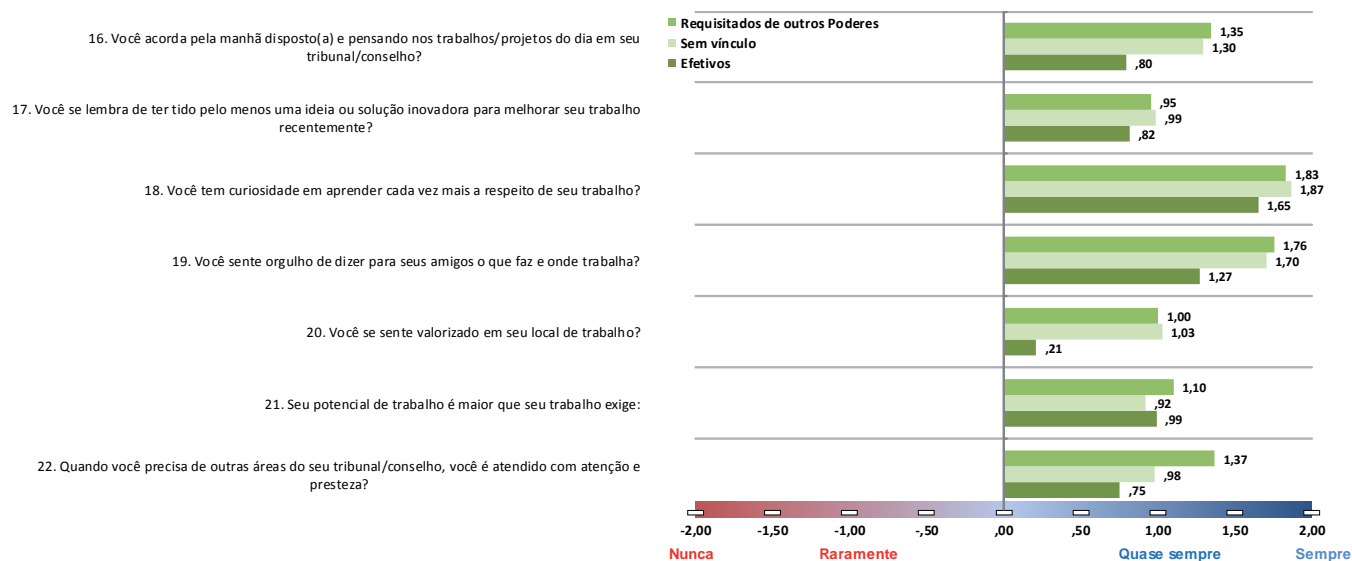
4.3.5.2. Graus de satisfação dos servidores quanto à carreira, relações profissionais, condições de trabalho e resultados. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



4.3.5.3. Grau de motivação dos servidores. Brasil, 2013.

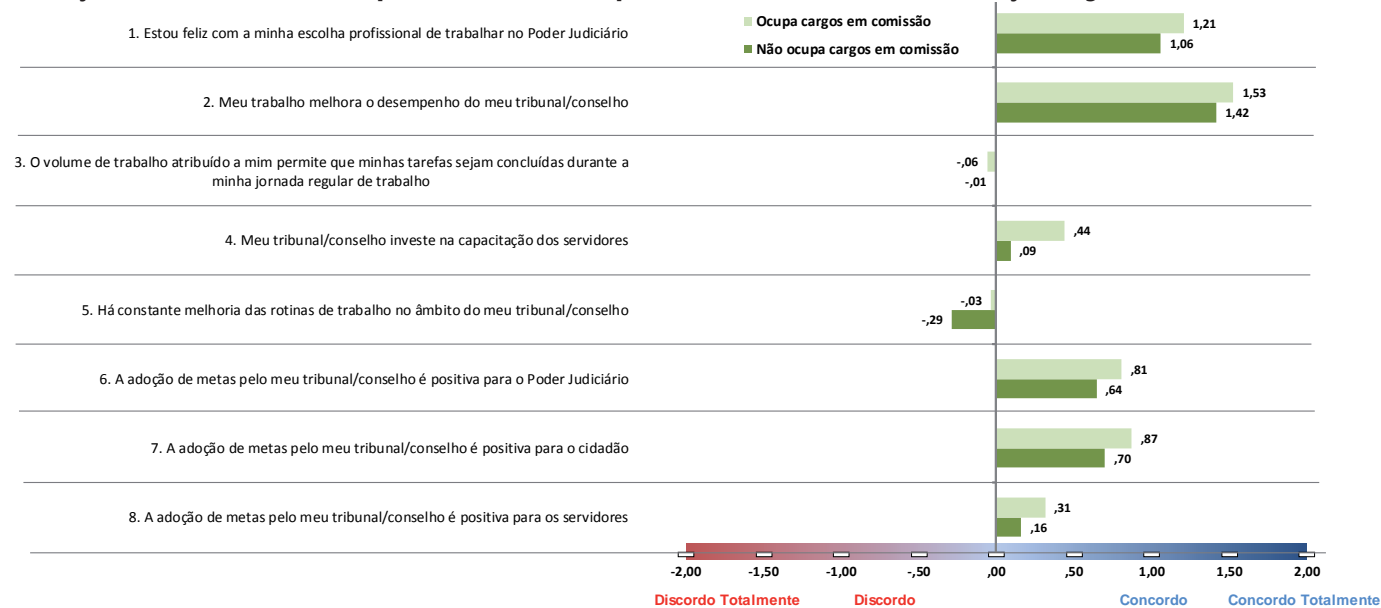
Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"



4.3.6. OPINIÃO DOS SERVIDORES SEGUNDO OCUPAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO OU FUNÇÕES COMISSONADAS²⁰

4.3.6.1. Graus de concordância dos servidores em relação às rotinas, volume de trabalho, metas e capacitação. Brasil, 2013.

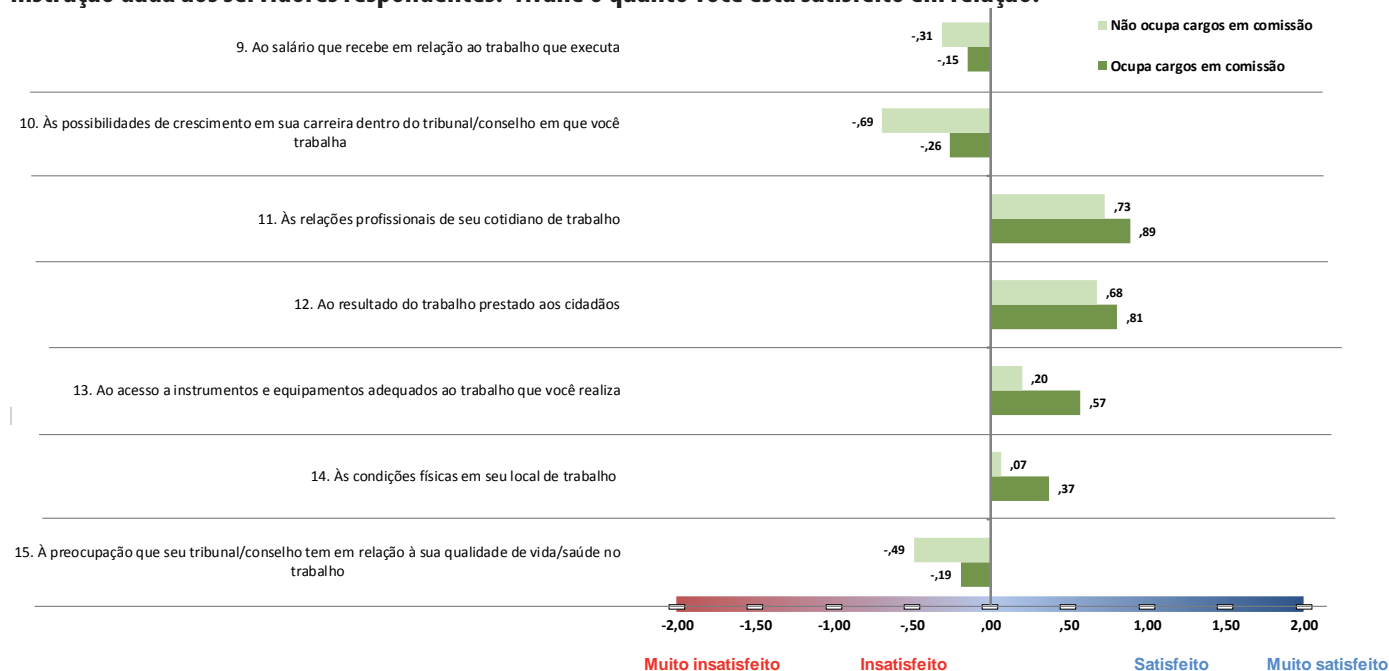
Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você concorda com as afirmações seguintes:"



²⁰ Nas legendas dos gráficos referentes a cargos em comissão fazem referência a cargos em comissão e funções comissionadas.

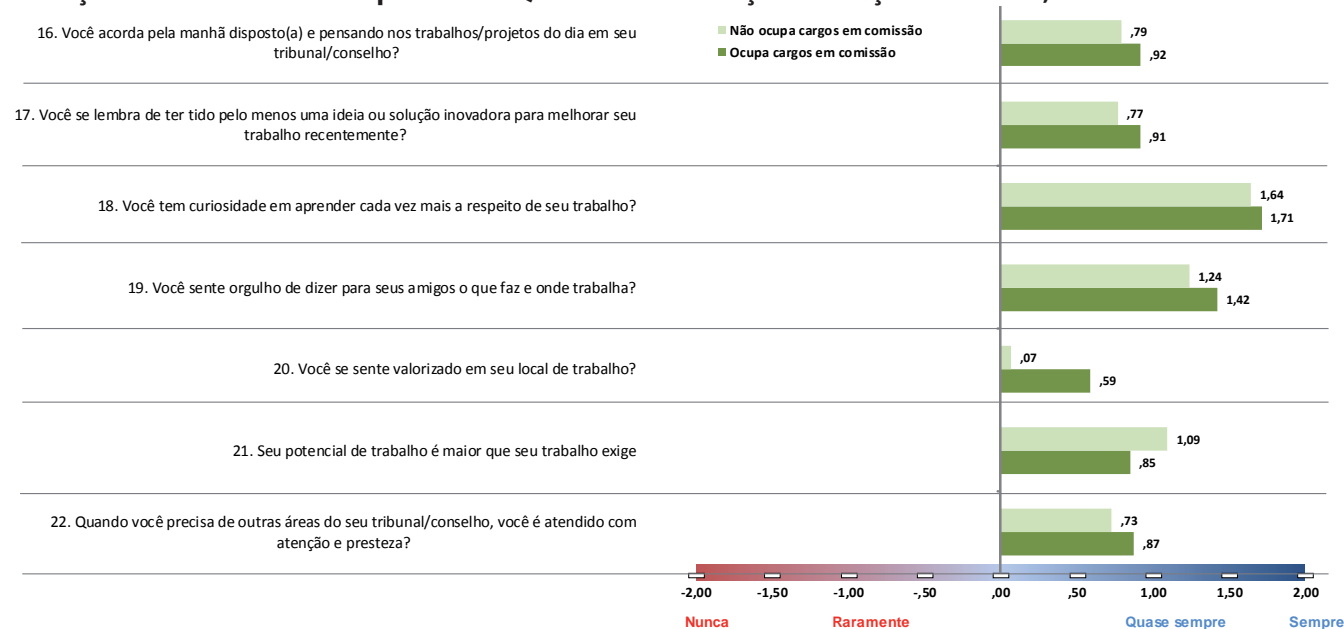
4.3.6.2. Graus de satisfação dos servidores quanto à carreira, relações profissionais, condições de trabalho e resultados. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Avalie o quanto você está satisfeito em relação:"



4.3.6.3. Graus de motivação dos servidores. Brasil, 2013.

Instrução dada aos servidores respondentes: "Quanto à sua motivação em relação ao trabalho, avalie:"



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Vetores Iniciais e Dados Estatísticos (VIDE) do Censo do Poder Judiciário apresentam os resultados preliminares da pesquisa realizada com magistrados e servidores em relação a dados pessoais, profissionais, de saúde e de opinião. Os gráficos, elaborados de modo a ilustrar o maior número de informações possíveis sem, contudo, pretenderem-se exaustivos, objetivam subsidiar múltiplas formas de análise e estimular discussões e reflexões tanto no âmbito do Poder Judiciário, como na academia e sociedade.

Destacaram-se agrupamentos de dados por ramos de justiça, por área, instância, tipo de cargo ou vínculo com o Poder Judiciário, além das informações específicas sobre desigualdades de gênero consignadas pelas magistradas. Ademais, na representação das opiniões de magistrados e servidores, utilizaram-se sistematizações temáticas diversas daquelas propostas no questionário, a fim de facilitar o entendimento e o debate.

Partindo dos referenciais apresentados na subseção sobre o histórico e aspectos metodológicos do Censo, o conteúdo apresentado poderá servir como ponto de partida para discussão mais aprofundada não só sobre os recursos humanos que compõem o Judiciário brasileiro, mas também sobre as diferenças e similitudes setoriais e regionais em aspectos como gestão de pessoas e rotinas de trabalho, satisfação profissional e planejamento institucional estratégico.

O próprio CNJ, além de estimular o debate externo, está comprometido em explorar os resultados do Censo e planeja, em breve, lançar publicações que apresentem os dados obtidos de forma mais analítica e qualitativa, bem como em formato individualizado por Tribunal, aproveitando, ao máximo, a primeira iniciativa desta natureza no país.

O Censo está, assim, inserido em uma nova maneira de pensar e construir o Poder Judiciário, baseada em informações concretas e em estudos detalhados em relação à realidade sobre a qual o Conselho Nacional de Justiça opera e para a qual busca constante aperfeiçoamento e melhorias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTRALIA. **State of the service employee censos**. Melbourne: Australia Government, 2012. Disponível em: <<http://www.apsc.gov.au/about-the-apsc/parliamentary/state-of-the-service>>. Acesso em 10 jun. 2014.

AUSTRALIA. **State of the services report**. Melbourne: Australia Government, 2012. Disponível em: <<http://www.apsc.gov.au/about-the-apsc/parliamentary/state-of-the-service/sosr-2012-13>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

INDIA. **Civil services survey: a report**. Nova Dheli: India Government, 2010. Disponível em: <http://darp.gov.in/darpgwebsite/cms/document/file/civil_services_survey_2010.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes, *Archives of Psychology*, v. 140, p. 1-5, 1932. apud SAMPIERI, Roberto H. ; COLLADO, Carlos F. ; LÚCIO, María del Pilar B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MAXIM, Paul S. **Quantitative research methods in the social sciences**. New York: Oxford University Press, 1999.

OSORIO, Rafael Guerreiro. A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada. In: PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana lucia (Org). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. IBGE, Rio de Janeiro, 2013. P. 83-100.

REINO UNIDO. Cabinet Office. **Civil service people survey 2012: suummary of findings**. London: Cabinet Office, 2013. Disponível em: <http://www.civilservice.gov.uk/wp-content/uploads/2013/01/csps2012_summary-of-findings_final.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

REINO UNIDO. Department for Work and Pensions Highlights Report. **Senior Civil Service Survey**. London: Opinion Research Corporation International, 2006. Disponível em: <<http://www.dwp.gov.uk/docs/dwp-scs-survey.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

SAMPIERI, Roberto H. ; COLLADO, Carlos F. ; LÚCIO, María del Pilar B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

TREASURY BOARD OF CANADA SECRETARIAT. **Public service employee survey**. Ottawa: TBS, 2011. Disponível em: <<http://www.tbs-sct.gc.ca/pses-saff/2011/introduction-eng.asp>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

UNITED STATES OFFICE OF PERSONNEL MANAGEMENT. **Federal employee viewpoint survey**. Washington: United States Office of Pernonnel Management, 2010. Disponível em: <<http://www.fedview.opm.gov/2010/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO DOS SERVIDORES

Instruções:

Prezado(a) Servidor(a),

O Censo é a primeira tentativa de conhecer o perfil dos servidores do Poder Judiciário brasileiro. Os resultados do Censo ajudarão o CNJ a melhorar as ações e políticas voltadas aos servidores. É imprescindível que cada um responda individualmente a este questionário. São apenas 5 minutos.

O Censo dos magistrados será lançado em breve.

Não haverá qualquer divulgação de dados individuais, mas apenas resultados agrupados em estatísticas. Está garantido o sigilo das informações.

O acesso ao questionário é possível pelo seu CPF. Caso seu CPF não esteja cadastrado, procure a Comissão do Censo do seu Tribunal/Conselho ou o setor de RH ou Gestão de Pessoas do seu Tribunal.

As comissões do censo foram formadas para apoiar o Censo em cada Tribunal/Conselho. Os contatos dos integrantes estão na página do censo www.cnj.jus.br/censo, na aba Comissões do Censo à direita do site.

O preenchimento só pode ser feito por você. Sua participação é fundamental para um Judiciário fortalecido!

Após o preenchimento do questionário clique no botão "Finalizar".

Bloco 1 - Você e o Poder Judiciário

Marque a resposta que melhor traduz sua opinião ou experiência profissional **ATUAL**.

Questões 1 a 22 não obrigatórias

Avalie o quanto você <u>concorda</u> com as afirmações seguintes		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não se aplica
1	Estou feliz com a minha escolha profissional de trabalhar no Poder Judiciário	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
2	Meu trabalho melhora o desempenho do meu tribunal/conselho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
3	O volume de trabalho atribuído a mim permite que minhas tarefas sejam concluídas durante a minha jornada regular de trabalho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
4	Meu tribunal/conselho investe na capacitação dos servidores	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
5	Há constante melhoria das rotinas de trabalho no âmbito do meu tribunal/conselho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
6	A adoção de metas pelo meu tribunal/conselho é positiva para o Poder Judiciário	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
7	A adoção de metas pelo meu tribunal/conselho é positiva para o cidadão	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
8	A adoção de metas pelo meu tribunal/conselho é positiva para os servidores	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
Avalie o quanto você <u>está satisfeito</u> em relação:		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito	Não se aplica
9	Ao salário que recebe em relação ao trabalho que executa.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
10	Às possibilidades de crescimento em sua carreira dentro do tribunal/conselho em que você trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

11	Às relações profissionais de seu cotidiano de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
12	Ao resultado do trabalho prestado aos cidadãos	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
13	Ao acesso a instrumentos e equipamentos adequados ao trabalho que você realiza (computadores, acesso à internet, livros, material de papelaria, etc.).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
14	Às condições físicas (higiene, iluminação, ventilação, ruído, temperatura, etc.) em seu local de trabalho (setor em que você trabalha).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
15	À preocupação que seu tribunal/conselho tem em relação à sua qualidade de vida/saúde no trabalho	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Quanto a sua motivação em relação ao trabalho, avalie:

Nunca
Raramente
Quase sempre
Sempre
Não se aplica

16	Você acorda pela manhã disposto(a) e pensando nos trabalhos/projetos do dia em seu tribunal/conselho?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
17	Você se lembra de ter tido pelo menos uma ideia ou solução inovadora para melhorar seu trabalho recentemente?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
18	Você tem curiosidade em aprender cada vez mais a respeito de seu trabalho?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
19	Você sente orgulho de dizer para seus amigos o que faz e onde trabalha?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
20	Você se sente valorizado em seu local de trabalho?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
21	Seu potencial de trabalho é maior que seu trabalho exige	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
22	Quando você precisa de outras áreas do seu tribunal/conselho, você é atendido com atenção e presteza?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Bloco 2 - Informações sobre o tribunal/conselho

23) Atualmente em qual tribunal/conselho você exerce suas atividades?

Escolha apenas uma opção

Tribunais Superiores

- 01 - () Supremo Tribunal Federal
02 - () Superior Tribunal de Justiça
03 - () Superior Tribunal Militar
04 - () Tribunal Superior do Trabalho
05 - () Tribunal Superior Eleitoral

Conselhos Superiores

- 06 - () Conselho Nacional de Justiça
07 - () Conselho da Justiça Federal
08 - () Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

- 09 - () TJ do Acre
10 - () TJ de Alagoas
11 - () TJ do Amapá
12 - () TJ do Amazonas

- 13 - () TJ da Bahia
14 - () TJ do Ceará
15 - () TJ do Distrito Federal e dos Territórios
16 - () TJ do Espírito Santo
17 - () TJ de Goiás
18 - () TJ do Maranhão
19 - () TJ do Mato Grosso
20 - () TJ do Mato Grosso do Sul
21 - () TJ de Minas Gerais
22 - () TJ do Pará
23 - () TJ da Paraíba
24 - () TJ do Paraná
25 - () TJ de Pernambuco
26 - () TJ do Piauí
27 - () TJ do Rio de Janeiro
28 - () TJ do Rio Grande do Norte

- 29 - () TJ do Rio Grande do Sul
 30 - () TJ de Rondônia
 31 - () TJ de Roraima
 32 - () TJ de Santa Catarina
 33 - () TJ de São Paulo
 34 - () TJ do Sergipe
 35 - () TJ de Tocantins

Justiça Federal

- 36 - () TRF da 1ª Região
 37 - () TRF da 2ª Região
 38 - () TRF da 3ª Região
 39 - () TRF da 4ª Região
 40 - () TRF da 5ª Região

Justiça Eleitoral

- 41 - () TRE do Acre
 42 - () TRE de Alagoas
 43 - () TRE do Amapá
 44 - () TRE do Amazonas
 45 - () TRE da Bahia
 46 - () TRE do Ceará
 47 - () TRE do Distrito Federal
 48 - () TRE do Espírito Santo
 49 - () TRE de Goiás
 50 - () TRE do Maranhão
 51 - () TRE do Mato Grosso
 52 - () TRE do Mato Grosso do Sul
 53 - () TRE de Minas Gerais
 54 - () TRE do Pará
 55 - () TRE da Paraíba
 56 - () TRE do Paraná
 57 - () TRE de Pernambuco
 58 - () TRE do Piauí
 59 - () TRE do Rio de Janeiro
 60 - () TRE do Rio Grande do Norte
 61 - () TRE do Rio Grande do Sul

- 62 - () TRE de Rondônia
 63 - () TRE de Roraima
 64 - () TRE de Santa Catarina
 65 - () TRE de São Paulo
 66 - () TRE de Sergipe
 67 - () TRE de Tocantins

Justiça do Trabalho

- 68 - () TRT da 1ª Região
 69 - () TRT da 2ª Região
 70 - () TRT da 3ª Região
 71 - () TRT da 4ª Região
 72 - () TRT da 5ª Região
 73 - () TRT da 6ª Região
 74 - () TRT da 7ª Região
 75 - () TRT da 8ª Região
 76 - () TRT da 9ª Região
 77 - () TRT da 10ª Região
 78 - () TRT da 11ª Região
 79 - () TRT da 12ª Região
 80 - () TRT da 13ª Região
 81 - () TRT da 14ª Região
 82 - () TRT da 15ª Região
 83 - () TRT da 16ª Região
 84 - () TRT da 17ª Região
 85 - () TRT da 18ª Região
 86 - () TRT da 19ª Região
 87 - () TRT da 20ª Região
 88 - () TRT da 21ª Região
 89 - () TRT da 22ª Região
 90 - () TRT da 23ª Região
 91 - () TRT da 24ª Região

Justiça Militar Estadual

- 93 - () TJM de Minas Gerais
 94 - () TJM do Rio Grande do Sul
 95 - () TJM de São Paulo

24) Atualmente, em qual ÁREA do tribunal/conselho você trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Área Administrativa
 3 - () Área Judiciária

25) Atualmente, em qual INSTÂNCIA do tribunal/conselho você trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () 1ª instância (inclui Juizados Especiais e Turmas Recursais)
 3 - () 2ª instância
 5 - () Instância única (tribunais superiores e conselhos)

26) Em qual unidade da Federação você trabalha?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 11 - () Rondônia | 27 - () Alagoas |
| 12 - () Acre | 28 - () Sergipe |
| 13 - () Amazonas | 29 - () Bahia |
| 14 - () Roraima | 31 - () Minas Gerais |
| 15 - () Pará | 32 - () Espírito Santo |
| 16 - () Amapá | 33 - () Rio de Janeiro |
| 17 - () Tocantins | 35 - () São Paulo |
| 21 - () Maranhão | 41 - () Paraná |
| 22 - () Piauí | 42 - () Santa Catarina |
| 23 - () Ceará | 43 - () Rio Grande do Sul |
| 24 - () Rio Grande do Norte | 50 - () Mato Grosso do Sul |
| 25 - () Paraíba | 51 - () Mato Grosso |
| 26 - () Pernambuco | |

- 52 - () Goiás
53 - () Distrito Federal

27) Em qual município você trabalha?

Escolha apenas uma opção

No questionário eletrônico, os códigos dos municípios serão carregados a depender da UF escolhida na questão anterior.

Bloco 3 - Informações pessoais

28) Data de nascimento:

Dia ___ ___ /Mês ___ ___ / Ano ___ ___ ___ ___

29) Sexo:

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Feminino
3 - () Masculino

30) Estado civil:

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Casado(a) ou em união estável
2 - () Casado(a) ou em união estável **com pessoa do mesmo sexo**
3 - () Separado(a) judicialmente
4 - () Divorciado(a)
5 - () Viúvo(a)
6 - () Solteiro(a)

31) Cor ou raça:

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Branca
4 - () Preta
6 - () Amarela (*é aquela de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana, etc.*)
8 - () Parda
0 - () Indígena

32) Você é deficiente?

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Sim
4 - () Não (*SIGA PARA A QUESTÃO 33*)

32a) Qual é o tipo da sua deficiência?

É possível marcar várias opções

- 0 - () Física/motora
2 - () Auditiva
4 - () Visual
6 - () Mental

33) Você é:

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Brasileiro Nato
3 - () Brasileiro Naturalizado (*AQUELE QUE POSSUI CERTIFICADO DE NATURALIZAÇÃO*)
5 - () Português equiparado

34) Onde você nasceu?

Escolha apenas uma opção

- 00 - () Outro país
11 - () Rondônia
12 - () Acre
13 - () Amazonas
14 - () Roraima
15 - () Pará
16 - () Amapá

- 17 - () Tocantins
 21 - () Maranhão
 22 - () Piauí
 23 - () Ceará
 24 - () Rio Grande do Norte
 25 - () Paraíba
 26 - () Pernambuco
 27 - () Alagoas
 28 - () Sergipe
 29 - () Bahia
 31 - () Minas Gerais
- 32 - () Espírito Santo
 33 - () Rio de Janeiro
 35 - () São Paulo
- 41 - () Paraná
 42 - () Santa Catarina
 43 - () Rio Grande do Sul
- 50 - () Mato Grosso do Sul
 51 - () Mato Grosso
 52 - () Goiás
 53 - () Distrito Federal

35) Qual é seu nível de escolaridade?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () **Fundamental (ou 1º grau)** incompleto
 2 - () **Fundamental (ou 1º grau)** completo
 3 - () **Médio (ou 2º grau)** incompleto
 4 - () **Médio (ou 2º grau)** completo
 5 - () **Superior de graduação** incompleto
 6 - () **Superior de graduação** completo
 7 - () **Pós-graduação** lato sensu ou especialização de nível superior (mínimo de 360 horas) completa
 8 - () **Mestrado** completo
 9 - () **Doutorado** completo

(SIGA PARA A QUESTÃO 36)

35a) Você completou mais de um curso superior de graduação?

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Sim
 4 - () Não (SIGA PARA A QUESTÃO 35c)

35b) Qual destes cursos superiores em nível de graduação você concluiu primeiro?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|--|---|
| 01 - () Administração /Gestão Empresarial /
Gestão Pública | 11 - () Direito |
| 02 - () Agronomia /Ciências Agrárias | 12 - () Economia |
| 03 - () Análise de sistemas /
Informática/Ciência da Computação
/Tecnologia da informação/Gestão de
sistemas de informação/ Engenharia da
computação | 13 - () Enfermagem |
| 04 - () Arquitetura / Urbanismo | 14 - () Engenharias |
| 05 - () Arquivologia | 15 - () Estatística /Matemática |
| 06 - () Biblioteconomia /Ciência da
Informação | 16 - () Farmácia |
| 07 - () Biologia | 17 - () Fisioterapia |
| 08 - () Ciências Sociais / Sociologia/
Antropologia/ Ciência Política | 18 - () Geografia /Geologia |
| 09 - () Comunicação /Jornalismo/Publicidade
/Relações Públicas /Desenho Industrial | 19 - () História |
| 10 - () Contabilidade /Ciências Contábeis /
Ciências Atuariais | 20 - () Medicina |
| 99 - () Outro . Especifique: _____ | 21 - () Nutrição |
| | 22 - () Odontologia |
| | 23 - () Pedagogia |
| | 24 - () Psicologia |
| | 25 - () Serviço Social |
| | 26 - () Letras |
| | 27 - () Curso superior em carreiras militares |

35c) Qual destes cursos superiores em nível de graduação você concluiu (ou concluiu por último)?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|---|---|
| 01 - () Administração /Gestão Empresarial /
Gestão Pública | 08 - () Ciências Sociais / Sociologia/ Antropologia/ Ciência
Política |
| 02 - () Agronomia /Ciências Agrárias | 09 - () Comunicação /Jornalismo/Publicidade /Relações
Públicas /Desenho Industrial |
| 03 - () Análise de sistemas / Informática/Ciência
da Computação /Tecnologia da
informação/Gestão de sistemas de
informação/ Engenharia da computação | 10 - () Contabilidade /Ciências Contábeis / Ciências Atuariais |
| 04 - () Arquitetura / Urbanismo | 11 - () Direito |
| 05 - () Arquivologia | 12 - () Economia |
| 06 - () Biblioteconomia /Ciência da Informação | 13 - () Enfermagem |
| 07 - () Biologia | 14 - () Engenharias |
| | 15 - () Estatística /Matemática |

- 16 - () Farmácia
 17 - () Fisioterapia
 18 - () Geografia/Geologia
 19 - () História
 20 - () Medicina
 21 - () Nutrição
 22 - () Odontologia
- 23 - () Pedagogia
 24 - () Psicologia
 25 - () Serviço Social
 26 - () Letras
 27 - () Curso superior em carreiras militares
- 99 - () **Outro.** Especifique: _____

36) Em média, quantas horas por dia você trabalha em seu tribunal/conselho?

Ignore os minutos.

Considere os horários conforme alguma licença ou regime especial de redução de jornada.

__ __ horas

Bloco 4 - Informações Funcionais

37) Você é:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Servidor **efetivo** do Poder Judiciário - cargo de nível **FUNDAMENTAL**
 02 - () Servidor **efetivo** do Poder Judiciário - cargo de nível **MÉDIO**
 03 - () Servidor **efetivo** do Poder Judiciário - cargo de nível **SUPERIOR** (SIGA PARA A QUESTÃO 37b)
- 04 - () **Servidor sem vínculo** efetivo com a administração pública, ocupante de cargo em comissão (SIGA PARA A QUESTÃO 38)
- 05 - () Servidor ou empregado público de outros **Poderes**, **cedido** ao Poder Judiciário.

37a) Qual das opções a seguir mais se aproxima de sua instituição pública de origem?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Ministério Público da União
 02 - () Ministério Público Estadual
 03 - () Poder **Executivo** Federal
 04 - () Poder **Executivo** Estadual
 05 - () Poder **Executivo** Municipal
 06 - () Poder **Legislativo** Federal
 07 - () Poder **Legislativo** Estadual
 08 - () Poder **Legislativo** Municipal
 09 - () Conselho Profissional
 10 - () Empresa Pública
 11 - () Sociedade de Economia Mista
 12 - () Autarquia
 13 - () Fundação
- 99 - () Outra: _____ (SIGA PARA A QUESTÃO 38)

37b) Qual foi o ano do ingresso em seu cargo efetivo atual?

Ano __ __ __ __

37c) O tribunal/conselho em que você trabalha é seu tribunal/conselho de origem?

Escolha apenas uma opção

- 2 - () Sim (SIGA PARA A QUESTÃO 37e)
 4 - () Não

37d) Qual é seu tribunal/conselho de origem?

Escolha apenas uma opção

Tribunais Superiores

- 01 - () Supremo Tribunal Federal
 02 - () Superior Tribunal de Justiça
 03 - () Superior Tribunal Militar
 04 - () Tribunal Superior do Trabalho
 05 - () Tribunal Superior Eleitoral

Conselhos Superiores

- 06 - () Conselho Nacional de Justiça
 07 - () Conselho da Justiça Federal
 08 - () Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

- 09 - () TJ do Acre
 10 - () TJ de Alagoas
 11 - () TJ do Amapá
 12 - () TJ do Amazonas
 13 - () TJ da Bahia
 14 - () TJ do Ceará
 15 - () TJ do Distrito Federal e dos Territórios
 16 - () TJ do Espírito Santo
 17 - () TJ de Goiás
 18 - () TJ do Maranhão

- 19 - () TJ do Mato Grosso
- 20 - () TJ do Mato Grosso do Sul
- 21 - () TJ de Minas Gerais
- 22 - () TJ do Pará
- 23 - () TJ da Paraíba
- 24 - () TJ do Paraná
- 25 - () TJ de Pernambuco
- 26 - () TJ do Piauí
- 27 - () TJ do Rio de Janeiro
- 28 - () TJ do Rio Grande do Norte
- 29 - () TJ do Rio Grande do Sul
- 30 - () TJ de Rondônia
- 31 - () TJ de Roraima
- 32 - () TJ de Santa Catarina
- 33 - () TJ de São Paulo
- 34 - () TJ do Sergipe
- 35 - () TJ de Tocantins

Justiça Federal

- 36 - () TRF da 1ª Região
- 37 - () TRF da 2ª Região
- 38 - () TRF da 3ª Região
- 39 - () TRF da 4ª Região
- 40 - () TRF da 5ª Região

Justiça Eleitoral

- 41 - () TRE do Acre
- 42 - () TRE de Alagoas
- 43 - () TRE do Amapá
- 44 - () TRE do Amazonas
- 45 - () TRE da Bahia
- 46 - () TRE do Ceará
- 47 - () TRE do Distrito Federal
- 48 - () TRE do Espírito Santo
- 49 - () TRE de Goiás
- 50 - () TRE do Maranhão
- 51 - () TRE do Mato Grosso
- 52 - () TRE do Mato Grosso do Sul
- 53 - () TRE de Minas Gerais
- 54 - () TRE do Pará
- 55 - () TRE da Paraíba
- 56 - () TRE do Paraná
- 57 - () TRE de Pernambuco

- 58 - () TRE do Piauí
- 59 - () TRE do Rio de Janeiro
- 60 - () TRE do Rio Grande do Norte
- 61 - () TRE do Rio Grande do Sul
- 62 - () TRE de Rondônia
- 63 - () TRE de Roraima
- 64 - () TRE de Santa Catarina
- 65 - () TRE de São Paulo
- 66 - () TRE de Sergipe
- 67 - () TRE de Tocantins

Justiça do Trabalho

- 68 - () TRT da 1ª Região
- 69 - () TRT da 2ª Região
- 70 - () TRT da 3ª Região
- 71 - () TRT da 4ª Região
- 72 - () TRT da 5ª Região
- 73 - () TRT da 6ª Região
- 74 - () TRT da 7ª Região
- 75 - () TRT da 8ª Região
- 76 - () TRT da 9ª Região
- 77 - () TRT da 10ª Região
- 78 - () TRT da 11ª Região
- 79 - () TRT da 12ª Região
- 80 - () TRT da 13ª Região
- 81 - () TRT da 14ª Região
- 82 - () TRT da 15ª Região
- 83 - () TRT da 16ª Região
- 84 - () TRT da 17ª Região
- 85 - () TRT da 18ª Região
- 86 - () TRT da 19ª Região
- 87 - () TRT da 20ª Região
- 88 - () TRT da 21ª Região
- 89 - () TRT da 22ª Região
- 90 - () TRT da 23ª Região
- 91 - () TRT da 24ª Região

Justiça Militar Estadual

- 93 - () TJM de Minas Gerais
- 94 - () TJM do Rio Grande do Sul
- 95 - () TJM de São Paulo

37e) Você ingressou **NO PODER JUDICIÁRIO** por :

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Concurso Público
- 3 - () Efetivação a partir da Constituição Federal de 1988 **(SIGA PARA A QUESTÃO 38)**

37f) Qual foi o nível de escolaridade exigido no concurso público para o cargo efetivo que você ocupa atualmente?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Nível **fundamental**
- 02 - () Nível **médio** ou Curso **técnico** equivalente ao nível médio
- 03 - () Nível superior em **qualquer área de formação**
- 04 - () Nível superior em **Direito**
- 05 - () Nível superior em **Administração**
- 06 - () Nível superior em **Economia**
- 07 - () Nível superior em **Psicologia**
- 08 - () Nível superior em **Comunicação**
- 09 - () Nível superior em **Estatística**
- 10 - () Nível superior em **Contabilidade**
- 11 - () Nível superior em **Engenharias**
- 12 - () Nível superior em **Serviço Social**

- 13 - () Nível superior em **Pedagogia**
14 - () Nível superior em **Ciências Sociais**
15 - () Nível superior em **Medicina** / Odontologia / Enfermagem
16 - () Nível superior em **Biblioteconomia**/Ciência da Informação/ Arquivologia
17 - () Nível superior em **Análise de sistemas** / Informática / Ciência da Computação / Tecnologia da informação /
Gestão de sistemas de informação / Engenharia da computação
99 - () **Outros** cursos superiores específicos

37g) No concurso para o cargo que você ocupa atualmente, você foi aprovado para as vagas destinadas às pessoas com deficiência?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
3 - () Não

37h) Já ocupou outro cargo efetivo anteriormente?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
3 - () Não *(SIGA PARA A QUESTÃO 38)*

37i) Qual o ano de ingresso neste cargo efetivo anterior?

Questão não obrigatória

Ano ___ ___ ___

37j) Qual das opções a seguir mais se aproxima do tipo de instituição pública em que você exerceu este cargo efetivo referido na questão anterior?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Poder **Judiciário** Federal
02 - () Poder **Judiciário** Estadual
03 - () Ministério Público Estadual
04 - () Ministério Público da União
05 - () Poder **Executivo** Federal
06 - () Poder **Executivo** Estadual
07 - () Poder **Executivo** Municipal
08 - () Poder **Legislativo** Federal
09 - () Poder **Legislativo** Estadual
10 - () Poder **Legislativo** Municipal
11 - () Conselho Profissional
12 - () Empresa Pública
13 - () Sociedade de Economia Mista
14 - () Autarquia
15 - () Fundação
99 - () Outra: _____

38) Atualmente, você ocupa algum cargo em comissão ou função de confiança no tribunal/conselho em que trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
3 - () Não *(SIGA PARA A QUESTÃO 39)*

38a) Qual foi o ano da nomeação/designação para o cargo em comissão ou para a função de confiança que você ocupa atualmente?

Ano ___ ___ ___

38b) Antes deste cargo em comissão ou função de confiança que você ocupa atualmente, ocupou outros cargos em comissão ou funções de confiança no tribunal/conselho em que trabalha?

Escolha apenas uma opção

- 1 - () Sim
3 - () Não *(SIGA PARA A QUESTÃO 39)*

38c) Por quantos anos você ocupou cargo(s) em comissão ou função(ões) de confiança, no tribunal/conselho em que você trabalha atualmente (tempo total de ocupação)?

Considere apenas o período prévio à ocupação do cargo em comissão ou função de confiança atual.

Caso tenha havido intervalos na ocupação de cargos ou funções desta natureza, considere o somatório do tempo em que ocupou o(s) referido(s) cargo(s) ou função(ões), excluindo os intervalos.

___ ___ anos

39) No último ano, você esteve de licença remunerada por motivo de doença ou acidente?

Escolha apenas uma opção

1 - () Sim

3 - () Não **(ENCERRE O QUESTIONÁRIO)**

39a) Esta doença ou acidente que ocasionou a licença foi relacionada a seu trabalho?

Escolha apenas uma opção. Questão não obrigatória.

Caso tenha sido afastado mais de uma vez, considere apenas o último afastamento.

1 - () Sim

3 - () Não

39b) Por quantos dias esteve afastado em razão desta doença ou acidente?

Questão não obrigatória

___ ___ ___ dias

QUESTIONÁRIO DOS MAGISTRADOS

Instruções:

Prezado(a) Magistrado(a),

O Censo é uma pesquisa que visa conhecer o perfil dos magistrados. As informações fornecerão subsídios para a formulação de políticas públicas direcionadas à carreira da magistratura.

Para acessar o questionário, informe o seu CPF. Caso seu CPF não esteja cadastrado, por favor, encaminhe um e-mail para censo@cnj.jus.br ou procure a Comissão do Censo do tribunal/conselho em que atua.

Não haverá qualquer divulgação de dados individuais, apenas de resultados agrupados em estatísticas. O sigilo das informações é um compromisso ético do CNJ.

O tempo médio de preenchimento é curto, estimado em apenas 10 minutos.

Após o preenchimento do questionário, clique no botão "Finalizar". Em seguida, haverá uma mensagem de confirmação. Caso não apareça qualquer mensagem, por favor, contate-nos.

A contribuição de todos é muito importante para o sucesso do estudo.

Bloco 1 - Atuação no Poder Judiciário

Marque a resposta que melhor traduz sua opinião ou experiência profissional ATUAL.

Todas as questões são obrigatórias

Avalie o quanto você <u>concorda</u> com as afirmações seguintes		Discordo totalmente	Discordo	Concordo	Concordo totalmente	Não se aplica / Préfero não responder
1	Estou satisfeito com a minha escolha profissional de ser magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
2	O volume de trabalho atribuído a mim permite que as minhas tarefas sejam concluídas na jornada regular de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
3	Os cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo tribunal/ conselho em que atuo contribuem para meu trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
4	A adoção de metas de produtividade é positiva para o Poder Judiciário.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
5	A adoção de metas de produtividade é positiva para o cidadão.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
6	A adoção de metas de produtividade é positiva para os magistrados.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
7	O sistema constitucional de promoção, com a alternância dos critérios de antiguidade e merecimento, é o mais adequado para a carreira do magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
8	Um sistema de promoção baseado apenas no critério de antiguidade seria o mais adequado para a carreira do magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
9	Um sistema de promoção baseado apenas no critério de merecimento seria o mais adequado para a carreira do magistrado.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
10	O CNJ contribui para a melhoria da gestão e modernização do Poder Judiciário.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
11	As deliberações do CNJ contribuem para a melhoria do meu trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Avalie o quanto você <u>está satisfeito</u> em relação:		Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito	Não se aplica / Prefiro não responder
12	Ao salário que recebe considerando o trabalho que executa.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
13	À carreira da magistratura.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
14	Às relações profissionais cotidianas com outros magistrados.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
15	Às relações profissionais cotidianas com os servidores do seu local de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
16	Às relações profissionais com a alta administração do tribunal/conselho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
17	Ao resultado do trabalho prestado aos cidadãos.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
18	Aos instrumentos e equipamentos utilizados no trabalho (computadores, acesso à internet, material de expediente, etc.).	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
19	Às condições de trabalho e às instalações físicas (higiene, iluminação, ventilação, ruído, temperatura, acessibilidade e mobilidade etc.)	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
20	À atuação do tribunal/conselho em que trabalha em relação a sua qualidade de vida/saúde no trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
21	À atuação do tribunal/conselho em que trabalha em relação a sua segurança pessoal.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
22	À atuação do tribunal/conselho em que trabalha em relação à segurança no seu local de trabalho.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
23	À atuação do CNJ para a melhoria da prestação jurisdicional.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
24	Ao sistema de processo eletrônico adotado no tribunal em que trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
25	Ao número de servidores da unidade judiciária em que trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
26	À qualificação dos servidores da unidade judiciária em que trabalha.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Avalie a <u>frequência</u> das seguintes situações:		Nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre	Não se aplica / Prefiro não responder
27	Recebo sugestões de aprimoramento das rotinas de trabalho do tribunal/conselho em que atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
28	Participo da gestão orçamentária do tribunal/conselho em que atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
29	Participo das decisões relativas à gestão de pessoas do tribunal/conselho em que atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
30	Participo do planejamento estratégico do tribunal/conselho no qual atuo.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
31	Recebo orientações do tribunal/conselho no qual atuo quanto ao cumprimento das deliberações do CNJ.	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Quanto a sua motivação pessoal em relação ao trabalho, avalie:

	Nunca	Raramente	Quase sempre	Sempre	Não se aplica / Prefiro não responder	
32	Você implementa novas ideias ou soluções para melhorar a gestão da sua unidade judiciária?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
33	Você tem tempo e disposição para aprimorar seus conhecimentos a respeito dos temas com os quais trabalha?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()
34	Sente-se valorizado pelo exercício da magistratura?	1 - ()	2 - ()	3 - ()	4 - ()	5 - ()

Bloco 2 - Informações Funcionais

35) Atualmente, você é:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Juiz Substituto (cargo inicial da carreira)
- 02 - () Juiz Titular
- 03 - () Juiz Eleitoral da classe dos advogados
- 04 - () Juiz Substituto de 2º grau
- 05 - () Desembargador
- 06 - () Ministro de Tribunal Superior/Supremo Tribunal Federal
- 07 - () Conselheiro do CNJ

36) Você acumula atribuições na Justiça Eleitoral?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica

(SIGA PARA A QUESTÃO 37)

36a) Em qual grau de jurisdição?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () 1º Grau
- 02 - () 2º Grau
- 03 - () Tribunal Superior Eleitoral

37) No concurso para a magistratura, você foi aprovado para as vagas destinadas às pessoas com deficiência?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica

38) Realizou curso de formação quando do ingresso na carreira de Magistrado?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica

39) Qual foi o ano do seu ingresso na magistratura?

Ano _ _ _ _

40) Já ocupou outro cargo público anteriormente?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não (SIGA PARA A QUESTÃO 41)

40a) Qual é o tipo de instituição pública em que exerceu o cargo público imediatamente anterior ao atual?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Poder Judiciário Federal
- 02 - () Poder Judiciário Estadual
- 03 - () Ministério Público Estadual
- 04 - () Ministério Público da União
- 05 - () Defensoria Pública da União
- 06 - () Defensoria Pública Estadual
- 07 - () Poder Executivo Federal
- 09 - () Poder Executivo Estadual
- 10 - () Poder Executivo Municipal
- 11 - () Poder Legislativo Federal
- 12 - () Poder Legislativo Estadual
- 13 - () Poder Legislativo Municipal
- 14 - () Conselho Profissional
- 15 - () Empresa Pública
- 16 - () Sociedade de Economia Mista
- 17 - () Autarquia
- 18 - () Forças armadas
- 99 - () Outra: _____

41) Já foi convocado para substituição no 2º Grau do seu Tribunal ou do Tribunal Superior do seu ramo de Justiça?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não
- 03 - () Não se aplica à minha carreira atual

42) Quantas horas em média você trabalha no seu tribunal/conselho, por dia?

Ignore os minutos.

__ __ horas

Bloco 3 - Informações sobre o tribunal/conselho

43) Em qual Unidade da Federação você atua?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 11 - () Rondônia | 28 - () Sergipe |
| 12 - () Acre | 29 - () Bahia |
| 13 - () Amazonas | 31 - () Minas Gerais |
| 14 - () Roraima | 32 - () Espírito Santo |
| 15 - () Pará | 33 - () Rio de Janeiro |
| 16 - () Amapá | 35 - () São Paulo |
| 17 - () Tocantins | |
| 21 - () Maranhão | 41 - () Paraná |
| 22 - () Piauí | 42 - () Santa Catarina |
| 23 - () Ceará | 43 - () Rio Grande do Sul |
| 24 - () Rio Grande do Norte | 50 - () Mato Grosso do Sul |
| 25 - () Paraíba | 51 - () Mato Grosso |
| 26 - () Pernambuco | 52 - () Goiás |
| 27 - () Alagoas | 53 - () Distrito Federal |

44) Em qual município você atua?

Escolha apenas uma opção

Os códigos dos municípios serão carregados a depender da UF escolhida na questão anterior.

45) Em que tribunal/conselho você, atualmente, exerce a magistratura?

Em caso de acúmulo de jurisdição eleitoral, informe apenas o tribunal a que está originariamente vinculado.

Escolha apenas uma opção

Tribunais Superiores

- 01 - () Supremo Tribunal Federal
- 02 - () Superior Tribunal de Justiça
- 03 - () Superior Tribunal Militar
- 04 - () Tribunal Superior do Trabalho
- 05 - () Tribunal Superior Eleitoral

Conselhos Superiores

- 06 - () Conselho Nacional de Justiça
- 07 - () Conselho da Justiça Federal
- 08 - () Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Justiça Estadual

- 09 - () TJ do Acre
- 10 - () TJ de Alagoas
- 11 - () TJ do Amapá
- 12 - () TJ do Amazonas
- 13 - () TJ da Bahia
- 14 - () TJ do Ceará
- 15 - () TJ do Distrito Federal e dos Territórios
- 16 - () TJ do Espírito Santo
- 17 - () TJ de Goiás
- 18 - () TJ do Maranhão
- 19 - () TJ do Mato Grosso
- 20 - () TJ do Mato Grosso do Sul
- 21 - () TJ de Minas Gerais
- 22 - () TJ do Pará
- 23 - () TJ da Paraíba
- 24 - () TJ do Paraná
- 25 - () TJ de Pernambuco
- 26 - () TJ do Piauí
- 27 - () TJ do Rio de Janeiro
- 28 - () TJ do Rio Grande do Norte
- 29 - () TJ do Rio Grande do Sul
- 30 - () TJ de Rondônia
- 31 - () TJ de Roraima
- 32 - () TJ de Santa Catarina
- 33 - () TJ de São Paulo
- 34 - () TJ do Sergipe
- 35 - () TJ de Tocantins

Justiça Federal

- 36 - () TRF da 1ª Região
- 37 - () TRF da 2ª Região
- 38 - () TRF da 3ª Região
- 39 - () TRF da 4ª Região
- 40 - () TRF da 5ª Região

Justiça do Trabalho

- 41 - () TRT da 1ª Região
- 42 - () TRT da 2ª Região
- 43 - () TRT da 3ª Região
- 44 - () TRT da 4ª Região
- 45 - () TRT da 5ª Região
- 46 - () TRT da 6ª Região

- 47 - () TRT da 7ª Região
- 48 - () TRT da 8ª Região
- 49 - () TRT da 9ª Região
- 50 - () TRT da 10ª Região
- 51 - () TRT da 11ª Região
- 52 - () TRT da 12ª Região
- 53 - () TRT da 13ª Região
- 54 - () TRT da 14ª Região
- 55 - () TRT da 15ª Região
- 56 - () TRT da 16ª Região
- 57 - () TRT da 17ª Região
- 58 - () TRT da 18ª Região
- 59 - () TRT da 19ª Região
- 60 - () TRT da 20ª Região
- 61 - () TRT da 21ª Região
- 62 - () TRT da 22ª Região
- 63 - () TRT da 23ª Região
- 64 - () TRT da 24ª Região

Justiça Militar Estadual

- 65 - () TJME de Minas Gerais
- 66 - () TJME do Rio Grande do Sul
- 67 - () TJME de São Paulo

Justiça Eleitoral

- 68 - () TRE do Acre
- 69 - () TRE de Alagoas
- 70 - () TRE do Amapá
- 71 - () TRE do Amazonas
- 72 - () TRE da Bahia
- 73 - () TRE do Ceará
- 74 - () TRE do Distrito Federal
- 75 - () TRE do Espírito Santo
- 76 - () TRE de Goiás
- 77 - () TRE do Maranhão
- 78 - () TRE do Mato Grosso
- 79 - () TRE do Mato Grosso do Sul
- 80 - () TRE de Minas Gerais
- 81 - () TRE do Pará
- 82 - () TRE da Paraíba
- 83 - () TRE do Paraná
- 84 - () TRE de Pernambuco
- 85 - () TRE do Piauí
- 86 - () TRE do Rio de Janeiro
- 87 - () TRE do Rio Grande do Norte
- 88 - () TRE do Rio Grande do Sul
- 89 - () TRE de Rondônia
- 90 - () TRE de Roraima
- 91 - () TRE de Santa Catarina
- 92 - () TRE de São Paulo
- 93 - () TRE de Sergipe
- 94 - () TRE de Tocantins

Bloco 4 - Informações Pessoais

46) Data de nascimento:

Dia ___ ___ /Mês ___ ___ / Ano ___ ___ ___

47) Sexo:

Escolha apenas uma opção

01 - () Feminino

02 - () Masculino (SIGA PARA A QUESTÃO 48)

Questões de 47a a 47f não são obrigatórias

47a) No exercício da magistratura, já vivenciou alguma reação negativa por parte dos jurisdicionados por ser mulher?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
02 - () Não

47b) No exercício da magistratura, já vivenciou alguma reação negativa por parte de outros profissionais do sistema de justiça por ser mulher?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
02 - () Não

47c) Em comparação a seus colegas juízes (homens), o que você percebe quanto às dificuldades no exercício da magistratura?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Enfrento as mesmas dificuldades que meus colegas juízes
02 - () Enfrento menos dificuldades que meus colegas juízes
03 - () Enfrento mais dificuldades que meus colegas juízes

47d) Em comparação a seus colegas juízes (homens), em que medida sua vida pessoal é afetada pelo exercício da magistratura?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () É afetada na mesma medida que a de meus colegas juízes
02 - () É afetada em maior medida que a de meus colegas juízes
03 - () É afetada em menor medida que a de meus colegas juízes

47e) Avalie o quanto você concorda com a seguinte afirmação: “Os concursos para magistratura são imparciais em relação às candidatas mulheres”.

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Discordo totalmente
02 - () Discordo
03 - () Concordo
04 - () Concordo totalmente
05 - () Não se aplica / Prefiro não responder

47f) De modo geral, em comparação a seus colegas juízes (homens), o que você percebe quanto às dificuldades nos processos de remoção e promoção?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Enfrento as mesmas dificuldades que meus colegas juízes
02 - () Enfrento menos dificuldades que meus colegas juízes
03 - () Enfrento mais dificuldades que meus colegas juízes

48) Estado civil:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Casado(a) ou em união estável com pessoa de outro sexo
02 - () Casado(a) ou em união estável com pessoa de mesmo sexo
03 - () Separado(a) judicialmente
04 - () Divorciado(a)
05 - () Viúvo(a)
06 - () Solteiro(a)

49) Quantos filhos possui?

Digite zero caso não possua

__ __ filho(s)

50) Qual sua cor ou raça?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Branca
02 - () Preta
03 - () Amarela *(é aquela de origem oriental: japonesa, chinesa, coreana etc.)*
04 - () Parda
05 - () Indígena

51) Você é deficiente?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
02 - () Não *(SIGA PARA A QUESTÃO 52)*

51a) Qual é o tipo da sua deficiência?

É possível marcar várias opções

- 01 - () Física/Motora
02 - () Auditiva
03 - () Visual
04 - () Mental

52) Você é:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Brasileiro Nato
02 - () Brasileiro Naturalizado
03 - () Português Equiparado

53) Onde você nasceu?

Escolha apenas uma opção

- | | |
|------------------------------|-----------------------------|
| 00 - () Outro país | 28 - () Sergipe |
| 11 - () Rondônia | 29 - () Bahia |
| 12 - () Acre | 31 - () Minas Gerais |
| 13 - () Amazonas | 32 - () Espírito Santo |
| 14 - () Roraima | 33 - () Rio de Janeiro |
| 15 - () Pará | 35 - () São Paulo |
| 16 - () Amapá | 41 - () Paraná |
| 17 - () Tocantins | 42 - () Santa Catarina |
| 21 - () Maranhão | 43 - () Rio Grande do Sul |
| 22 - () Piauí | 50 - () Mato Grosso do Sul |
| 23 - () Ceará | 51 - () Mato Grosso |
| 24 - () Rio Grande do Norte | 52 - () Goiás |
| 25 - () Paraíba | 53 - () Distrito Federal |
| 26 - () Pernambuco | |
| 27 - () Alagoas | |

54) O curso de Direito foi concluído em:

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Instituição Pública
02 - () Instituição Privada

55) Além da graduação em Direito, você possui outro curso superior de graduação completo?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
02 - () Não *(SIGA PARA A QUESTÃO 56)*

55a) Além do curso superior em Direito, quais destes cursos superiores de graduação você concluiu?

- | | |
|---|--|
| 01 - () Administração /Gestão Empresarial /
Gestão Pública | informação/Gestão de sistemas de
informação/ Engenharia da computação |
| 02 - () Agronomia /Ciências Agrárias | 04 - () Arquitetura / Urbanismo |
| 03 - () Análise de sistemas / Informática/Ciência
da Computação /Tecnologia da | 05 - () Arquivologia |
| | 06 - () Biblioteconomia /Ciência da Informação |
| | 07 - () Biologia |

- 08 - () **Ciências Sociais** / Sociologia/
Antropologia/ Ciência Política
- 09 - () **Comunicação** /Jornalismo/Publicidade
/Relações Públicas /Desenho Industrial
- 10 - () **Contabilidade** /Ciências Contábeis /
Ciências Atuariais
- 11 - () **Economia**
- 12 - () **Enfermagem**
- 13 - () **Engenharias**
- 14 - () **Estatística**/Matemática
- 15 - () **Farmácia**
- 16 - () **Fisioterapia**
- 17 - () **Geografia**/Geologia
- 18 - () **História**
- 19 - () **Medicina**
- 20 - () **Nutrição**
- 21 - () **Odontologia**
- 22 - () **Pedagogia**
- 23 - () **Psicologia**
- 24 - () **Serviço Social**
- 25 - () **Letras**
- 26 - () **Curso superior em carreiras
militares**
- 99 - () **Outro.** Especifique: _____

56) Qual seu nível de escolaridade?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Curso Superior de graduação ou equivalente
- 02 - () **Pós-graduação** lato sensu ou especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)
completa
- 03 - () **Mestrado** completo
- 04 - () **Doutorado** completo
- 05 - () **Pós-doutorado** completo

57) Exerce atividade docente?

Escolha apenas uma opção

- 02 - () Sim
- 04 - () Não

58) Está associado a alguma entidade representativa de magistrados?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não

59) Prestou algum concurso público para outras carreiras nos últimos dois anos?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não

60) No último ano esteve de licença remunerada por motivo de doença ou acidente (excluídas as licenças para tratamento de pessoa da família)?

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não **(ENCERRE O QUESTIONÁRIO)**

60a) Esta doença ou acidente que ocasionou a licença está (ou esteve) relacionada a seu trabalho?

Caso tenha sido afastado mais de uma vez, considere apenas o último afastamento.

Escolha apenas uma opção

- 01 - () Sim
- 02 - () Não

GRUPO DE TRABALHO (instituído pela Portaria nº 232 de 18 de dezembro de 2013)

Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira, Conselheiro do CNJ;
Fabiano Augusto Martins Silveira, Conselheiro do CNJ;
Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do CNJ;
Clenio Jair Schulze, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
Rodrigo Rigamonte Fonseca, Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ;
Larissa Garrido Benetti Sègura, Assessora-Chefe de Gabinete;
Eduardo dos Santos Ribeiro, Assessor-Chefe de Gabinete;
João Carlos Murta Pereira, Assessor-Chefe de Gabinete;
Janaína Lima Penalva da Silva, Diretora Executiva do Departamento de Pesquisas Judiciárias;
Thamara Duarte Cunha Medeiros, Diretora Técnica do Departamento de Pesquisas Judiciárias;
Santiago Falluh Varella, Pesquisador do Departamento de Pesquisas Judiciárias;
Daniel Castro Machado Miranda, Coordenador de Gestão de Sistemas do Departamento de Tecnologia da Informação;
Selma Vera Cruz Mazzaro, Secretária de Gestão de Pessoas.

COMISSÕES CENSITÁRIAS

Superior Tribunal de Justiça

Marcio Luiz Coêlho de Freitas
Leonardo Peixoto de Melo
Leonardo Alam da Costa
Armando de Araujo Cardoso

Superior Tribunal Militar

Vera Lúcia da Silva Conceição
Ana Cristina Pimentel Carneiro
Elifas Chaves Gurgel do Amaral
Ana Paula Bonfim Ayres da Fonseca

Tribunal Superior do Trabalho

Orlando Tadeu de Alcântara
Rosa Amélia de Sousa Casado
Maurício Augusto Figueiredo
José Tadeu Tavernard Lima

Justiça Militar Estadual

Tribunal de Justiça Militar Estadual de Minas Gerais

Rúbio Paulino Coelho
Rosângela Chaves Molina
Giovani Viana Mendes
Leonardo Henrique Vaz de Melo

Tribunal de Justiça Militar Estadual do Rio Grande do Sul

Sérgio Antonio Berni Brum
Clécio Cari Fontana
Eduardo de Borba Severo
Jaurês Rodrigues Palmas

Tribunal de Justiça Militar Estadual de São Paulo

Enio Luiz Rossetto
Kátia Ribas Pontiroli Machado
Fabiano Alves Barbosa
Leandro Waldir de Paula

Conselhos Superiores

Conselho da Justiça Federal

Camila Plentz Konrath
Estela Maria Barbosa da Cruz
André Ricardo Lapetina Chiaratto
Roberta Bastos Cunha Nunes

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Orlando Tadeu de Alcântara
Rosa Amélia de Sousa Casado
Maurício Augusto Figueiredo
José Tadeu Tavernard Lima

Tribunais Regionais Federais

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Carlos Augusto Pires Brandão
Fernando Antônio de Mendonça Melo Júnior
Raquel Régis Azevedo de Carvalho
Mara Lúcia Martins de Araújo Bessa
Lúcia Beatriz de Mendonça de Sá

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Theophilo Antonio Miguel Filho
Jorge Alberto Machado Cunha Lunz
Simone Gomes Ecard
Susana Tupinambá

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Noemi Martins de Oliveira
Adriana Barros Verruk
Jader Carlos Videira
Júlio César Tiraboschi Júnior
Rosemeri Maria Pascutti Sant'ana
Gisele Molinari Fessore
Erica Nozaki

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Eduardo Tonetto Picarelli
Eduardo César Weber
Cristian Ramos Prange
Analice Marques Bolzan

Tribunal Regional Federal da 5ª Região

Élio Wanderley de Siqueira Filho
Soraya Maria Portugal de Oliveira
Jany Rocha Wursh
Rachel Pacheco Hopper Guimarães Bertino
Maria Eduarda de Mendonça Barros

Seção Judiciária do Estado de Sergipe

Adauton Luiz Borél
Juvaniza Menezes da Silva

Alexandre de Andrade Santos Melo
Célio da Silva
Conceição Maria de Abreu
Flávio Cardozo de Albuquerque

Tribunais Regionais do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região

César Marques Carvalho
Sônia Regina de Freitas Andrade
Leonardo Fontes Bollentini
Alessandra Nunes Martins

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rogério Moreno de Oliveira
Rosemeire Candido Ricardo Malaquias
Ronaldo Prado Amorosino
Ticiano Pinho Albuquerque

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região

Wilméia da Costa Benevides
Daniela Moreira Maurício Sandy
Luiz Felipe Campos Fernandes
Simone Pinheiro Bretãs Vargas
Breno Angelim Chaves Correa

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Roberto Teixeira Siegmann
Samuel Ferreira da Silva
Natacha Moraes de Oliveira
Gabriel Pereira Borges Fortese Neto

Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região

Rubem Dias do Nascimento Júnior
Amoni Guerra Pessoa Lavigne
Vera Lúcia Rocha
Lázaro Britto dos Santos

Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

Virgínio Henriques de Sá e Benevides
Eliane Farias Remígio Marques
Henrique de Barros Saraiva Leão
Eugênio Pacelli Jerônimo Santos

Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região

Antônio Teófilo Filho
Deborah Regina Ceneviva Vicentini

Joarez Dallago
Francisco Odenes Uchoa Pinto
Patrícia Cabral Machado
Flávia Regina Mendes Bezerra de Moraes

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Vanilza de Souza Malcher
Rosineide dos Santos Marques
Marco Aurélio Fidelis Rêgo
Edney Jose Martins Pereira

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Marlos Augusto Melek
Maria Rosicler Cretella
João Soares Miranda
Luiz Renato Munhoz

Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região

Alexandre de Azevedo Silva
Rosemary Domingues Wargas
Marcos Barbosa Andrade
Ana Cristina Sampaio Alves

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região

Eulaide Maria Vilela Lins
Juscilene Célia Matos Cavalcante
Rômulo Rogério Cyrino Barbosa
Cláudio José Limongi Batista

Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

Paulo André Cardoso Botto Jacon
Vanessa Gesser de Miranda
George Alexandre Silva
Vanderlei Luiz Ricken

Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

Luiz Antônio Magalhães
Samuel Von Laer Norat
José Vieira Neto
Maurício Barbosa de Lira

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

Antônio César Coelho de Medeiros Pereira
Frank Luz de Freitas
Robert Armando Rosa
Celso Gomes

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

Jorge Luiz Costa
Adriana Martorano Amaral Corchetti
Herbert Wittmann
Ana Cláudia de Siqueira

Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Manoel Lopes Veloso Sobrinho
Paula Ravenala Brandão Malta
Rômulo José Maia Moura
Maria Suely Cavalcante Pinto

Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região

Luís Cláudio dos Santos Branco
Maria Helena Negri Smith
Elciney Mendes Rangel
Martha Aurélia Ferreira Gonzalez

Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

Ari Pedro Lorenzetti
Ana Beatriz Braga Pereira
Humberto Magalhães Ayres
Márcia Divina Bueno Rosa

Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

Ana Cristina Magalhães Barbosa
Ana Cristina de Oliveira Peixoto
Clecio Luciano Costa Claudino
Alberto Mirindiba Bonfim

Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região

Antônio Francisco de Andrade
Mônica Oliveira Barreto
Marcos Xavier de Almeida Barreto
Péricles Machado Teixeira

Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

Antônio Soares Carneiro
José Antônio Bezerra
Ciro Augusto Paula Torquato
Ciro José Peixoto Pedroza

Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região

Roberto Wanderley Braga
Justino Barbosa Neto
José de Anchieta Araújo Marques
José Ribamar Teixeira Filho

Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região

Paulo Roberto Brescovici
Tatiane Krieger dos Santos Rangão
Marcelo Massayuki Kobayashi
Nelson Antonio de Oliveira Ferraz

Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região

João Marcelo Balsanelli
Francisco das Chagas Brandão da Costa
João Carlos Ferreira Filho
Fernando Rodrigues Pinheiro

Tribunais de Justiça

Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira
Alissandra Brasil de Menezes Fontenele
Roberto Romanholo
Antonia Tainá Pires da Silva

Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas

Jerônimo Roberto dos Santos
Abelardo Braga Laurindo de Cerqueira Junior
José Baptista dos Santos Neto
Maikel Raniery Marques de Melo

Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

Décio José Santos Rufino
Rosilene Campos de Souza
Alan Davis Freire de Souza
Edson Fernandes de Carvalho

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Divaldo Martins da Costa
Cristiany Fragoso Bandeira
Joscelin James Guedelha da Silva
Álvaro Marcelo Corado Pereira
Silvana Inez Teixeira Castro

Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Cláudio Césare Braga Pereira
Wilder Bulhões de Medeiros
Paula Andreia Guedes de Mendonça
Magali Paterson de Campos Carvalho

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Miriam Porto Mota Randa Pompeu
Vlândia Santos Teixeira
Dilthey Pontes Forte
Dalva Regina Luna Queiroz

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Pedro de Araújo Yung-Tay Neto
Thais Rodrigues da Silva
Vitor Marques da Silva
Ivaldo Nascimento Vieira
Adriana Silveira Jobim Navarro

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

Paulino José Lourenço
Ricardo Destefani Passamani
Ana Paula Garcia de Barros
Raquel de Azevedo Dutra
Adriana Rezende Fernandes
Fabiana Pinheiro Ramos
Daysilane Farias Miranda

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Reilnaldo Alves Ferreira
Márcia Bezerra Maya Faiad
Antônio Pires de Castro Júnior
Bruno Sávio Louza
Leonardo Rodrigues de Carvalho

Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

Maria Francisca de Gualberto Galiza
José Nilo Ribeiro Filho
Eliandro Romulo Cruz Araújo
Paulo Rocha Neto
Antonio Carlos de Oliveira

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

Luiz Octávio Oliveira Sabóia Ribeiro
Renata Guimarães Bueno Pereira
Johnny Ander Pereira Abdallah
Margareth Botelho Fernandes
Salma Catarina Barbato Paiva

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul

Odemilson Roberto Castro Fassa
Celso Sokuzo Guibu
Alexandre Rosa Camy
Marilda Silveira Camargo

Christiane Teresa Padoa
Newton Cesco Júnior

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Cássio Azevedo Fontenelle
Renato César Jardim
Rogério Maia Arantes
Denilson dos Santos Rodrigues
Nanci Andrade Leite
Lívia Magalhães Bahia
Eliane Aparecida Chaves de Melo
Regina Coeli Fiorini de Carvalho Pena

Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Kátia Parente Sena
Rosineli Guerreiro Salame
Nilce Longhi Ramôa
Will Montenegro Teixeira

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Onaldo Rocha de Queiroga
Einstein Roosevelt Leite
José Teixeira de Carvalho Neto
Genésio Alves de Souza Neto

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Francisco Cardozo Oliveira
Lucineli Rodrigues Saldanha Kuster Gonçalves
Fábio Luis Bruch
Murilo Lima Pimentel Machado

Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco

Carlos Humberto Inojosa Galindo
Oscar Edson Gomes Barros
Norma de Miranda Lira
Rebeka de Queiroga Maciel

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

Virgílio Madeira Martins Filho
Alci Marcus Ribeiro Borges
Alexandre Camilo Costa
Fernando Antônio Martins Castelo Branco
Clarindo José Lopes Machado
Anne Michelle de Freitas Travassos

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Maria Paula Gouvêa Galhardo

Beatriz Bezerra de Menezes Souza Gaspar
Sandro Denis de Souza Nunes
Luzia Cristina Ventura Giffoni

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte

Raimundo Carlyle de Oliveira Costa
Valéria Cristina de Azevedo Silva Coelho
Álvaro Joaquim de Faria Barros
Juliska Azevedo Barnabé da Costa
Heitor César Costa de Oliveira

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

Leandro Figueira Martins
Marilei Vidaletti Lopes
Luís Felipe Schneider
Adriana Freitas Arend
Leandro Raul Klippe
Alexandre Montano Genta
Valéria Gambogi Rodrigues

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Ursula Gonçalves Theodoro de Faria Souza
Márcia Duarte da Silva
Almiro Santos Albuquerque
Simone Norberto
Cecileide Correia da Silva

Tribunal de Justiça do Estado de Roraima

Breno Jorge Portela Silva Coutinho
Lincoln Oliveira da Silva
Marcelo Gonçalves Oliveira
Ana Ângela Marques de Oliveira

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

Marcelo Pizolati
Raphael Jaques de Souza
Luiz Carlos de Espíndola
Mariela de Oliveira Rodrigues

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Marcelo Lopes Theodosio
Lia Maris Conde Pesce Rodrigues
Luis Carlos Villani de Souza
Rosangela Sanches
Carmem Giadans Corbillon

Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

Marcelo Augusto Costa Campos
Aline Soraya Brito Rocha
Suzana Cardoso de Oliveira
Luciano Freire Araújo

Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins

Silvana Maria Parfieniuk
Heráclito Botelho Toscano Barreto Júnior
Alice Carla Sousa Setubal
Vanusa Pereira de Bastos
Aline Gonçalves França

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre

Alexandrina Melo de Araújo
Valéria Assis Lima
Keith William Bandeira Macedo
Renata Brasileiro de Moura Furtado

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas

José Cícero Alves da Silva
Sérgio Rolnar Guimarães Silva
Luiz Batista de Araújo Neto
Flávia Lima Costa Gomes de Barros

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Amapá

Elayne da Silva Ramos Cantuária Koressawa
Vera Lúcia Cardoso Ferreira
Elinete Nunes Freitas
Rinaldo Soares de Farias
Lídio Douglas Braga da Rocha

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Amazonas

Marco Antonio Pinto da Costa
Severa Romana Sampaio Cotta
Jander Assis Valente
Gláucio Marques de Sousa

Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia

Cássio José Barbosa Miranda
Flávio de Souza Dias
Venícios dos Anjos Belo
Ludmila Rocha Santana Brito
Valdenice Teixeira Cerqueira

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará

Cleber de Castro Cruz
Jarbas Marinho Lopes

Carlos Antônio Sampaio de Melo
José Eduardo Cantarino Gomes
Heveline Nobre Costa

Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

Renato Castro Teixeira Martins
Milton Vieira da Luiz Cavalcanti
Rafael Dittberner
Alexandre Gomes Machado

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo

Eduardo Lirio Coutinho
Flavio Marcelo Monteiro Vilela
Gustavo Gonçalves Leite de Souza
Washington da Costa dos Santos
Ricardo Alves dos Santos Júnior

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás

Airton Fernandes de Campos
Adenir José de Sousa
Paulo Sérgio Taira
Brazilino Nunes de Oliveira
Saulo Ricardo de Oliveira Freitas

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão

Tyrone José da Silva
Samira Teresa Duailibe Murad
Gualter Gonçalves Lopes Júnior
Danielle de Oliveira Cavaignac

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Mato Grosso

Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto
Bianca Aline Vicelli
Hugo Luís Barros Pinho
Mariane Aparecida Leite de Oliveira Weissheimer

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul

Heraldo Garcia Vitta
José Ilton Oliveira Paz
Marcelo Silva de Novaes
Adriana Franco Cândia
Rúbia Regina Baccin Corso

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais

Alberto Diniz Júnior
Silvana Garcia Miranda Diniz
Raquel Vieira Botelho

Rogério Bernardes de Faria Tavares

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará

Ezilda Pastana Mutran

Walber Joaquim dos Remédios

Felipe Houat de Brito

Bernardino Ferreira dos Santos Netto

Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba

Rudival Gama do Nascimento

Maria Berenice Soares de Moraes

Patrícia Soares Lemos

Alexandre Ricardo Dias da Silva

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná

Marcos Roberto Araujo dos Santos

Irene Ito Kanda

Carlos Alcidio Emmel

Marden Lincoln Amaral Machado

Valcir Mombach

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco

Janduhy Finizola da Cunha Filho

José Eraldo Gama Tavares

Manoel Acácio Leite Neto

Marcos de Oliveira e Silva

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí

João Gabriel Furtado Baptista

Iane de Moraes Pires

Anderson Cavalcanti de Lima

Paulo Gutemberg de Carvalho Souza

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro

Alexandre José da Silva Barbosa

Alan Amand Torres

André dos Santos Sant'Anna

Gustavo Fernandes da Silva

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Norte

Verlano Medeiros

Vivianna Câmara Tavares de Sena Fernandes

Sanderson Lelis de Macedo Costa

Renato Vilar de Lima

Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul

Luis Felipe Paim Fernandes

Lilian Saldanha Paiva
Daniel Dutra Pillar
Rodrigo Aguiar Gomes

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia

Juacy dos Santos Loura Júnior
Vagner Nogueira Fernandes
Ítalo Jorge do Nascimento Pessoa
André Frossard Signer

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Roraima

Antônio Augusto Martins
Hermenegildo Ataíde D'Ávila
Marcelo Alt Diniz
Vanessa Augusta do Nascimento Brandão
Fábio da Costa Leite

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina

Bárbara Lebarbenchon Moura Thomaselli
Luciane Soldateli Hoffmann
Renato de Ávila Pacheco
Ana Patrícia Tancredo Gonçalves Petrelli
Samuel Fernandes Ribeiro
Rodrigo Mendes Santos
Daniela Ferreira Órdenes

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo

Marco Antonio Martin Vargas
Magaly Silicani Cardoso Corrêa
Daniel Forlivesi
Eliana Passarelli de Lima

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Sergipe

Maria Angélica França e Souza
Adriana Silveira Sobral Mendonça
Wagner Ferreira Toledo
Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro

Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins

Marco Villas Boas
Olga Barroso de Sousa
Jader Batista Gonçalves
Lara Alves Araújo

